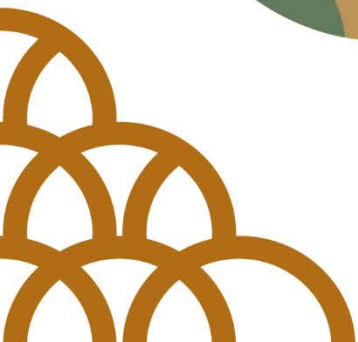


América Latina Mulheres!

*ciências, movimentos sociais e arte:
caminhos em [re]construção*

Mirlene Fátima Simões (organizadora)



MEMORIAL

CULTSP

Secretaria da
Cultura, Economia e Indústria Criativas



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO



América Latina Mulheres!

*ciências, movimentos sociais e arte:
caminhos em [re]construção*

Mirlene Fátima Simões (organizadora)

Fundação Memorial da América Latina
Centro Brasileiro de Estudos da América Latina – CBEAL
São Paulo, 2025

Governo do Estado de São Paulo

Tarcísio de Freitas
Governador

Marília Marton
Secretária da Cultura, Economia e Indústria Criativas

Fundação Memorial da América Latina

Conselho Curador

Almino Monteiro Álvares Afonso
Presidente do Conselho

Marcelo Fernandes Pereira
Vice-presidente do Conselho

Marília Marton
Secretária de Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo

Vahan Agopyan
Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo

Antonio José de Almeida Meirelles
Reitor da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Carlos Gilberto Carlotti Júnior
Reitor da Universidade de São Paulo – USP

Maysa Furlan
Reitora da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP

Marco Antonio Zago
Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP

Max Perlingeiro
Membro do Conselho

Diretoria executiva

Pedro Machado Mastrobuono
Diretor-Presidente

Roberto Bertani
Diretor do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina

João Carlos Corrêa
Diretor de Atividades Culturais

João Marcelo Vieira Martins Brígido
Diretor Administrativo e Financeiro

América Latina Mulheres!

Ciência, movimentos sociais e arte:

caminhos em [re]construção

Organização
Mirlene Fátima Simões
Centro Brasileiro de Estudos da América Latina

Publicação do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina no âmbito do edital de bolsas de pesquisa CBEAL 2023

Roberto Bertani
Diretor do CBEAL

Mirlene Fátima Simões
Orientadora

Rafael Cruz
Gerente de Planejamento Acadêmico

Eduardo Rascov
Editor

Maristela Debenest
Preparação de texto e revisão

Rafael Bezerra e Mayk Jordan
Projeto gráfico e diagramação

Teresa Cristina Carraro Abbud e Raiane Carvalho
Produção

América Latina mulheres! Ciência, movimentos sociais e arte:
caminhos em [re]construção **[recurso eletrônico] /**
coordenação **Centro Brasileiro de Estudos da América Latina;**
Organização Mirlene Fátima Simões.

São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2025.

– 1. ed. – 290 p.: il.

ISBN: 978-85-8201-027-3

1. Mulheres 2. Feminismo 3. Gênero (grupos sociais) 4.
Ciência 5. Ciências da saúde 6. Decolonidade I. Simões,
Mirlene Fátima, orient.

CDD – 305.4098

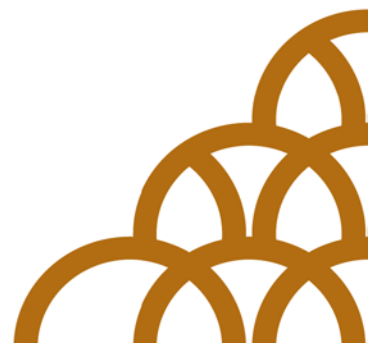
Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca Latino-Americana

Sumário

- 6** **Apresentação**
- 9** **Introdução**
- 11** **Prólogo**
- 14** **Prefácio**
- 35** **Cap. 1 - Precursoras feministas: uma análise comparada das trajetórias de Mariana Coelho e Elvira López (Brasil e Argentina)**
Thaís Batista Rosa Moreira
- 64** **Cap. 2 - Escrever (com) o feminismo, abrir o novo caminho: as crônicas de Alfonsina Storni**
Andrezza Jaquier
- 88** **Cap. 3 - O papel social das mulheres nas ciências da saúde no Brasil: as contribuições de Nise da Silveira**
Bruna Leticia Rosário da Silva
- 107** **Cap. 4 - Mulheres negras, comunidades digitais: estratégias para uma tecnologia contracolonial**
Lucas Kelly
- 136** **Cap. 5 - Maternidade e carreira acadêmica: desafios e caminhos para a igualdade de gênero na ciência**
Thaís Becker de Campos
- 157** **Cap. 6 - “Margarida era mil, era milhão”:
feminismo rural em Abya Yala**
Dayane Nascimento Sobreira

Sumário

- 174** Cap. 7 - As autoras amazônidas: gênero, raça, classe e a produção científica comunitária
Alanna Souto Cardoso Tupinambá
- 193** Cap.8 - Espaços de resistência e rejeição das vias institucionais: movimentos feministas autônomos na Bolívia
Denise Cristina de Melo
- 216** Cap. 9 - Tempo em desaceleração: narrativas fílmicas anticoloniais no cinema de realizadoras latino-americanas
Manuela Andrade
- 235** Cap. 10 - Aracy Amaral e a América Latina – uma revisão crítica da doação ao acervo e à biblioteca MAC-USP
Rachel Vallego



Apresentação

Pedro Mastrobuono

Apresentação

Quando a Comissão de Apoio à Pesquisa e Extensão (CAPE), do Memorial da América Latina, decidiu abrir chamada pública para pesquisadores sobre gênero e ciência, fiquei muito animado. Era o ano de 2023 e estava curioso para saber quais projetos receberíamos nas linhas de pesquisa “Relações de Gênero na história e na ciência na América Latina”, “Epistemologias feministas e decoloniais desde os trópicos”, “Participação feminina na inovação e tecnologia na América Latina” e “Impactos da maternidade e cuidados parentais nas carreiras de ciência e tecnologia”. Eram assuntos de extrema importância e atualidade. Para além da denúncia radical da opressão, os estudos deveriam pensar, analisar e oferecer sugestões para o encaminhamento de soluções de problemas práticos enfrentados pela mulher para aumentar sua participação nos vários campos do conhecimento, da ciência, da tecnologia e da inovação.

Para minha surpresa, chegaram propostas de investigação inéditas, diversificadas e ousadas. Logo vi que alguns trabalhos eram de caráter historiográficos sobre feministas pioneiras, sejam elas escritoras ou militantes da saúde e sindical, como as brasileiras Mariana Coelho, Nise da Silveira, Margarida Maria Alves e Aracy Amaral e as argentinas Elvira López e Alfonsina Storni. Outros projetos abordavam as experiências de coletivos de mulheres que resistiam à dominação e se impunham no campo do saber, como “As autoras amazônidas: gênero, raça e produção científica comunitária: a experiência do Instituto de Pesquisa Projeto Cartografando Saberes”, que propunha uma cartografia de pesquisadoras indígenas, ribeirinhas, quilombolas e periféricas, muitas delas enfrentando sérias dificuldades para acessar o mundo da produção acadêmica.

Na mesma linha, chegaram os projetos de pesquisa “O ilê aiyê da linguagem da programação: uma contradição performativa das mulheres negras no setor de tecnologia da informação no Brasil” e “Maternidade e carreira científica: impactos para a produtividade e saúde mental das mulheres pesquisadoras”. Havia também propostas de investigação sobre feminismo comunitário antipatriarcal na Bolívia e sobre cineastas indígenas que trabalhavam o tempo de uma maneira diferente dos filmes identificados com a modernidade, projeto esse denominado “O pesadelo colonial no cinema latino-americano sob a ótica feminina: As narrativas das mulheres ameríndias e brancas enquanto agentes epistemológicos”.

O livro que vocês têm na tela é fruto desses projetos. Ele é o resultado de um ano de trabalho incessante, de reuniões quinzenais com os autores, de relatórios mensais e a orientação incansável da Profa. Dra. Mirlene Fátima Simões. Naturalmente, a chegada é bem diferente do ponto de partida. Estou orgulhoso dos textos finais, tão amadurecidos - os títulos dos capítulos refletem isso - e prontos para iniciar um diálogo com outras produtoras e produtores do saber latino-americano.

América Latina mulheres! Ciência, movimentos sociais e arte: caminhos em [re]construção é uma contribuição relevante para que se conheça o pioneirismo, a força, a criatividade e a resistência da mulher nos vários campos da ciência, do conhecimento, da arte e dos movimentos sociais. Legado que só o Memorial pode deixar, pois recebeu de Darcy Ribeiro a missão de pensar a América Latina à luz dos conhecimentos contemporâneos e fomentar sua produção, bem como divulgar os resultados. É o que esse livro faz.

Pedro Mastrobuono

*Presidente da Comissão de Apoio à Pesquisa e Extensão (CAPE)
e do Memorial da América Latina*

Introdução

Roberto Bertani

Introdução

É com imensa alegria que o Centro Brasileiro de Estudos da América Latina publica os resultados da pesquisa de 2023. Anualmente, o CBEAL lança dois editais oferecendo bolsas de estudos para investigadoras e investigadores voltados para determinados temas escolhidos por uma comissão de orientação. Este livro digital – *América Latina mulheres! Ciência, movimentos sociais e arte: caminhos em [re]construção* – é uma das devoluções do primeiro deles. As outras contrapartidas foram os seminários de abertura e conclusão da pesquisa.

Orientados e organizados pela Profa. Dra. Mirlene Fátima Simões Wexell Severo, os artigos que compõem este livro são textos originais de nove pesquisadoras e um pesquisador cujos projetos foram aceitos pelo CBEAL. Todos eles investigam e revelam a resistência e a luta das mulheres, o pioneirismo e aspectos pouco conhecidos do protagonismo feminino em diversos campos do saber, dos movimentos sociais e das artes.

O segundo edital de pesquisa e extensão de 2023 – que será objeto de outro livro digital – tem como título *Feminismos na encruzilhada – por uma arqueologia plural das mulheres na América Latina*. Sob a orientação da Profa. Dra. María Dolores (Lola) Aybar, essa pesquisa foi desenvolvida no âmbito da Cátedra UNESCO/Memorial para Integração da América Latina, que é participante da Rede de Cooperação Unitwin/UNESCO.

Como se vê, naquele ano, ambos os editais trataram de questões ligadas à luta feminista e ao conhecimento, relacionando-os criticamente. Conforme sustentava a então gerente acadêmica do CBEAL, Fabíola Notari, era chegada a hora do Memorial dar a sua contribuição para expor e combater o apagamento ao qual, historicamente, as mulheres foram submetidas pelo sexismo e pelo patriarcado. E fazer isso apoiando pesquisas que abordam esse fenômeno social pela régua do giro decolonial dos anos 1980 nas Ciências Humanas, que analisa o tema a partir de uma crítica original e oriunda da América Latina.

As autoras e o autor são graduandas(o), mestrandas, doutorandas e pós-doutorandas (alunas formais de instituição de ensino superior) ou mestres, doutoras e pós-doutoras formadas há não mais que oito anos. A ideia é que o Memorial apoie novas pesquisadoras(o) e intelectuais em formação que pensem a nossa realidade com mentes ainda não saturadas pelo academicismo.

Roberto Bertani

Diretor do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina

Prólogo

Fabiola Notari

Prólogo

Entre vozes, escutas e saberes: pesquisa e prática acadêmicas como potência para o empoderamento feminino

Fabiola Notari¹

Mas o que a leitura também torna possível é uma narrativa: ler permite iniciar uma atividade de narração e que se estabeleça vínculos entre os fragmentos de uma história, entre os que participam de um grupo e, às vezes, entre universos culturais. Ainda mais quando essa leitura não provoca um decalque da experiência, mas uma metáfora.²

Ao ser convidada para ser gerente de assuntos acadêmicos do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina, da Fundação Memorial da América Latina (CBEAL/FMAL), tomei como propósito e missão a tarefa de viabilizar pesquisas de mulheres e de tornar públicos estudos sobre figuras femininas importantes para a (re)escrita da história e suas múltiplas faces e abordagens.

A Bolsa de Pesquisa CBEAL despertou para as vertentes de pesquisa delineadas a partir do protagonismo feminino nas áreas de pesquisa: direitos humanos; jovens mulheres; mulheres e campos profissionais, bem como em temas pertinentes à interdisciplinaridade das linhas de pesquisa. Dez foram os pesquisadores contemplados, todos orientados pela Profa. Dra. Mirlene Fátima Simões Wexell Severo.

A pesquisadora e professora tem uma trajetória dedicada ao empoderamento feminino e aos direitos humanos. Graduada em Ciências Sociais pela UNESP Araraquara, concluiu mestrado e doutorado em Sociologia pela mesma instituição. Coordenou importantes pesquisas e projetos, incluindo “Políticas públicas para as mulheres: a experiência do Brasil na promoção da equidade no universo do trabalho”, em parceria com a Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM) e a Secretaria de

¹ Fabíola Bastos Notari foi gerente acadêmica do CBEAL de 19 de abril a 1º de outubro de 2023, período em que coordenou a pesquisa que resultou neste livro.

² (PETIT, Michèle. *A arte de ler ou como resistir à adversidade*. Trad. de Arthur Bueno e Camila Boldrini. São Paulo: Editora 34, p. 32.)

Políticas para as Mulheres da Presidência da República. À frente de grupos temáticos na Sociedade Brasileira de Sociologia e na Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-graduação, Mirlene liderou debates e ciclos de estudo sobre juventude, direitos sociais das mulheres e arte como ferramenta de memória e expressão dos direitos humanos.

A publicação destes textos (artigos) é ponto de partida para dar continuidade à abordagem dos temas. Ecos ainda vão reverberar, pois o que está neste volume é apenas um recorte das muitas vozes que encontraram escuta. Transformando a leitura em narrativas possíveis, impulsionadora de novos olhares, de abordagem inusitadas na construção de um presente mais justo.

Prefácio

Mirlene Fátima Simões

Prefácio

Sobre mulheres, colonialismo e ciência na América Latina

A ideia de América Latina surge do interesse dos colonizadores em formular um conceito único para os novos países de língua espanhola e portuguesa no Novo Mundo. No entanto, as civilizações conquistadas pelos colonizadores na “Nova América” eram complexas, com estruturas sociais, campos de conhecimentos, diversidade linguística e cultural e cidades de grande monta. Para herdarem a cultura europeia era necessário articular estruturas tão complexas quanto as que estas civilizações reconheciam. As armas, a guerra e os símbolos religiosos foram uma parte desta colonização, a outra parte foi a imposição de métodos de pesquisa e estruturas culturais e de ciência, negando os conhecimentos dos povos nativos. Para além da sua geopolítica e da geoeconomia, a América Latina nasce da visão restrita e fragmentada da colonização.

No decorrer dos séculos XIX e XX o conceito de América Latina se firma, ganha novos significados e integra o conjunto das comunidades e povos, sua multiplicidade cultural e social. “Desenvolveram-se [...] sentimentos (e ideias) anti-imperialistas e discursos que enfatizavam a necessidade de unidade latino-americana frente à penetração econômica, política e cultural (de outro colonizador), os Estados Unidos” (Horta, 2021, p. 200).

Em 1948 se consagra o conceito América Latina na fundação da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, pela Organização das Nações Unidas – ONU e, sob muitos aspectos, a definição se dá pela associação ao subdesenvolvimento. Vinculam-se às questões econômicas e políticas dos países que compõem este complexo território a identidade que criaram, dada a expropriação das riquezas, a usurpação do território e a escravização do povo, quase sempre seguindo as mesmas regras econômicas internacionais.

Reforça-se que a América Latina no século XX converge para o Quéchuá, Ticuna, Ladina, Kikongo, Iorubá, Libolo, Maia, Guarani, Aymará, e todos outros diversos povos e também aos estados nacionais que, com as lutas de independência e reconhecimento de problemas comuns que afetam a todos da região, sintonizam uma América Latina de construção contraditória, com diversidade e multiplicidade cultural, mas que se encontra e se reconhece em sua diversidade.

América Latina: conhecimento, ciência, passado e futuro

A submissão dos povos e civilizações da América Latina a uma única perspectiva social, a da Europa colonizadora, altera de forma abrupta os costumes, práticas e conhecimento dos povos, “[...] como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de subjetividade, da cultura e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento” (Quijano, 2005, p. 121).

A repressão às formas de produção de conhecimento dos nativos das terras latino-americanas, a seu universo simbólico e a suas expressões de sentimentos foi a mais profunda, violenta e duradoura forma de colonizar, embutida sob o entendimento social que o nativo e o camponês eram iletrados, pertencentes a uma subcultura do passado. Muito do que foi produzido como conhecimento científico pelos nativos e pelas civilizações latino-americanas foi relegado ao esquecimento ou sumariamente condenado. A longo prazo isso representou a colonização das perspectivas cognitivas “dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva [...] em suma, da cultura” (Quijano, 2005, p. 121).

A ciência latino-americana foi silenciada e alienada dos processos de construção do conhecimento. A imposição de métodos científicos que estavam distantes da prática e da cultura dos povos latinos foi, pouco a pouco, se apresentando como única e completa verdade.

O manuscrito *Historia General de las cosas de la Nueva España*, ou, como se tornou conhecido, *Códice Florentino*, que data de 1577, foi divulgado ao público de forma completa em 2023³. Nele estão documentados hábitos, cultura, organização e costumes dos astecas. Esta enciclopédia foi organizada pelo monge Bernardino de Sahagún, residente na Cidade do México naquele período (Florentine Codex, 2023), ao ouvir relatos dos Astecas acerca de sua vida e sua organização social. O que chama a atenção, além da vida política dos Astecas do século XVI, é seu conhecimento científico. É um exemplo eloquente do silenciamento dos povos nativos.

³ Os doze livros que compõem essa obra monumental (com 2.500 páginas e 2.000 desenhos) podem ser acessados em: <https://florentinecodex.getty.edu/>. Os textos são escritos em náuatle, língua falada pelos Astecas que ainda é usada em algumas regiões do México.

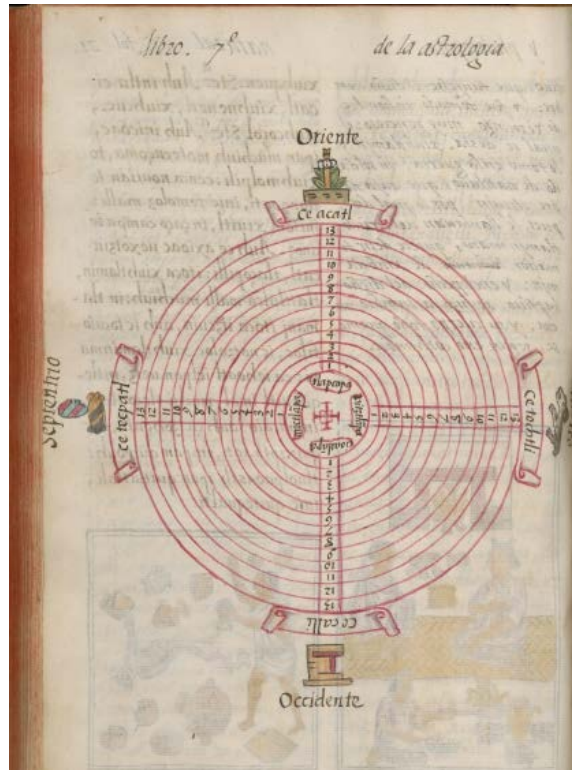


Figura 1 - A contagem dos anos, desenho do Códice Florentino (1577)
Fonte: Livro 7, que trata da astrologia e filosofia natural

A figura 1 ilustra a representação da contagem dos anos para os Astecas. Começa pelo Sul (coelho), de lá segue para o Norte (pedra), depois para o Oeste (casa), e por fim o Leste. A contagem é sempre a cada treze ciclos. O feixe completo é de 52 anos, quando os astecas celebravam o jubileu e novas responsabilidades sociais lhes eram atribuídas (Florentine Codex, 2023). Vários outros conhecimentos acerca da natureza estão presentes nas mais de duas mil imagens de seus doze livros. Esses conhecimentos apresentam uma nova forma de pensar a ciência na América Latina.

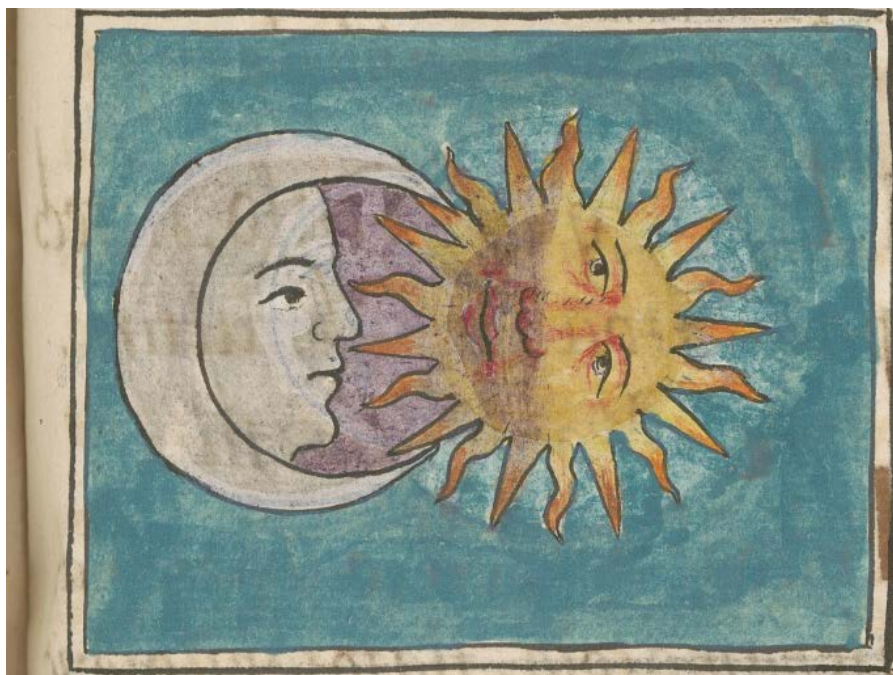


Figura 2 – O Eclipse Solar, desenho do Códice Florentino (1577),
Fonte: Livro 7, que trata da astrologia e filosofia natural

Quijano (2005) explica que a modernidade e a racionalidade foram definidas como produtos dos europeus, o que criou uma relação binária entre moderno e tradicional, racional e irracional, civilizacional e primitivo, em que os povos latino-americanos foram forçosamente subjugados à condição de atraso ou sem conhecimento: “[...] a ideia-imagem da história da civilização humana como uma trajetória que parte de um estado de natureza e culmina na Europa [...] (outorgando assim) sentido às diferenças entre Europa e não-europa como diferenças de natureza racial e não de história do poder” (Quijano, 2005, p. 122).

Universidade e centros de ciência: outra América Latina

Em 1551, após as primeiras viagens de Cristóvão Colombo às Américas (1492), foram inauguradas as Universidades de São Marcos, em Lima, no Peru, e a Universidade do México, na Cidade do México. Os colonizadores procuravam se contrapor cultural e cientificamente às civilizações que encontraram. “Soldados e frades podiam ganhar batalhas e novos convertidos, mas isso não bastava para levar a cabo a transformação cultural necessária a um domínio permanente” (Dieterich, 2003).

A América colonizada pelos espanhóis inaugurou mais de trinta universidades nesse período, diferente do que ocorreu no Brasil, onde a predominante colonização

portuguesa não permitia a criação de universidades ou centros de pesquisa.

No período colonial a universidade tinha como prioridade difundir a cultura europeia e educar a civilização latina a partir de seus princípios. “Como a universidade não buscava interagir com a cultura local, mas substituí-la, não foram retomadas nem a organização social nem as artes ou o mundo mítico das culturas que a rodeavam” (Aguillar, 2005, p. 4).

Até o final do século XVIII tem-se um modelo de ciência atrelado à universidade reproduzindo o conservadorismo dos colonizadores e proibindo reformas de modernização. Com a introdução de disciplinas como botânica e minas, e com os ideais de independência, algumas alterações foram sentidas na composição da estrutura dessas universidades, mas ainda longe de incluir e integrar o nativo e sua cultura científica.

No século XIX grande parte dos países latino-americanos constituíram a independência, mas mesmo assim não estabeleceram nas universidades as reformas tão almejadas. As estruturas acadêmicas existentes foram reproduzidas em outros centros de pesquisa e formação, e durante um período houve a separação entre ciência e ensino, o que resultou em modelos acadêmicos isolados e com pouco contato com as sociedades, modelos que em alguns casos persistem ainda hoje.

As mudanças sociais interpostas na América Latina no século XX refletiram nas instituições de ensino superior, apoiadas pelos movimentos dos estudantes que reivindicavam uma nova universidade, que rompesse com o colonialismo. Foi neste período também que foram criadas universidades particulares por todo o território.

Apesar de em países como Argentina, México, Venezuela e Brasil terem sido feitos esforços para reforçar a infraestrutura de pesquisa, a situação deficitária na ciência modificou-se somente no final do século XX. No Brasil, diferentemente do que aconteceu na Argentina, Chile e Uruguai, onde desmantelaram as universidades públicas, os militares canalizaram significativos recursos para a pesquisa, ainda que não para ampliar a cobertura universitária, por temor da politização estudantil (Aguillar, 2005).

A reforma universitária continuou na espera; os conteúdos, a pedagogia e a orientação ainda permaneciam bastante ligados aos modelos europeus impostos. A metodologia de pesquisa e o ensino vertical continuavam sendo a referência principal em qualquer centro de educação e pesquisa.

A partir das décadas de 1970–80 as universidades recebem novos docentes, que

trazem como prioridade o debate democrático. A partir daí se inicia um novo momento, no qual se gera espaço para o comprometimento com projetos nacionais e as universidades se convertem em ambientes de debate e reflexão crítica de primeira ordem.

Os centros de pesquisa e as universidades no século XXI têm avançado na reconexão com os saberes dos povos originários, mas o modelo do fazer científico tem permanecido o competitivo, ligado às teorias e métodos norte-americanos e europeus, que abstraem qualquer conexão com as iniciativas de reconhecimento dos projetos nacionais e dos povos originários.

Mulheres latino-americanas: teses e teorias feministas

Alguns dos motivos anteriormente expostos direcionam para a caracterização da ciência na América Latina com poucas referências populares. O empenho num fazer científico afastado dos povos nativos, de modo a estabelecer rigorosamente a cultura europeia, foi enorme e sistemático, sob a narrativa metodológica da neutralidade da ciência, distante da cultura popular e da participação social.

Essas foram algumas das razões para as mulheres serem excluídas do ambiente de pesquisa, ciência e tecnologia, além do peso da histórica e constante divisão sexual do trabalho, também imposta pela cultura eurocêntrica.

Neste texto se adota como referência conceitual a perspectiva do feminismo decolonial – a valorização de experiências locais, a construção de saberes locais, a observação e o estudo do que foi e é elaborado pelos povos que habitam nosso território – que contribui para trazer explicações para as ações e relações sociais atuais.

Do século XVI ao século XVIII, as mulheres na América Latina, as nativas e as que para cá foram trazidas na condição de escravas, eram consideradas seres inferiores, desprovidas de inteligência, ainda mais subjugadas que os homens negros e originários. As mulheres negras eram usadas como objetos de reprodução para a manutenção da escravidão e as indígenas, tidas como indiferentes e apáticas, eram relegadas a sua própria sorte.

A dominação colonial e patriarcal se impõe e a identidade social da mulher é apagada, figurando no espaço doméstico e particular. Lembra-se que, no Brasil, após a abolição da escravatura, as mulheres negras tinham mais liberdade do que as brancas para

circular pela cidade e até manter pequenos comércios e outros trabalhos. Era pequeno o número de mulheres brancas que moravam nas cidades e tinham como função principal os cuidados com os filhos e a casa.

A colonização dos países latinos tem como marca o apagamento das tradições dos nativos, incluindo seu conhecimento científico e suas práticas sociais, bem como a exclusão das mulheres da participação social e dos direitos civis.

No século XIX, algumas *mulheres sem história*, sem autorização para falar ou escrever publicamente sobre suas vidas e inquietações, tomaram contato com os movimentos pela independência e emergiram no cenário social. Sem dúvida terá havido várias outras mais, porém as mais conhecidas são: no México, Leona Vicário (1789-1842) e Maria Josefa (1773-1829); no Peru, Manuela Sáez (1797-1856); na Colômbia, Policarpa Salavarrieta (1795-1817); na Bolívia, Juana Azurduy (1780-1862); no Haiti, Sanité Bélair (1781-1805); no Brasil, Maria Quitéria (1792-1853), Maria Felipa de Oliveira (?-1873) e Bárbara de Alencar (1760-1832).

Passado o período de lutas pela independência, com a fundação das novas repúblicas, as mulheres permaneceram alijadas do espaço público, recolhidas ao espaço doméstico e religioso. Desprovidas de direitos políticos e sociais, era necessário se reorganizarem em torno de propostas de direitos por igualdade.

No século XX, os movimentos femininos por participação política ganham contornos internacionais e se entrelaçam com as lutas por emancipação e direitos civis por toda a América Latina.

Pelas contradições sociais mencionadas e também pela colonização imposta, percebe-se que os movimentos feministas foram (e continuam sendo) persuadidos por teses *importadas*, que pouco dialogam com a realidade histórica, social, material e de organização das mulheres latino-americanas. Por exemplo, vê-se uma crescente adesão em tempos atuais ao feminismo da igualdade de oportunidades, que fomenta a dominação de espaços pela conquista individual e por competência. Esta tese tem como base o feminismo neoliberal, criado e difundido por movimentos norte-americanos. Estes têm adesão na América Latina e pautam o acesso e a permanência de mulheres no universo do trabalho por meio da competição individual de habilidades (Orozco; Zapata, 2020). Embora as organizações de mulheres latino-americanas se caracterizem por diversidade, pluralidade e reconhecimento do coletivo, há movimentos que enxergam o feminismo

liberal como saída para as diferenças de gênero existentes na sociedade. Tal tese coopta até movimentos em prol de políticas transversais, colocando em risco a organização coletiva e as reivindicações de grupo. Há uma disputa entre teses feministas que transmuta a pauta de gênero para um caráter individual.

Feminismo neoliberal pode ser interpretado como a desarticulação mais avançada do feminismo liberal no âmbito de um projeto de digitalização imperialista, com raios de influência altamente transgressores a favor da mercantilização, securitização e controle ideológico. A lógica da polarização contradiz a lógica da aliança para a emancipação da mulher. As atuais polarizações são o fundamento de uma guerra civil molecular, de balcanizações das diferenças culturais, políticas e sociais, parte essencial dos projetos de contrainsurgência da direita e da extrema direita. (Orozco; Zapata, 2022).

O feminismo que propõe o fim da “dominação patriarcal” (feminismo decolonial) na América Latina se faz presente em muitos movimentos que têm relação mais enraizada com a sociedade e organizaram diferentes pautas coletivas, como a do Lenço verde, na Argentina, e a da Marcha das Margaridas, no Brasil, entre outros,

As disputas entre teses feministas, a reprodução cultural colonial em países colonizados e explorados, o machismo como marca e prática dessa colonização – fatores que se repetem *naturalmente* nas relações sociais – combinam-se e condicionam a participação das mulheres na ciência na América Latina.

Além das teses importadas no seio dos movimentos, segundo Eva Blay (2022), no século XX também surgem teses para se contrapor à organização feminista e às reivindicações das mulheres: “mulher foi feita para ser mãe!”, “o papel da mulher é ser dona de casa”, “rainha do lar” ou ainda, mais para o final do século XX, “não se entende as mulheres”, “são emotivas demais”, “ela deve estar de TPM”. Há uma determinante que relaciona o estado biológico e emocional da mulher com suas práticas e habilidades profissionais, associando e atribuindo-lhe falta de profissionalismo devido a desequilíbrios bioemocionais. As mulheres são envolvidas em pseudoverdades que acabam se fundindo a teses machistas, o que agem para afastá-las dos processos de decisão na sociedade. A própria ciência conduz para estas explicações e isso se deve à pequena presença de mulheres nos diversos campos científicos.

Sabe-se que as formas de vida na sociedade moderna e o contexto de múltiplas crises exercem pressão sobre a ciência. Cada vez mais se exigem as respostas mais precisas sobre as condições de vida; logo, a pressão é por uma ciência integrada entre

grupos locais e nacionais bem como entre estes e os grupos internacionais de pesquisa O conhecimento relevante e confiável nem sempre está no privilegiado espaço institucional oficial da ciência. Daí a importância da diversidade de mulheres na ciência.

Nesta construção são firmados os reguladores sociais: papéis que as mulheres *podem ou não desempenhar*. Vale pontuar que há 130 anos no Brasil se internavam mulheres que não aceitassem casamentos, como foi o caso de Eunice Caldas (1879-1967), educadora, pesquisadora e poeta, que ficou por mais de três décadas internada no Juqueri por ter rompido algumas vezes o noivado (Matos; Pereira, 2022).



Fotografia de Eunice Caldas entre flores (1924)

Percebe-se que as disputas entre feminismos e tradicionalismos, perspectivas decoloniais e neoliberais, teses locais e importadas acabam por criar cisões entre os povos da América Latina, associando-se no exercício do controle e da submissão desses povos.

Rita Segato (2021) defende que os movimentos feministas na América Latina têm que combinar lutas anticapitalistas, antipatriarcais, antirracistas e anticoloniais sem reduzir uma a outra. Ou seja, a agenda feminista não pode se submeter a esquemas de polarização, que recaem na submissão das mulheres a interesses diferentes dos que estão na pauta da realidade latino-americana. A agenda feminista deve, sim, defender o direito à diferença (sobretudo as diferenças coloniais, territoriais, geracionais) e reconhecer as lutas que podem ocorrer em conjunto, a partir de uma perspectiva coletiva.

Por outro lado, com teses fundadas na história e nas construções do colonizador, o senso comum sobre a ciência reforça e reproduz estereótipos. Algumas dessas teses criam e comprovam a dicotomia entre masculino e feminino, promovendo a dicotomia da diferença. Alguns exemplos: masculino se identifica com objetividade, com

racionalidade, com o cérebro, com o conhecimento civilizado; o feminino se identifica com o senso comum, com a emoção, com a passividade, com o primitivo.

O caminho atual de todas as ciências, exatas, biológicas e humanas, é a incorporação de perspectivas decorrentes da diversidade de gênero. Ao incluir essas perspectivas (e a participação de pesquisadoras mulheres) nos estudos, observaram-se importantes consequências: muitas pesquisas, elaboradas de outra forma, diversificaram as amostras e passaram a refletir sobre as diferenças entre os gêneros em sua aplicação.

Insurgentes: movimentos feministas e mulheres na ciência

Como se viu anteriormente, na América Latina a participação de mulheres na ciência configura um dos marcos da resistência às formas impostas de colonização. Levou muito tempo para que as latino-americanas aderissem às teorias feministas, e muitas das teses foram desenvolvidas na prática dos movimentos de mulheres sem uma reflexão pontual acerca do que cada teoria representava.

Dizer-se feminista no século XIX na América Latina estava associado a uma ameaça aos papéis sociais vigentes e a uma perda do feminino. Em toda a região a adesão ao feminismo foi feita com cautela, lentamente e às escondidas. Já no altamente agitado século XX, a exploração econômica e a segregação social dificultaram às mulheres o acesso à cidadania plena: foram elas as maiores vítimas da pobreza e as menos reconhecidas em seus direitos nas populações indígenas e camponesas e na classe trabalhadora em geral.

Os movimentos feministas na América Latina no século XX foram plurais, com prática e atuação diversas. Dora Barrancos (2022) credita à transversalidade e à diversidade dos grupos feministas latino-americanos sua principal força. Já Segatto (2022) atribui a esses grupos e movimentos o erro de, por muito tempo, se autodeclararem sujeitos políticos minoritários: essa opção política e teórica possibilitou a construção de um campo de oposição radical e misógeno, que confere aos movimentos o *status* de *minoría* na luta pelos direitos.



Feministas manifestam-se em Santiago do Chile (1979)
Foto: Kena Lorenzini. Museo de la Memoria y los Derechos Humanos

O imaginário feminista tem que estar ligado aos direitos constituídos para construir a ética da insatisfação como campo crítico do movimento feminista, em substituição ao caráter minoritário. Ou seja, desconstruir pautas que foram impostas (nos movimentos e na ciência) e assim refletir sobre os caminhos para as mulheres latino-americanas. Como fenômeno social complexo e como qualquer empenho humano, o feminismo sofre sua cota de adversidades e depara-se com vários becos sem saída. Por isso é fundamental que as mulheres identifiquem qual feminismo realmente trata de suas contradições e vidas e qual feminismo está interconectado à sua condição de mulher latino-americana.

Na pesquisa e na ciência muitas latino-americanas se empenharam para encontrar esse caminho. Citam-se aqui alguns exemplos sul-americanos: no Brasil, Berta Lutz (1894-1976), Sonja Ashauer (1923-1948), Enedina Alves Marques (1913-1981); na Argentina, Elina González Acha de Correa Morales (1861-1942), María Esther Álvarez de Hermitte (1921-1990), Juliane A. Dillenius (1884-1949); no Uruguai, Paulina Luisi (1875-1950); no Chile, Eloísa Díaz Inzunza (1866-1950), Justicia Espada Acuña Mena (1893-1980). Reforça-se que as cientistas brasileiras sempre estiveram envolvidas com movimentos sociais ou projetos feministas, atuando para além da Academia de modo a

incluir mais mulheres e possibilitar sua presença nos espaços institucionais.

Já se disse aqui que o trabalho feminino é pouco legitimado, independente da carreira profissional. Vejam-se dados sobre a situação na América Latina: o abismo salarial entre homens e mulheres ultrapassou os 50% nas primeiras décadas do século XX; e hoje está em 30%, a depender da carreira. No entanto, na pesquisa e na ciência, as mulheres representam atualmente quase a metade (46%) do total de pesquisadores, indicando que, na última década, a região praticamente conquistou a paridade de gênero na ciência (UNESCO, 2022).

A participação de mulheres nas atividades científicas difere de país para país. Em El Salvador, por exemplo, do total de artigos científicos publicados, 43% têm participação de pelo menos uma mulher; no Brasil, o percentual chega a 72%. Mesmo com estes dados, a desigualdade persiste, pois não há mulheres em espaços de decisão ou na liderança de institutos de pesquisa, mesmo nas áreas onde elas são maioria.



Sócias da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
em visita ao Instituto Oswaldo Cruz (1921-1930), no Rio de Janeiro.
Foto: Acervo do Arquivo Nacional



Marie Curie, sentada, e sua filha Irène Joliot-Curie, em pé, ao lado de Bertha Lutz em visita ao Museu Nacional do Rio de Janeiro em 1926.

Foto: Arquivo do Museu Nacional.

No último quarto de século surgiram mudanças no campo científico, incluindo a “ciência pós-normal”, que enfatiza os estudos de desenvolvimento e melhoria socioeconômica. Na América Latina, cresceram as instâncias que exigem contribuições científicas decididamente mais fortes, mais visíveis e relevantes para as preocupações da sociedade. Pensar nas vulnerabilidades, nos impactos e soluções, nas estruturas de mercado, nas normas de comportamento, aspirações e relações sociais, que possam facilitar o espaço para a mudança vem se tornando presente nas pesquisas. Isso possibilitou a participação de mais mulheres na ciência.

No campo científico as mulheres tendem a ser pensadoras holísticas e integrativas (Schienbinger, 2001, p. 28). Sua incorporação ao fazer científico é parte de uma transformação profunda, que passa pela cultura, pela prática e pela estrutura da própria ciência. Sua presença trouxe mudanças na sala de aula, nos laboratórios e também nas teorias. Essa presença permitiu reconhecer as desigualdades que foram construídas na própria produção e estrutura do conhecimento. Isso porque as mulheres vêm da diferença

(de classe social, de raça, de orientação sexual, de gerações) enquanto a ciência metodologicamente parte da regularidade.

A ciência moderna é um produto de centenas de anos de exclusão das mulheres e, no caso das latino-americanas, duplamente excluídas, já que suas práticas e cultura foram banidas. O processo de trazer mulheres para a ciência exigiu profundas mudanças estruturais nos métodos e conteúdo da ciência.

Na década de 1990, as características femininas passaram a ser vistas como “fenômenos culturais específicos e generaliza-se o pensamento feminista de que as mulheres têm "maneiras de saber" distintas. Mulheres valorizam mais o contexto e a comunidade do que princípios abstratos e usam mais conhecimento integrado” (Schienbinger, 2001, p. 25). Este processo reflexivo foi importante para a inclusão de mulheres na ciência.

O acesso restrito de mulheres à carreira científica ocorre basicamente por três razões: 1) a estruturação social em torno dos interesses e do poder masculino; 2) a total cisão entre a esfera pública (dirigida para e pelos homens) e a esfera privada (dirigida para e pelas mulheres); e 3) a dissociação entre o saber considerado científico do senso comum. (Schiebinger, 2001)

Desde a década de 1980, o feminismo vem provocando mudanças nas ciências graças à pressão política dos movimentos, algo que se comprova tanto na América Latina quanto nos países da Europa e da América do Norte. Um exemplo é a inclusão da categoria comparativa entre sexos para estudos de fármacos ou da medicina em geral. Pressupõe-se que a existência de um sujeito universal já não é mais plausível, e isso vale tanto para o eu masculino como para a tardia individualidade feminina.

No entanto, a resistência à presença das mulheres no campo científico é ainda inquietante. Como já se apontou anteriormente, as feministas não foram as primeiras e nem as únicas a elaborar críticas à ciência moderna; elas foram precedidas por outros atores, como grupos e movimentos anticolonialistas oriundos da contracultura, movimentos pela independência dos estados, movimentos ecológicos e antimilitaristas. No entanto, ao criticar o conhecimento científico hegemônico, que sustentou secularmente a dominação masculina colonial, o pensamento feminista centrou-se nas seguintes questões e enfoques: as diferenças de sexo e de gênero; as teorias de desenvolvimento moral; e as descobertas da pesquisa psicológica. A crítica feminista

denunciou a produção do conhecimento considerado legítimo, contrapondo-se aos argumentos naturalistas e às estratégias essencialistas, impostas pelo pensamento científico hegemônicos.

As *inovações e contribuições* da crítica feminista não consistiram apenas em introduzir teorias e conceitos, mas sobretudo em trazer à reflexão temas e dimensões que haviam sido relegadas ao esquecimento, tais como a questão do aborto (de grande interesse para as mulheres), as práticas decoloniais e a cultura dos povos nativos.

Londa Schienbinger (2001) demonstra que, no século XIX, em função das teses de controle da natureza – portanto, do controle da sexualidade – fez com que as mulheres fossem afastadas das pesquisas e dos laboratórios. No século XX, aos poucos, as teses feministas se popularizam e as mulheres recuperam seu espaço na ciência. Na América Latina este processo se dá mais uma vez pela negação das práticas dos povos da região e pelo distanciamento entre o campo científico e as sociedades concretas. Vale apontar ainda que, embora efetivo, o maior acesso das mulheres ao mundo científico latino-americano não elimina o fato de que quanto mais se avança nas estruturas de poder e decisão, menor é o número de pesquisadoras mulheres.

Afinal as mulheres costumavam ser vistas (e ainda o são em vários espaços) como incapazes de exercer a neutralidade científica. É o que leva Sandra Harding a escrever:

Feministas se perguntaram: como os próprios padrões de objetividade, racionalidade, bom método e boa ciência refletiram desproporcionalmente as preocupações das instituições que usaram a C&T como recurso para elaborar políticas constitucionais, de saúde, educacionais, militares e econômicas? (Harding, 2007, p. 164)

As respostas feministas a este questionamento, afirma a autora, foram dadas pela superação das *relações estreitas* que o método científico até então propunha. Os questionamentos das feministas dirigiam-se aos padrões de objetividade e neutralidade que sempre embutiram a noção de inferioridade não só da mulher em relação ao homem, mas dos povos latino-americanos, africanos e asiáticos em relação aos brancos ocidentais.

A crítica feminista vai no sentido de ouvir outros métodos científicos que contém a história da humanidade, a superação de suas dificuldades e as propostas de atendimento a suas necessidades. A ciência moderna ocidental se mostrou muitas vezes fechada entre seus pares e, por isso também, preconceituosa. Por conta disso, a participação das mulheres foi restrita e carregada de inibições, particularmente nos países da América

Latina.

A ciência é a narrativa oficial dos fenômenos, o que significa que quem dela faz parte também pode controlar costumes, crenças, culturas e relações sociais, com implicações diretas na vida e no cotidiano de cada um, especialmente para as mulheres.

Caminhos em construção

Na América Latina ainda se busca um espaço autônomo de preservação das práticas de conhecimento e saber dos povos originários: a ciência aqui produzida ainda está intrinsecamente ligada aos padrões europeus e norte-americanos, com metodologia e práticas diferentes das que foram e são produzidas na cultura local e com respostas diferentes daquelas que carregam a necessidade das teses feministas. Essas teses, em grande parte importadas de nações estrangeiras, trouxeram reorganizações dos movimentos de mulheres, indicando uma preservação de interesses comuns, porém sem observar a diversidade existente no território latino-americano. Estas mesmas teses possibilitaram transformar as bases científicas, e a ciência se tornou mais popular com reflexões críticas acerca dos preconceitos produzidos internamente nas Academias.

A desigualdade de gênero na ciência tem consequências diretas nas ações e na organização social. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Milênio (ODS 2030) orienta para o incremento da igualdade das mulheres nas ciências, além de indicar que, desta forma, se propiciam mudanças culturais mais rápidas, bem como a superação de preconceitos e discriminação.

Conhecer historicamente o desenvolvimento científico, seus pressupostos, metodologias e práticas, e conferir visibilidade às mulheres nos vários campos da ciência latino-americana é um dos meios para abrir horizontes às novas gerações, para que possam se identificar e perceber que a ciência também é o espaço das mulheres. Esse caminho torna possível, além disso, identificar nossa história, reconhecer a ausência das práticas e dos costumes do território, certificar-se de como se deu a colonização e de que instrumentos se utilizava.

Neste livro, os artigos escritos pelas bolsistas do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina (CBEAL) oferecem elementos importantes para desvendar o papel e a trajetória de mulheres em diferentes áreas do conhecimento. Espera-se, com eles, abrir horizontes e convidar os leitores à reflexão sobre a contribuição feminina, dos

movimentos de mulheres e dos movimentos sociais na construção da ciência não descarnada da vida real e concreta dos homens e mulheres latino-americanos.

Na sociedade atual, em que o conhecimento exerce força significativa na organização da própria vida, é essencial que o acesso às ciências se faça com equidade entre os povos, incluindo os latino-americanos – esse é o caminho consubstancial para um futuro que respeite toda forma de vida.

Sobre a autora

Mirlene Fátima Simões Wexell Severo foi a professora doutora convidada pela Comissão de Apoio à Pesquisa e Extensão (CAPE), do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina, deste Memorial, para orientar os pesquisadores bolsistas convocados pelo Edital de Bolsas nº 1/2023, nas seguintes linhas de pesquisa: Relações de gênero na história e na ciência na América Latina, Epistemologias feministas e decoloniais desde os trópicos, Participação feminina na inovação e tecnologia na América Latina e Impactos da maternidade e cuidados parentais nas carreiras de ciência e tecnologia.

Mirlene Fátima Simões é graduada em Ciências Sociais (2001) pela Faculdade de Ciências e Letras da Unesp Araraquara, mestre (2006) e doutora (2012) pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp Araraquara. Como socióloga, coordenou a pesquisa “Políticas públicas para as mulheres: a experiência do Brasil na promoção da equidade no universo do trabalho (2012–2015)”, realizada pela Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM) e a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Coordenou ainda os grupos temáticos: “Sociologia e juventude: questões e estudos contemporâneos” (2015–2016) e “Direitos humanos e sociedade: retratos dos jovens em distintos contextos” (2017), ambos pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Coordenou também o ciclo de debates “Direitos sociais das mulheres na sociedade contemporânea: experiências vividas”, projeto associado ao Centro Cultural Professores Waldemar e Heleieth Saffioti, na Unesp Araraquara (2017). Coordenou ainda o grupo temático “Direitos humanos, arte e memória”, da Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-graduação (ANDHEP, 2017–2018); a mesa-redonda “Juventude, prevenção da violência e perspectivas de intervenções públicas”, no 19º Congresso Brasileiro de Sociologia

(2019); e os projetos “Expandir o presente, criar o futuro”, premiado pela Lei Aldir Blanc (2020–2021), “Laboratório de talentos” (2020–2023) e “Co-labore” (2020–2023), em parceria com o Consulado dos EUA no Brasil. Foi docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, FCLAr/Unesp (2022–2024). Integrou a comissão organizadora do seminário “50 anos de *A Mulher na Sociedade de Classes*”, realizado pela Unesp e pela Prefeitura Municipal de Araraquara (2019). Igualmente integrou o Banco Nacional de Avaliadores do Sinaes/INEP e compôs o banco de avaliadores da Avaliação Especial da Educação Superior (2019). Foi líder do grupo de pesquisa “Processos de construção de realidades: direitos humanos, arte e memória” (CNPq/Belas Artes, 2016–2018) e co-líder do grupo de pesquisa “Segurança urbana, juventude e prevenção do delito” (CNPq/Unesp/CAr, 2009–2021). É Secretária Regional São Paulo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC (2023–2025). Atua nas seguintes temáticas: mulheres jovens, direitos humanos e mulheres.

Referências bibliográficas

AGUILLAR, Hugo. *Universidades na América Latina*. Disponível em: <https://sites.usp.br/portallatinoamericano/espanol-universidades>. Acesso em: dez. 2023.

BARRANCOS, Dora. *História dos feminismos na América Latina*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. 2022.

BLAY, Eva Alterman. *De como o feminismo modificou a sociedade e a ciência: avanços e impasses*. Organicom, São Paulo, Brasil, v. 19, n. 40, p. 43, 2022

DIETERICH, Heinz. “Educación, acumulación de capital y paradigma educativo latinoamericano”. In: DIETERICH, H. (coord.). *Identidad, educación y cambio en América Latina*. México, D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana; Editorial Quimera, 2003. p. 105-128.

FELTRIN, Rebeca; LIMA, Márcia M. T. Gap de gênero na ciência em tempos de covid-19: um panorama do Brasil. *Redes – Revista de estudos sociais de la ciência y la tecnología*. (Bernal), v. 26, n. 51, p. 1-46, 2020.

FLORENTINE CODEX. [edição digital] Disponível em <https://florentinecodex.getty.edu/>. Acesso em: dez. 2023.

GONZALEZ, Lélia. “Por um feminismo afrolatinoamericano”. *Revista Isis Internacional*, Rio de Janeiro. n. 8, p.12-20, out. 1988.

HARDING, Sandra. “Gênero, democracia e filosofia da ciência”. *RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.163-168, jan.-jun., 2007. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/891>. Acesso em: dez. 2023.

_____. “Ciência e tecnologia no mundo pós-colonial e multicultural”. (Trad. Elisabeth Carneiro. *Labrys – Estudos feministas*, n. 3, jan.-jul. 2003. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys3/web/bras/sandra1.htm>. Acesso em: dez. 2023.

HORTA, Célio C.. “América Latina: conceitos e limites”. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*. v. 15, n. 2, p. 191-218, 2021.

MATOS, Maria Izilda S.; PEREIRA, Bruna B. “Prontuários femininos do Sanatório Pinel/SP (1929-1944)”. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, vol. 30, n. 1, jan.-abr. 2022.

MURRAY, Pamela S. *For Glory and Bolivar: The Remarkable Life of Manuela Sáenz*. Austin: University of Texas Press, 2008.

OROZCO MARTÍNEZ, T. e ZAPATA GALINDO, M. (2020). Leitura crítica de um manifesto feminista populista. *Debate Feminista*, 61. Disponível em: <https://doi.org/10.22201/cieg.2594066xe.2021.61.2236>.

QUIJANO, Anibal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Coleção Mulher. Trad.: Raul Fiker. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001.

SEGATTO, Rita. *Cenas de um pensamento incômodo*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

SIMÕES, Mirlene F. (org.). *Mulheres na ciência em São Carlos: reflexões, trajetórias e histórias*. São Carlos: Fundação Pró-Memória de São Carlos, 2022.

TRABA, Marta. *Duas décadas vulneráveis nas artes plásticas latino-americanas, 1950-1970*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Cap.

01

Precursoras feministas: uma análise comparada das trajetórias de Mariana Coelho e Elvira López (Brasil e Argentina)



Thaís Batista Rosa Moreira

Capítulo 1

**Precursoras feministas –
uma análise comparada das trajetórias de Mariana Coelho e
Elvira López (Brasil e Argentina)**

Thaís Batista Rosa Moreira

[...] As mulheres transformaram os conceitos e suposições do pensamento masculino, subvertendo com sutileza esse pensamento para incorporar o conhecimento e o ponto de vista das mulheres. Essa tensão entre a hegemonia patriarcal e a redefinição das mulheres é uma característica do processo histórico que negligenciamos descrever e observar até agora⁴.

A questão dos feminismos tem ganhado destaque nos últimos anos, tanto no âmbito acadêmico como nas grandes mídias. Um número significativo de debates e trabalhos dedicados aos estudos de gênero, das sexualidades e da história das mulheres estão em desenvolvimento, estimulando, inclusive, um mercado editorial de publicações e traduções de textos importantes nesses campos de estudos. É o caso do livro *A criação da consciência feminista*, da historiadora Gerda Lerner, escrito originalmente em 1993 e publicado em português somente no ano de 2022. Nessa obra, a pesquisadora se preocupa, dentre outras coisas, em investigar como as mulheres desenvolveram suas percepções das desigualdades de gênero e como buscaram alternativas de organização social para superar as injustiças perpetradas por sua condição de subordinação fundada no sistema patriarcal. Segundo a autora, essa “consciência feminista” e seus modos de existir na história não foram investigados com expressividade.

Em um primeiro momento, é preciso relembrar que a obra de Lerner foi concebida há três décadas, nos Estados Unidos, e que nesse meio tempo muito foi produzido no sentido de investigar o que a autora chama de “consciência feminista”. No caso brasileiro, por exemplo, podemos citar alguns trabalhos de mestrado e de doutorado que lançaram luz a personagens que fizeram parte dessa história de conscientização ainda no século XIX. Refiro-me ao trabalho de Cristiane Ribeiro (2019), que revelou a trajetória de Anna

⁴ LERNER, Gerda. *A criação da consciência feminista*. São Paulo: Editora Cultrix, 2022, p. 33)

Rosa Termacsics dos Santos (1821-1886), autora de *Tratado sobre a emancipação política da mulher e o direito de votar* (1868), e à tese *Peregrinas de outrora: viajantes latino-americanas no século XIX*, de Stella Maris Scatena Franco (2008), que abordou os relatos de três latino-americanas, dentre elas a brasileira Nísia Brasileira Floresta (1810-1885), problematizando as biografias feitas sobre sua figura histórica e a construção da imagem desta que é considerada uma das primeiras feministas do Brasil.

Por outro lado, é importante ressaltar que, para o público geral – isto é, fora do mundo acadêmico – o conhecimento sobre essas mulheres engajadas do passado e suas contribuições e pensamentos é ainda muito fragmentado e pouco expressivo. A palavra “feminista” é, com frequência, associada à figura da filósofa francesa Simone de Beauvoir (1908-1986), ignorando uma gama ampla de pensadoras, em especial as latino-americanas, que também contribuíram para a epistemologia feminista, falando de um lugar muito mais próximo (e por vezes antecipado, com relação à figura europeia). Nesse sentido, entendemos que refletir historicamente sobre as mulheres intelectuais do passado e as *consciências feministas* que elas desenvolveram é um esforço ainda pertinente, sobretudo no que diz respeito ao nosso contexto sul-americano.

Assim sendo, esse capítulo visa trazer aportes para a produção historiográfica sobre a trajetória de mulheres envolvidas com o pensamento feminista no início do século XX no Brasil e na Argentina. Apesar das produções provenientes do contexto europeu e norte-americano serem mais conhecidas e referenciadas quando se trata desse período histórico, há um esforço historiográfico crescente entre pesquisadoras(es) de se dedicarem às feministas latino-americanas que também registraram e desenvolveram reflexões de fôlego sobre as condições das mulheres na sociedade, bem como críticas sobre as raízes de sua inferiorização. Para investigar esses diagnósticos precursores, faremos uma análise histórica e comparativa das trajetórias de duas feministas atuantes no cenário latino-americano que produziram trabalhos ensaísticos e acadêmicos sobre o feminismo e a história das mulheres ainda nas primeiras décadas do século XX. Ambas são relativamente pouco conhecidas e abordadas em trabalhos e em divulgações científicas da atualidade, ainda que tivessem feito parte de associações e grupos feministas importantes no passado. Estamos nos referindo a Mariana Coelho, do Brasil, e Elvira Virginia López, da Argentina.

O contexto histórico e os debates na historiografia

O período histórico que compreende o final do século XIX e o início do século XX foi marcado pela articulação dos primeiros movimentos feministas, uma vez que um número expressivo de mulheres engajadas passou a se envolver, de diferentes formas, com os debates sobre a chamada “emancipação da mulher”. Essa articulação se deu em um processo internacional e bastante diversificado, não apenas na abrangência de países que passam a sediar organizações feministas e sufragistas, mas também pelas diferentes correntes e abordagens que se expressam no seio desses grupos. Reivindicava-se o voto, mas também os direitos civis básicos e o direito à educação. No Brasil e na Argentina, assim como em outros países latino-americanos, a discussão sobre a luta pelos direitos das mulheres se fazia presente na mesma época. A imprensa, em seus diferentes matizes - desde os jornais femininos e/ou feministas às revistas ilustradas humorísticas -, tiveram um papel central no debate público acerca desses ideais e anseios. Ainda que o pensamento conservador e sexista dominasse as leis e os costumes, muitas vezes se levantaram contra esses preceitos⁵, numa batalha que durou décadas para trazer resultados positivos às militantes: o sufrágio feminino, por exemplo, foi conquistado apenas em 1932 no Brasil e em 1947 na Argentina.

A historiografia sobre esse feminismo chamado “de primeira onda” é marcada por controvérsias tanto na tradição brasileira como na argentina. As pesquisas mais recentes têm apontado críticas e limites das interpretações iniciais. No caso do Brasil, a historiadora Rachel Soihet aponta como o anacronismo marcou muitas das produções pioneiras, como os trabalhos de Susan Besse (1999) e de Branca Moreira Alves (1980), que contém críticas ao movimento do início do século XX a partir de experiências propiciadas e decodificadas por um momento histórico posterior (a saber, a “segunda onda feminista”, ao qual essas intelectuais pertenceram) (Soihet, 2013, p. 101-102). No

⁵ A criação de associações ativistas é um exemplo dessa organização política. No Brasil, Leolinda Daltro funda o Partido Republicano Feminino (PRF) em 1910; em 1919, sob a liderança de Bertha Lutz, surge a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, embrião da futura Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922), grupo com o qual Mariana Coelho terá conexões nas décadas de 1920 e 1930. Já na Argentina, houve um número ainda mais expressivo de associações, dentre eles o *Consejo Nacional de Mujeres Argentinas* (1900), o *Centro Socialista Femenino* e a *Unión Gremial Femenina* (1903), o *Centro de Universitarias Argentinas* (1904), o *Centro Feminista* (1905), o *Comitê Pro-Sufrágio* (1907), a *Liga Nacional de Mujeres Librepensadoras* (1909), a *Liga Feminista Nacional* (1910), a *Liga para los Derechos de la Mujer y el Niño* (1911) e a *Unión Feminista Nacional* (1919). Elvira participou das articulações do CNMA e do *Centro Feminista*.

caso argentino, a historiadora Adriana Valobra aponta que parte da historiografia sobre o feminismo no país acabou por superestimar a importância do maternalismo político⁶ nas atuações das ativistas locais, o que não se sustenta na medida que muitas feministas primaram por outros enfoques durante suas trajetórias (Valobra, 2018, p. 33).

Ainda do ponto de vista da historiografia, algumas historiadoras desenvolveram importantes obras sobre a história dos feminismos na América Latina, como Asunción Lavrin (2005) e Dora Barrancos (2022). Entretanto, ainda há poucos trabalhos que deem conta de temáticas e recortes mais delimitados, como propomos aqui. Em geral, os movimentos como um todo são comparados e/ou matizados, mas as atrizes históricas que compõem essas organizações acabam sendo mencionadas “de passagem”. São escassos os trabalhos que propõem análises conjuntas e cruzadas de ativistas, como fez María Laura Osta Vázquez no artigo *Vidas que se cruzam: as trajetórias das feministas sufragistas uruguaias e brasileiras através dos discursos*, abordando as figuras da brasileira Bertha Lutz e da uruguaia Paulina Luisi (Vázquez, 2014).

De todo modo, esse período de transição do século XIX ao XX foi marcado pela atuação de muitas mulheres engajadas, muitas delas professoras, como é o caso das duas intelectuais que iremos abordar nesse capítulo. Mariana Coelho e Elvira López produziram reflexões teóricas sobre a história do feminismo, das mulheres e da desigualdade entre os sexos – termo utilizado na época. Essas reflexões não se apartam do contexto dos debates na imprensa – aliás, ambas também atuaram nessa esfera dos periódicos -, mas é necessário frisar que a produção de obras de fôlego, como é o caso dos livros escritos por elas, não era tão óbvia e facilitada para as mulheres. Coelho e López, que além de tudo buscaram se inserir nas redes de sociabilidade feministas do período, hoje são menos estudadas do que outras personalidades mais célebres, como Bertha Lutz, no Brasil, e Alicia Moreau de Justo ou Eva Perón, na Argentina. Além disso, ambas construíram relações com o mundo acadêmico e científico de maneiras distintas, o que exemplifica as vicissitudes que as mulheres enfrentaram para adentrar a territórios tão masculinizados. Coelho desenvolveu pesquisas por toda a década de 1920 para escrever o ensaio *A evolução do feminismo*, publicado apenas em 1933. Já Elvira López

⁶ Em termos gerais, o maternalismo político refere-se a uma abordagem que valorizava o papel das mulheres como mães e “defensoras da família”, propondo a incorporação desses valores e perspectivas nas políticas públicas.

percorreu um caminho mais institucional, defendendo uma tese de doutorado em 1901, na primeira turma da Facultad de Filosofia e Letras da UBA.

Escrevendo a partir de uma América Latina em ebulição em termos políticos e sociais – uma vez que os trinta primeiros anos do século foram marcados por reformas políticas e urbanas, crises institucionais e uma série de greves nas grandes cidades –, as autoras refletem sobre as experiências locais comparando-as com o restante do mundo. Chama a atenção, ademais, como as duas estruturam seus trabalhos de maneira parecida. No início, fazem análises críticas e panorâmicas da história das mulheres no ocidente, retomando os séculos anteriores e os preceitos filosóficos que nortearam tais períodos. No decorrer dos textos, também se debruçam sobre objetos similares: a educação, a profissionalização, o matrimônio, a presença nas ciências, artes e letras e as dimensões dos direitos civis, econômicos e políticos para as mulheres. Além disso, as duas desenvolvem argumentos interessantes para questionar e refutar o antifeminismo dominante na época.

Ainda assim, há particularidades entre Coelho e López. Nesse sentido, abordaremos comparativamente as trajetórias de ambas como forma de elucidar essas diferenças – visando, sobretudo, demonstrar como a *consciência feminista* latino-americana dessas autoras também é plural e permeada por nuances.

Mariana e Elvira – Quem são essas mulheres?

“[...] devemos depreender de tais fatos, comprovados pela história, que foi a civilização – (como tudo é contraditório nesse mundo!) com as suas leis e consequentes costumes e preconceitos - que nos desvalorizou e enfraqueceu colocando-nos, neste vasto planeta, num lugar inferior e doando-nos a concludente denominação de sexo fraco!” (Coelho, 2002 [1933], p. 40)

“[...] *de aquí ese movimiento que no pretende trastornar el mundo, sino introducir mayor equidad en las relaciones sociales y mejorar la suerte de la mujer y del niño. Por eso se ha dicho con razón que el feminismo*

envuelve un problema de justicia y de humanidad.” (López, 2009 [1901], p. 32)⁷



Imagem 1: Mariana Coelho, 1935, Paraná

Fonte: Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Arquivo Nacional (Brasil)

Imagem 2: Dra. Elvira López, 22 de novembro de 1902, revista *Caras y Caretas*, Argentina

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional de Espanha

Mariana Coelho (1857-1954)⁸, portuguesa de nascimento que se radica no Paraná, onde vive a maior parte de sua vida, foi uma professora e escritora de destaque no cenário regional. Fundou e dirigiu uma instituição voltada para o ensino de mulheres, o Colégio Santos Dummont, além de atuar na Escola Profissional República Argentina, em Curitiba. Uma de suas principais obras foi o longo ensaio *A evolução do feminismo: subsídios para sua história*, escrito e idealizado na década de 1920, mas publicado apenas em 1933

⁷ “[...] dá esse movimento, que não busca perturbar o mundo, mas sim introduzir maior equidade nas relações sociais e melhorar a vida das mulheres e das crianças. É por isso que se diz, com razão, que o feminismo envolve um problema de justiça e humanidade.” (López, 2009 [1901], p. 32, tradução: GeminiAI revisado pelo editor).

⁸ Segundo Zahidé Lupinacci Muzart, responsável pela reedição de *A Evolução do Feminismo*, há dúvidas quanto ao ano de seu nascimento: encontram-se registros divergentes nos dicionários bibliográficos, apontando os anos de 1857, 1858 e 1872 (Coelho, 2002 [1933], p.11). No Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino do Arquivo Nacional há documentos que indicam que a data de nascimento de Mariana Coelho seria 10 de setembro de 1879, como consta em seu atestado de naturalização como cidadã brasileira, emitido pelo Departamento do Serviços Médico Legal e Anexos do Estado do Paraná em 1934. Todavia, segundo a pesquisadora Dyeinne Cristina Tomé (2020), o livro de registros de batismo de Vila Real em Portugal demarca o nascimento de Mariana Coelho em 1857. Adotamos a última data mencionada, cientes da dúvida.

(primeira e única edição do livro). Além desse, Mariana publicou variados trabalhos durante sua vida: livros de contos, de poesia e de estudos literários, como *Paraná mental*, uma história das letras de seu estado de adoção, premiada em uma exposição nacional literária de 1908. Foi, ademais, assídua participante de debates na imprensa de Curitiba, tratando especialmente de temas relacionados às mulheres⁹. Também foi autora de conferências que marcaram o campo intelectual curitibano, como “Um brado de revolta contra a morte violenta”, proferida em 1935 e posteriormente publicada em livro, alavancando discussões sobre o pacifismo perante o contexto de guerras, além de tecer críticas às políticas imperialistas e exploradoras de países europeus¹⁰. Como militante feminista, Coelho esteve associada ao Centro Paranaense de Cultura Feminina, CPCF, que viria representar a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino no Paraná, em 1936 (Tomé, 2020).

⁹ Algumas de suas contribuições estão transcritas em: TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. *Clotildes ou Marias. Mulheres de Curitiba na Primeira República*. Curitiba: Fundação Cultural, Coleção Farol do Saber, 1996.

¹⁰ Para mais detalhes sobre a conferência e o livro, ver: DA SILVA, Débora do Rocio Pacheco. “A desilusão com o ideal de progresso na obra “Um brado de revolta contra a morte violenta”, de Mariana Coelho (1935)”. In: *Anais do 2º Colóquio do PPGH-Universidade Estadual de Ponta Grossa – Experiências, Desafios e Possibilidades: 10 anos de PPGH*, 2022, p. 18-27.



Imagem 3: Nessa fotografia, retratando a comunidade escolar do Colégio Santos Dumont, Mariana Coelho aparece logo à direita do retrato do patrono homenageado. Revista *O Malho* (RJ), 1903
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira (Biblioteca Nacional)

Nas palavras de Zahidé Lupinacci Muzart, pesquisadora e responsável pela reimpressão do livro *A evolução do feminismo* em 2002, Coelho poderia ser considerada uma “Beauvoir Tupiniquim”: sua obra antecede em 16 anos o clássico *O segundo sexo*, que apresenta uma série de correspondências com o trabalho da portuguesa-paranaense, tanto do ponto de vista da temática quanto da erudição analítica (Muzart, *Apresentação*, In Coelho, 2002 [1933], p. 13). Há de se problematizar, além disso, o relativo desconhecimento sobre Mariana Coelho no próprio contexto brasileiro. O fato de uma obra da magnitude de *A evolução do feminismo* não ter o devido reconhecimento é um provável indicativo de que as obras e personalidades atuantes fora do eixo Rio de Janeiro–São Paulo raramente alcançam projeção para se inscreverem em interpretações históricas que dizem abordar *o Brasil*. A pesquisadora Dyeinne Cristina Tomé aponta que o desconhecimento de seu trabalho em âmbito nacional deveu-se a seu crescente afastamento de Bertha Lutz após a publicação de *A evolução do feminismo*, em razão da

ousadia de Mariana em abordar “temas fortemente interdítados, como o amor, a religiãõ e, sem mencionar explicitamente, o divórcio” (Tomé, 2020, p. 297).

Apesar disso, Mariana conquistou certa projeção e respeito por parte do público leitor da época. Uma breve pesquisa nos acervos digitais da Hemeroteca Brasileira indica uma quantidade relevante de menções a Coelho na imprensa durante as primeiras décadas do século XX¹¹. Esse reconhecimento popular também é constatado em periódicos para além da região sul. *O Malho*, conhecida revista ilustrada editada no Rio de Janeiro, iniciou um plebiscito em agosto de 1936, sob o brado “Levemos a mulher à Academia de Letras!”. Para tanto, os leitores deveriam responder à pergunta: “Qual é a mulher intelectual que merece a consagração da imortalidade?”. No resultado do pleito, divulgado na edição de 14 de janeiro de 1937, consta o nome de Mariana Coelho com 106 votos¹².

¹¹ Há menções a Mariana nos jornais *Commercio do Paraná*, *O Dia* (PR), *A Republica: orgam do Partido Republicano* (PR), *O Estado do Paraná*, entre outros.

¹² As cinco mais votadas foram, respectivamente, Maria Eugenia Celso, Gilka Machado, Alba Canizares do Nascimento, Anna Amelia e Henriqueta Lisboa. Em boa parte do século XX, houve grande resistência à presença de mulheres na Academia Brasileira de Letras: em 1930, a escritora Amélia Beviláqua teve sua candidatura rejeitada por ser mulher, assim como aconteceu com Dinah Silveira Queiroz. Apenas em 1977 a instituição aceitou uma escritora, dando parecer favorável a Rachel de Queiroz (Ramos *et al.*, 2023, p. 1-2). Curiosamente, a mesma Rachel de Queiroz que também apareceu no plebiscito de *O Malho*, com 54 votos.



Imagem 4: Mariana Coelho. Revista *A Bomba* (PR), 1913
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira (Biblioteca Nacional)

Mariana Coelho buscou se estabelecer como leitora e escritora, para assim conquistar espaço, respeito e reconhecimento nos campos literário e intelectual (Tomé, 2020, p. 293), conquistando assim projeção social. À marcante atuação nesses campos alinhou-se sua trajetória de lutas em defesa dos direitos sociais das mulheres, que se transformou e intensificou com o passar dos anos (Ibid.). *A evolução do feminismo* (1933) é, portanto, fruto de um momento mais convicto da escritora, e chama a atenção por abordar retrospectivamente a presença das mulheres em vários âmbitos sociais e em diversos países. Embora produzido de fora do mundo acadêmico¹³, o trabalho pode ser enquadrado

¹³ A complexa questão do “amadorismo” de mulheres na produção histórica é abordada por um conhecido trabalho de Bonnie Smith, *Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica* (2003). Este trabalho permitiria qualificar Mariana Coelho como “historiadora amadora”, uma vez que produz seu ensaio histórico à margem da formação acadêmica em História e do amparo de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB. Todavia, concordamos com a reflexão da historiadora Jeane Carla Oliveira de Melo que em vez de “amadorismo”, prefere adotar o conceito de “práticas historiográficas”: qualquer prática histórica não existe *per se*, mas se comunica com o seu entorno social, e houve no passado outros modos possíveis de escrita da história, como o colecionismo (2023, p. 288). Ademais, como reforça De Melo, “não nos interessa aqui elaborar classificações desabonadoras à escrita da história de autoria

na área da História. Tal qual outras mulheres letradas e docentes de sua época, Mariana Coelho exerceu sua *voz historiadora* (De Melo, 2023) sobretudo por seus esforços intelectuais, nítidos em suas obras: o sumário do livro já adianta a potencialidade de seu esforçado levantamento. Constan ali, além da introdução, os capítulos intitulados “Emancipação feminina”, “A mulher na religião”, “O civismo da mulher na guerra”, “A mulher na política e na administração”, “A mulher nas ciências, nas artes e nas letras”, “A ação da mulher na imprensa” e “A mulher nas diversas modalidades do amor”.

feminina. Hierarquizar, desqualificar e apagar, são operações da ordem da memória e do esquecimento e que atingem em cheio as escritoras” (2023, p. 288).

CARAS Y CARETAS

SEMANARIO FESTIVO, LITERARIO, ARTÍSTICO Y DE ACTUALIDADES

EUSTAQUIO PELLICER
REDACTOR

JOSÉ S. ALVAREZ
DIRECTOR

MANUEL MAYOL
DIBUJANTE

AÑO IV

BUENOS AIRES, 26 DE OCTUBRE DE 1901

N.º 160

Colación de grados en la Facultad de Letras

LOS PRIMEROS DOCTORES

En plena época de propaganda en favor de los ejercicios físicos, y cuando todos los esfuerzos parecen dirigidos á hacernos suponer que por encima de la cultura del espíritu se halla el desarrollo muscular, efectuóse en la Facultad de Filosofía y Letras una simpática fiesta celebrando la terminación de los estudios de los ocho primeros doctores salidos de aquella.

A la ceremonia asistieron el ministro de Instrucción Pública, el rector de la Universidad, los decanos de las facultades de Derecho y de Medicina; el de la Filosofía y Letras, doctor Miguel Cané, y diversos académicos y profesores.

Frente á los referidos señores tomaron asiento los graduados.

Después que la orquesta ejecutó el himno nacional, óido de pie por la concurrencia, el doctor Cané leyó un brillante discurso, con-

tado por la nueva doctora señorita Ernestina López, siendo acogidos con grandes aplausos los párrafos descollantes de ambos trabajos.

El primeramente nombrado inició la lectura de su discurso con una original advertencia á los oyentes, haciéndoles notar que la fiesta no representaba un reclamo, por cuanto él, en su calidad de decano de la facultad, no les aconsejaba hiciesen seguir á sus hijos la carrera de Filosofía y Letras, de escasos resultados, si se considera con el criterio positivo dominante en nuestro país.

Con la distribución de los diplomas á los graduados señoritas Ernestina A. López, Elvira V. López, Ana Mauthe y María A. Canetti, y señores Eugenio Marin, Porfirio E. Rodríguez, Juan C. Jara y Eugenio Ivancovich, dióse por terminado el acto, que con justicia ha sido calificado de trascendental.

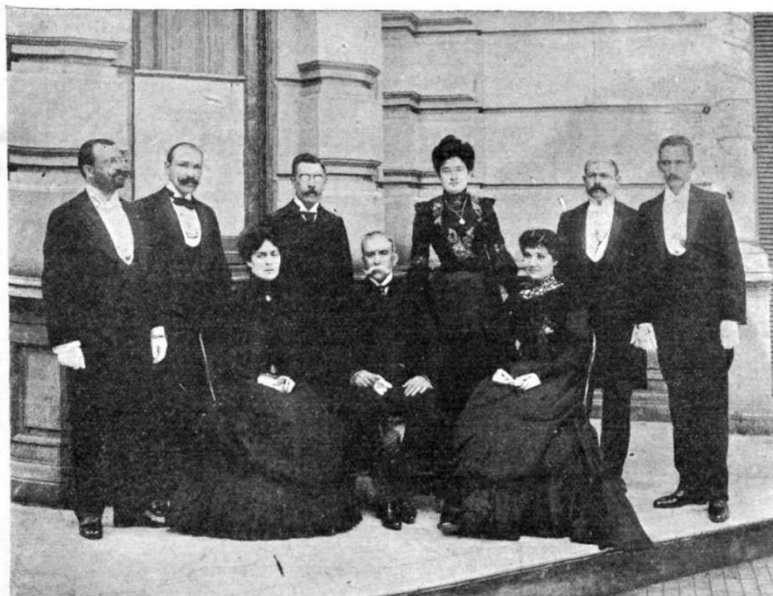


Imagem 5: A colação de grau da Facultad de Filosofía y Letras chamou a atenção da imprensa bonaerense da época, como se nota nessa página de *Caras y Caretas*. Sentada, ao lado direito da fotografia, Elvira López posa junto de autoridades da Universidad de Buenos Aires. Ao seu lado, em pé, está sua irmã, Ernestina López. Revista *Caras y Caretas*, Argentina, 26 de outubro de 1901
Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional de Espanha

Elvira Virginia López (1871-1956), integrante do grupo de mulheres universitárias da Argentina, foi doutora em Filosofia formada pela primeira turma da Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Buenos Aires (UBA) e educadora. Era filha de Adriana Wilson e do pintor Cándido López, conhecido por obras que retrataram a Guerra da Tríplice Aliança. Junto de suas irmãs Ernestina e Matilde, aderiu às teses feministas da época e produziu *El movimiento feminista* (1901), primeiro trabalho acadêmico sobre

o feminismo da UBA (Barrancos, 2010, p. 124). Sua irmã Ernestina López, também universitária, conquistou o título de doutora com a tese *¿Existe una literatura propiamente americana?*. Ambas cumpriram a formação acadêmica com honras, os dois trabalhos tendo recebido nota máxima (Spadaro, 2004, p. 8). Além disso, foram brindados por um banquete em homenagem à colação de grau, evento social muito concorrido entre a alta sociedade portenha (Vignoli, 2018, p. 130).

El banquete á las doctoras en letras

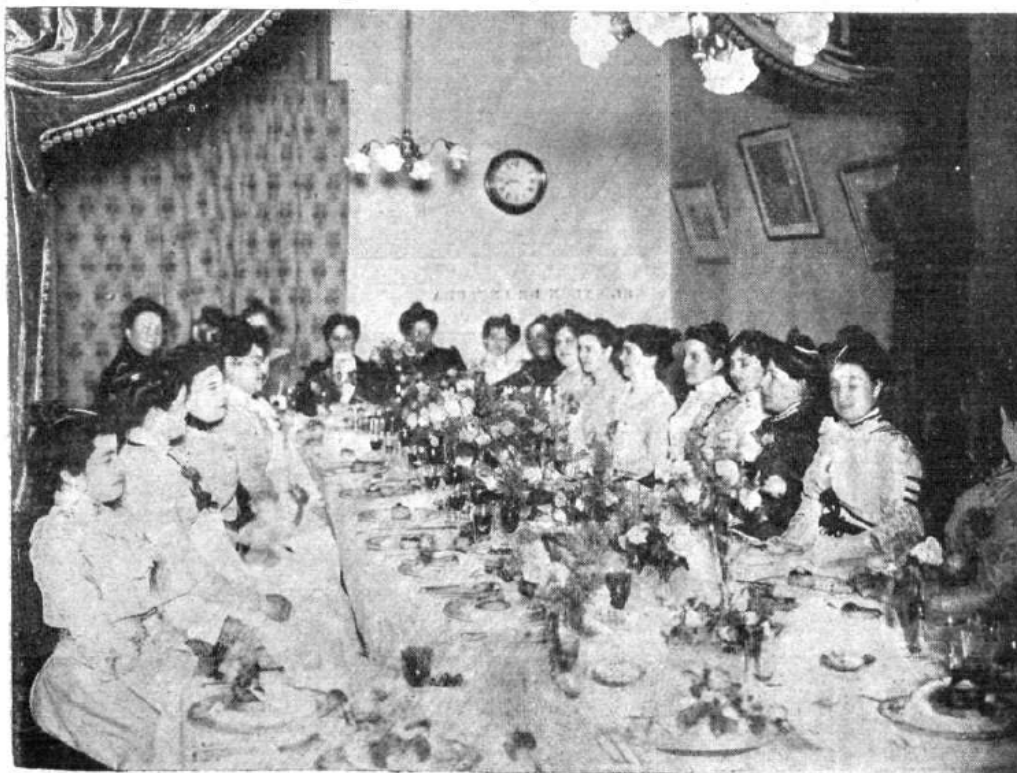
En obsequio á las nuevas doctoras en Filosofía y Letras, señoritas Ernestina A. López, Elvira V. López, Ana Mauthe y María A. Canetti, celebróse en el salón alto del hotel Phoenix un banquete, al que asistieron exclusivamente representantes del bello sexo, cuyo nombre va unido á la noble campaña que en pro de la intelectualidad femenil, han emprendido algunos espíritus elevados y progresistas.

El banquete habia sido ofrecido por las doctoras y estudiantes de medicina, presidiendo la mesa la doctora Eyle.

A los postres hicieron uso de la palabra la se-

ñorita Lola Ubeda, las doctoras Elvira V. López, Grierson, Rawson, Dellepiane y Eyle, la señora de Turner y la señorita Emilia Salzá.

Además de las mencionadas asistieron al banquete las señoras Celestina S. de Frutos, Sara C. de Eccleston, Luisa L. de la Llosa, Elena S. de Gómez, Juana T. de Reynes, Emma C. de Basabivaso, Catalina A. de Bourel y señoritas Francisca Jacques, María C. Martínez, Catalina Souberán, Kings, Ana Pintos, Ana M. Cotter, Irma Ventura, Sara Justo, María P. Saviera, Elisa Manes, Gillings, Teresa Ratto, María J. Becker y Ana Báez.



EN EL BANQUETE

Fot. de CARAS Y CARETAS.

Imagem 6: Banquete oferecido às doutoras formadas pela Facultad de Filosofía y Letras, dentre elas, Elvira López. Revista *Caras y Caretas* (Argentina), 26 de outubro de 1901
Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional de Espanha

As irmãs López são figuras fundamentais para as articulações feministas argentinas, especialmente nas duas primeiras décadas do século XX. Se encarregaram da redação da

Revista del Consejo Nacional de Mujeres de la República Argentina, que ajudaram a fundar, e promoveram leis, através de deputados socialistas (Spadaro, 2004, p. 8). No ano de 1902, participaram da convocatória para fundar o *Centro Socialista Femenino*, que tomou forma em abril do mesmo ano conjuntamente com outras mulheres engajadas: Gabriela Laperrière de Coni, Raquel Mesina e as três irmãs Chertkoff (Adela, Mariana e Fenia) (Spadaro; Femenías, 2021, p. 83). Em 1904, Elvira e Ernestina foram, junto de Sarah Eccleston, representantes do Consejo Nacional de Mujeres argentino em um evento em Chicago (Vignoli, 2018, p. 132), organizado pelo International Council of Women (ICW), criado em 1888 nos Estados Unidos. Ainda segundo Vignoli, as irmãs foram convidadas pela feminista estadunidense May Wright Sewall a visitá-la em Indianápolis, e Elvira dissertou sobre a mulher argentina na Cornell University (Vignoli, 2018, p. 135). De uma maneira geral, Elvira e Ernestina também cumpriram um papel de “mediadoras culturais”, e puderam discutir significações sociais centradas no feminino por serem amparadas pela respeitabilidade de suas condições – o que não exclui os obstáculos materiais, legais e simbólicos que devem ter enfrentado, ainda que contassem com importantes apoios masculinos, como Rodolfo Rivarola e Antonio Dellepiane (Spadaro; Femenías, 2021, p. 81).

Nuevos bachilleres



Liceo Nacional de Señoritas.—De izquierda á derecha (de pie): Juana Mancusi, Enriqueta Soulés, Marta Ratti, Tatiana Rondareff, Emilia Bertoni, Isabel Mateo, Rosa E. Rotta, Ermelina González Medina, Helvia Mateo. (Sentadas): profesoras Florencia H. Lucas, doctora Ernestina López, doctora Elvira López, Juana Pizzul. (Sentados en primer término): María C. Duarte, Carmen Sagasta, Petronila López, Victoria Gukowsky

Imagem 7: Mulheres do Liceo Nacional de Señoritas: Elvira López aparece no centro, em vestido escuro. Revista *Caras y Caretas* (Argentina), 27 de novembro de 1909
 Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional de Espanha

É imprescindível destacar também o papel central que Elvira e Ernestina tiveram no Primer Congreso Femenino Internacional, celebrado em Buenos Aires no ano de 1910. O evento comemorativo do centenário da independência argentina foi convocado pela Asociación de Mujeres Universitarias e reuniu um grande número de ativistas e organizações feministas do país. Segundo a pesquisadora Asunción Lavrin, o evento marcou um rito importante no desenvolvimento de uma *consciência feminista* no Cone Sul, pois ali participaram tanto as feministas socialistas, como as liberais moderadas e as *librepensadoras*, que expressaram conjuntamente suas opiniões sobre a lei, a assistência e proteção social, os direitos e a educação das mulheres (Lavrin, 2005, p. 47). Coube às irmãs a responsabilidade de proferir a conferência de abertura (Ernestina) e a cerimônia de encerramento (Elvira), que destacavam, dentre outras questões, a importância de uma articulação entre mulheres no contexto latino-americano. Em suma:

“O congresso deveria criar entre as mulheres uma consciência comum do sexo, independente da classe social, fortalecer vínculos e apoiar um desejo comum de educação. Também deveria dissipar os preconceitos relativos à capacidade intelectual da mulher. Era importante que suas ideias fossem expressas, não apenas para quebrar o tradicional silêncio feminino na esfera pública, mas também para demonstrar que as mulheres tinham algo significativo a dizer.” (Lavrin, 2005, p. 49, tradução nossa).

A tese *El movimiento feminista* (1901), que será umas das obras discutidas a seguir, foi uma produção intelectual determinante para o feminismo latino-americano da época. As ideias de Elvira López circularam entre as mulheres engajadas, mobilizando adesões e críticas, mas, sobretudo, dando fundamentos referendados por uma obra com o *status* de uma tese doutoral. A obra apresentou um estudo amplo, organizado em dezesseis capítulos. Dentre eles, destacamos “La mujer en las diversas épocas históricas”, “Feministas y anti-feministas”, “Educación femenina”, “Derechos civiles” e “Derechos políticos”¹⁴. E é válido lembrar que a tese, aprovada por uma banca exclusivamente masculina, foi um dos raros trabalhos acadêmicos voltados a essa temática nesse período histórico. Assim como Mariana Coelho, Elvira é comparada à figura de Simone de

¹⁴ Os outros capítulos são “La mujer juzgada por ella misma”, “Preparación profesional”, “Derechos económicos”, “La sociedad conyugal”, “El movimiento feminista”, “El feminismo en la Argentina” e “Congresos feministas internacionales”. Alguns capítulos foram divididos em duas partes, e, além disso, a tese conta com uma introdução e uma conclusão. Na edição contemporânea (2009), há o acréscimo do prólogo assinado pela estudiosa Verónica Gago, de título “El programa político de una vanguardista prudente”.

Beauvoir pela apresentadora da nova edição de seu texto (Gago, *Prólogo* apud López, 2009 [1901]). Essa coincidência é sugestiva, e nos instiga a perguntar: reflexões sobre a filósofa francesa fariam o mesmo movimento de compará-la às intelectuais latino-americanas que a antecederam? Difícil imaginar uma resposta positiva quando o senso comum, não muito distante da própria historiografia, permanece arraigado às concepções eurocêntricas de que aquele continente e suas personalidades são “invariavelmente” as pioneiras.

Paralelos entre *El movimiento feminista* (1901) e *A evolução do feminismo* (1933)

As trajetórias de Elvira López e Mariana Coelho, como vimos, tiveram em comum o compromisso com a causa feminista e com os debates públicos sobre a condição das mulheres na sociedade da época. Partem, é verdade, de lugares diferentes: López, da academia argentina, Coelho, dos circuitos literários brasileiros. As duas décadas que separam a escrita de seus principais trabalhos também são anos de intensa transformação, sobretudo no que tange às relações de gênero. O formato ensaístico deu mais liberdade de fala às contundentes críticas de Mariana, enquanto Elvira apresentou seu trabalho para a avaliação de uma banca - e de uma cultura - completamente masculina até então. A obra brasileira é também mais otimista, fruto de uma década em que a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) angariava adesão entre setores estratégicos da política e da imprensa brasileira. Já a tese de doutorado, a partir de um momento inicial das articulações femininas, constata que seu país estava em um estado ainda incipiente, e que certas demandas, como o sufrágio, ainda eram distantes da realidade.

Contudo, há um elo em comum entre as obras de Coelho e López no que diz respeito a valorização e a defesa da educação feminina como fundamento para a emancipação das mulheres latino-americanas. O tema da instrução não era propriamente uma novidade: já aparecia nos textos de Mary Wollstonecraft do fim do século XVIII e na sua repercussão com as ativistas e escritoras do século XIX. Todavia, o que se observa em *El movimiento feminista* e *A evolução do feminismo* é uma preocupação latente com as especificidades de seus próprios contextos de produção, isto é, com o contexto latino-americano:

“Quase todos os antifeministas (...) são desfavoráveis à instrução no sexo feminino – razão por que detestam as feministas, que, como se sabe, são todas mais ou menos instruídas. Se o não fossem, não poderiam nem saberiam ser feministas. É confirmado por toda a imprensa que quase todas as feministas que ocupam estes cargos sociais

possuem uma sólida instrução, e são portadoras de diplomas universitários.” (Coelho, 2002 [1933], p. 45, destaques nossos)

“(…) la mujer ha estado y está siempre colocada en condiciones muy distintas a las del hombre; éste le ha cerrado sistemáticamente todos los caminos que conducen a una cultura intelectual superior; se la ha burlado sin piedad cada vez que ha tratado de consagrarse a otras ocupaciones que no fueran las domésticas, sobre todo por lo que respecta a la mujer de raza latina, y hoy, como prueba de esa inferioridad, se dice que no ha producido nada grande ni notable en la ciencia o en el arte; ¿ y cómo habría de producirlo, al menos en la medida del hombre, si ha vivido siempre en un medio especial y distinto a aquel en que vive su natural compañero? Si el medio es una causa primordial en el desarrollo psicológico, según Taine, esta inferioridad se explica fácilmente.” (López, 2009 [1901], p. 71, destaques nossos)

Como observamos nas duas citações, a questão da instrução feminina é fundamental para as autoras, tanto para despertar a *consciência feminista* como para garantir que as mulheres ascendam às formações superiores, qualificadas e aos espaços até então dominados por homens. É importante notar que López, ao afirmar que o “homem fechou sistematicamente às mulheres os caminhos que conduzem a uma cultura intelectual”, contesta a visão biologista que justificava as desigualdades de gênero com a suposta tese da “natural inferioridade feminina”, tão referendada pelos saberes médicos e pela própria Filosofia da época. Aliás, tanto Elvira como Mariana são contundentes e corajosas ao mobilizar, em seus textos, os grandes nomes da Filosofia e História ocidental. López aponta as tendências antifeministas e/ou contraditórias de autores como Pierre-Joseph Proudhon, Auguste Comte e Jules Michelet, ao passo que demonstra como M. E. Legouvé e Stuart Mill apresentaram doutrinas favoráveis às mulheres¹⁵. No trecho em destaque acima, a intelectual também questiona uma fala misógina de longa duração, a de que as mulheres “não produziram nada de grande nem de notável na ciência e na arte”. López rebate perguntando como elas poderiam ter produzido se viveram, contra a sua vontade, em um meio distinto ao dos homens – refutando mais uma vez as premissas naturalistas e seletivas dos antifeministas. Coelho, por sua vez, ironiza em seu livro os “pessimistas mais notáveis com relação ao sexo feminino, do século XIII ao século XIX”, como Jean de Meung, Boccaccio, Molière, Napoleão, Schopenhauer e Nietzsche (Coelho, 2002 [1933], p. 41).

É preciso conhecer a história da desigualdade entre os sexos e ter coragem para

¹⁵ Esse balanço está no Capítulo III, “Feministas y anti-feministas”, de *El movimiento feminista* (1901).

se apropriar do que fundamenta essa opressão às mulheres - em suma, essa é a defesa de Coelho e López. Mas não são apenas os discursos médicos, jurídicos e filosóficos que explicam a história dessa dominação. O que essas autoras acrescentam à articulação pró-feminista são as críticas aos impactos da exploração colonial e da herança herdada pelos “povos latinos”¹⁶. Se em 1901, Elvira já declarava que *“un hecho que se observa muy comunmente entre los pueblos de raza latina, y más que todo española, es que la mujer, aun sin medio de fortuna, sea apartada de los trabajos que podrían permitirle mejorar su posición”* (López, 2009[1901], p. 104), em 1919, em meio a militância da Unión Feminista Nacional, a médica e ativista Alicia Moreau explicitará a caráter patriarcal dominante na sociedade argentina:

“Existe entre nosotros, en primer lugar, el tipo que podríamos llamar hispano colonial. Es la heredera directa de aquellas mujeres nacidas en el hogar que han descripto nuestros historiadores, formado por la unión del español y del aborigen, hogar dominado en absoluto por el padre. (...) Aquel hogar colonial, fuertemente dominado por las creencias religiosas, moldeado por prejuicios arcaicos, estaba impregnado por ese espíritu tan español que lleva al hombre a tratar con galantería a la mujer y al mismo tiempo a despreciarla, (...) que le permite batirse en duelo por una sospecha que ofenda a una dama y lo autoriza al mismo a cubrir de piropos, más o menos audaces o insolentes, a toda mujer con quien se cruce en la calle (...)” (Moreau, 1919, p. 6, destaques nossos)

As dificuldades de acesso ao ensino superior e à formação universitária nos contextos latinos também são criticadas por ambas as autoras. Nesse ponto, chama a atenção que o referencial seja justamente a “herança oposta”: o mundo anglo-saxão. Tanto López como Coelho reconhecem que nos Estados Unidos, “o progresso espantoso do feminismo” é fruto do “importantíssimo fator da educação ministrada às suas mulheres - que elas recebem, desde muito, igual à do sexo masculino” e que por isso eram “preparadíssimas para competirem com ele em todos os misteres da atividade humana” (Coelho, 2002 [1933], p. 133). Isso se deu por conta de uma série de reformas políticas e pelo investimento em instituições voltadas às mulheres que remetem ao fim do século XIX (Gay, 1988[1984]). Mas é possível interpretar, para além da explícita admiração, que há um viés estratégico de mencionar os “avanços anglo-saxões” em suas análises. As comparações do contexto estadunidense com as realidades sul-americanas permeavam

¹⁶ Elvira López utiliza em seu texto as expressões “raza latina” e “pueblos de raza latina”, enquanto Mariana Coelho em geral se refere às “mulheres latinas”, “povos latinos” e “países latinos”. A utilização, nos dois casos, é bastante ampla. As autoras usam essas expressões ora para se referir aos países latino-americanos, ora para os países europeus latinos.

debates intelectuais e políticos em ambos os países, de forma que trazer a instrução feminina e o sufrágio para a cena contribuía para acentuar o teor político – e não o moral, como costumava ser – da emancipação feminina.

Mariana Coelho, em especial, criticou com veemência o que chama de “pertinaz relutância dos países latinos em sancionar os projetos que dão à mulher direitos políticos”, o que parece a ela contraditório na medida que as mulheres já exerciam, “em grande escala, importantes cargos na administração. Concedesse-lhe tudo, menos o voto!” (Coelho, 2002 [1933], p. 117). E enfatiza:

“Como por mais de uma vez temos frisado, são os países latinos onde se depara com mais obstinada relutância na decisão de concessões políticas ao sexo feminino; e os que mais nos surpreendem neste ponto de vista são os países latinos republicanos! Uma contradição: nos governos monárquicos mais obsoletos, a mulher pode ser regente de reinos e impérios – do que a história nos oferece belos exemplos – pode governá-los desassombrada e legalmente; nos governos republicanos, não. Seria digna do ridículo uma República que admitisse uma presidenta! E, no entanto, as instituições republicanas apregoam: igualdade e fraternidade!” (Coelho, 2002 [1933], p. 170)

Tanto Coelho como López conjugam essas críticas às heranças patriarcais históricas com as demais reflexões presentes nas respectivas obras, ao mesmo tempo que instigam os seus leitores a crer que os avanços do feminismo em escala mundial eram “incontornáveis”: “o progresso feminino - embora mais lento nos países latinos - não estaciona” (Coelho, 2002 [1933], p. 176). Contudo, mais do que libelos pela conscientização feminista, *El movimiento feminista* e *A evolução do feminismo* visavam a consagração intelectual de suas autoras. López estava em busca do ainda inédito título de doutora em Filosofia, e Coelho, ainda que fora do mundo acadêmico, investiu em seu ensaio histórico com análises profundas, mobilizando um arsenal de documentos, informes e autores, para assim transcender o efêmero mundo da imprensa com as honras de uma publicação feminista de fôlego. As obras, precursoras e impactantes – inclusive aos nossos olhos da atualidade, na medida em que notamos a perenidade de questões levantadas há mais de um século – são, ainda assim, produtos de anseios e debates daquele período histórico. Isso significa compreender que algumas denominações e análises feministas posteriores não estavam em voga – e, ainda, que determinados referenciais fundamentais para a intelectualidade do período, como o positivismo, estavam presentes nesses textos, ainda que tenham sido abandonados por gerações futuras. Afinal de contas,

para a cultura científica da época, a tendência feminista se via como um resultado inexorável da *evolução* da sociedade (Lobato, 2022, p. 175).

Ademais, a sutileza e o pragmatismo são marcas importantes da militância feminista nesse contexto, e se transcrevem em obras como *El movimiento feminista*, com seu tom de tranquilidade e confiança, que se preocupa por promover a igualdade sem renunciar às diferenças (Spadaro, 2004, p. 4). Tanto Coelho como López denominam seus próprios trabalhos como “modestos”¹⁷, ainda que tenham mobilizado um esforço intelectual notável para construir seus trabalhos. Para compreender essa atitude aparentemente contraditória, se faz necessário relembrar que o uso dessa espécie de retórica de autodesqualificação do saber era uma prática vinda do século XIX, utilizada sobretudo por mulheres instruídas, cultas e viajadas que buscavam amenizar possíveis rechaços públicos diante de suas próprias ações, que afrontavam as expectativas de recolhimento que existiam em relação às “mulheres de bem” (Franco, 2017).

Adotar uma perspectiva histórica crítica para analisar essas figuras e suas obras tem como demanda uma atenção redobrada a possíveis balanços e expectativas anacrônicas. Mas isso não significa deixar de ressaltar a relevância dos temas e das discussões evocadas por López e Coelho, em grande parte persistentes até os dias de hoje. Compartilhando semelhanças e diferenças em suas abordagens, Coelho e López analisaram, criticaram e reformularam certas concepções tradicionais sobre as mulheres e sua história, questionando as desigualdades de gênero e a suposta “inferioridade feminina” explícitas tanto nas leis como nos saberes de viés sexista referendados naquela época. Nesse sentido, foram precursoras, ainda que marcadas por contradições e limites, como tudo na História.

Reflexões finais

Consagrações possíveis, trajetórias evanescentes e o esquecimento das mulheres letradas latino-americanas

¹⁷ Mariana Coelho expõe, logo na introdução de *A evolução do feminismo*, que “[...] organizando o trabalho refletidamente delineado do nosso modesto livro, pensamos contribuir, com uma pequenina e conscienciosa pedra, para a conclusão do majestoso edifício em adiantada construção, do ideal feminista” (2002 [1933], p.29). Já Elvira López reserva às considerações finais de sua tese: “*Por lo que ha podido verse en el curso de este modesto trabajo, el movimiento feminista, que hoy se ha hecho universal, es una necesidad histórica y no podrá detenerse hasta que haya conseguido dar solución a los problemas económicos y jurídicos que lo han originado (...)*” (2009 [1901], p. 267).

“A contribuição das mulheres para o desenvolvimento e interpretação do mundo - tanto o mundo natural quanto o mundo humano - emergiu como uma novidade no século XX, pelas próprias mulheres. Essa novidade surgiu porque quebrava com a tradição que atribuía exclusivamente aos homens o conhecimento do mundo, e as mulheres tiveram que desmentir isso. Foi necessário aguardar que as mulheres pudessem ter acesso às instituições educacionais e adquirir educação e formação suficientes para investigar um passado que as marginalizava e uma história que as ocultava, além de começar a questionar as causas de sua ausência na história tradicional. Nesse caminho, os primeiros passos delas foram direcionados para recuperar tanto os trabalhos quanto as biografias de mulheres, para depois investigar as causas de sua exclusão do cenário intelectual e político. A fim de desvendar as estratégias patriarcais de um sistema que as mantinha afastadas da vida pública na tentativa de perpetuar o *status quo*, elas tiveram que formular novas perguntas, recorrer a novos registros documentais, adotar novas metodologias e novas categorias interpretativas que lhes permitissem encontrar respostas para suas perguntas.” (Rubio Herraéz, 2020, p. 287 *apud* De Melo, 2023, p. 290, destaques nossos)

Examinar comparativamente as trajetórias e produções de Elvira López e Mariana Coelho, ainda que brevemente, nos permitiu refletir sobre as conexões entre a militância feminista do início do século XX com a instrução e a formação intelectual de mulheres daquele período. Para articular suas demandas e suas ações coletivas, se fez necessário a contínua construção de uma compreensão histórica e filosófica das desigualdades de gênero, das condições das mulheres na sociedade e do próprio feminismo como ideal. E tudo isso se deu, vale lembrar, em um momento histórico em que esses movimentos sociais ainda estavam se engendrando no seio da esfera pública, enfrentando os questionamentos e rechaços daqueles que questionavam a legitimidade da emancipação feminina.

Uma questão que fica em aberto, todavia, é a da consagração dessas mulheres em sua época. Afinal de contas, uma foi a primeira doutora em Filosofia da Argentina, e a outra, uma escritora e educadora de renome em uma capital brasileira. No caso de Mariana Coelho, as pesquisas apontam que a autora buscou, de diferentes maneiras, construir seu reconhecimento diante do campo literário-intelectual de Curitiba. Ela teria transitado da condição de leitora para a de escritora visando intervir entre seus pares, valendo-se de estratégias específicas de inserção e circulação entre o campo literário e o campo intelectual (Tomé, 2020, p. 293). Assim, sua progressiva ascensão como escritora, educadora e intelectual paranaense coincidiu com o amadurecimento de seus

posicionamentos como defensora das mulheres, o que lhe garantiu a formação de um *habitus* tipicamente intelectual e feminista, que incorporava e partilhava os interesses que vigoravam e envolviam a arena de debates mediada por relações de poder (Ibid, p. 294).

A atuação marcante de Coelho se materializou na boa imagem pública que cultivou, em especial na imprensa. Não apenas as suas obras, conferências e conquistas pessoais eram noticiadas, como até mesmo o seu aniversário era festejado em jornais do Paraná como *O Dia* (1939, Edição 4943, p. 2). O mesmo periódico veiculou o seu obituário com destaque, em 30 de novembro de 1954, publicando uma fotografia sua sob a manchete: “Dona Mariana Coelho. Faleceu ontem a ilustre educadora e escritora” (*O Dia*, 1954, Edição 9728, p. 5). De certa forma, a imagem de Elvira López também apareceu de forma elogiosa em alguns periódicos argentinos, como *Caras y Caretas*. Sua formatura e seus primeiros anos como doutora foram registrados, bem como sua associação com a irmã Ernestina nos trabalhos desenvolvidos no Liceo de Señoritas. Mas o destaque foi efêmero: pouco após 1910, seu nome parece ter desaparecido das colunas e dos registros históricos.

Esses caminhos tortuosos, da consagração ao esquecimento, que limitavam carreiras científicas e intelectuais de mulheres como Elvira, acabaram como “trajetórias evanescentes”, termo cunhado pela historiadora argentina Mirta Zaida Lobato. Segundo Lobato, a grande maioria das doutoras formadas pela Universidad de Buenos Aires não conseguia dar continuidade às suas carreiras dentro das universidades ou em cargos altos da administração e da política - tal como ocorria com os homens doutores (Lobato, 2022, p. 184). A grande maioria delas desapareceu do cenário acadêmico, convertendo-se em docentes e funcionárias de escolas secundárias (Ibid, p. 183). A historiadora ainda aponta como possíveis causas da evanescência o matrimônio, o abandono paulatino da função de docente e o progressivo domínio, por parte dos homens, do campo historiográfico (Ibid, p. 184).

O desvanecimento da contribuição das mulheres para as mais diversas áreas das ciências é um apagamento que se processa em vida e *a posteriori*. No caso da América Latina, tal movimento parece ainda mais acentuado. Até mesmo o significativo número de professoras e diretoras, que povoaram o cenário da instrução e da cultura letrada desde o século XIX, se encontram hoje esquecidas (De Melo, 2023, p. 27). E, se por um lado, a experiência de Coelho aparenta ter gozado de mais êxito do que a de Elvira López, a

pesquisadora Dyenne Cristina Tomé explicita dados que nos levam a ponderar tal constatação - pelo menos em um primeiro momento:

“Apesar da grandiosidade e da relevância apresentada pela obra de Mariana Coelho, sobretudo em um momento tão significativo para o debate feminista daquele período, o livro não recebeu o destaque esperado e não veio a lume no momento oportuno. Isso nos leva a inquirir sobre qual a importância que uma literatura de autoria periférica, como a de Mariana Coelho, tinha dentro de um cenário intelectual mais amplo? A compreensão está em situar e significar os lugares da fala. Por mais eminente e significativa que a obra poderia ser, ela não deixou de estar circunscrita e limitada ao local de onde discursava. Nesse caso, Mariana Coelho e seu livro, encontravam-se fora do círculo geográfico da elite intelectual feminista brasileira. Poucos foram os intelectuais que, ao longo da história, conseguiram romper as barreiras impostas aos campos mais periféricos.” (Tomé, 2020, p. 298)

Isso posto, muitos questionamentos ainda ficam em aberto: quantas outras educadoras, intelectuais e *vozes historiadoras* do passado latino-americano, tal como Mariana e Elvira, ainda não conhecemos? Quantas trajetórias evanescentes de mulheres que ultrapassaram grandes barreiras culturais, materiais e simbólicas acabaram interrompidas e fadadas ao esquecimento? Na medida que o esforço de re(descobrir) essas mulheres existir, muitas contribuições poderão se somar à historiografia. Em primeiro lugar porque obras e trajetórias como as de López e Coelho demonstram que as mulheres não repensavam somente sua condição como mulheres, mas a própria sociedade como um todo, em suas contradições e injustiças. Suas reflexões analisavam as dimensões culturais e históricas da herança patriarcal, mas, mais do que isso, *reformulavam* certas concepções da sociedade e se *apropriavam* do lugar de interlocução como mulheres intelectuais e engajadas com o feminismo, manejando uma série de estratégias retóricas e discursivas.

Conhecer com mais profundidade personalidades e produções históricas como essas também explicita a necessidade de nós, como historiadoras(es) e leitoras(es) da contemporaneidade, olharmos para além das ideias e expectativas tradicionais quando pensamos na História Intelectual ou na História das Mulheres. Exemplo disso é o caso de Elvira López, que se doutorou em umas das principais universidades latino-americanas de sua época, e ainda assim sua carreira caminhou para a evanescência. Coelho, por sua vez, não adentrou no restrito mundo universitário, mas através de estratégias de inserção no campo literário e intelectual de sua região construiu seu próprio papel de relevância no cenário público, atuando por décadas através de seus escritos. Em outras palavras: o

caminho da consagração para as mulheres intelectuais no início do século XX não era previsível, óbvio ou garantido por títulos - como poderia ser para a maioria dos homens. O êxito era provisório, e o apagamento, quase inevitável.

Ainda assim, recuperar, discutir e pensar sobre mulheres como Mariana Coelho e Elvira López não deve ser um exercício de homenagens simplistas ou anacrônicas. Mariana e Elvira não eram mulheres *a frente de seu tempo*, ainda que tenham sido ousadas e criativas. Pelo contrário: são seres humanos que viveram profundamente o seu próprio tempo, construindo reivindicações e visões de mundo compartilhadas com outras mulheres e homens partidários dos mesmos ideais. Basta recordarmos de Alicia Moreau ou de Bertha Lutz, citadas anteriormente. As próprias sufragistas não eram todas iguais. Pertenciam a classes e regiões variadas, traçaram distintas carreiras e experienciaram a militância feminista de formas diversas. E não só o feminismo e as feministas eram plurais: a própria trajetória pessoal de uma pensadora é também múltipla. Segundo Dyeinne Cristina Tomé, Mariana Coelho, no decorrer de sua trajetória, assumiu dois posicionamentos distintos, que ela nomeou de “feminismo por intuição” e “feminismo por convicção”, esse último derivado de anos de formação intelectual e de contato com outras militantes, brasileiras e estrangeiras (Tomé, 2020, p. 295).

Não devemos buscar no passado mulheres engajadas para serem nossas “heroínas”, de conduta perfeita, atuação impecável, livre de contradições e dotadas do mais autêntico “espírito feminista”. Essas séries de ilusões não se sustentam na História, e sua busca na atualidade diz mais sobre o nosso próprio tempo - e nossas próprias angústias - do que sobre o passado e as mentes que nela habitaram. Mulheres intelectuais, cientistas, pensadoras feministas - tal qual qualquer outro intelectual, cientista e pensador, de qualquer outra esfera de atuação - passaram por diferentes processos, influências e momentos no decorrer de suas vidas, estiveram suscetíveis a erros e contradições, ora aprofundando suas teses, ora rechaçando ou reconstruindo suas próprias concepções. É importante (re)conhecer as inspiradoras trajetórias de feministas latino-americanas como Coelho e López, precursoras, sim, de algumas das discussões que até hoje permeiam o efervescente, crítico e plural pensamento feminista latino-americano. Mas é igualmente importante lembrar que ambas foram seres humanos, passíveis de todas as vicissitudes que a vida e a vivência nesse período histórico as ofereceram. Duas personagens admiráveis - dentre muitas - dessa longa caminhada feminista em nosso continente.

Sobre a autora

Thaís Batista Rosa Moreira é professora, historiadora e mestra em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Atualmente é doutoranda pela mesma instituição. Foi bolsista de Iniciação Científica (2017–2018) e de Mestrado (2021–2023) pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), trabalhando com a temática do antifeminismo e o antissufragismo na imprensa ilustrada humorística do início do século XX. Realizou intercâmbio acadêmico na Université Paris Diderot, com bolsa de estudos da Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional – AUCANI (2019), e no Centro de Investigaciones en Arte y Patrimonio – CIAP/UNSAM (2022), associado ao Conicet-Argentina, com Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE-FAPESP). Foi bolsista pesquisadora junto ao Centro Brasileiro de Estudos da América Latina da Fundação Memorial da América Latina (CBEAL/FMAL), com o projeto intitulado “Precursoras feministas: uma análise comparada das trajetórias de Mariana Coelho e Elvira López (Brasil e Argentina)”, em 2023. É integrante do Laboratório de Estudos de História das Américas (LEHA) e do Grupo de Pesquisa em Gênero e História (GRUPEG-HIST/USP).

Referências bibliográficas

BARRANCOS, D. *Mujeres en la sociedad argentina - Una historia de cinco siglos*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2010.

_____. *História dos feminismos na América Latina*. Bazar do Tempo, 2022.

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Edusp, 1999.

COELHO, Mariana. *A evolução do feminismo: subsídios para a sua história*. 2 ed. MUZART, Zahidé L. (org.). Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

DA SILVA, Débora do Rocio Pacheco. “A desilusão com o ideal de progresso na obra ‘Um brado de revolta contra a morte violenta’, de Mariana Coelho (1935)”. In: *Anais do 2º Colóquio do PPGH – Universidade Estadual de Ponta Grossa – Experiências, Desafios e Possibilidades: 10 anos de PPGH*, 2022, p. 18-27.

DE MELO, Jeane Carla Oliveira. *Entre o magistério feminino oitocentista e a escrita da história na escola primária: a trajetória letrada da mestra Herculana Firmina Vieira de Sousa (1840-1880)*. Tese de Doutorado: Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Minas Gerais – Departamento de História (FAF), Brasil, 2023.

FRANCO, Stella Maris Scatena. *Peregrinas de outrora. Viajantes latino-americanas no século XIX*. Florianópolis; Santa Cruz do Sul: Editora Mulheres; Edunisc, 2008.

_____. “Viagem e gênero: tendências e contrapontos nos relatos de viagem de autoria feminina”. *Cadernos Pagu*, 2017, n. 50, e175016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700500016>.

GAY, Peter. *A experiência burguesa: da Rainha Vitória a Freud*. 1. A educação dos sentidos. São Paulo: Companhia das Letras, 1988 [1984].

LAVRIN, Asunción. *Mujeres, feminismo y cambio social en Argentina, Chile y Uruguay 1890-1940*. Santiago, Chile: Ediciones de la Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 2005.

LERNER, Gerda. *A criação da consciência feminista*. São Paulo: Editora Cultrix, 2022.

LOBATO, Mirta Zaida. “Trayectorias evanescentes e ideas de mujeres universitarias en las primeras décadas del siglo XX: la facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires”. In: *Género en América Latina: homenaje a Barbara Potthast*. Madrid: Iberoamericana, 2022, p. 167-187. Disponível em: <http://digital.casalini.it/5301864>.

LÓPEZ, Elvira V. *El movimiento feminista*. (Prólogo de GAGO, Verónica). Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2009.

MOREAU, Alicia. *La emancipación civil de la mujer*, Buenos Aires, Biblioteca Feminista: Unión Feminista Nacional, 1919.

RAMOS, Tânia Regina Oliveira et al. “Mais uma feminista na ABL: Letras, Literatura e áreas afins na REF”. *Revista Estudos Feministas*, v. 31, p. e95785, 2023.

RIBEIRO, Cristiane de P. “A vida caseira é sepultura dos talentos”: gênero e participação política nos escritos de Anna Rosa Termacsics dos Santos (1850-1886). Dissertação (Mestrado em História). UJFJ, 2019.

SANTOS, Anna Rosa Termacsics dos. *Tratado sobre a emancipação política da mulher e direito de votar*. Rio de Janeiro, RJ: Tipografia Imparcial de Francisco de Paula Brito, 1868.

SOIHET, Rachel. *Feminismos e antifeminismos: Mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

SPADARO, María Cristina. “La Ilustración: un triste canto de promesas olvidadas”. In: *V Jornadas de Investigación en Filosofía*. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Departamento de Filosofía, 2004.

SPADARO, María Cristina; FEMENÍAS, María Luisa. “Ernestina López: vanguardia de su época”. *Propuesta educativa*, n. 56, p. 77-90, 2021.

TOMÉ, Dyeinne Cristina. *Mariana Coelho e a educação das mulheres: uma escritora feminista no campo intelectual (1893-1940)*. 2020. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Brasil, 2020.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. *Clotildes ou Marias. Mulheres de Curitiba na Primeira República*. Curitiba: Fundação Cultural, Coleção Farol do Saber, 1996.

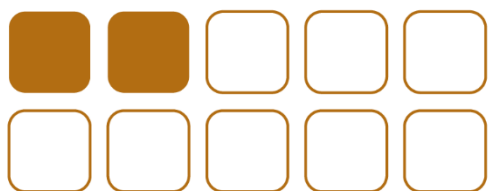
VALOBRA, Adriana María. *Ciudadanía política de las mujeres en Argentina*. Grupo Editor Universitario, 2018.

VÁZQUEZ, María Laura Osta. “Vidas que se cruzam: as trajetórias das feministas sufragistas uruguayas e brasileiras através dos discursos”. In: *I Seminário Internacional História do Tempo Presente* - ISSN 2237 4078, 2014.

Cap.

02

Escrever (com) o feminismo, abrir o novo caminho: as crônicas de Alfonsina Storni



Andrezza Jaquier

Escrever (com) o feminismo, abrir o novo caminho: as crônicas de Alfonsina Storni

Andrezza Jaquier

De una adaptación rabiosa para todo lo que abandone los viejos caminos tardos y polvorientos, prefiero espinarme en las selvas vírgenes que ser arrastrada a lo largo de aquellos caminos por seguros bueyes: anima mi arrojo la seguridad de que, en cuanto las manos abran el camino nuevo, “ya está preparado” su fin invisible.
Alfonsina Storni¹⁸.

Em agosto de 1919, quando Buenos Aires emergia como uma grande cidade cosmopolita (Sarlo, 1988), a poeta e escritora Alfonsina Storni (Sala Capriasca, Suíça, 1892 – Mar del Plata, Argentina, 1938) publicou uma longa análise sobre os movimentos feministas locais: ou, como nomeia no título, sobre o movimento para a emancipação da mulher na República Argentina. Quase dez anos após o Primer Congreso Femenino Internacional (1910), que reuniu diversas feministas na reivindicação por reformas sociais, trabalhistas, políticas e educacionais (Vassallo; Calle, 2014, p. 16), Alfonsina analisa o surgimento das associações e suas dirigentes, realizando uma espécie de mapeamento do estado dos movimentos em Buenos Aires. Apresenta dados estatísticos sobre as mulheres trabalhadoras e se posiciona a favor das inúmeras pautas – não sem críticas ou reflexão. Tece assim uma cartografia que é tanto cenário coletivo quanto trajetória particular.

Participante ativa em seu contexto, Alfonsina Storni foi integrante da Asociación Pró-Derechos de la Mujer, criada por Elvira Rawson de Dellepiane (1867-1954). Recitava poemas e oferecia conferências nos eventos da Unión Feminista Nacional, ligada ao Partido Socialista e fundada em 1918 por Alicia Moreau (1885-1986). Foi redatora do órgão de difusão da Unión, a revista *Nuestra Causa*, que reuniu a atuação de diversas feministas em prol de direitos trabalhistas para mulheres. Além delas, Alfonsina foi amiga

¹⁸ Storni, Alfonsina. *El movimiento hacia la emancipación de la mujer en la República Argentina*, 1919: “De uma adaptação raivosa para tudo o que abandone os velhos caminhos atrasados e empoeirados, prefiro me espinhar pelas selvas virgens do que ser arrastada ao longo daqueles caminhos de seguros bois: anima minha audácia a segurança de que, assim que as mãos abram o novo caminho, ‘já está preparado’ o seu fim invisível.” (Tradução minha).

de duas feministas cujas atuações foram centrais para a reivindicação de direitos e melhores condições para as mulheres: Carolina Muzzilli (1889-1917), “singular militante da classe trabalhadora” (Barrancos, 2022, p. 207), que promoveu diversos trabalhos em prol dos direitos trabalhistas das mulheres e das crianças; e Julieta Lanteri (1872-1932), declarada sufragista, primeira mulher a votar e a concorrer a um cargo político na Argentina¹⁹, pelo Partido Feminista Nacional, fundado por ela em 1919 (Barrancos, 2022, p. 208).

Figura 1 – Alfonsina Storni em 1920.



Fonte: Archivo General de la Nación Argentina

Abrir o novo caminho parece ter sido um compromisso político, gesto da voz e da escrita. Alfonsina Storni procurará utilizar sua palavra, os espaços possíveis, para atuar contra o discurso patriarcal e antifeminista, defendendo a mudança e a transformação pelo

¹⁹ Dora Barrancos assinala que: “Em 1911, Julieta Lanteri pôde votar em âmbito municipal devido a uma modificação do estatuto eleitoral da cidade de Buenos Aires que permitiu aos estrangeiros votar. Era sua única chance, e Julieta fez uma apresentação judicial para que sua cidadania fosse reconhecida, mas o resultado final foi negativo” (2022, p. 207).

feminismo, cujo sentido será ampliado: “feminismo es el ejercicio del pensamiento de la mujer en cualquier campo de actividad.” (Storni, 2014, p. 289)²⁰.

Publicado na *Revista del Mundo*, ligada ao jornal *La Nación*, o artigo de Alfonsina foi precedido por um texto da direção:

Las dirigentes feministas

Hemos ridiculizado mucho a las feministas y estamos todavía acostumbrados a conocer los aspectos del intenso movimiento extranjero a favor de la emancipación femenina, a través de noticias sobre sucesos o actitudes cómicas. El incipiente desarrollo del fenómeno en la Argentina, se ha prestado también a equívocos de esta clase, y esto ha sucedido por las causas que son comunes a todos los movimientos idealistas en sus principios, antes que su concepto se encarne como una conquista en la generalidad de los ánimos [...] La guerra nos ha enseñado a considerar en la mujer una potencialidad para la acción pública y una capacidad de sacrificio tan enorme, que en adelante en ningún país del mundo se podrá prescindir de ella para todo lo que se refiere a la dirección de la vida y a la preparación del destino de los pueblos. [...] El voto de la mujer ya no parece una utopía y grandes repúblicas lo consideran como un medio, acaso el mejor, de moderación social en estos momentos de peligro para la democracia. Alegrémonos de que nuestras compañeras del hogar puedan contar con nuevos campos y medios para traernos un poco más del sólido caudal de su inteligencia y experiencia y sobre todo del inmenso poder de sus sentimientos.

La dirección²¹

O longo texto nos revela um cenário de crise e transição; de avanços e recuos. Por um lado, o reconhecimento do papel da revista na ridicularização das feministas e no desconhecimento dos movimentos locais. A atenção ao “sucesso do feminismo” era reservada somente às estrangeiras; as “atitudes cômicas” recaíam sobre todas, porém. Nota-se, assim, que o feminismo argentino é apresentado como incipiente, ainda incerto.

²⁰ “Feminismo é o exercício do pensamento da mulher em qualquer campo de atividade (Storni, 2014, p. 289, tradução minha).

²¹ “As dirigentes feministas: Temos ridicularizado muito as feministas e estamos ainda acostumados a conhecer os aspectos do intenso movimento estrangeiro a favor da emancipação feminina, através de notícias de sucesso ou atitudes cômicas. O incipiente desenvolvimento do fenômeno na Argentina, foi igualmente utilizado para este tipo de equívocos, e isto aconteceu pelas causas que são comuns a todos os movimentos idealistas em seus princípios, antes que seu conceito se encarne como uma conquista nos ânimos gerais [...] A guerra nos ensinou a considerar na mulher uma potencialidade para a ação pública e uma capacidade de sacrifício tão grande, que no futuro em nenhum país do mundo se poderá prescindir dela para tudo o que se refere à direção da vida e à preparação do destino dos povos. [...] O voto da mulher já não parece uma utopia e grandes repúblicas o consideram como um meio, talvez o melhor, de moderação social nestes momentos de perigo para a democracia. Nos alegremos de que nossas companheiras do lar possam contar com novos campo e meios para nos trazer um pouco mais do sólido fluxo de sua inteligência e experiência e sobretudo do imenso poder de seus sentimentos.” (Tradução minha).

A guerra, entretanto, foi o evento catalisador que permitiu a maior incorporação da mulher ao espaço público.

Apesar de muito avançada e aparentemente a favor do feminismo, o que se reafirma na nota é uma visão patriarcal e hegemônica do papel da mulher, da diferença sexual que estabelece a *feminilidade* como algo natural, essencial (no duplo sentido do termo). As oposições, sempre presentes, entre *inteligência* e *sensibilidade*, *ação pública* e *direção da vida* e os termos ligados ao *cuidado*, ao *lar*, ao *sentimental*, produzem uma visão moderada²². Isto é, ao fim, a mulher é apresentada como um *meio de moderação social*.

Essas construções permitem-nos observar algumas das tensões que estavam em jogo nesse momento: tanto a mulher (seu papel político e social) quanto o feminismo (seu significado e propósitos) estavam em disputa – afinal, a nota também serve para conduzir determinada leitura do texto de Alfonsina Storni. Como analisou Dora Barrancos (2008, p. 74), as transformações sociais entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do XX propiciaram uma “nova subjetividade feminina” no seio de uma sociedade de sólidos valores patriarcais.

Figura 2 – Alfonsina Storni lendo seus poemas para outras mulheres, em 1925



²² A relação entre visão moderada e as representações de gênero é explorada por Beatriz Sarlo (2004) em sua análise sobre as narrativas de folhetim, a *literatura de barrio*, que difundia a ideia de que o mundo não precisava ser mudado para que os homens e as mulheres alcançassem a felicidade e o equilíbrio, bastando o casamento e a família (Sarlo, 2004, p. 22).

Se por um lado as mulheres argentinas eram beneficiadas pelas políticas educacionais do século XIX e adentravam o mercado de trabalho – fato incentivado pela Primeira Guerra Mundial –, por outro elas não possuíam direitos civis e políticos²³, sendo consideradas pelo Código Civil como menores de idade (Muschiatti, 1989; Vassallo, 2014). Vemos, assim, discursos contraditórios que operam uma verdadeira batalha: era preciso mitigar a saída da mulher ao espaço público e redirecioná-la ao espaço privado; torná-la “moderada”. A maior inserção no trabalho e na vida pública, a formação dos movimentos feministas, suas reivindicações e questionamentos, produziram, dessa forma, a imediata resposta das classes tradicionais que – pela religião, política, cultura etc. – buscaram reverter a crise de uma nova subjetividade e deter seus efeitos (Muschiatti, 1989).

A cidade de Buenos Aires, até 1920, contava com um público leitor e uma produção cultural e editorial abundante, sendo que a maior parte dessa produção – revistas especializadas, manuais de economia doméstica, folhetins – tinha como foco as mulheres (Vignoli, 2022, p. 149). O que não significa que essas publicações eram consumidas apenas por mulheres. Como analisa Vignoli (2022), o tema da “natureza feminina” era cada vez mais relevante nos debates políticos, filosóficos, religiosos e sociais, debates cujos participantes eram principalmente homens. Para Francine Masiello (1992), as mulheres, tomadas como uma ameaça ao projeto de nação e vistas como um *excesso*, passaram a representar um tipo de modernidade saturada que transborda todas as fronteiras e limites, negando-se a qualquer contenção. É nesse sentido que os discursos hegemônicos, reproduzidos na imprensa e na cultura de massas, irão apresentar a mulher como um emblema da cultura da classe média, “necessário para os mercados de consumo e para a consolidação das ideologias sexuais” (Masiello apud Méndez, 2017, p. 169).

Todos esses debates e batalhas em torno dos sentidos e funções sociais e políticas das mulheres nutriam um espaço que, embora difuso, propiciou o debate dos ideários dos feminismos, abrindo brechas para uma disputa discursiva. Nesses espaços móveis e arenosos, nas brechas das páginas de jornais e revistas onde conviviam posições contrárias, Alfonsina Storni adentra e disputa tecer, ela mesma, a palavra sobre o *ser mulher* e os possíveis sentidos do *feminismo*.

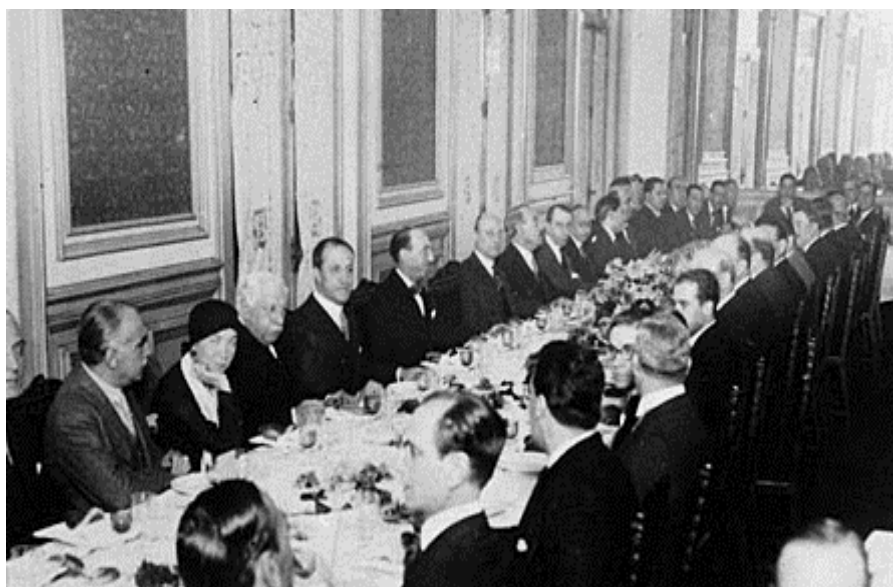
²³ Os direitos civis são conquistados em 1926 e os políticos em 1946 (Salomone, 2005).

“Yo tengo las mismas armas que el hombre: la palabra”²⁴

Poeta, cronista, ensaísta, dramaturga e professora, Alfonsina Storni conquistou prestígio no cenário literário e no debate público na Buenos Aires do início do século XX. Com sete livros de poemas – *La inquietud del rosal* (1916), *El dulce daño* (1918), *Irremediavelmente* (1919), *Languidez* (1920), *Ocre* (1925), *Mundo de siete pozos* (1934), *Mascarilla y trébol* (1938), *Poemas de amor* (1926), livro de poemas em prosa – e centenas de crônicas e artigos publicados, ela deu a ver uma crítica mordaz à sociedade portenha e ao *ser mulher*, transbordando em sua escrita tudo aquilo que estava “vedado y reprimido / *De familia en familia, de mujer y mujer*” (Storni, 1999, p. 209)²⁵.

Com uma obra poética avessa ao discurso patriarcal, Alfonsina foi um caso emblemático por sua estratégia de localização no ambiente portenho (Diz, 2014). A popularidade de sua poesia lhe rendeu reconhecimento social e a abertura de certos espaços antes fechados às mulheres. É contundente, por exemplo, uma fotografia que registra Alfonsina Storni num banquete de intelectuais em 1922. Há uma grande mesa repleta de homens, o espelho ao fundo multiplicando a percepção. No canto esquerdo, uma pequena mulher apoia a cabeça coberta por um chapéu; o olhar fixo para a câmera.

Figura 3 – Alfonsina Storni, única mulher presente em um banquete de intelectuais em 1922



Fonte: Storni, 1999, p. 628

²⁴ “Eu tenho as mesmas armas que o homem: a palavra” (Alfonsina Storni; tradução minha)

²⁵ Poema “Bien pudiera ser...” do livro *Irremediavelmente* (1919).

O que quer comunicar esse olhar? O que podemos desvendar dessa pose? Apesar das inúmeras possibilidades, a fotografia parece captar a *tensão* de uma mulher que consegue adentrar um espaço negado a ela. Tensão que não é pura negatividade. Como se ela olhasse para a *mulher futura* num gesto de confiança e expertise. Qual lugar, realmente, ela ocupa nessa mesa?

Em 1919, Alfonsina publicou uma série de aforismos com reflexões contundentes sobre sua “condição de mulher” em meio à sociedade patriarcal. Um deles toca especialmente a impossibilidade de ser tratada de igual para igual:

Infinito número de veces, me ha estorbado, en el ambiente en que me desenvuelvo, mi condición de mujer, porque yo he logrado olvidarme, em mi trato frecuente, de que estoy en presencia de hombres; y difícilmente éstos, han olvidado que soy mujer. (Storni, 2014, p. 131)²⁶

Em outra crônica, apresenta-nos as mulheres artistas como aquelas que estão mal localizadas:

Por eso decía que estábamos muy mal ubicadas, que teníamos en este ambiente casi todo por perder y nada por ganar: a las mujeres que entre nosotros se nos ocurre escribir, pintar, componer, pensar, sentir, *las paredes se nos caen encima*; nada nos responde, nada que sea afecto verdadero y calor de alma. (Storni, 2014, p. 172, grifo nosso)²⁷

Esses trechos, dessa forma, fazem-nos refletir sobre a *tensão* nessa foto. Não se trata aqui de problema individual, mas coletivo. Como explica Tania Diz (2012), o contexto para as mulheres estava marcado por enormes contradições. Por um lado, as que publicavam livros ou na imprensa representavam uma exceção. Uma alteridade que confrontava o modelo hegemônico da feminilidade: o arquétipo da mulher doméstica. Rainha do lar, a mulher doméstica constrói sua subjetividade na identificação com o espaço privado e suas implicações: o matrimônio, a maternidade, o consumo para o cuidado do lar e o embelezamento. Por outro, o desenvolvimento das novas empresas culturais – rádios, revistas, editorias de livros populares –, a ampliação do público leitor,

²⁶ “Infinito número de vezes, me atrapalhou, no ambiente em que me desenvolvo, minha condição de mulher, porque, em meu trato frequente, consegui esquecer que estou na presença de homens; e dificilmente estes esqueceram que sou mulher.” (Tradução minha).

²⁷ “Por isso dizia que estábamos muito mal localizadas, que nós tínhamos neste ambiente quase tudo a perder e nada a ganhar: as mulheres às quais ocorre escrever, pintar, compor, pensar e sentir *as paredes caem em cima de nossas cabeças*; nada nos responde, nada que seja afeto verdadeiro e calor de alma” (Tradução minha).

o maior acesso à educação e a nova figura da leitora²⁸ alimentaram cada vez mais o fenômeno de uma *escrita para mulheres*.

Assim, como discute Beatriz Sarlo (1988), era admissível que as mulheres escrevessem, porém elas deveriam “escrever como mulheres”, isto é, sem partir ou quebrar, sem criar, mas seguindo o curso da natureza²⁹, do mundo dos afetos, alienando-se de qualquer pensamento político e do mundo exterior³⁰. A escrita de Alfonsina Storni, entretanto, fissurou esses estereótipos e produziu uma inquestionável dissonância. Como escreve Wilson Alves-Bezerra (2020, p. 154) a “face mais visível do incômodo causado pela poeta se deve ao fato de ela ser mulher, e de falar de sua condição de mulher”.

Defensora do amor livre e do exercício da sexualidade, poemas como “Tú me quieres blanca”, de *El dulce daño* (1918), e “Hombre pequeñito”, de *Irremediablemente* (1919), permitem ver o tratamento bem distinto oferecido por ela no que toca a discursividade dos “versos de amor”, o gênero poético legitimado às mulheres pelo discurso hegemônico. Para Beatriz Sarlo (1988), ao contrário das contemporâneas de classes altas Norah Lange e Victoria Ocampo, Alfonsina converteu a sexualidade e sensualidade em centros temáticos, com o conjunto de experiências de uma mulher independente, elaborando em sua poesia a figura de uma mulher mais “integrada”: “*Traza un perfil cerebral y sensual al mismo tiempo, en una complejización del arquetipo femenino, que supera a la mujer-sabia, la mujer-ángel y la mujer-demonio*” (Sarlo, 1988, p. 82)³¹.

Desde seu primeiro livro de poemas Alfonsina já apresentava um olhar singular sobre a mulher. No emblemático poema “La Loba” – que lhe custou seu emprego na época, em 1916, como correspondente psicológica (Delgado, 2010, p. 63) –, podemos ler

²⁸ Segundo Tania Diz (2014, p. 19-20), a nova figura da leitora correspondia a uma mulher jovem que se desloca do bairro ao trabalho, ao cinema ou à rua Florida, uma jovem cuja vida está marcada pela tensão entre o sentimentalismo romântico e a monotonia da vida de solteira na casa paterna.

²⁹ Como escreve Sarlo, era esperado que homens e mulheres seguissem a “qualidade básica de seu sexo”, assim: “O homem é cultura, a mulher natureza. As operações básicas que o homem realiza com a cultura (partir, enfrentar aos outros com ismos e tendências), a mulher as repara: ela não parte, mas conserva, opera no rio da evolução e não na torrente da fratura” (Sarlo, 1988, p. 71).

³⁰ Alicia Salomone (2004, p. 53-4) observa que a categoria “Literatura femenina” se apresenta nos comentários da época para designar não apenas uma produção realizada por uma mulher, mas também alude a uma textualidade cujos aspectos são assumidos como se fossem “naturais”, implicando, em geral, a distância para com o racional e o mundo político, e a incorporação de traços sentimentais, intimistas etc.

³¹ “Traça um perfil cerebral e sensual ao mesmo tempo, em uma complexificação do arquetipo feminino, que supera a mulher-sábua, a mulher-anjo e a mulher-demônio” (tradução minha).

a clara recusa do discurso patriarcal e a busca por uma linguagem capaz de expressar sua experiência concreta do ser mulher:

*Yo soy como la loba. Ando sola y me río
Del rebaño. El sustento me lo gano y es mío
Donde quiera que sea, que yo tengo una mano
Que sabe trabajar y un cerebro que es sano.*

*La que pueda seguirme que se venga conmigo.
Pero yo estoy de pie, de frente al enemigo,
La vida, y no temo su arrebato fatal
Porque tengo en la mano siempre pronto un puñal.*

*El hijo y después yo y después... ¡lo que sea!
Aquello que me llame más pronto a la pelea.
A veces la ilusión de un capullo de amor
Que yo sé malograr antes que se haga flor.*

*Yo soy como la loba.
Quebré con el rebaño
Y me fui a la montaña
Fatigada del llano.*

(Storni, 1999, p. 87)³²

Como *animal selvagem* a poeta busca conquistar seu próprio território, mas não deixa de estender o chamado às outras mulheres; convida-as para fora do estado de submissão e dependência. Por uma série de oposições, entre o eu-loba e as outras-ovelhas, a independência e a dependência, o poema revela um sujeito que, como analisa Alicia Salomone (2005 p. 315), desafia publicamente a ordem social e transborda os limites daquilo que uma mulher poderia *dizer e não dizer*. Esse poema, outra vez, remete-nos à fotografia do banquete de intelectuais: andar sozinha, contrária ao rebanho. Entretanto, notemos que longe de ser a expressão de um triunfo, de uma conquista individual, o poema clama à coletividade: aquela que puder que siga a poeta-loba.

São poemas como esses que valeram críticas reticentes e que condenavam, antes de tudo, a “mulher-texto” (Romiti, 2013). Isto é, as obras das mulheres eram tratadas

³² “Eu sou como a loba. Ando sozinha e dou risada | Do rebanho. Não preciso de nada. Quem me sustenta sou eu. | Seja onde for, pois tenho uma mão que é hábil, | Um cérebro ágil e não deixo por menos. || Aquela que puder, que me siga. | Eu já estou de pé, diante do inimigo, | A vida, e não tenho medo de seu ataque final | Porque trago sempre comigo meu punhal. || O filho na frente, eu em seguida e depois... o que vier! | Quem me chamar primeira para a briga, venha se puder. | Às vezes me iludo com uma semente de amor | Que eu sei impedir que floresça antes do amanhecer. || Eu sou como a loba. | Deixei o rebanho | E parti à montanha | Cansada do campo.” (Tradução de Wilson Alves-Bezerra, 2020).

como se elas mesmas fossem mulheres e a crítica embarcava em “*una especie de toma intelectual de medidas de pecho y caderas*”³³. Na revista *Claridad*, por exemplo, o crítico Noberto Lavagnino reclamava em 1930: “¿Por qué Alfonsina Storni, en lugar de contarnos sus hallazgos de buenos mozos en los trenes y en los paseos, no se procura uno para su particular regalo?” (In: *Claridad*, n. 199, 25-01-1930)³⁴. Muitas publicações não recomendavam a poesia de Alfonsina, considerada “perigosa e proibida” para as mulheres (Muschietti, 1989, p. 85). Onze anos antes do comentário de *Claridad*, por ocasião da publicação de *Irremediavelmente*, em 1919, na revista *Nosotros*, o crítico Luis María Jordán sugeriu até mesmo que a poeta escrevia como homem e que, portanto, deveria ser lida por homens:

Com a senhorita Storni pode se falar sem eufemismos, já que ela mesma nos dá exemplos de clareza no dizer, nas viris e harmoniosas estrofes de seus versos, nas quais a autora coloca e diz tudo, sem se importar nem um pouco com as estrelinhas ou com o comentário malicioso e miserável do público assustadiço. É bem verdade que este (sic) poeta não escreve para ser lido pelas *jeunes filles* em longos momentos fastidiosos das tardes, mas sim para homens apaixonados e violentos que tenham mordido a vida, alguma vez, com a mesma ânsia com a qual se morde o coração de uma fruta madura. [...] Oferece-se com a rude camaradagem de um marinheiro, que com o pescoço nu e o cachimbo na boca, entrega-nos sem culpa no cordial apertar de mãos das chegadas. (Jordán, 1919, *apud* Alves-Bezerra, 2020, p. 153)

Para reconhecer a qualidade da obra de Storni, Jordán marca não apenas sua distância para com as outras escritoras, mas para com as leitoras *jeunes filles*. O discurso do crítico ilustra o sexismo da época e o modo como o texto era lido como se fosse a própria mulher, como analisou Romiti (2013). Certas escritoras, porém, como Alfonsina Storni ou como Gabriela Mistral, que fissuravam o modo como *as mulheres deveriam escrever*, foram tomadas como manifestações anômalas. Torná-las masculinas seria um modo de tornar aceitável o erotismo e a sexualidade de uma poética como a de Storni.

Entretanto, como observa Wilson Alves-Bezerra (2020), é interessante que tais palavras não foram escritas por um desafeto, mas por “um membro do círculo de Alfonsina, o da própria revista *Nosotros*, no qual ela é a única mulher” (2020, p. 153). E contrariamente do que poderíamos supor, Alfonsina Storni não recusou esse lugar masculino que lhe foi atribuído: “*Yo tengo las mismas armas que el hombre: la palabra*”,

³³ “Uma espécie de tomada intelectual de medidas de peito e ancas” (Tradução minha).

³⁴ “Por que Alfonsina, no lugar de nos contar suas descobertas de bons moços em trens e em passeios, não procura um para seu particular presente?” (Tradução minha). *Claridad*, dirigida por Antonio Zamora, publicada em Buenos Aires entre 1926 e 1941, constituiu-se como o mais importante empreendimento cultural não partidário dos setores de esquerda do período (Eujanián e Giordano, 2002, p. 398).

afirmou em 1930 numa entrevista dada ao *Herald de Madrid*. Em 1931, para a revista *El Hogar*, desenvolve outra reflexão sobre esse lugar e exige para si uma “moral de homem”:

Você compreenderá que uma pessoa como eu, que se colocou em contato com a vida de um modo tão direto, de um modo tão varonil, digamos, não podia viver, pensar, trabalhar como uma menina encerrada entre as quatro paredes de sua casa; e minha literatura precisou refletir isso, que é a verdade de minha intimidade; eu tive que viver como um homem; eu reclamo para mim uma moral de homem. (Storni *apud* Alves-Bezerra, 2020, p. 153)

Viver como homem sugere a recusa daquele destino normativo da “mulher doméstica” (Diz, 2014). Alfonsina reivindica para si tanto uma vivência econômica independente quanto sua liberdade sexual. Apesar da aparente contradição, é essa vivência tomada como masculina que deu condições para que Alfonsina Storni abordasse o universo da mulher a partir de uma nova perspectiva. Na mesma entrevista para a revista *El Hogar*, Alfonsina conclui que, ao viver como homem, “*no hago más que anticipar a la mujer que vendrá*” (Storni, 2000, p. 1107)³⁵.

A *mulher que virá* ou a *mulher futura* é uma imagem recorrente em suas crônicas publicadas nas colunas femininas. Entre 1919 e 1921, Alfonsina publicou semanalmente crônicas, artigos e alguns poemas em verso e prosa direcionados às mulheres em dois veículos: na revista *La Nota (Feminidades/Vida Femenina, 1919)* e no jornal *La Nación (Bocetos femeninos, 1920-1)*. Entretanto, ao contrário de sua poesia, suas crônicas e artigos não receberam o reconhecimento da crítica literária até recentemente.

Figura 4 – Alfonsina Storni em 1920

³⁵ “Não faço mais do que antecipar a mulher que virá” (Tradução minha).



Fonte: Archivo General de la Nación Argentina

Na perspectiva de Alicia Salomone (2005), as poetisas do Cone Sul do início do século XX, como Storni, Juana de Ibarbourou e Maria Eugenia Vaz Ferreira, afastadas pela historiografia literária das propostas artísticas das vanguardas, foram tomadas em uníssono, sob a imagem da *poetisa*. O que implicou desconhecer, ou até mesmo apagar, a heterogeneidade e a multiplicidade temática e formal da produção dessas escritoras.

Essa imagem unificadora continuou a ecoar de diversos modos – ainda que seja reflexo dos discursos e expectativas da época em relação à literatura de mulheres, na qual se verifica a hegemonia do verso sobre a prosa e a centralidade de uma temática intimista (Muschietti, 1989, p. 79). Tanto a obra poética quanto a figura de Alfonsina foram canonizadas a partir de atributos “*pseudo-femeninos*” (Salomone, 2001, p. 4). Integrada ao cânone literário, homenageada com monumentos e nomes de ruas na Argentina, sua poesia foi incorporada tanto nos manuais escolares quanto na cultura popular. A face mais difundida após sua morte, porém, foi a da *poetisa del amor*, da mulher suicida por amores trágicos e de poemas tardo-românticos.

E isso lhe valeu um lugar reticente na crítica literária por um longo tempo.

É apenas a partir dos anos 1980 que se resgatam novas facetas de Alfonsina: destaca-se o erotismo, a crítica ao patriarcado, a relação com a cidade, sua atuação na luta das mulheres e nos movimentos feministas. Essa revisão foi se fazendo mais contundente

com a descoberta de suas crônicas e artigos publicados nos jornais e revistas portenhas, que até 1998 eram praticamente desconhecidos pela crítica e pelo público³⁶.

Escritora profissional, Alfonsina colaborou nos mais diversos jornais e revistas e, como muitos de seus contemporâneos, encontrou na imprensa alguma segurança financeira. Entretanto, é preciso ter em vista que boa parte dessa produção esteve vinculada ao espaço das colunas femininas, o que implicou “*limites estético-sexuales*” (Diz, 2014, p. 21). Tal espaço, como analisa Mariela Méndez (2017, p. 30), era sustentado por um discurso rigidamente normativo que “*esquiva la urgencia y el apremio del discurso periodístico al girar repetidamente en torno a los mismos temas a través de enunciados intensamente prescriptivos*”³⁷. A coluna feminina, portanto, reproduzia e promovia a figura da “mulher moderna” em consonância com a “mulher doméstica” e, reiteramos, sustentava a condição da mulher como “*emblema de la cultura de clase media, necesario para los mercados del consumo y para consolidación de las ideologías sexuales*” (Masiello apud Méndez, 2017, p. 169)³⁸.

Como ferramenta de controle e promoção das representações de gênero, com diferentes apelos ao homem e à mulher, as colunas femininas podem ser lidas a partir do conceito de *tecnologias de gênero*³⁹, de Teresa de Lauretis (2019), que engendram as mulheres como *femininas* em uma experiência de gênero na qual a feminilidade não passa de uma representação. Compreendendo o gênero como representação, a crítica procura demonstrar que as condições para uma construção diferente do gênero existem nas

³⁶ Vale mencionar que o projeto da primeira edição argentina das crônicas de Alfonsina Storni, publicada somente em 1998 pelas pesquisadoras Alicia Salomone, Graciela Queirolo e Mariela Méndez, foi impulsionado por uma edição estrangeira publicada em 1995 pela editora da Universidade do Texas. Organizado por Doris Meyer, o livro *Re-Reading the Spanish American Essay. Translations of 19th and 20th Century Women's Essays* apresentou cinco crônicas traduzidas para o inglês e produziu na crítica argentina um estranhamento, mas também uma oportunidade de explorar essa face de Alfonsina, até então desconhecida, apagada. Para maior desenvolvimento, cf. Andrezza Jaquier. *A poeta e a cronista: as colunas femininas de Alfonsina Storni* (dissertação de mestrado), 2023.

³⁷ “[...] evita a urgência e a pressão do discurso jornalístico ao girar repetidamente em torno dos mesmos temas por meio de enunciados intensamente prescriptivos” (Tradução minha).

³⁸ “[...] emblema da cultura de classe média, necessário para os mercados de consumo e para a consolidação das ideologias sexuais” (Tradução minha).

³⁹ Relendo o conceito de “tecnologia sexual” de Foucault – um conjunto de técnicas para “maximizar a vida” (Foucault, 2020, p. 134), criadas e desenvolvidas a partir do século XVIII para assegurar a continuidade e hegemonia da burguesia – Lauretis sugere que a construção de gênero ocorre por meio das várias tecnologias de gênero. Para ela, a concepção de “tecnologia sexual” não considerou os apelos diferenciados de sujeitos masculinos e femininos e, “ao ignorar os investimentos conflitantes de homens e mulheres nos discursos e nas práticas da sexualidade” (Lauretis, 2019, p. 123), exclui a consideração sobre o gênero, embora não a inviabilize.

entrelinhas ou nas margens dos discursos hegemônicos, isto é: “dentro e fora da ideologia, cruzando e recruzando as fronteiras – e os limites – da(s) diferenças(s) sexual(ais).” (Lauretis, 2019, p. 150).

Figura 5 – Alfonsina Storni em Mar del Plata, 1924



Fonte: Archivo General de la Nación Argentina

Em minha leitura, Alfonsina Storni trabalha justamente a partir dessa tensão, entre a “mulher como representação” e as “mulheres como seres históricos, sujeitos de relações reais” (Lauretis, 2019, p. 132), dando a ver as bases para a construção do feminino – ou daquilo que assim era nomeado em seu contexto. Opera uma cisão nas colunas jornalísticas como espaço de controle e reprodução dos papéis de gênero. Claramente mais políticas, as crônicas permitem-nos observar como Alfonsina se movimentou por diversas reflexões sobre a condição histórica de gênero, o momento atual da mulher portenha, como ela é representada, a atuação dos movimentos feministas e de outras mulheres escritoras ou trabalhadoras. É nesse espaço, portanto, que ela é convocada a reflexões contundentes que continuariam a ecoar por outras vozes feministas. Com ironia, a modo de fissurar o próprio espaço por onde circula o seu discurso, Alfonsina Storni irá negar a *mulher moderna* e clamar pela *mulher futura*.

A negociação será uma marca constante de suas colunas femininas. Entre a recusa e a aceitação, desde sua primeira crônica na seção Feminidades (1919), a escritora opera

com códigos culturais e linguísticos que caracterizavam as colunas femininas em um processo de subversão dos significantes, ora invertendo ora esvaziando os signos que sedimentavam as ficções sociais sobre o feminino e o masculino.

Escrever (com) o feminismo

É significativo que Alfonsina Storni se apresente com *poeta* em sua primeira crônica publicada para a coluna feminina da revista *La Nota*. Reconstruindo a cena de quando é convidada a assumir a seção Feminidades, marca seu desgosto e distância para com as “Charlas femeninas, Conversación entre ellas, Femeninas, La señora Misterio... *todas esas respetables secciones se ofrecen a la amiga recomendada, que no se sabe dónde ubicar*” (Storni, 2014, p. 41)⁴⁰. Acenando, porém, para sua necessidade econômica e condição de poeta, ela assume a coluna feminina. Com reservas e distanciamento, em um jogo de *acatamento* e *enfrentamento*, no lugar do discurso que proclama “o bom vestir, o bom viver e o bom sentir” (Méndez, 2017, p. 16; tradução minha), a poeta, entretanto, apresenta o contraditório cenário da modernidade portenha para as mulheres. E inscreve, logo de início, a figura da sufragista Julieta Lanteri.

Ao aceitar o espaço da coluna feminina, Alfonsina encontra as brechas para novos discursos e representações, realocando os discursos hegemônicos, subvertendo-os com ironia. Se a seção Feminidades estava associada ao espaço privado, ao papel tradicional da mulher como esposa e mãe, a crônica de Alfonsina opera na direção oposta, no espaço urbano e público, desestabilizando tais fronteiras. Coloca em cena a sexualidade dos corpos na cidade, em perspectiva política, entrelaçando uma linguagem erótica cujo efeito é tão irônico quanto transgressivo:

Yo soy una curiosa nacida. Así, pues, cuando vi anunciada la candidatura da la doctora Lanteri, resolví investigar caso por caso la opinión personal de la mayor parte los hombres que conozco. Amigos tengo a quienes su rasgo pareció digno de todo encomio, otros lo hallaron grotesco y ridículo. Sin embargo, entre mis amigos personales, yo no cuento con un buen muchacho de veinte a treinta años, de cintura de avispa y brillante cabellera, de pocas letras y gentiles modos, primera figura de saraos, dulce acariciador de manos blancas al compás de un bailable.

⁴⁰ “Charlas femeninas [Conversas femininas], *Conversación entre ellas* [Conversa entre elas], *Femeninas* [Femininas], *La señora Misterio* [A senhora Mistério] ... todas essas respeitáveis seções se oferecem à amiga recomendada, que não sabe onde se colocar” (Tradução de Cristina Ceni. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204008>).

Anduve, pues, a la pesca del hombrecillo perfumado, ardida en amor cívico, deseosa de penetrar a través de opiniones distintas el pensamiento del país, hasta que tropecé con él.

Conocerlo e irme directamente a satisfacer mi curiosidad fue uno.

–¿Qué opina usted de la doctora Lanteri?

– Que es fea – me contestó.

Me hizo tanta gracia que me estoy riendo todavía.

(Storni, 2014, p. 42)⁴¹

Nessa elaboração imagética, transformando-se em *repórter*, note-se que Alfonsina apresenta as diferentes vozes frente a esse cenário: alguns elogiaram o gesto feminista, outros o acharam grotesco e ridículo. É importante observar que Julieta Lanteri, apesar de ser introduzida como alguém do círculo de amigas de Alfonsina – “*persona de mi amistad y mi respeto*” (Storni, 2014, p. 42) –, é sempre mencionada como “*doctora Lanteri*”. Ao conferir autoridade, a cronista marca o espaço intelectual de Julieta e, simultaneamente, coloca-se próxima a ela.

Note-se que na opinião daquele que representa a masculinidade hegemônica – o homem comum e típico, que não deixa de invocar a figura das revistas e cinemas – ecoa uma completa indiferença para com o gesto de Julieta Lanteri. Dando a ver uma das principais táticas antifeministas que atacavam, antes de tudo, a própria mulher e sua aparência. Alfonsina, entretanto, novamente apropria-se do riso – marca daquelas caricaturas antifeministas, isto é, uma das principais armas do discurso patriarcal – subvertendo-o. Desnuda tanto a masculinidade hegemônica quanto a posição social e simbólica da mulher sufragista.

Alfonsina, desse modo, apropria-se de uma multiplicidade de discursos, sentidos e imagens que se contrapõem e se sobrepõem aos discursos antifeministas. Em crônicas como “Un libro quemado”, de 27 de junho de 1919, ela tem como ponto de partida uma das principais representações antifeministas, a “feminista feia”:

⁴¹ “Eu sou uma curiosa de nascença. Assim, então, quando vi anunciada a candidatura da doutora Lanteri, resolvi investigar caso a caso a opinião pessoal da maior parte dos homens que conheço. Amigos tenho a quem seu ato pareceu digno de todo encômio, outros o acharam grotesco e ridículo. No entanto, entre meus amigos pessoais, eu não conto com um bom moço de vinte a trinta anos, de cintura de vespa e brilhosa cabeleira, de poucas letras e gentis modos, primeira figura de sarau, doce acariciador de mãos brancas ao compasso de uma dança. Andei, então, à pesca do homenzinho perfumado, ardida em amor cívico, desejava de penetrar através de opiniões distintas o pensamento do país, até que tropecei com ele. No mesmo instante que o conheci, fui diretamente satisfazer minha curiosidade. – O que você opina sobre a doutora Lanteri? – Que é feia – me respondeu. Achei tanta graça que estou rindo até agora” (Tradução de Cristina Ceni. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204008>).

La palabra feminista, ‘tan fea’, aún ahora, suele hacer cosquillas en almas humanas. Cuando se dice feminista, para aquellas, se encarama por sobre la palabra una cara con dientes ásperos, una voz chillona. Sin embargo no hay mujer normal de nuestros días que no sea más o menos feminista. Podrá no desear participar en la lucha política, pero desde el momento que piensa y discute en voz alta las ventajas o errores del feminismo, es ya feminista, pues feminismo es el ejercicio del pensamiento de la mujer en cualquier campo de actividad. (Storni, 2014, p. 289)⁴²

O fragmento é exemplar para notarmos algumas das estratégias de Alfonsina. Outra vez o riso e a ironia surgem atrelados às imagens antifeministas. E são expostos, desmontados a partir de uma lógica aparentemente simples. Imaginemos uma leitora da coluna que não se identifica com o feminismo, pelo contrário concorda com as sátiras, ao se deparar com a inversão: ela, ao pensar, é também feminista. A cronista, então, radicaliza a lógica: “*Es pues la razonadora anti-feminista una feminista, pues sólo dejaría de ser tal, no teniendo opinión intelectual alguna*” (Storni, 2014, p. 289)⁴³.

Essa afirmação, à primeira vista absurda, revela, entretanto, uma operação estratégica. Uma espécie de armadilha que poderia, ao menos, provocar a dúvida, *fazer pensar* e, talvez, tornar o feminismo mais aceitável. Todas essas imagens e recursos, notemos, servem para introduzir uma ideia inusitada e muito cara aos estudos feministas: a busca por precursoras. Com mais causalidade, atendendo ao modo da crônica, Alfonsina Storni escreve que:

Es curioso consignar que en los países de habla castellana las primeras feministas [...] han sido monjas, las que, por dedicarse a una vida de silencio y de cultura religiosa, pudieron enriquecer su espíritu en las lecturas sagradas y escribir y publicar sus oraciones, versos, o comentarios. (Storni, 2014, p. 289)⁴⁴

Notemos a relação entre a *escrita* como forma de pensamento e como *prática feminista*. E o entendimento do feminismo como *desobediência* e *reação*. Ou seja, se o que estava negado às mulheres era “*pensar con su cabeza [...] obrar con su voluntad*”,

⁴² “A palavra feminista, ‘tão feia’, mesmo agora, costuma fazer cócegas em almas humanas. Quando se diz feminista, para aquelas, paira sobre a palavra uma cara com dentes ásperos, uma voz estridente. No entanto não há mulher normal de nossos dias que não seja mais ou menos feminista. Poderá não desejar participar da luta política, mas a partir do momento que pensa e discute em voz alta as vantagens ou os erros do feminismo, é já feminista, pois feminismo é o exercício do pensamento da mulher em qualquer campo de atividade” (Tradução minha).

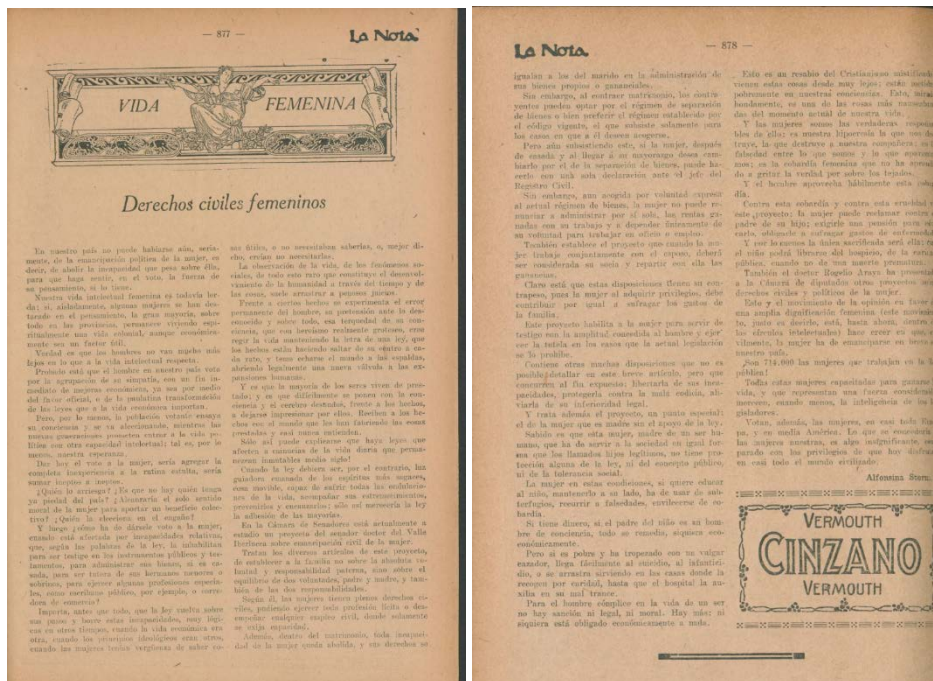
⁴³ “É pois a argumentadora antifeminista uma feminista, pois só deixaria de ser tal, não tendo opinião intelectual alguma” (Tradução minha).

⁴⁴ “É curioso assinalar que nos países de fala castelhana as primeiras feministas tenham sido as freiras, as que, dedicando-se a uma vida de silencioso e de cultura religiosa, puderam enriquecer seu espírito nas leituras sagradas e escrever” (Tradução minha).

toda mulher que pensasse e escrevesse, a favor ou contra as sagradas escrituras, “se voltaría feminista” (Storni, 2014, p. 290). É interessante note observar o contínuo paralelismo entre as escrituras sagradas e as leis que, no contexto da cronista, defendem a inferioridade das mulheres em relação aos homens.

Com essa amplitude estratégica na forma de entender e apresentar o feminismo, de montar as comparações históricas, Alfonsina faz da coluna um espaço possível de inscrição de outros saberes e de outras territorialidades. Na lógica entre *pensamento e feminismo, ignorância e antifeminismo*, ela adentra aquela batalha pelos sentidos e significados do feminismo, buscando sobretudo desmitificá-lo e valorizá-lo. Uma de suas crônicas, “Un tema viejo”, valeu-lhe até mesmo uma resposta de outro colaborador da *La Nota*, contrário às ideias sobre o feminismo – o que demonstra a eferescência do tema e o espaço de debate e embate propiciado pela revista.

Figura 6 – “Derechos civiles femeninos”, de Alfonsina Storni, publicado na seção Vida Femenina na revista *La Nota* em 22 de agosto de 1919



Fonte: Coleção digital do Instituto Ibero-Americano

Ao longo das crônicas podemos ler como Alfonsina vai construindo sua própria reflexão sobre o feminismo e seus movimentos locais. Para ela, o feminismo era a consequência de uma série de fatores do progresso humano, do acumulado de ruínas causado pelo “*fracaso de la aptitud directiva masculina para alcanzar, por medio de las*

leyes, el equilibrio necesario a la felicidad humana” (Storni, 2014, p. 291)⁴⁵. E sendo as leis, criadas por homens, fundamentalmente antifeministas, o feminismo seria *uma questão de justiça* (Storni, 2014, p. 294). Observa-se, na argumentação de Alfonsina, a centralidade das *leis* – principalmente do Código Civil – que declaravam a *incapacidade* das mulheres para diversas tarefas e posições. Entretanto, sobre o sufrágio apresenta diversas considerações e ressalvas: “*Dar voto a la mujer, [...] sería sumar ineptos a ineptos*” (Storni, 2014, p. 275)⁴⁶.

Apesar dessa posição, outros textos mostram-nos como Alfonsina continuou a refletir sobre o problema. Um dos mais interessantes é a crônica “Un simulacro de voto”, publicada na coluna feminina do jornal *La Nación*, onde assinava como *Tao Lao*⁴⁷, que registra uma das primeiras paródias sufragistas de 1920 – a segunda realizada na capital, segundo Alfonsina. Organizado pela Unión Feminista Nacional, o “*simulacro de voto femenino*” é minuciosamente analisado por Alfonsina Storni: registra o perfil das participantes – mulheres da classe média e operárias que, segundo Alfonsina, eram os grupos mais visados pelas propagandas dos movimentos –; o método da votação; as principais perguntas e o resultado estatístico do sufrágio das 5915 mulheres, com suas nacionalidades, estados civis, idades e profissões. A quantidade de detalhes e informações permite-nos supor o acesso de Alfonsina e sua proximidade para com o evento; a tarefa de analisar as tendências das sufragistas parece ter sido realizada ali mesmo na crônica.

Figura 7 – Recorte da revista *Fray Mocho*, de 16 de março de 1920, mencionando o primeiro ensaio sufragista da capital. Na foto, estão presentes Elvira Rawson de Dellpiane, Adela Garcia e Alicia Moreau.

⁴⁵ “Me atreveria a afirmar que o chamado feminismo não é mais que um fracasso da atitude diretiva masculina para alcançar, por meio das leis, o equilíbrio necessário à felicidade humana” (Tradução minha).

⁴⁶ “Dar voto à mulher, [...] seria somar ineptos a ineptos” (Storni, 2014, p. 275; tradução minha).

⁴⁷ Por conta do espaço não será possível desenvolver as especificidades de Tao Lao. Para análise mais aprofundada, consultar minha dissertação de mestrado *A poeta e o cronista: as colunas femininas de Alfonsina Storni* (2023).



Fonte: Coleção digital do Instituto Ibero-Americano

Observemos, ainda, que nesse texto de 1920 Alfonsina não se opõe ao direito do sufrágio, reconhecendo-o como “*una conquista moral*” e não como “*una conquista material de verdadero peso*” (Storni, 2014, p. 300). É possível afirmar que, para a escritora, o papel das feministas seria o de atuar contra o prejuízo moral e, sobretudo, material e econômico que recaí sobre as mulheres, prejuízos calcados no cristianismo e reproduzidos pelos costumes e pelas leis:

[...] *en todas formas, en el concepto público y privado, en la sanción social y en la letra de la ley nos castigaron, oh mujeres! Por culpa de aquella Eva indecente y mal criada que no sabemos todavía qué cosas terribles ha tramado debajo del célebre árbol bíblico. Bien, pues, nos declararon incapaces para ser testigos en los instrumentos públicos, para administrar nuestros bienes siendo casadas, aún cuando estos bienes fueran heredados, y así pasamos del papá al esposo buscando “ardid” para vencer la letra de la ley.* (Storni, 2104, p. 283)⁴⁸

Esse trecho, que faz parte da crônica “A propósito de las incapacidades relativas de la mujer”, traz a construção constante de um *nosotras*. Longe das atitudes individualistas, de utilizar o nome do feminismo em prol de seu sucesso⁴⁹, de celebrar sua posição solitária naquela grande mesa repleta de homens, suas crônicas e poemas revelam um compromisso político.

⁴⁸ “[...] em todas as formas, no conceito público e privado, na sanção social e na letra da lei nos castigaram, oh mulheres! Por culpa daquela Eva indecente e malcriada que não sabemos ainda que terríveis coisas tramou debaixo da célebre arvore bíblica. Bem, pois, nos declararam incapazes para ser testemunha nos instrumentos públicos, para administrar nossos bens sendo casadas, ainda que estes bens fossem herdados, e assim passamos do papai ao esposo buscando “truques” para vencer a letra da lei.” (Tradução minha)

⁴⁹ Vale a leitura da crônica “Feminismo perfumado”, onde Alfonsina já criticava algumas mulheres que se utilizam do nome do feminismo para alcançar o sucesso individual.

Acerca de conclusões

Alfonsina assumiu a tarefa de escrever a favor do feminismo e das feministas portenhas, refletindo profundamente sobre a condição da mulher. Escreve não apenas *o* mas *com o feminismo*. Em seus escritos, seja em livros, revistas ou jornais, apresenta nomes como os de Julieta Lanteri, Alicia Moreau, Carolina Muzzilli, Elvira Rawson de Dellepiane, Raquel Camaña, entre outras, fazendo ecoar uma pluralidade de ideias e de pensamentos. Faz circular ainda outras escritoras contemporâneas, como Juana de Ibarbourou, Gabriela Mistral, Delfina Bunge, Delmira Agustini, entre tantas.

Fazendo da coluna feminina e de sua poesia um espaço para *nosotras*, inscrevendo-as nas brechas dos discursos, nos terrenos móveis e tensionados, Alfonsina Storni permite-nos refletir sobre uma *práxis feminista* e sobre as *possibilidades de agenciamento* mesmo quando estamos em espaços restritos e limitados pelas normas de gênero. Com elasticidade estratégica, a escritora transitou pela tensão e discrepância entre a “mulher como representação” – a mulher do discurso antifeminista e hegemônico – e as “mulheres como seres históricos, reais” (Lauretis, 2019) – como aquelas feministas e escritoras –, abrindo o caminho novo para a *mulher futura*: aquela que seria emancipada, economicamente independente e livre pensadora.

Sobre a autora

Andrezza Jaquier Pigozzo de Oliveira, doutoranda em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (2024), é mestra em Estudos de Literatura pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Graduou-se em Letras – Português | Espanhol pela mesma universidade. Integrante do grupo de pesquisa Arquipélago – literatura latino-americana dos séculos 20 e 21, foi pesquisadora-bolsista do CBEAL/Memorial da América Latina. Entre 2016 e 2018 desenvolveu Iniciação Científica, com apoio FAPESP, sobre a obra de Natália Correia e Maria Gabriela Llansol. No mestrado, com orientação do Prof. Dr. Wilson Alves-Bezerra, defendeu a dissertação “A poeta e o cronista: as colunas femininas de Alfonsina Storni”. Como pesquisadora dedica-se ao estudo da literatura escrita por mulheres, à crítica feminista e aos estudos de gênero na literatura.

Referências bibliográficas

- ALVES-BEZERRA, Wilson. “Em busca do país de Alfonsina”. In: STORNI, Alfonsina. *Sou uma selva de raízes vivas*. São Paulo: Iluminuras, 2020, p. 151-196.
- BARRANCOS, Dora. *Mujeres, entre la casa y la plaza*. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.
- BARRANCOS, Dora. *História dos feminismos na América Latina*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.
- DELGADO, Josefina. *Alfonsina Storni: una biografía esencial*. Buenos Aires: Debolsillo, 2010.
- DIZ, Tania. “Estudio preliminar”. In: STORNI, Alfonsina. *Escritos. Imágenes de género*. Coleção Letras y pensamientos en el bicentenario, dirigida por Carlos Dámaso Martínez. Córdoba: Eduvim, 2014.
- _____. “Del elogio a la injuria: la escritora como mito en el imaginario cultural de los ‘20 y ‘30”. *La biblioteca*, vol. 1, n 1-12, p. 310-330, 2012. Disponível em: <https://www.bn.gov.ar/micrositios/revistas/biblioteca/la-biblioteca-no-12-mitologicas>
- JAQUIER, Andrezza. *A poeta e o cronista: as colunas femininas de Alfonsina Storni*. 2023. Dissertação (mestrado em Estudos de Literatura) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/18197>.
- LAURETIS, Teresa de. “A tecnologia de gênero”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 121-156.
- MASIELLO, Francine. *Between Civilization and Barbarism: Women, Family, and Literary Culture in Mid-Nineteenth-Century Argentina*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1992.
- MÉNDEZ, Mariela. *Crónicas travestis: el periodismo transgresor de Alfonsina Storni, Clarice Lispector y María Moreno*. Rosário: Beatriz Viterbo Editora, 2017.
- MUSCHIETTI, Delfina. “Las mujeres que escriben: Aquel reino anhelado, el reino del amor”. Revista Nuevo texto crítico, publicação do Departamento de Espanhol e Português e do Centro de Estudos Latino Americanos da Universidade Stanford, Palo Alto, EUA, volume 2, número 4, p. 79-102, 1989.
- ROMITI, Elena. *Las poetas fundacionales del Cono Sur: aportes teóricos a la literatura latinoamericana*. Montevideu e Córdoba: Departamento de Investigaciones de la Biblioteca Nacional de Uruguay e Universidad Nacional de Córdoba, 2013.
- SALOMONE, Alicia. “Voces femininas|feministas en el discurso intelectual: Alfonsina Storni y Victoria Ocampo”. *Lucero*, Universidade da Califórnia, Berkeley, EUA, v. 12, n. 3, p. 47-55, 2001. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/28d6k887>

_____. *Subjetividad femenina y experiencia moderna en la escritura de Alfonsina Storni*. Santiago, Chile: Universidad de Chile – Facultad de Filosofía y Humanidades, 2005. Disponível em: <http://repositorio.uchile.cl/handle/2250/108872>.

SARLO, Beatriz. *Una modernidad periférica: Buenos Aires 1920 y 1930*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1988.

_____. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. Tradução Rubia Prates Goldoni e Sérgio Molina. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

STORNI, Alfonsina. *Escritos. Imágenes de género*. Coleção Letras y pensamientos en el bicentenario, dirigida por Carlos Dámaso Martínez. Córdoba: Eduvim, 2014.

_____. *Obras. Poesía. Tomo I*. (org. Delfina Muschietti). Buenos Aires: Losada, 1999.

_____. *Obras. Ensayo. Periodismo. Teatro. Tomo II*. (org. Delfina Muschietti). Buenos Aires: Losada, 2002.

_____. *Sou uma selva de raízes vivas*. Tradução e seleção de Wilson Alves-Bezerra. São Paulo: Iluminuras, 2020.

VASSALLO, Jaqueline Roselly. *Alfonsina Storni: literatura y feminismo en la Argentina de los años 20*. Coleção Letras y pensamientos en el bicentenario. Córdoba: Eduvim, 2014.

VIGNOLI, Marcela. “La otra encuesta feminista de 1919: cartas (inéditas) dirigidas a Elvira Rawson de Dellepiane durante la campaña nacional de la Asociación Pro-derechos de la Mujer”. *Revista electrónica de fuentes y archivos, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina*, v. 1, n. 13, p. 133-154, 2022.

Cap.

03

O papel social das mulheres nas ciências da saúde no Brasil: as contribuições de Nise da Silveira



Bruna Leticia Rosário da Silva

O papel social das mulheres nas ciências da saúde no Brasil: as contribuições de Nise da Silveira

Bruna Leticia Rosário da Silva

A reconstituição do itinerário de resistência de uma figura significativa como Nise da Silveira é imprescindível quando se aborda o papel social das mulheres nas ciências da saúde brasileira. Sua relevância e voz ativa na luta pela saúde promoveram uma nova perspectiva nas ciências médicas. Essa reflexão crítica recorre a estudos relevantes sobre o tema e parte da análise das contribuições teóricas para resgatar aspectos relacionados às interações humanas e sociais.

A contemporaneidade tem presenciado uma crescente tendência nos estudos que exploram as relações entre saúde e fatores decorrentes de questões econômicas, sociais e ambientais. Isso contrasta com a abordagem predominantemente biológica da saúde nos séculos XIX e início do XX. Autores contemporâneos têm proposto investigações sobre os determinantes sociais da saúde (DSS), destacando-se pesquisadores associados a organizações como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e comissões nacionais influentes para políticas de saúde globais (Souza et al., 2013).

A crítica feminista às ciências, à medicina e à tecnologia foi elaborada por mulheres cientistas, médicas, filósofas, entre outras, que se destacaram em suas disciplinas. Sandra Harding (1986) observa uma mudança significativa nessa produção entre as décadas de 1970 e 1980, evoluindo de uma posição reformista para uma “posição revolucionária” que luta pelo uso emancipatório da ciência. Nise da Silveira, por exemplo, única mulher a se formar em medicina em sua turma, propôs práticas integrativas para tratar seus pacientes muito antes de essa discussão ser prioridade no país e se tornou figura destacada na luta antimanicomial.

A história das mulheres nas décadas de 1960 e 1970 emerge como um contraponto à narrativa histórica hegemônica e busca tornar visível sua atuação no passado. É um projeto político que visa garantir o direito à memória histórica, resistir ao apagamento e à exclusão presentes na escrita histórica institucionalizada. Esse movimento se estende a

grupos marginalizados, refletindo uma resistência coletiva pautada na mobilização, conscientização e construção de um discurso de resistência (MARTINS, 2020).

A discussão sobre ciência conduz ao campo proposto por Almeida (2010) de “fazer sonhar a ciência”, oxigenar teorias e possibilitar uma fotossíntese de ideias e vida. O papel de um intelectual capaz de investir na emoção como ferramenta cognitiva, argumento e estilo de vida é crucial para este processo. A construção de uma “ecologia dos conhecimentos”, que equaliza a limitação analítica entre diferentes saberes, torna-se essencial para a concretização da pluralidade social e cultural (ALMEIDA, 2010).

No contexto social e político desafiador em que viveu, Nise da Silveira questionou paradigmas com determinação e, com compromisso real com seus pacientes, contribuiu para a construção de uma sociedade mais justa e saudável. Minha pesquisa destaca múltiplas perspectivas sensíveis às necessidades da população brasileira, enfatizando o protagonismo feminino nas ciências da saúde. Reconhecer e valorizar o papel das mulheres na ciência é importante para garantir a igualdade de oportunidades e incentivar mais mulheres a se engajarem na área da saúde, seja por meio de pesquisas científicas, cuidado clínico ou trabalhos comunitários.

Além de sua contribuição vital para as ciências da saúde, Nise da Silveira foi uma pioneira na psiquiatria brasileira, desafiando as normas estabelecidas ao propor uma abordagem humanista e criativa no tratamento de pacientes com transtornos mentais. A médica revolucionou os métodos tradicionais ao combater práticas agressivas como os eletrochoques, introduzindo em seu lugar a terapia ocupacional e a expressão artística



como instrumentos terapêuticos. A visão inovadora de Nise, ancorada na valorização do potencial humano e na consideração da natureza como parte intrínseca da terapia, ressoa

Fonte: Acervo Nise da Silveira.

não apenas nos ideais do ecofeminismo e da ética do cuidado, mas também oferece uma perspectiva transformadora para a saúde mental e o cuidado em saúde no Brasil.

Em um contexto mais amplo, a trajetória singular de Nise espelha os desafios e conquistas das mulheres nas ciências da saúde. Ao se deparar com um ambiente predominantemente masculino, no qual se destacou por sua excelência acadêmica, ela desbravou caminhos que inspiraram gerações subsequentes de mulheres na área. Nise foi não apenas uma médica notável, mas uma líder de pensamento cujas ideias transcenderam as fronteiras da medicina convencional e influenciaram movimentos relevantes para o panorama da saúde mental, ao destacar a importância de uma abordagem humanizada e integrativa no cuidado à saúde.

Além disso, a trajetória de Nise da Silveira no cenário da medicina é notável, não só por suas realizações acadêmicas como também por sua contribuição pioneira para a transformação do paradigma de tratamento em saúde mental no Brasil. Sua abordagem humanista revela interessante interseção com as correntes do ecofeminismo, uma vez que suas práticas inovadoras se alinham com princípios que buscam uma relação mais equilibrada entre humanos e natureza. O artigo procura contemplar a ética do cuidado como elemento fundamental na visão de Nise; para além da racionalidade tradicional, essa ética destaca a importância do cuidado emocional e da interdependência entre humanos e seu ambiente. Por fim, examinarei de que maneira as práticas integrativas e complementares em saúde, propostas por Nise, podem ser consideradas como caminhos promissores para uma abordagem mais holística e inclusiva no campo da saúde.

Nise da Silveira: contribuições para o cuidado em saúde

A história e as contribuições da médica Nise da Silveira são exemplo eloquente sobre o importante papel que as mulheres desempenham nas ciências da saúde no Brasil. Especialmente considerando a trajetória das práticas integrativas no campo da saúde mental, uma área inovadora que pensa outras formas complementares para o tratamento de doenças.

A importância científica e social de suas concepções teóricas contra-hegemônicas em relação à psiquiatria clássica tradicional é a marca mais conhecida da médica brasileira Nise da Silveira. Sua personalidade foi muito importante para as lutas relacionadas à saúde, nas quais foi voz ativa para a abertura de uma nova visão nas ciências médicas. Ela contribuiu ativamente ao levantar questões que afetavam a população e ao propor possibilidades de empregar práticas médicas baseadas em afeto e acolhimento. Por isso, destaco neste trabalho sua importância para as ciências da saúde baseadas em questões sociais, culturais e políticas.



Foto: *Acervo Arquivo Nacional*

Cabe refletir sobre como os pacientes eram vistos e tratados pela psiquiatria, que invalidava os que não se adaptavam às normas sociais vigentes sem se interessar em investigar os motivos afetivos, familiares, econômicos e outros que poderiam desencadear comportamentos desviantes. O foco era logo estabelecer o diagnóstico – esquizofrenia – e deflagrar a hospitalização, num um ciclo quase impossível de quebrar. Ao entrar em um hospital psiquiátrico ou ao sair da instituição, o indivíduo deixava de ser considerado uma pessoa: assumia o rótulo de paciente e, por consequência, tornava-se mais uma “peça na engrenagem dessa fábrica em prol da loucura” (Silveira, 1992).

Ao longo da década de 1940, a psiquiatria predominante no Brasil direcionou seu foco para avanços científicos e tecnológicos, como eletrochoques e cirurgias

neuroológicas. Isso contribuiu para a consolidação de uma perspectiva orgânica da doença mental, abrindo caminho para o advento dos neurolépticos uma década mais tarde. Nesse cenário surge Nise, médica psiquiatra impulsionada pela intensidade de sua indignação com o tratamento dispensado aos pacientes nos hospitais psiquiátricos. Ela se dedicou à pesquisa e ao desenvolvimento de uma abordagem clínica em terapia ocupacional, acreditando que onde eram descartados os resíduos da sociedade utilitária havia indivíduos. Para ela, esse compromisso era parte de uma inquietação diante dos rumos que a psiquiatria estava tomando – e se ligava ao compromisso de criar procedimentos terapêuticos humanistas para o tratamento da esquizofrenia (Quinet, 2000).

Nise percebeu que o novo na ciência só se instalaria pela ousadia da construção de novas concepções, novos métodos e persistência nas pesquisas. Percebeu que a abertura de novos paradigmas na ciência poderia ser mais viável quando o pesquisador visita e se alimenta de outros campos de conhecimento, não apenas os de sua especialidade. Por isso buscou outras formas de saberes fora do campo da psiquiatria, como arte, mitologia, literatura, religião, epistemologia, filosofia e psicologia. Essa visão influenciou no cuidado de seus pacientes, na forma como ela os via e no tratamento que empregava, bem além da medicalização.

Ao confrontar a psiquiatria, Nise optou pelo caminho da terapia ocupacional. Para respaldar essa escolha, ela se comprometeu a fortalecer esse método e conferir-lhe base científica, transformando-o em um campo de pesquisa. Dessa forma, buscou desenvolver uma terapêutica ocupacional com características científicas, conferindo ao trabalho uma orientação distinta: sua preocupação era tanto teórica quanto clínica. Durante os 28 anos em que liderou o Setor de Terapêutica Ocupacional e Reabilitação (STOR) no Centro Psiquiátrico Pedro II (1946-1974), diversas pesquisas foram conduzidas com o objetivo, entre outros, de registrar os resultados alcançados por meio de atividades, validar a eficácia desse método de tratamento, investigar os efeitos prejudiciais dos tratamentos psiquiátricos convencionais e evidenciar as capacidades criativas e de aprendizado dos esquizofrênicos. Ao longo desse período, foram gradualmente estabelecidos dezessete núcleos de atividades (como encadernação, marcenaria, trabalhos manuais, costura, música, dança, teatro, entre outros), nos quais se buscava proporcionar práticas que estimulassem o fortalecimento do ego dos pacientes, a expansão progressiva de suas relações com o meio social e servissem como meio de expressão. Nise acreditava que em

situações de alta tensão na consciência, muitas vezes, apenas as mãos são capazes de criar (Silveira, 1981, p. 102).



Foto: Acervo Nise da Silveira.

Nas sessões que conduzia, Nise buscava estabelecer um ambiente de liberdade, isento de coação, no qual os sintomas pudessem ser expressos por meio de diversas atividades e, como ela afirmava, serem desativados. Para Nise, o envolvimento em atividades ocupacionais revelava que o mundo interno do psicótico abriga riquezas insuspeitadas, mantendo-as mesmo após longos anos de doença, o que desafiava conceitos preestabelecidos (Silveira, 1981, p. 11).

O Centro Psiquiátrico abrigava 1.500 pacientes hospitalizados, muitas vezes negligenciados nos pátios da instituição. Os ateliês atraíam pessoas que viviam uma existência diária vazia e sem propósito. Esse período marcou o início de uma luta por transformações significativas no ambiente hospitalar e nas abordagens de tratamento dos pacientes. Nise acreditava que o hospital contribuía para a doença e defendia que a terapêutica ocupacional desempenhava papel crucial na alteração desse ambiente. O número de pacientes que frequentavam o setor era limitado, possivelmente devido à não aceitação pelos psiquiatras das ocupações como agentes terapêuticos (Silveira, 1981, p. 24).

O trabalho de Nise da Silveira, marcado por grande sensibilidade e delicadeza, proporcionou um espaço para manifestações e criações consideradas *loucas*, que enfatizava a importância da escuta atenta e interessada nessas expressões. Introduziu uma lógica alternativa no tratamento de psicóticos, gerando conflitos tanto dentro como fora do ambiente asilar, o que desencadeou um profundo processo de resistência, inovação e transformação cultural. Ao deslocar a ênfase da psiquiatria predominante para a terapia ocupacional, promoveu também a mudança do foco principal das pesquisas no campo entre arte e loucura. Essa mudança passou da investigação psicopatológica e sintomatológica das produções dos doentes para a construção de um método de tratamento para pacientes internados, e para a pesquisa relacionada a esse método e seus efeitos.

Dessa forma, a terapêutica conquistou um papel de destaque, superando até mesmo a importância da função diagnóstica. A inovação clínica foi impulsionada por meio da experimentação, invenção, criatividade, afeto, cuidado e compreensão. A trajetória pioneira de Nise na integração da terapia ocupacional ao tratamento psiquiátrico evidencia não apenas sua visão humanista e transformadora, mas também ressalta a importância de abordagens inovadoras na saúde mental. Seu trabalho desafiou paradigmas estabelecidos, enfatizando a escuta atenta, a expressão criativa e a promoção da autonomia. Esses princípios encontram eco nas Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) no Brasil, que valorizam diversificadas abordagens de tratamento que consideram o paciente em sua totalidade física, mental e emocional. A abertura para métodos terapêuticos diversos, como os propostos por Nise, ressalta a riqueza das opções disponíveis e a importância de considerar a singularidade de cada indivíduo no processo de cuidado em saúde mental no país.

Ecofeminismo e cuidado em saúde: diálogos transformadores

Maria Mies e Vandana Shiva (2016) argumentam que diversos movimentos de mulheres, desde a década de 1960, têm apontado o capitalismo-patriarcal e desenvolvimentista como responsável pelos problemas sociais e ambientais. Esses movimentos contestam principalmente o modelo civilizatório fundamentado no progresso tecnológico e na exploração de recursos, destacando-o como um modelo que deveria ser substituído para assegurar a sobrevivência humana. No entanto, afirmam que

essa substituição necessariamente requer uma reflexão sobre a relação de gênero (Noronha, 2018).

Nesse cenário, emergiu o ecofeminismo, abordagem que integra a perspectiva feminista e ambiental, visando harmonizar ambas e transcender o sistema de opressão que se manifesta na relação de subordinação imposta às mulheres e à natureza pelos homens (Rosendo, 2015). O ecofeminismo refere-se à concepção de que a desvalorização das mulheres e da natureza está interligada na sociedade patriarcal ocidental. Essa desvalorização é recíproca: a associação das mulheres com a natureza resulta em subestimação destas; e a percepção da natureza como feminina leva a seu menosprezo. A depreciação das mulheres é frequentemente reconhecida como vinculada a outras formas de opressão, como o racismo, o classismo, o heterossexismo e o especismo (Kheel, 2019).

A presença de uma lógica de dominação que conceptualmente conecta todas as formas de opressão, é denominada por Warren (2000) como o “marco opressivo androcêntrico”. Esse marco é caracterizado pela postura “arrogante” que guia as relações dos seres humanos com o meio ambiente e outros seres, sendo não apenas antropocêntrico, mas também androcêntrico e etnocêntrico ao adotar o homem como referência moral. Essa estrutura opressiva androcêntrica é operacionalizada pela lógica dos dualismos presentes na cultura ocidental, como cultura/natureza, razão/corpo, bom/mau, sagrado/profano, ativo/passivo, masculino/feminino.

Essa lógica de dualismos influencia e alimenta o marco opressivo androcêntrico da cultura ocidental. Nesse dualismo, enquanto a transcendência sobre a terra, sobre a materialidade, é valorizada como positiva, o mundo mais modesto da matéria (termo que compartilha raiz com a palavra *mãe*) é considerado de modo negativo. Na perspectiva religiosa dualista, por exemplo, o sagrado é concebido como materializado em um Deus (masculino, ativo) que habita o céu e que cria a Terra (feminina, passiva) e a governa (Kheel, 2019).

Boaventura de Sousa Santos (2004) argumenta que esse sistema tem suas raízes na construção da modernidade fundamentada na “razão indolente”. Segundo ele, “as dicotomias combinam, do modo mais elegante, a simetria com a hierarquização”; e “a simetria entre as partes é sempre uma relação horizontal que oculta uma relação vertical”. A formação dessa racionalidade indolente, que fundamentou o pensamento hegemônico

atual, é descrita por Boaventura como um “brutal sistema de dominação” que favorece a expansão capitalista e gera monoculturas em várias esferas (de conhecimento, tempo, classificação social e produção) (Santos, 2004, p. 242). Considerando essa separação, reconhecida também por economistas e camponesas feministas, algumas ecofeministas defendem a manutenção das dualidades, porém com a inversão dos valores. Buscariam assim conferir à mulher e à natureza uma posição de superioridade em relação à cultura androcêntrica (Siliprandi, 2015).

A filósofa ecofeminista norte-americana Karen J. Warren desenvolveu uma proposta de ética do cuidado, denominada por ela como “ética sensível ao cuidado”. Essa proposta se afasta do conceito tradicional e machista do cuidado, no qual as mulheres são frequentemente chamadas para reparar danos causados pela passagem apressada do homem em direção a seus objetivos, desconsiderando o bem próprio e a vida daqueles que estão em seu caminho ou em sua proximidade. Essa discussão, inserida no campo da filosofia, questiona as éticas utilitaristas ou baseadas em direitos, alegando que essas abordagens refletem um viés machista (Rosendo, 2015). Nelas, os princípios de *utilidade* ou *direitos* que as guiam são considerados mais importantes do que outros valores tradicionalmente associados às mulheres, como o cuidado. É crucial destacar que, nessas éticas, o critério para inclusão de um tema no círculo dos mercedores de consideração moral não é de fato a racionalidade. A hierarquia que coloca éticas e valores masculinos como superiores está relacionada à lógica de dominação que opera por meio de dicotomias e justifica discursos, sistemas e práticas de desigualdades. E essa lógica de dominação não se baseia na racionalidade, mas sim em sistemas complexos de dominação (Rosendo, 2015).

As ecofeministas (assim como a economia feminista) sustentam a tese de que certos grupos, como as mulheres, e a natureza são mais severamente impactados pelos sistemas de opressão moldados por categorias como gênero, classe e raça. A interconexão entre a opressão das mulheres e a destruição da natureza revela similaridades e é reflexo da mesma estrutura que estabelece e hierarquiza ordens dicotômicas coloniais. Essa é a razão por que as autoras citadas até aqui argumentam que as mulheres, especialmente as que vivem em áreas rurais e florestais, tendem a desenvolver uma relação mais intrínseca de preocupação com a natureza e com a vida de maneira geral. Embora a resistência nos territórios assumam diversas formas, são as mulheres que persistem como as principais

responsáveis pela sustentabilidade da vida. Isso abrange não apenas a reprodução da vida, mas também os cuidados relacionados à saúde e à preservação da natureza.

As mulheres, devido a uma série de condições históricas, sociais e econômicas, foram associadas e responsabilizadas pela reprodução da vida em todas as suas formas. Essas responsabilidades foram interpretadas pelas feministas, especialmente na tradição do feminismo igualitário, como algo a ser superado para alcançar a igualdade de gênero, entre outras metas. No entanto, em tempos recentes, esforços teóricos têm destacado o trabalho da reprodução social – que contribui para a sustentabilidade da vida – como uma potência, sugerindo uma inversão conceitual. Mais envolvidas histórica, social e culturalmente nas tarefas de cuidado e na promoção da sustentabilidade da vida, essenciais tanto os seres humanos como para a natureza, as mulheres continuam sendo desvalorizadas no mundo público – estruturado como reflexo de uma perspectiva predominantemente masculina. No entanto, depositárias de uma maneira diferente de ser, com valores distintos e outra cultura, resultantes da maternidade e da sua condição como reprodutoras da vida, elas teriam contribuições valiosas a oferecer para uma nova forma de organização social que incorporasse a riqueza do universo feminino, em vez de desvalorizá-lo (Siliprandi, 2015).

Ao abordar as interconexões entre opressão de gênero e destruição ambiental, o ecofeminismo ressalta a importância de desafiar estruturas patriarcais e promover uma relação mais equilibrada entre humanos e natureza. No âmbito da saúde, o ecofeminismo contribui para repensar os cuidados, destacando a necessidade de uma ética sensível, que valorize não apenas a racionalidade, mas também a conexão intrínseca entre as pessoas, a natureza e a promoção da vida. As contribuições de Nise da Silveira se alinham a esses princípios ao reconhecer a importância da terapia ocupacional na promoção da saúde mental. Ao deslocar o foco da psiquiatria hegemônica para a terapia ocupacional, Nise enfatizou a criatividade, o cuidado e a expressão como elementos fundamentais para o tratamento da esquizofrenia, desafiando conceitos estabelecidos. Sua abordagem humanista e inovadora na saúde mental tem ressonância com os princípios do ecofeminismo e da ética do cuidado, oferecendo uma perspectiva transformadora para a saúde e o bem-estar no Brasil.

**Práticas integrativas e complementares:
desafios e caminhos para refletir sobre o cuidado em saúde no Brasil**

No Brasil as práticas integrativas em saúde vêm percorrendo um longo caminho ao longo dos anos: para contemplá-las foi preciso abarcar uma ampla gama de leis, decretos, normas, protocolos e procedimentos burocráticos para serem reconhecidas pelo Sistema Único de Saúde.

Em 2006, a Portaria nº 971 do Ministério da Saúde aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS. O Ministério estabeleceu a PNPIC com objetivo de promover a ampliação do acesso às PICS, em especial na atenção básica à saúde, assim como de estimular a pesquisa e a produção de conhecimento nessa área. A PNPIC dá as diretrizes para que o Sistema Único de Saúde passe a oferecer à população serviços e produtos relacionados a acupuntura, fitoterapia, homeopatia e termalismo social⁵⁰. Tais diretrizes se referem ao sistema como um todo, abrangendo inclusive ações a serem implementadas nos diversos órgãos relacionados, como o próprio Ministério da Saúde, as secretarias municipais e estaduais de saúde, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa e a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz (Brasil, 2006).

Desde então, diversos municípios e estados brasileiros têm incorporado essas práticas em suas redes de atenção à saúde. E, com isso, houve avanços na integralidade na atenção à saúde, com a inclusão de serviços antes acessíveis apenas em condições privada.

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) referem-se a abordagens terapêuticas que, embora não façam parte da medicina convencional, são utilizadas de forma integrada ou complementar ao tratamento tradicional. O SUS brasileiro incorporou algumas dessas práticas, reconhecendo sua importância para promover a integralidade e a humanização no atendimento à saúde. Dentre as PICS mais conhecidas e difundidas no Brasil, destacam-se homeopatia, acupuntura, fitoterapia, medicina tradicional chinesa, *yoga* e meditação, arteterapia e musicoterapia. Apesar de muito recentemente terem alcançado reconhecimento oficial, essas abordagens são utilizadas há muitos anos – e Nise foi a primeira mulher a considerá-las para tratar seus pacientes.

⁵⁰ O termalismo social é uma prática promotora de saúde baseada na aplicação terapêutica da água e seus benefícios orgânicos para manter e recuperar a saúde (BRASIL, 2009).

Importante destacar que as práticas reguladas pela PNPIC são *complementares e não alternativas*, pois devem estar associadas ao tratamento biomédico e ser compatíveis com ele. Essa é uma informação essencial, visto que a ideia de “terapias alternativas” tem densa carga histórica no país devido a sua associação principalmente a práticas esotéricas, de pouca comprovação científica e baixa aceitação entre profissionais de saúde. Por isso o caráter complementar das PICs evitou a categoria “alternativa”, deslocando-se do universo de referências esotéricas, operando uma nova possibilidade de alinhamento dessas práticas, que passaram a se aproximar do campo da medicina legítima e oficial (Toniol, 2015).

O SUS baseia-se nos princípios de universalidade, integralidade, controle social e participação popular. O princípio da integralidade ajuda a iluminar o caráter *integrativo* da PNPIC: refere-se a uma prática que “integra conhecimentos científicos e tradicionais, mantendo-os a salvo de credices”. A sugestão de substituir a expressão “Política de Medicina Natural” por “Política de Medicina Integrativa” foi do médico Francisco das Chagas Monteiro, que buscou associar os modelos terapêuticos complementares a práticas como acupuntura, homeopatia e fitoterapia. A inclusão das PICS no SUS visa oferecer uma abordagem mais holística e integrada ao cuidado da saúde, considerando as dimensões físicas, emocionais, mentais e espirituais do indivíduo (Conselho Nacional de Saúde, 2005).

A institucionalização das práticas complementares no Brasil percorreu um longo caminho com muitos obstáculos nas últimas décadas. Ainda hoje a medicina ocidental contemporânea é considerada como a única portadora de racionalidade, um saber erudito que se constrói desde o século XVII; no entanto, o desenvolvimento de estudos sobre medicina homeopática na década de 1980 revelou outra lógica terapêutica e diagnóstica, diversa das concepções de fisiologia e fisiopatologia consideradas pela biomedicina e estruturadas em plano teórico e empírico. Assim, em agosto de 1985 a homeopatia, a fitoterapia e a medicina tradicional chinesa, por meio da acupuntura, foram legitimadas nos serviços médicos da previdência social (Luz, 2005).

A implementação das PICS no sistema de saúde público no Brasil enfrenta diversos desafios. Um dos principais obstáculos é a falta de reconhecimento e de credibilidade: muitas das PICS não são amplamente reconhecidas pela medicina convencional, o que pode gerar resistência por parte de alguns profissionais de saúde e da

população em geral; a falta de credibilidade pode dificultar a aceitação e a adoção dessas práticas, além de se refletir no quesito infraestrutura, equipamentos e recursos humanos capacitados, exigidos para a efetiva implementação das PICS. Muitas unidades de saúde pública enfrentam limitações nesses aspectos, o que pode dificultar a oferta dessas práticas.

Também o acesso às PICS pode ser desigual, com maior disponibilidade em regiões urbanas ou em locais com maior poder aquisitivo. Garantir que essas práticas sejam acessíveis a todas as camadas da população é um desafio para promover a equidade no sistema de saúde. Por isso, entende-se que superar esses desafios requer uma abordagem multidisciplinar e a colaboração entre profissionais de saúde, gestores, pesquisadores e a comunidade em geral. A construção de políticas públicas sólidas, aliada a um esforço contínuo de educação e conscientização, é fundamental para integrar as PICS de maneira efetiva no sistema de saúde público no Brasil.

Os progressos das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) no Brasil têm sido notáveis ao longo do tempo. A incorporação dessas práticas no Sistema Único de Saúde (SUS) representa uma transformação importante na abordagem do cuidado à saúde, fomentando uma visão mais holística e integrativa. Alguns dos avanços destacáveis incluem a criação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em 2006, o aumento da oferta de PICS em diferentes níveis de atenção à saúde, a criação de Centros de Referência, a formação e capacitação de profissionais, o estímulo à pesquisa científica, a participação crescente da comunidade na busca por essas práticas, e a promoção de uma integração interdisciplinar no cuidado à saúde. Apesar desses avanços, persistem desafios como a consolidação de protocolos de integração e a necessidade de mais pesquisas científicas. No entanto, o progresso observado até agora indica uma mudança positiva em direção a um sistema de saúde mais diversificado e focado no bem-estar integral dos indivíduos.

Nise, ecofeminismo e práticas integrativas na saúde

As considerações finais deste artigo revelam a profunda interseção entre ecofeminismo, cuidado em saúde e as contribuições de Nise da Silveira. A discussão destaca a conexão intrínseca entre a opressão das mulheres, a destruição ambiental e a necessidade de desafiar estruturas patriarcais em busca de uma sociedade mais

equilibrada. No contexto da saúde, a ética do cuidado, proposta por pensadoras como Karen J. Warren, emerge como uma abordagem que transcende a racionalidade tradicional, reconhecendo a importância vital do cuidado e da interdependência entre humanos e natureza.

As contribuições de Nise da Silveira na saúde mental brasileira se alinham a esses princípios, enfatizando a terapia ocupacional como uma via humanista e criativa para o tratamento da esquizofrenia. Sua abordagem desloca o foco da psiquiatria convencional para um cuidado centrado na expressão, no cuidado e na reconexão com a sociedade. A visão de Nise, ancorada na valorização do potencial humano e na consideração da natureza como parte intrínseca da terapia, ecoa os ideais do ecofeminismo e da ética do cuidado, oferecendo uma perspectiva transformadora para a saúde mental e o cuidado em saúde no Brasil.

A trajetória de Nise da Silveira se entrelaça de maneira marcante com os temas discutidos sobre ecofeminismo, cuidado em saúde, práticas integrativas e a importância



Fonte: Acervo Nise da Silveira.

das mulheres na prestação de cuidados no Brasil. Ao incorporar práticas integrativas, como a terapia ocupacional, Nise da Silveira reconheceu a importância da expressão criativa, do cuidado emocional e da conexão com a natureza na promoção da saúde mental. Sua visão se alinha com os princípios ecofeministas, que buscam uma relação

mais equilibrada entre humanos e natureza, destacando a interconexão entre a opressão das mulheres e a destruição ambiental.

A conclusão desta discussão sobre ecofeminismo, cuidado em saúde e as contribuições de Nise da Silveira se entrelaça de maneira significativa com as práticas integrativas em saúde, as ciências da saúde e o papel crucial das mulheres nas práticas de cuidado no Brasil. As práticas integrativas em saúde, alinhadas à perspectiva ecofeminista, buscam incorporar abordagens holísticas e integrativas, reconhecendo a interconexão entre a saúde humana e o equilíbrio ambiental.

No âmbito das ciências da saúde, a discussão sublinha a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e sensível ao cuidado, que transcenda a lógica tradicionalmente centrada na racionalidade. A visão de Nise da Silveira, ao valorizar a singularidade do indivíduo e sua relação com o meio ambiente, destaca a importância de considerar as dimensões emocionais e subjetivas na promoção da saúde mental.

A importância das mulheres nas práticas de cuidado no Brasil é enfatizada não apenas como executoras de tarefas específicas, mas como detentoras de conhecimentos valiosos e contribuições fundamentais para uma visão mais abrangente de cuidado em saúde. Reconhecer e valorizar essas contribuições é essencial para a construção de práticas de saúde mais inclusivas e eficazes.

Dessa forma, a convergência entre ecofeminismo, práticas integrativas em saúde, ciências da saúde e o protagonismo das mulheres nas práticas de cuidado no Brasil aponta para uma abordagem mais abrangente, compassiva e equitativa, capaz de promover o bem-estar integral de indivíduos e comunidades. A ênfase de Nise na valorização das contribuições das mulheres vai além do mero desempenho de tarefas específicas, reconhecendo o conhecimento singular e as habilidades que as mulheres trazem para as práticas de cuidado.

A abordagem sensível e inclusiva na psiquiatria desafia a lógica tradicionalmente centrada na racionalidade, destacando a importância das dimensões emocionais e subjetivas na promoção do bem-estar integral. A história de Nise da Silveira é um testemunho da capacidade transformadora que uma abordagem centrada no cuidado, na criatividade e na valorização das contribuições femininas pode ter na área da saúde. Suas práticas inovadoras representam uma inspiração não apenas para a psiquiatria, mas

também para a construção de um sistema de saúde mais compassivo, equitativo e alinhado aos princípios ecofeministas.

Sobre a autora

Bruna Leticia Rosário da Silva tem licenciatura plena em Ciências da Religião pela Universidade do Estado do Pará (UEPA) e é mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia (PPGEAA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutorado (em andamento) em Antropologia Cultural pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA-IFCS/UFRJ). Integrante do grupo de pesquisa LEIC – Laboratório de Etnografias e Interfaces do Conhecimento, em 2023 foi pesquisadora-bolsista do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina (CBEAL/FMAL). Tem interesse na área de Antropologia da Saúde com ênfase na implementação de políticas públicas sobre práticas integrativas e complementares no SUS.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria da Conceição de. *Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição*. São Paulo: Livraria da Física, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. *Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS*. Atitude de ampliação de acesso. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS*. Clínica ampliada e compartilhada. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. *Ata da centésima sexagésima reunião ordinária do Conselho Nacional de Saúde*. 2005. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/atas/2005/Ata160.doc>. Acesso em 7 de outubro de 2023.

FERNANDES, Sandra Michelle Bessa de Andrade. *Nise da Silveira e a saúde mental no Brasil: um itinerário de resistência*. 2015, 206 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2015.

HARDING, Sandra. *The Science Question in Feminism*. Ithaca: Cornell University Press. 1986.

KHEEL, Marti. “A contribuição do ecofeminismo para a ética animal”. In: ROSENDO, Daniela et al. (orgs.) *Ecofeminismos: Fundamentos teóricos e práxis interseccionais*. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2019. cap.1, p. 29–40.

LUZ, Madel. “Cultura contemporânea e medicinas alternativas: novos paradigmas em saúde no fim do século XX”. *PHYSIS: Revista Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 15 (Suplemento): 145 – 176, 2005.

MARTINS, Ana Paula Vosne. “A mulher, o médico e as historiadoras: um ensaio historiográfico sobre a história das mulheres, da medicina e do gênero”. *Revista História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, jan. - mar. 2020, p. 241 – 264.

NORONHA, Isabela. *Entre o solo e a terra: Mulheres inseridas em experiências de agroecologia no MST*. 2018. 106f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) – Faculdade de Ciências Aplicadas, UNICAMP, Limeira, 2018.

QUINET, A. “Arte virgem: a função da pintura na psicose”. In: QUINET, A. *Teoria e clínica da psicose*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

ROSENDO, Daniela. *Sensível ao cuidado: uma perspectiva ética ecofeminista*. Curitiba: Editora Primas, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente – Contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez. 2004.

SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e agroecologia: Transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.

SILVEIRA, Nise da. *O mundo das imagens*. São Paulo: Ática Ed., 1992.

_____. *Imagens do inconsciente*. Rio de Janeiro: Alhambra, 1981.

SOUZA, D. O. *et al.* *Determinantes sociais da saúde: reflexões a partir das raízes da “questão social”*. Revista Saúde Soc. São Paulo, v. 22, n. 1, p. 44 – 56, 2013.

TONIOL, Rodrigo. *Do espírito na saúde. Oferta e uso de terapias alternativas / complementares nos serviços de saúde pública no Brasil*. 2015, 314f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

WARREN, Karen. *Ecofeminist Philosophy: A Western Perspective on What Is and Why it Matters*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2000.

Cap.

04

**Mulheres negras, comunidades digitais:
estratégias para uma tecnologia contracolonial**



Lucas Kelly

Mulheres negras, comunidades digitais: estratégias para uma tecnologia contracolonial

Lucas Kelly

O regime colonial cristaliza os circuitos, e a nação é obrigada, sob pena de sofrer uma catástrofe, a mantê-los. Talvez conviesse recomeçar tudo, alterar a natureza das exportações e não apenas o seu destino, reinterrogar o solo, o subsolo, os rios e – por que não? – o sol. (Fanon, 2005, p. 120)

Pesquisas diversas apontam que as descrições do profissional de tecnologia convergem para um padrão de homens brancos, cisgêneros e heterossexuais. Esta observação evidencia uma tendência marcante no imaginário coletivo, refletindo a predominância de um ideal eurocêntrico e normativo na representação de profissionais no setor tecnológico. A predominância de uma estética hegemônica em nossa imaginação tem seu paralelo nas posições de liderança das principais empresas de tecnologia (*big techs*), onde se observa uma uniformidade similar. Essa homogeneidade não somente influencia os serviços tecnológicos em escala global, mas também reforça padrões de dominação socioculturais. Este cenário, fortemente enraizado em estruturas históricas e sociais, mantém a marginalização de grupos diversificados, agravando as desigualdades no acesso e na influência sobre as inovações tecnológicas.

De início, este trabalho propõe reflexões e perguntas fundamentais acerca da tecnologia, que buscaremos responder. A primeira questão indaga sobre a possibilidade de existir neutralidade na tecnologia em uma sociedade estruturalmente desigual. Em seguida, inspirado por um diálogo entre um pesquisador cabo-verdiano e o quilombola Antônio Bispo dos Santos, questiona-se: “Como podemos contracolonizar falando a língua do inimigo?” (Bispo dos Santos, 2023). Este questionamento estimula a investigação por vias de descolonização efetivas, levando à análise de um grupo social particular que tem desempenhado papel significativo no setor de tecnologia: *as mulheres negras*.

Explorar a marcante influência de mulheres negras no setor das tecnologias digitais foi o objetivo principal deste estudo. Para isso, realizamos entrevistas com quatro proeminentes fundadoras e líderes negras de projetos de capacitação profissional no setor

de tecnologia da informação, especificamente destinados a outras mulheres negras, periféricas e indígenas. As entrevistadas incluem Ariane Sousa, Silvana Bahia, Karen Santos e Germanna Rosa, que enfatizam a relevância das comunidades digitais como espaços de letramento racial, empoderamento feminino e inserção no mercado tecnológico. Examinaram-se iniciativas como PretaLab, Ux para Minas Pretas e Minas Programam pelo olhar dessas líderes que estão redefinindo o campo tecnológico. Este trabalho revela uma combinação de resistência e inovação ancestral, sublinhando a importância destas contribuições.

Mulheres e tecnologia

É fundamental fazer uma síntese das mulheres que foram importantes na história das tecnologias até os dias de hoje, para demonstrar que suas posições no setor são passíveis de agenciamento, isto é, de real capacidade de mudança frente à desigualdade atual.

A pioneira, primeira programadora de códigos, foi a matemática e escritora inglesa Ada Lovelace. Ela foi a responsável por criar o primeiro algoritmo a ser processado por uma máquina, ainda na era vitoriana (Martins, 2016). Vale ressaltar também que antes do surgimento de computadores capazes de realizar cálculos automaticamente, como hoje os conhecemos, a National Advisory Committee for Aeronautics (NACA), criada em 1915, contava com mulheres matemáticas para realizar esses cálculos. Essas mulheres eram conhecidas como “as computadoras” e muitas delas eram mulheres negras, afro-americanas, que desempenharam papel fundamental no sucesso espacial dos Estados Unidos (Projeto Enigma, 2021). Para citar apenas dois exemplos: Dorothy Johnson Vaughan, notável matemática que se destacou como a primeira mulher negra a se tornar chefe de departamento na NASA, e Mary Jackson, a primeira engenheira negra da agência espacial.

São diversas as mulheres que vêm fazendo história no setor de tecnologia também no Brasil. É o caso de Valéria Menezes, pioneira e referência na área de informática no Brasil. Ela foi uma das primeiras mulheres negras a se formar bacharel em informática no país. Durante sua experiência na indústria de computadores, trabalhando na Cobra – Computadores e Sistemas Brasileiros, de 1983 a 1987, Valéria observou um número significativo de mulheres atuando na área de tecnologia da empresa – algo que, segundo ela, não mais ocorre nos dias atuais (Projeto Enigma, 2021).

No cenário global das empresas de tecnologia da informação, o esquecimento das mulheres permanece. Muitos estudos que versam sobre as questões de gênero e tecnologia buscam entender o que resultou da expressiva ausência das mulheres nesse mercado.

No Brasil, o setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) corresponde a 1.113.517 (um milhão, cento e treze mil e quinhentos e dezessete) empregos, segundo dados do relatório setorial da Brasscom (2022). No setor, os profissionais de tecnologia da informação (TI) correspondem a 35%, o que representa 410.797 (quatrocentos e dez mil, setecentos e noventa e sete) pessoas. De acordo com Zoubaref (2022) as mulheres representam apenas 23% dos profissionais na área de TI no Brasil, e a falta de representatividade das mulheres negras nesse campo é ainda mais alarmante. A ausência expressiva de dados sobre mulheres negras na ciência, tecnologia e inovação evidencia um problema de grande magnitude (PretaLab, 2022).

Para Cynthia Cockburn (2009), a justificativa para a tecnologia ter ficado por tantos anos concentrada nas mãos dos homens advém da Revolução Industrial. Para a autora, o domínio mantido pelos homens em tarefas tecnológicas ocorreu porque a habilidade de manusear máquinas e ferramentas era exclusiva dos homens nesse período, seja pela concentração das mulheres no espaço doméstico, seja pela ocupação feminina em setores que não requeriam habilidades tecnológicas. Ainda segundo a autora, ao longo da história os homens que detinham esses atributos técnicos, com receio de perderem suas posições de poder, optaram por manter o domínio dessas habilidades de modo a perpetuar a dominação sobre quem não as detinha, reforçando a rota patriarcal de exclusão das mulheres (Cockburn, 2009). Essa visão social da tecnologia como uma ferramenta de poder teve como consequência a relutância de diversas empresas em designar mulheres para esses cargos, como destacado no relatório *Women in tech* (Statista, 2022). O relatório aponta que a importância dos *softwares* de computador na sociedade resultou em uma demanda substancial por profissionais qualificados ao longo da década de 1980.

A Figura 1, a seguir, demonstra o resultado da análise de nuvem de palavras – elaborada a partir dos depoimentos voluntários de 192 participantes de uma investigação autoral mais ampla que desenvolvi. Esses indivíduos caracterizaram de forma consistente o perfil predominante no setor de Tecnologia da Informação: “classe média”, “homens”, “heterossexuais”, “brancos” e “cis” foram as palavras e expressões mais recorrentemente mencionadas. Esta constatação evidencia uma homogeneidade demográfica e sociocultural significativa neste campo profissional.

sustentado pelo viés desenvolvimentista, que prescreve apenas um caminho como universal e possível para a suposta redenção ao Deus do capital.

A rota de evangelização eurocêntrica se caracterizou pela expropriação de terras e recursos naturais, exploração do trabalho em variadas formas de escravidão e pela desvalorização das vidas no Sul global (Mignolo, 2008). Walter Mignolo destaca que a seletividade marginalizadora resultante da lógica de poder eurocentrada culmina em uma política de identidade simultaneamente imperial e racista (2008). Nela a prerrogativa do “herói civilizador reveste as próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, etcetera)” (Ballestrin, 2013). Faz-se necessário a morte do “bárbaro” em prol da sua ressurreição, condicionada à domesticação da sua subjetividade nos moldes supostamente racionais dos anseios capitalistas modernos.

A era da razão imperial pautada em uma suposta neutralidade do sujeito epistêmico inaugura um dos efeitos mais perversos da modernidade: “afirmar-se como uma identidade superior ao construir construtos inferiores (raciais, nacionais, religiosos, sexuais, de gênero), e expeli-los para fora da esfera normativa do real” (Mignolo, 2008, p. 291). Lélia Gonzalez (2020) afirma que as ideologias classificatórias (racial e sexual) são uma matriz hierárquica inventada a partir da relação histórica de exploração com a América Latina pelas metrópoles ibéricas, gerando uma concepção que reinventa a ordem social em escala mundial.

É a partir da nadificação do sujeito (colonizado), pautada na superioridade do homem branco eurocêntrico (colonizador), que se inicia o dito progresso da era capitalista moderna. Segundo Deivison Faustino, esse processo “autoriza uma suspensão ética, política e estética do colonizado para legitimar e sustentar o pacto social capitalista” (Faustino; Lippold, 2023).

Revisitar o pacto social capitalista nos permite rastrear algumas pistas da materialidade histórica que possibilitou os avanços técnico-científicos atuais. Como salientam Faustino e Lippold, “as relações capitalistas de produção, de onde emergem a terceira, a quarta e a quinta revolução tecnológica, não podem ser entendidas sem um exame rigoroso do papel do colonialismo e do racismo na criação de possibilidades para a emergência da primeira e da segunda revolução tecnológica” (Faustino; Lippold, 2023).

Faustino e Walter Lippold apontam uma analogia instigante entre a disseminação global de fibra óptica e a expansão imperialista das ferrovias no século XIX. Em ambos os casos, a exportação de capital necessária para essa expansão foi facilitada pela partilha colonial do mundo (2023). Essa partilha levou à inclusão subordinada de territórios colonizados ou recém-independentes na economia mundial. Este processo, baseado na exploração de matérias-primas e trabalho excedente dessas regiões, não apenas ampliou as redes de comunicação, mas também intensificou o controle sobre os povos que as habitam, demonstrando uma perpetuação das estratégias de domínio imperialista adaptadas ao contexto contemporâneo (Faustino; Lippold, 2023).

É crucial reconhecer que as tecnologias digitais não são meras entidades abstratas, mas estruturas intrinsecamente entrelaçadas a relações de poder. Desde cabos submarinos e satélites até servidores e dispositivos eletrônicos, a materialidade dessas redes é evidente e implica diversas formas de exploração. A extração de recursos minerais de territórios específicos para sustentar o desenvolvimento tecnológico levanta questões sobre quem detém o poder em cada etapa da cadeia tecnológica. Conforme revela o recente estudo “Cartografias da Internet” da Coding Rights (2023), “a distribuição de mais de 420 cabos submarinos segue a rota dos telégrafos e das grandes navegações, desfavorecendo países que foram colônias”. Vale ressaltar que a maioria desses cabos se concentram nos Estados Unidos, o que enfatiza a geolocalização das relações de poder. Essa realidade sublinha a importância de considerar as dimensões geopolíticas e socioeconômicas ao analisar o papel da tecnologia no contexto global (Coding Rights, 2023).

Faustino e Lippold argumentam que as vias de transmissão, como rodovias, redes de esgoto e fibra óptica, são limitadas por suas características físicas e disposição geográfica. Além disso, a construção ou a ausência dessas infraestruturas em certos locais são determinadas por decisões políticas e econômicas, influenciadas por contextos sociais (2023). Paralelamente, as chamadas *big techs*, concentradas majoritariamente no Vale do Silício, exemplificam uma forma moderna de neocolonialismo tardio. Estas empresas contribuem para a transformação do Sul Global em uma área destinada predominantemente à mineração extrativista de dados informacionais. Essa realidade reflete uma atualização das dinâmicas de poder e exploração, onde o Sul Global é relegado a um papel secundário na economia digital globalizada, servindo primariamente como fonte de matérias-primas, tanto físicas quanto digitais.

O “colonialismo digital”, apontado por Faustino e Lippold, ilustra a exploração de matérias-primas em nações subalternizadas sob o pretexto de *progresso*, refletindo o monopólio do conhecimento tecnológico pelo Norte Global (Faustino; Lippold, 2023). Segundo o mencionado estudo da Coding Rights (2023), um caso emblemático de extrativismo moderno é a dependência global do lítio, cujas reservas se concentram significativamente na América Latina, com aproximadamente 58% delas situadas entre Chile, Argentina e Bolívia. Paralelamente, destaca-se a extração ilegal de ouro em territórios indígenas como os dos Kayapó, Munduruku e Yanomami. Este ouro é frequentemente comercializado por refinarias que, por sua vez, abastecem gigantes do setor tecnológico, incluindo Apple, Microsoft, Google e Amazon (Coding Rights, 2023). Tais práticas ilustram a perpetuação de um neocolonialismo no qual a exploração de recursos naturais das nações menos desenvolvidas atende às demandas e necessidades de uma economia mundial integrada e tecnologicamente avançada. Este cenário ressalta não apenas a contínua desigualdade global, mas também as complexas dinâmicas de poder e economia no cenário internacional contemporâneo.

A Coding Rights ressalta a predominância de homens brancos, cisgêneros, heterossexuais e capacitistas em posições de liderança nas principais *big techs*, revelando uma homogeneidade que influencia os serviços tecnológicos globais e reproduz violências coloniais (Coding Rights, 2023). Este paradigma, enraizado em estruturas históricas e sociais, perpetua a marginalização de vozes diversas e acentua desigualdades no acesso e na influência sobre as inovações tecnológicas.

A seguir, a discussão se bifurca em dois ramos explicativos. Inicialmente, explora-se a intersecção entre racismo e tecnologias digitais. Esta análise contempla de que forma as estruturas raciais se manifestam e são perpetuadas no âmbito digital. Posteriormente, a atenção se volta para o impacto significativo das mulheres negras no setor tecnológico.

Racismo e tecnologia

As concepções de desenvolvimento e progresso, como aponta por Ruha Benjamin (2020), frequentemente se baseiam em mecanismos de subjugação social e política que envolvem técnicas modernizadas de classificação e controle. Rubem Alves (1968) defende que a tecnologia não deve ser vista como uma entidade abstratamente determinada, mas sim como uma manifestação emergente das relações sociais de produção na sociedade. Portanto, concebê-la meramente como ferramenta para o domínio

da natureza é uma perspectiva redutiva. Alves aprofunda essa visão, argumentando que “a máquina é um instrumento que perpetua um mundo em que os donos dos meios de produção exploram os deserdados” (Alves, 1968, p. 14).

Esta análise encontra paralelo nas observações de Melissa Villa-Nicholas e Latesha Velez (2019), que sublinham a importância de transcender as narrativas racialmente neutras nos estudos de informação. Seguindo essa linha de raciocínio, a abordagem de Henrique Novaes e Renato Dagnino (2004) sobre o “fetiche da tecnologia” propõe uma reavaliação da visão instrumentalista tradicional do objeto tecnológico. Segundo Novaes, essa perspectiva convencional considera a tecnologia primariamente como um meio, imbuindo-a de uma neutralidade moral, em que ela não é intrinsecamente boa nem má, mas sim definida pelo uso que se faz dela.

Faustino e Lippold (2023) expandem a discussão sobre o fetiche tecnológico argumentando que este fenômeno vai além da simples naturalização da exploração, manifestando-se também na adesão a um mito de neutralidade ou incontrolabilidade da tecnologia, que pode ser percebida como uma força salvadora ou uma maldição.

Essa compreensão ganha uma dimensão adicional na era digital, na qual o papel da tecnologia na perpetuação do racismo se torna ainda mais aparente. Pesquisadores como Safiya Noble (2022) destacam que as plataformas digitais, incluindo mecanismos de busca, não são entidades neutras. Ao contrário, elas refletem e amplificam os preconceitos sociais preexistentes. O trabalho de Benjamin (2020) explora ainda mais como as tecnologias, especialmente no âmbito da justiça criminal e da genômica, podem reforçar as hierarquias sociais e raciais existentes. No sistema de justiça criminal, por exemplo, o uso de ferramentas de avaliação de risco demonstrou ter viés contra afro-americanos.

O papel das mídias sociais na perpetuação do racismo é crítico. Como Luiz Valério Trindade (2020) observa, a internet em seus primórdios era considerada um espaço onde os problemas raciais seriam irrelevantes, mas Jessie Daniels alerta que isso é um “mito perverso” (2009, p. 17). Em vez disso, a web se tornou uma arena significativa onde raça e racismo são altamente relevantes, e plataformas digitais muitas vezes refletem o maior capital econômico e cultural de indivíduos brancos.

O conceito de “colonização algorítmica”, discutido por Abeba Birhane (2020), destaca uma nova forma de controle onde a infraestrutura; e ecossistemas digitais são

usados para exercer influência, de forma semelhante às dinâmicas de poder do colonialismo tradicional (Birhane, 2020). Isso inclui a exploração de dados, que pode ser vista como uma forma moderna de extração de recursos, impactando indivíduos, especialmente em comunidades vulneráveis.

Tarcízio Silva (2020) argumenta que nos ambientes digitais enfrentamos um desafio mais complexo, relacionado à forma como o racismo se integra nas tecnologias digitais. Isso ocorre por meio de processos muitas vezes “invisíveis” em recursos automatizados, como sistemas de recomendação de conteúdo, reconhecimento facial e processamento de imagens. O conceito de “racismo algorítmico”, discutido pelo autor, faz uma crítica mais ampla à tecnologia: não apenas como ferramentas, mas como mecanismos de poder e controle.

Birhane (2020) ressalta que as decisões algorítmicas, muitas vezes, produzem resultados enviesados e discriminatórios, afetando desproporcionalmente aqueles já marginalizados na sociedade, como evidenciado pelas pesquisas no campo da “injustiça algorítmica” (O’Neil, 2021; Noble, 2022). Esta constatação leva a uma reflexão crítica sobre um grupo específico, que historicamente tem enfrentado desafios significativos neste contexto: as mulheres negras no campo tecnológico. Enfrentando as barreiras da discriminação de gênero e as complexidades do racismo sistêmico, a posição das mulheres negras na tecnologia revela as multifacetadas camadas de desigualdade na indústria. Esta discussão enfatiza a necessidade de abordagens inclusivas e equitativas na inovação tecnológica, conduzindo-nos a ponderar sobre a provocação de Audre Lorde (1979): “As ferramentas do mestre desmantelarão a casa grande?”.

Mulheres negras: por uma tecnologia afrodiaspórica

O que se busca é contribuir com nossas histórias por meio de alguns registros desse denso encontro de águas com as intensas pororocas que são os movimentos de mulheres negras no Brasil e que nos furos se encontram, crescem, movem barreiras, (retro)alimentam, recriam espaços e diminuem distâncias por meio da comunicação. Antes, essa circularidade acontecia nos jornalecos, boletins, rádios piratas, assembleias, congressos, artigos e livros. Nos recentes 15/20 anos, com a potencialização da internet, essa comunicação ficou mais robusta e entre as várias frentes de construção e reconstrução dessas narrativas, o movimento de mulheres negras feministas também ficou mais visível (Barros, 2020).

Mulheres negras vêm intensificando o uso de plataformas digitais como *locus* para diversas formas de resistência. Elas estão cada vez mais em evidência, ocupando posições intelectuais *online* como apresentadoras de *podcasts*, blogueiras, *vloggers* e fundadoras de comunidades digitais. Além de ampliar sua presença e impacto em ambientes de poder, tanto *online* quanto *offline*, elas empregam o ativismo digital antirracista para promover debates acerca das diversas formas de exclusão que afetam direta ou indiretamente suas vidas (Roshani, 2020). Segundo Dulcilei Lima:

Ao mobilizar reflexões acerca de assuntos como racismo, machismo, classismo, lesbofobia, transfobia, gordofobia, a partir de experiências pessoais, situações cotidianas, casos midiáticos e tendo por base a produção de acadêmicas negras, as mulheres negras em atuação na web tem desenvolvido uma produção que confronta as bases epistemológicas de orientação etnocêntrica (Lima, 2017, p. 6-7).

Conforme Céres Santos (2018), as mulheres negras estão imersas em uma realidade que se assemelha a uma faca de dois gumes. De um lado, enfrentam a contestação frequente de seus discursos por grandes meios de comunicação, que muitas vezes reproduzem estereótipos excludentes. No entanto, paradoxalmente, essa mesma realidade informacional “facilita às mulheres negras um alcance discursivo incalculável” (Santos, 2018, p. 125).

Ao se debruçarem sobre os escritos e discursos de mulheres negras mais experientes, mulheres jovens começaram a formar grupos na internet. Esses grupos tornaram-se espaços vitais para o debate, a troca de ideias e a compreensão, contribuindo para desafiar e fraturar o sistema racista brasileiro em vários âmbitos, incluindo a própria internet, a mídia, a comunicação e os campos científicos (Barros, 2020)

De acordo com a pesquisadora Thiane Barros o pensamento feminista negro tem sido fundamental na formação intelectual dessas ativistas, que têm disseminado pela internet conceitos primordiais das epistemologias negras, levando para o ambiente digital as questões racista-cissexistas identificadas em décadas anteriores. Sem idealizar a internet, essas mulheres têm desempenhado um papel inegável no Brasil, expandindo significativamente o acesso a livros, artigos, vídeos e outros conteúdos relacionados ao pensamento feminista negro (Barros, 2020).

Vale ressaltar que mulheres negras historicamente têm se reunido empregando uma variedade de tecnologias ancestrais como meios de subversão frente a um contexto que *racializa e generifica* seus corpos, relegando suas existências a um plano subalterno.

Germannna Rosa, que entrevistamos para esta pesquisa, esclarece profundamente esse fenômeno, ao enfatizar o papel fundamental das mulheres negras na história e no desenvolvimento econômico do Brasil:

Quando a gente olha para a nossa história de pessoas negras no Brasil, por exemplo, a gente pega as baianas do acarajé, que já vendiam acarajé para poder comprar alforria; é, a gente vem daí, então... Sempre olhando historicamente, quem fica ali para cuidar dos maridos doentes, quem fica ali para cuidar?... quem cuida das pessoas que criam os filhos de outras pessoas?... quem limpa as casas?... Somos nós, mulheres negras. Então a gente vem daí. E a gente está ali, na força por trás, para a pessoa conseguir construir outras coisas, né? Então é... Eu vejo a mulher negra como esse alicerce de coisas que possibilitaram o desenvolvimento econômico do país, de fazer as coisas acontecerem (Germannna Rosa, entrevistada, 2023).

No âmbito deste trabalho, empenhamo-nos em conduzir entrevistas em profundidade com quatro mulheres negras que têm desempenhado papel de visibilidade na criação e no gerenciamento de comunidades digitais dedicadas à inclusão e capacitação de mulheres no setor tecnológico. Essas comunidades, por meio da criação de redes de apoio, empenham-se em capacitar mulheres negras e de áreas periféricas. O objetivo vai além de prepará-las para o mercado tecnológico; trata-se de ampliar suas perspectivas de vida. Isso é alcançado por meio da “promoção de uma rede de cuidados coletivos e colaboração, permitindo que meninas e mulheres, de forma individual, se fortaleçam e se sintam capazes de aprender” (Ariane Sousa, entrevistada, 2023).

Realizamos entrevistas aprofundadas com mulheres negras que são figuras-chave na promoção da inclusão de mulheres indígenas, negras e periféricas no campo da tecnologia, ressaltando a relevância da comunidade como um catalisador para o empoderamento. Entre as entrevistadas estão Sil Bahia (diretora executiva do Olabi e idealizadora do PretaLab), Ariane Sousa (cofundadora do Instituto Minas Programam), além de Karen Santos e Germanna Rosa (respectivamente *CEO* e *COO*⁵¹ do coletivo UX para Minas Pretas). Cada uma delas, com suas funções específicas, contribui de forma significativa para o avanço e o empoderamento das mulheres negras na tecnologia.

Conforme apontado por Birhane (2020), é essencial dar prioridade à voz das pessoas desproporcionalmente afetadas em todas as etapas do processo tecnológico,

⁵¹ *CEO* é a sigla em inglês, de *Chief Executive Officer*. Em português, é o diretor executivo, cargo mais alto da organização, responsável por definir a visão estratégica da instituição, além de liderar a gestão geral. *COO* é a sigla de *Chief Operating Officer*, ou diretor de operações, que supervisiona as operações diárias de uma empresa, garantindo que os processos sejam eficientes e estejam alinhados aos objetivos estratégicos da organização. [Nota do editor]

desde o *design* até a implementação, incluindo também a formulação de políticas. Esta perspectiva sublinha a importância do envolvimento e da consulta ativa de grupos vulneráveis na sociedade, assegurando que suas necessidades e experiências sejam integradas de maneira fundamental na criação e no desenvolvimento de tecnologias.

Apresenta-se a seguir a trajetória dessas quatro mulheres negras que são líderes em projetos voltados para a inclusão e diversidade na tecnologia. Cada uma dessas mulheres exemplifica a importância de amplificar vozes historicamente marginalizadas no campo da tecnologia, trazendo perspectivas únicas e essenciais que desafiam as normas existentes e contribuem para uma maior equidade no setor. As histórias dessas líderes não apenas ilustram os desafios enfrentados, mas também destacam a resiliência, a criatividade e o impacto transformador que elas têm ao forjar caminhos inclusivos na tecnologia.

Ariane Sousa

Nós somos mulheres racializadas e em contexto periférico que estamos pensando a tecnologia a partir das nossas perspectivas de vida e sonhos de vida também. Então eu acho que o pensamento, a criatividade a força política das mulheres negras, com certeza, é o que nos orienta e é o que orientou o nosso trabalho desde o começo (Ariane Sousa, entrevistada, 2023).

A primeira entrevistada em nossa pesquisa, é a cofundadora e diretora do Instituto Minas Programam. Sua história pessoal e profissional fornece revelações valiosas sobre os desafios e as conquistas de mulheres negras no setor tecnológico.

Ariane começou sua carreira na área de tecnologia desde jovem, trabalhando com internet e *design* gráfico. Em suas próprias palavras, “minha trajetória profissional, ela não é nada linear, mas eu sempre trabalhei com internet, sempre, desde bem cedo, quando eu era adolescente”.

Sua motivação para fundar o Minas Programam é profundamente enraizada em sua história de vida. Ariane cresceu em uma família de trabalhadores migrantes, o que influenciou sua visão de mundo e seu compromisso com questões de justiça social. Ela compartilha: “minha história de vida... eu sou uma pessoa que nasceu numa família pobre no Grajaú [...] então, é muitas coisas que eu aprendi... eu aprendi ‘na raça’” (Ariane Sousa, entrevistada, 2023). Por ser uma pessoa de origem periférica, via o mundo sempre a partir

da perspectiva social, o que culmina em seu envolvimento político com organizações feministas e, eventualmente, com a fundação do Minas Programam.

A trajetória educacional de Ariane também é marcante. Como a primeira de sua família a entrar na universidade, ela reconhece a importância desse marco: “essa transformação de realidades foi um marco muito importante porque historicamente eu sou como muitos brasileiros, a primeira da minha família a entrar numa universidade” (Ariane Sousa, entrevistada, 2023). Esta conquista não só moldou sua carreira, mas também seu compromisso com a educação e a capacitação de outras mulheres. Ariane destaca na entrevista que a mudança do acesso à educação no Brasil foi passo decisivo na sua carreira.

A fundadora e diretora do Minas Programam destaca a importância do feminismo negro brasileiro na concepção do instituto:

Todo o trabalho do Minas Programam, ele é muito baseado em teoria crítica. Ele é muito alicerçado no que já foi pensado e elaborado por mulheres negras no Brasil. Apesar de a gente pensar: “pô, mas as mulheres negras brasileiras, elas estão discutindo tecnologia?” Não necessariamente. Mas elas estavam discutindo o lugar da mulher, por exemplo, quando a Lélia Gonzalez discutiu o racismo e sexismo na cultura brasileira; são dessas fontes que a gente bebe. E também do feminismo negro internacional, que a gente discute as questões de interseccionalidade de opressões e as questões mais recentes, como o impacto das tecnologias nas pessoas racializadas. Esse é um debate que também acontece muito lá fora. Então, eu acredito que, sem esse caráter feminista e sem as redes feministas, o Minas Programam não teria surgido. A gente surgiu para aumentar a quantidade de mulheres negras no mercado de trabalho, por exemplo. Portanto, o papel da teoria e do pensamento negro das mulheres negras é muito importante na nossa formação. Eu acho que ter contato com a teoria feminista, com práticas feministas e com o movimento de mulheres negras, isso sim é o responsável pelo nosso sucesso (Ariane Sousa, entrevistada, 2023).

Vale frisar que Ariane também menciona sua relação com feministas latino-americanas e seu interesse em refletir sobre a tecnologia não apenas no contexto brasileiro, mas também na esfera da América Latina. A diretora destaca, portanto, que o instituto transcende a mera formação técnica, proporcionando um ambiente de discussão centrado em questões raciais, fundamentado nos princípios do pensamento feminista negro internacional e latino-americano. Isso não apenas contribui para o letramento dessas mulheres, mas também cria um espaço de acolhimento e construção de comunidade, aspectos que ela enfatiza como fundamentais para o sucesso do projeto:

O que a gente tenta promover no Minas Programam é o fortalecimento da autoestima intelectual de meninas e mulheres negras, indígenas e periféricas. Ou seja, criamos um espaço seguro para que elas possam desenvolver seus conhecimentos em tecnologia, despertando interesses não apenas como profissionais em determinado assunto, mas também para que se sintam confortáveis em explorar esse caminho. Isso inclui investigar oportunidades, papéis variados e, igualmente importante, o papel da tecnologia na sociedade contemporânea (Ariane Sousa, entrevistada, 2023).

Em sua fala, Ariane alerta para a importância de políticas efetivas nas empresas para promover a igualdade e a diversidade, apontando para os desafios enfrentados por mulheres negras no mercado de trabalho: “Muitas vezes, uma pessoa negra que entra no mercado de trabalho de tecnologia não reconhece nenhuma outra pessoa no nível sênior como ela”.

Ela expressa suas esperanças para o futuro focando no poder da educação e na capacidade das gerações mais jovens de moldar um mundo mais inclusivo e diversificado na esfera tecnológica. E ressalta que o “futuro ideal é que o Minas Programam não precise mais existir” (Ariane Sousa, entrevistada, 2023).

A narrativa pessoal de Ariane Cor acrescenta uma dimensão humana e inspiradora na sua forma de pensar tecnologia. A história de vida dela é um exemplo inspirador que ilustra como os desafios pessoais podem ser transformados em forças motrizes para a mudança e a inclusão no setor tecnológico.

Silvana Bahia

O Brasil é um país estruturalmente racista e machista. Quando a gente fala que é estrutural o racismo, estamos dizendo que o racismo não é uma exceção. Racismo é a própria regra. Aí vem essas tecnologias de reconhecimento facial que têm mais chances de criminalizar pessoas negras. Então assim, a gente sabe que o país é um país estruturalmente racista. A cor das pessoas que estão mais em condição de rua... é uma cor negra, as pessoas que estão mais encarceradas são pessoas negras. Se a gente sabe disso, que são questões estruturais no país, como a gente pode vir com uma tecnologia bem *top-down*, assim, bem de cima para baixo, delegar também essas decisões para as máquinas assim, né? Quem é um potencial criminoso? quem não é? A gente vai repetir a estrutura. Então, isso para mim é muito antiético. Se você sabe como é a estrutura, você tem que trabalhar para não repeti-la (Silvana Bahia, entrevistada, 2023).

Silvana Bahia, outra entrevistada essencial em nossa pesquisa, oferece uma perspectiva única como diretora executiva da Olabi, uma organização que se dedica à

inclusão de mulheres negras na área de tecnologia. Sua história e visão são fundamentais para compreender as dinâmicas de raça e gênero no campo da tecnologia no Brasil.

Silvana começou sua carreira trabalhando com organizações sociais voltadas para direitos humanos e comunicação social no Rio de Janeiro, como o Observatório de Favelas e a Rede da Maré. Ela destaca: “eu fiz comunicação social na graduação e desde então no final da graduação eu já comecei a trabalhar com organizações da sociedade civil”. Essa experiência inicial moldou sua compreensão sobre os direitos à comunicação e à cidade, e solidificou seu compromisso com a transformação social (Silvana Bahia, entrevistada, 2023).

Silvana ressalta que “os principais percursos são essa trajetória com organizações de direitos humanos, há mais de dez anos eu trabalho com isso” (Silvana Bahia, entrevistada, 2023). Essa trajetória se reflete em um repertório humanizado para avaliar criticamente a tecnologia. As reflexões de Silvana são impactadas por várias pensadoras e ativistas, incluindo Cida Bento, Valdecir Nascimento, Beatriz Nascimento, Jurema Werneck, Grada Kilomba, Sueli Carneiro, bell hooks e Conceição Evaristo. Sobre elas comenta: “acho que todas essas mulheres, algumas inclusive eu conheço, são minhas amigas e eu sempre aprendo com elas coisas sobre... sobre ser gente mesmo”.

A motivação para criar o PretaLab, um projeto da Olabi, surgiu da sua indignação com a ínfima presença negra e feminina em espaços de tecnologia. Silvana explica:

Bom, na verdade, esse projeto nasce de uma indignação. Como eu te disse, eu comecei a trabalhar no Olabi e frequentar muitos espaços de tecnologia, de inovação, e sempre pensava: “Gente, mas cadê? Só tem pessoas brancas aqui, cadê as pessoas negras, né? Cadê as mulheres negras?”... Aí me deu vontade de criar alguma coisa que pudesse trazer outras mulheres negras, ou que eu pudesse dialogar com outras mulheres negras sobre tecnologia (Silvana Bahia, entrevistada, 2023).

Desde 2017, o PretaLab tem se concentrado em pesquisa e educação, formando uma rede de mais de mil mulheres em todo o Brasil e desenvolvendo ciclos formativos em programação. A autora ressalta que a comunidade é a alma do projeto – é por meio da escuta comunitária que elas desenvolvem os cursos e as atividades. Silvana enfatiza que o projeto é de extrema importância para as mulheres negras:

No mundo das tecnologias, as mulheres já são poucas, mas quando a gente fala de mulheres negras, a gente está falando de machismo e racismo sobrepostos, né? Então, a relevância desse projeto, acho que ela se faz porque mais de 28% da população é feita de mulheres negras.

Se a gente não inclui essa parcela da população dentro deste processo, a gente está excluindo muita gente; e, além disso, a gente está perdendo uma oportunidade muito interessante de criar políticas, tecnologias, ciência que realmente façam sentido para a sociedade brasileira como um todo (Silvana Bahia, entrevistada, 2023).

A diretora executiva destaca a notável ausência de representatividade negra nos espaços de poder e decisão no campo da tecnologia. Ela enfatiza que o desafio preeminente é a permanência nesses ambientes hostis, onde frequentemente as subjetividades dissidentes são negligenciadas. Ressalta a importância de as empresas incorporarem a diversidade não somente como um segmento isolado, mas como um elemento central e estratégico de seus modelos de negócio.

Ao refletir sobre o potencial de inovação tecnológica, Silvana defende a criação de tecnologias ancoradas em paradigmas alternativos, que primem pela contribuição social e abracem uma gama mais ampla de realidades e subjetividades. Ela argumenta: “acho que as tecnologias pensadas a partir do Sul Global têm uma pegada de ser tecnologias que de fato podem contribuir com a sociedade” (Silvana Bahia, entrevistada, 2023).

Ela ainda sublinha que as mulheres negras são o futuro e representam um vetor crucial para a transformação social. As experiências e perspectivas de Silvana iluminam a necessidade de uma abordagem tecnológica ancestral que valorize e não oculte as experiências de seus criadores, exigindo, portanto, uma diversidade de repertórios no desenvolvimento tecnológico.

Karen Santos

A sensação que eu tenho é que faltava alguém dizer: “Vamos fazer isso juntas”. Talvez você esteja aí em algum lugar, esperando ou fazendo sozinha. No momento em que chega um grupo de mulheres negras dizendo: “Olha, se você também é uma mulher negra e quer aprender sobre esse tema, a gente tem aqui um grupo seguro, no qual você pode se conectar”, eu acho que isso é muito, apesar de simples, é muito para a gente, porque é o que falta, sabe? É o que a gente conecta de fato, mas a gente vê pouco. Eu mesma faço parte de outros grupos, de outras bolhas, como empreendedorismo e liderança. Mas quando é um grupo *nichado* para mulheres negras, eu me sinto muito mais confortável, muito mais segura, muito mais livre para expor minhas ideias, para falar sobre, para discutir. Então, eu acho que é muito do que falta, sobretudo no momento que a gente fala tanto de saúde mental (Karen Santos, entrevistada, 2023).

Karen Santos é filha da dona Edith e do seu Juraci. Também é irmã do Caio e tia de duas meninas, Lorena e Alícia. Desde a infância, vivenciou dificuldades relacionadas à escassez de recursos, impulsionada pela necessidade de contribuir para o sustento da família. Como ela relata, “desde cedo, tive que ser independente e ajudar em casa” – retrato da realidade de muitas mulheres negras que começam a trabalhar precocemente para apoiar suas famílias.

CEO da UX para Minas Pretas, é uma figura inspiradora que exemplifica a resiliência e a determinação na superação de desafios socioeconômicos e raciais. A influência de sua mãe foi determinante em sua trajetória. A mãe de Karen, apesar das adversidades, enfatizou a importância da educação como um caminho para a transformação pessoal e social. Esta valorização da educação foi crucial, como Karen afirma: “Minha mãe sempre insistiu que eu estudasse, mesmo com todas as dificuldades”.

A trajetória acadêmica de Karen foi repleta de obstáculos e revelações. No início de sua jornada em Análise de Sistemas, ela se deparou com o desafio do isolamento, sendo a única mulher negra em sua classe. Karen compartilha que a intensidade do curso, combinada com a falta de recursos financeiros e de representatividade, a levaram a abandonar essa área. Ela descreve esse período como um processo significativo de autoconhecimento e adaptação.

Após um intervalo de três anos, Karen ingressou no curso de Design Gráfico. Foi nesse ambiente que ela encontrou sua verdadeira paixão. “E aí, me conecto com *design*. Entendo que é de fato o que eu ia curtir fazer”, ela reflete. Com dedicação, Karen concluiu o curso e imediatamente ingressou em uma agência de *marketing* promocional, especializando-se em projetos voltados para crianças e famílias. Essa fase, caracterizada por projetos com grandes marcas como Disney, Cartoon Network e Turma da Mônica, foi inicialmente empolgante e criativa. No entanto, com o tempo, ela percebeu uma natureza repetitiva e morosa no processo de *design*, o que eventualmente a levou a uma sensação de estagnação após quatro anos.

Durante esse período, em 2017, Karen começou a fazer terapia, o que desencadeou “novos despertares” e uma reflexão profunda sobre sua carreira e identidade. Esse foi um ponto de inflexão em sua vida, em que ela começou a se reconhecer mais como mulher negra e a identificar microagressões e racismo no ambiente de trabalho. Isso culminou no final de 2018, quando decidiu que o ambiente da agência não era mais propício para seu

crescimento profissional e pessoal, levando-a a pedir demissão (Karen Santos, entrevistada, 2023).

Após sair da agência, Karen se dedicou ao estudo de *user experience (UX)*, aproveitando um período de seguro-desemprego para se aprofundar na área. Ela menciona a importância de uma escola de *UX* que frequentou, onde teve a oportunidade de fazer cursos e trabalhos *freelancers*. Essa experiência proporcionou-lhe uma base teórica sólida e a confiança necessária para ingressar no mercado tecnológico.

Um aspecto crucial em sua jornada foi a busca por comunidade e apoio. Determinada a não repetir a sensação de isolamento vivida no curso de Análise de Sistemas, Karen buscou outras mulheres para estudar *UX*, refletindo seu desejo de criar um ambiente de aprendizado inclusivo e de apoio mútuo. Para sua surpresa, ao buscar inicialmente cinco mulheres, ela se viu rodeada por uma comunidade de trezentas. Karen não apenas conquistou seu espaço no campo tecnológico, mas também se tornou uma voz ativa na luta por inclusão e diversidade.

A criação da UX para Minas Pretas por Karen Santos foi um marco importante na busca por equidade no setor de tecnologia. Este projeto surgiu como uma resposta direta às disparidades enfrentadas por mulheres negras na indústria, procurando oferecer a elas oportunidades de capacitação e inserção profissional em um campo predominantemente dominado por homens brancos. A iniciativa visa empoderar estas mulheres, proporcionando-lhes as ferramentas necessárias para que possam prosperar no mercado tecnológico.

Karen destaca-se como uma liderança influente e pioneira no âmbito da tecnologia, com foco especial na inclusão de mulheres negras. Em sua entrevista, Karen compartilha *insights* valiosos sobre os desafios enfrentados por estas mulheres, incluindo barreiras como “a fome, o tempo e o dinheiro”. Ela ressalta a complexidade desses desafios, enfatizando que, além da capacitação técnica, as mulheres negras precisam navegar por uma “dupla, tripla jornada” e superar obstáculos substanciais para fazer uma “migração de carreira” (Karen Santos, entrevistada, 2023).

A ênfase de Karen na importância da representatividade e da inclusão reflete sua compreensão profunda dos desafios sistêmicos enfrentados pelas mulheres negras. Seu trabalho na UX para Minas Pretas não apenas fornece oportunidades de capacitação e carreira, mas também contribui para mudar a narrativa e a realidade das mulheres negras

no espaço tecnológico, promovendo a diversidade e a inclusão de maneira prática e significativa.

Na entrevista, Karen Santos aborda a necessidade de repensar a tecnologia além dos paradigmas estabelecidos, especialmente considerando as perspectivas e necessidades das mulheres negras. Ela expressa a ideia de que é possível e necessário “pensar a tecnologia para fora dos moldes do Vale do Silício”, indicando a UX para Minas Pretas como um movimento nessa direção. Este projeto, segundo Karen, alinha-se com a noção de uma “tecnologia ancestral”, na qual a inovação é vista através de lentes alternativas, principalmente da perspectiva de profissionais negros (Karen Santos, entrevistada, 2023).

Karen menciona o Vale do Dendê em Salvador como exemplo de sátira ao Vale do Silício, ressaltando a importância de inovar a partir de perspectivas diversificadas. Ela afirma que, na UX para Minas Pretas, nunca é exigido que as participantes desenvolvam projetos finais com foco em impacto social ou diversidade mas, curiosamente, isso acontece naturalmente. O que demonstra uma tendência intrínseca das mulheres capacitadas pelo programa para criar soluções que refletem suas experiências e comunidades.

Essas reflexões de Karen Santos destacam a importância de uma abordagem crítica e inclusiva na tecnologia, valorizando as vozes e perspectivas das mulheres negras, e enfatizam como a UX para Minas Pretas está pavimentando o caminho para essa mudança de paradigma no campo tecnológico.

Germannna Rosa

É difícil pensar num futuro com produtos e soluções que não incluam meu filho, isso toca um ponto muito forte. Estamos num país que mata muitas pessoas negras, principalmente homens negros, que são alvos. Penso nisso e me emociono, pois é uma realidade dolorosa e algo sobre o qual preciso refletir. Preciso educar meu filho. Também preciso falar sobre isso para que as pessoas percebam: Théo é um menino negro que vai ser um homem negro autista. Como a sociedade vai pensar, vai olhar para ele? O que ele também vai produzir para a sociedade? O que ele vai entregar? Hoje luto por isso, para que ele consiga deixar sua marca, construir coisas para si e viver sua vida de forma independente (Germannna Rosa, entrevistada, 2023).

Germannna Rosa, mãe, feminista, antirracista e defensora das causas da comunidade neurodiversa e LGBTQIA+, atua como *COO* na UX para Minas Pretas – programa focado na capacitação tecnológica de mulheres negras.

Sua trajetória foi profundamente influenciada por suas experiências pessoais, especialmente pela maternidade e pelo diagnóstico de autismo de seu filho, Théo. Sua história começa no interior de São Paulo, sendo uma mulher negra sem muitas referências no âmbito da tecnologia. O diagnóstico de autismo regressivo de Théo foi um ponto de virada em sua vida. Na medida em que foi “investigando o diagnóstico do meu filho... No caso do Théo, ele foi desaprendendo algumas coisas, deixando de fazer e aí foi aquele sinal de alerta né?” (Germannna Rosa, entrevistada, 2023).

Esse período de adaptação levou-a não apenas a concentrar-se mais intensamente na maternidade, mas também a influenciou a escolher a área de tecnologia, uma vez que oferecia a possibilidade de trabalhar em regime de *home office*. Germanna menciona sua conexão com Karen (*CEO* da UX para Minas Pretas) e seu envolvimento voluntário na comunidade de UX em 2019, destacando o valor dessa rede na manutenção de uma presença ativa no mercado. A interação com outras mulheres, especialmente mães na comunidade, serviu como suporte mútuo essencial.

O ano de 2021 representou um ponto crucial em sua trajetória: a transição de uma comunidade para um negócio. Este momento desencadeou uma introspecção sobre suas verdadeiras paixões e aspirações. Germanna estava diante da encruzilhada entre seguir uma carreira mais convencional, com um plano de carreira estruturado, ou embarcar no empreendedorismo. A escolha do empreendedorismo social foi impulsionada por um desejo de se desafiar e de se afastar da imagem limitada que tinha de si mesma no passado. Este período foi também uma fase de intensa aprendizagem e crescimento pessoal. Germanna aproveitou para adquirir mais conhecimentos na área de UX, submetendo-se a diversas acelerações e cursos. Ela descreve essa fase como uma reviravolta positiva e transformadora em sua vida, abrindo novas perspectivas.

Germannna aborda a complexidade de conciliar a maternidade, especialmente as terapias de seu filho Théo, com o trabalho intenso. Embora desafiadora e exigente, esta dinâmica é algo que valoriza e na qual encontra gratificação. Ela destaca a importância de estar constantemente aprendendo e de poder ver o mundo de múltiplas perspectivas. Finalmente, fala sobre a preparação de Théo para uma vida mais independente,

reconhecendo que esta fase de intensa atividade é temporária. No entanto, por enquanto, é uma experiência que ela abraça com entusiasmo.

Germannna Rosa destaca a relevância da tecnologia não apenas como ferramenta profissional, mas também como um meio inovador para enfrentar desafios pessoais, particularmente no contexto da terapia de seu filho. Ela explica: “Eu usei dessa dinâmica, um pouco do *design thinking*, para poder acompanhar a evolução dele, para ele melhorar, então peguei todos esses conceitos e apliquei”. Ela reflete sobre como essa integração entre tecnologia e *design thinking* se tornou uma paixão duradoura e uma ferramenta eficaz: “Então foi pelo que me apaixonei e consigo até hoje usar esse método para poder me ajudar aqui a desenvolver ele” (Germannna Rosa, entrevistada, 2023).

Rosa realça a importância da diversidade de descobertas na área de experiência do usuário (UX), enfatizando que as vivências pessoais são fundamentais para enriquecer a percepção e o desenvolvimento de produtos e serviços. Ela também discute a variedade de origens e perspectivas dentro da comunidade de UX. E ilustra esse ponto ao mencionar a presença de mulheres de diferentes contextos sociais e geográficos, como periferias de São Paulo e Salvador, assim como aquelas com origens mais privilegiadas. Essa diversidade resulta em enriquecimento mútuo.

Ela reflete sobre sua própria jornada, como uma mulher negra do interior, com um filho atípico e um processo de autodescoberta, trazendo suas experiências para o trabalho em UX. Germanna ressalta a relevância da inclusão e da empatia no *design* de produtos: “Quando eu vou criar um produto digital bancário, como mulher preta, eu não tenho como esquecer de uma mulher que é quilombola, de uma mulher que está lá no interior paulista que não é alfabetizada”.

Germannna também discute as dificuldades enfrentadas por pessoas negras em grandes empresas ou multinacionais. Ela aborda a questão da socialização e do *networking* nesses ambientes, aos quais muitas vezes as pessoas negras não estão acostumadas ou onde não se sentem confortáveis. Ela critica a tendência de outros profissionais abordarem colegas negros apenas para discutir questões raciais, enfatizando que pessoas negras são seres humanos completos, com uma gama ampla de interesses e conhecimentos.

Enfatiza ainda o papel da comunidade dentro do programa UX para Minas Pretas, no fortalecimento da autoestima e no suporte às mulheres negras no campo da tecnologia

(Germann Rosa, entrevistada, 2023). A comunidade, que evoluiu a partir de um grupo de estudos, tornou-se um espaço vital para o compartilhamento de desafios que incluem barreiras no acesso à formação e às oportunidades de emprego na área, que muitas vezes exigem pré-requisitos muito distantes da realidade de mulheres negras. No contexto de comunidade a troca não é apenas sobre compartilhar dificuldades, mas também sobre buscar soluções práticas e viáveis. A comunidade oferece suporte estrutural, como mentoria e apoio psicológico, reconhecendo a importância do bem-estar emocional e da saúde mental. Esses recursos são fundamentais para ajudar as mulheres a navegarem em ambientes profissionais muitas vezes hostis e para promoverem sua própria evolução e sucesso na área de UX.

A entrevista com Germanna evidencia como a tecnologia deve refletir uma tapeçaria diversa de experiências humanas, incorporando perspectivas outras para criar soluções mais inclusivas e eficazes. Ela conclui destacando a importância de estar aberto a ouvir e aprender com as experiências de outros, mesmo que sejam diferentes das nossas. Em resumo, a entrevista ilustra a trajetória de uma mulher que, pela reflexão, escolhas corajosas e aprendizado contínuo, busca equilibrar sua vida pessoal e profissional, ao mesmo tempo em que contribui significativamente para o campo da tecnologia e da inclusão.

Conclusão

A análise conjunta das trajetórias de Ariane Sousa, Silvana Bahia, Karen Santos e Germanna Rosa revela o impacto profundo que comunidades lideradas por mulheres negras têm na tecnologia, não apenas como espaços de inclusão e diversidade, mas também como epicentros de reivindicação e autoafirmação. Estes grupos se tornam locais vitais para discussões amplas sobre justiça social, abrangendo temas como LGBTQIA+, capacitismo, racismo e classismo, todos refletidos na maneira como elas enxergam a tecnologia, longe de uma pretensão de imparcialidade.

Nas entrevistas, observou-se, conforme argumentado por Barros (2020), que as mulheres negras ativistas não concebem tecnologias sob a égide de uma neutralidade ilusória. Pelo contrário, elas desenvolvem tecnologias contracoloniais que desmantelam os sistemas de opressão, questionando as normas impostas pelos grupos dominantes, produtoras e reprodutoras de diferentes atravessamentos que dialogam com a constituição do sujeito.

As narrativas das entrevistadas mostram que, mesmo sob condições econômicas desfavoráveis, essas mulheres se utilizam das mais diversas soluções para subverter a lógica opressora. Conforme salienta Ariane Sousa, “com muita criatividade, típica característica do brasileiro de baixa renda” (Ariane Sousa, entrevistada, 2023). Em alinhamento com esta visão, Bianca Santana observa: “Nos quilombos, nas ações cotidianas de sabotagem e recusa, no candomblé, no samba, essas mulheres forjam soluções culturais para enfrentar os desafios econômicos” (Santana, 2019, p.18).

O impacto das comunidades digitais evidenciado nos contornos das subjetividades narradas instiga uma reflexão acerca do papel da tecnologia como instrumento para o resgate de epistemologias afrodiáspóricas. Essa perspectiva é fundamental na construção e no fortalecimento das identidades negras, sugerindo uma interseção significativa entre tecnologia, cultura e identidade. É crucial ressaltar a importância do reconhecimento das identidades negras no processo de identificação e compreensão das diversas manifestações do racismo (Roshani, 2020).

Esse processo de conscientização fornece às mulheres negras um recurso indispensável ao desenvolvimento de táticas de combate e resistência, aplicáveis tanto em ambientes físicos quanto virtuais. Além disso, é importante considerar o alerta de Lelia Gonzalez (2020) sobre o processo histórico de formação dos países de colonização luso-espanhola, onde predominam “teorias” de miscigenação, assimilação e “democracia racial”. Gonzalez enfatiza que estas “teorias” perpetuam a falácia de uma igualdade universal, ocultando as realidades do racismo sistêmico (Gonzalez, 2020).

O exame das entrevistas, bem como as contribuições teóricas de feministas negras, desvenda um panorama rico e multifacetado sobre o papel das mulheres negras na tecnologia. Elas não somente reinventam este espaço com sua presença e saberes, mas propõem uma desobediência epistêmica aos moldes hegemônicos de pensar e agir. A tecnologia, sob a influência dessas mulheres, transcende a mera instrumentalidade que perpetua as mazelas sociais, tornando-se um canal para a expressão cultural, resistência política e empoderamento social.

Esta pesquisa reiterou que, longe de ser um campo neutro, a tecnologia é profundamente influenciada por questões de raça, gênero e classe. As entrevistadas ilustram como a tecnologia pode ser uma ferramenta poderosa na luta contra as estruturas de opressão, refletindo as complexas interseções de identidade e poder na sociedade contemporânea. O legado de suas ações e pensamentos é uma contribuição valiosa para

pensar a tecnologia para além da ideologia californiana herdada do Vale do Silício. É, portanto, imperativo reconhecer a importância das experiências e percepções dessas mulheres negras. Elas não apenas moldam o presente da tecnologia, mas também traçam caminhos promissores para seu futuro, onde a inclusão, a justiça e a equidade são mais do que aspirações; são realidades em construção. Buscou-se aqui consolidar essas percepções, propondo reflexões e diretrizes que possam orientar futuras pesquisas e práticas no âmbito tecnológico e além.

Por fim, faço um apelo veemente para que não mais fechemos nossos olhos, ao contrário, os mantenhamos amplamente abertos. A neutralidade não é mais sustentável no contexto apresentado, a não ser como um instrumento do *projeto desenvolvimentista*, que se alimenta antropofagicamente de nossos corpos subalternizados pela lógica dominante do Norte Global. O contracolonialismo exige uma vigilância constante, sendo um empreendimento coletivo no qual várias mãos unidas podem gerar, nas palavras de Maria Beatriz Nascimento, “o ato de criar um momento feliz, mesmo diante de um inimigo poderoso, e mesmo quando este procura nos aniquilar. A resistência. Uma possibilidade nos dias de destruição” (Nascimento, 2018, p. 7).

Sobre o autor

Lucas Duarte Kelly formou-se em Ciências Sociais e do Consumo pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) em 2023. Nesse mesmo ano, foi vencedor do Prêmio de Iniciação Científica da ESPM pela conclusão da pesquisa “Gênero, sexualidade e poder no setor de Tecnologia da Informação: um estudo multidimensional”. Como trabalho de conclusão de curso (TCC), investigou as experiências de mulheres trans na Casa Florescer, em São Paulo. Obteve formação nas áreas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política e especializou-se em Consumo, Diversidade e Gênero. Atualmente, pesquisa questões de gênero, sexualidade e raça voltados para as tecnologias digitais. Tem interesse em temas voltados à teoria *queer* e aos estudos decoloniais.

Referências bibliográficas

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ALVES, Rubem. “Tecnologia e humanização”. *Revista Paz e Terra*, Rio de Janeiro, v. 1, n.8, dez. 1968.
- BALLESTRIN, Luciana. “América Latina e o giro decolonial”. *Revista Brasileira de Ciência Política [online]*, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>.
- BARROS, Thiane Neves. “Estamos em marcha! Escrevivendo, agindo e quebrando códigos”. In: SILVA, Tarcízio (org.). *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiaspóricos*. São Paulo: LiteraRua, 2020, p. 197-214, 2020.
- BENJAMIN, Ruha. “Retomando nosso fôlego: Estudos de Ciência e Tecnologia, Teoria Racial Crítica e a imaginação carcerária”. In: SILVA, Tarcízio. (org.). *Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: olhares afrodiaspóricos*. São Paulo: LiteraRUA, p. 15-26, 2020.
- BIRHANE, Abeba. “Colonização algorítmica da África”. In: SILVA, Tarcízio. *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos*. São Paulo: LiteraRua, 2020, p. 156-165, 2020.
- BISPO DOS SANTOS, Antônio. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu, 2023.
- BORBA, Rodrigo. “A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 46, p. 441-474, 2014.
- BRAH, Avtar. “Diferença, diversidade, diferenciação”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n 26, p. 329-376, 2006.
- BRASSCOM. Relatório de diversidade no setor TIC. 2022. Disponível em: <https://brasscom.org.br/inteligencia/relatorios-de-diversidade/>. Acesso em: 7 jul. 2023.
- BRASSCOM. *Relatório Setorial 2022 Macrosetor de TIC*. 2022. Disponível em: <https://brasscom.org.br/inteligencia/relatorio-setorial/>. Acesso em: 7 jul. 2023.
- CARDOSO, Andreia; HANASHIRO, Darcy M. M. “Percepção masculina sobre as barreiras das mulheres executivas”. *Revista Pretexto*, Belo Horizonte, n 1, v 19, p. 73-89, 2018.
- COCKBURN, Cynthia. “On The Machinery of Dominance: Women, Men, and Technical Know-How”. *WSQ - Women's Studies Quarterly*, Nova York, v 37, n 1-2, p. 269-273, 2009. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/pub/90/article/265790/pdf>.
- COCKBURN, Cynthia. “Technology, production and power”. In: KIRKUP, Gill; KELLER, Smith Laurie. *Inventing Women: science, technology and gender*. Cambridge, Oxford: Polity Press, Basil Blackwell and The Open University, 1992, pp. 196-211.

CODING RIGHTS. *Cartografias da Internet*. 2023. Disponível em: <https://www.cartografiasdainternet.org/>.

DANIELS, Jessie. *Cyber Racism: White Supremacy Online and the New Attack on Civil Rights*. Lanham, Maryland: Rowan & Littlefield Publishers, Inc., 2009

DANIELS, Jessie. “Race and racism in Internet Studies: A review and critique”. *New Media & Society*, v. 15, n. 5, p. 695-719, 2013.

DE SOUZA, Tatiele P.; TOSTA, Tania L. D. “Imagens de gênero e raça na tecnologia da informação: invisibilidades negras, territórios brancos; mulheres ocultas, espaços masculinos”. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, Curitiba, v. 13, n. 42, p. 341-364, 2020.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. *Colonialismo digital: Por uma crítica hacker-fanoniana*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2023.

FANON, Franz. *Os condenados da terra* (trad. Enilce Rocha e Lucy Magalhães) Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005, p. 120.

FERNANDES, Nathaly Cristina. “Mulheres negras e o espaço virtual: novas possibilidades de atuações e resistência”. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, Curitiba, v. 12, n. 40, p. 132-142, 2019.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2020.

LIMA, Dulcilei. Interseccionalidade e ciberativismo: taça, gênero e TICs. In: 13º Mundos de Mulheres & Fazendo Gênero 11, 2017.– *Simpósios*. Disponível em [https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1491323274_ARQUIVO_Dulcilei-C-Lima_Interseccionalidade-genero-raca-e-TIC_revisado\(2\).pdf](https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1491323274_ARQUIVO_Dulcilei-C-Lima_Interseccionalidade-genero-raca-e-TIC_revisado(2).pdf).

LORDE, Audre. As ferramentas do mestre nunca vão desmantelar a casa grande. In: *Second Sex Conference, The Personal and the Political Panel* [comentário]. New York. 1979. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/275947890/As-Ferramentas-Do-Mestre-Nunca-Vao-Desmantelar-a-Casa-grande-Audre-Lorde>.

MARTINS, Maria do Carmo. “Ada Lovelace: a primeira programadora da história”. *Correio dos Açores*, p. 14, 28 de julho de 2016. Disponível em: <https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/4025/1/Ada-Lovelace-28-julho-2016-%28digitalizacao-CA%29.pdf>.

MIGNOLO, Walter. “Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política”. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 34, n. 1, p. 287-324, 2008.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: Possibilidades nos dias da destruição*. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

NOBLE, Safiya U. *Algoritmos da opressão: Como os mecanismos de busca reforçam o racismo*. São Paulo: Editora Rua do Sabão, 2022.

NOVAIS, Henrique e Dagnino, Renato. *O Fetiche da Tecnologia*, Portal de Periódicos Eletrônicos da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Unesp – Campus de Marília, São Paulo, 2004. <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/411>

NUNES, Jordão H. “Gênero e raça no trabalho em tecnologia da informação (TI). *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 52, n. 3, p. 383-395, 2016.

O'NEIL, Cathy. *Algoritmos de destruição em massa*. São Paulo: Editora Rua do Sabão, 2021.

OLIVEIRA, Cláudia Maria A. M.. *Mulheres nas organizações brasileiras: uma análise dos fatores que impulsionam e desafiam a equidade de gênero na área de tecnologia da informação*. 2022. Dissertação (Mestrado profissional em Gestão para a Competitividade). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas. 2022. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/FGV_a4e05b3e597b0a3f7969c88369a960e7.

PISCITELLI, Adriana. “Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras”. *Sociedade e cultura*, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008.

PRETA LAB. *Report 2022*. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.pretalab.com/report-2022>.

PROJETO ENIGMA. 2021. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/enigma/>. Acesso em: 7 jul. 2023.

ROSHANI, Niousha. “Discurso de ódio e ativismo digital antirracismo de jovens afrodescendentes no Brasil e Colômbia”. In SILVA, Tarcízio (org.). *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais*. São Paulo: Editora LiteraRua, p. 43.

SANTANA, Bianca. Org. *Inovação Ancestral de Mulheres Negras*. SP: Editora Oralituras, 2019, p. 18. Disponível em https://oralituras.com.br/wp-content/uploads/2019/05/inovacao-de-mulheres-negras_2019_web_site.pdf

SANTOS, Cérés M. S.. “La apropiación de las TIC por mujeres negras brasileñas”. In FARRERA, Abraham M.; PABLOS, Esperanza T (coord.). *Género y TIC*. San Cristóbal de Las Casas, Chiapas, México: Ed. Ecosur, 2018. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/Mexico/ecosur/20190412035155/LIBRO_GENERO_Y_TIC_2018_MEXICO.pdf.

SILVA, Tarcízio. “Racismo algorítmico em plataformas digitais: microagressões e discriminação em código”. In SILVA, Tarcízio (org.). *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos*, São Paulo: Editora LiteraRua, 2020, p. 121-135, 2020.

STATISTA. *Women in tech*. 2022. Disponível em <https://www.statista.com/study/74785/women-in-tech/>.

TRINDADE, Luiz Valério P. “Mídias sociais e a naturalização de discursos racistas no Brasil”. In SILVA, Tarcízio (org.). *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos*, São Paulo: Editora LiteraRua, 2020, p. 26, 2020.

VILLA-NICHOLAS, Melissa; VELEZ, Latesha. *Information Studies, Race and Racism*. De Gruyter Bill, 2019. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/347618301_Systemic_Oppression_and_the_Contentested_Ground_of_Information_Access_for_Incarcerated_People/link/63ee059c19130a1a4a84d7fe/download

ZOUBAREF, Fernanda. *Pesquisa Catho: presença feminina em cargos de tecnologia aumenta*. Catho. 2022. Disponível em <https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/presenca-feminina-cargos-tecnologia/>.

Cap.

05

**Maternidade e carreira acadêmica:
desafios e caminhos para a igualdade de gênero
na ciência**



Thais Becker de Campos

Maternidade e carreira acadêmica: desafios e caminhos para a igualdade de gênero na ciência

Thaís Becker de Campos

A maternidade, quando entrelaçada com a carreira acadêmica e científica, apresenta um conjunto complexo de desafios que impactam tanto a trajetória profissional quanto a saúde mental das mulheres. A necessidade de conciliar a maternidade com as exigências da carreira científica – em uma estrutura social patriarcal e desfavorável para as mulheres, especialmente as que são mães – pode levar a um desequilíbrio prejudicial, não só para as mulheres individualmente, mas também para o desenvolvimento de uma ciência mais diversa e inclusiva. A estrutura social e profissional atual, que dificulta o acesso e a progressão de mulheres que são mães no campo científico, além de perpetuar desigualdades de gênero, contribui significativamente para o comprometimento da saúde mental dessas profissionais.

O enfoque dessa questão é duplamente relevante. Primeiramente, do ponto de vista da justiça social, é fundamental reconhecer e combater os obstáculos que as mulheres enfrentam após a maternidade no ambiente acadêmico e científico. Isso envolve uma reflexão crítica sobre as estruturas existentes e a busca por soluções que promovam a igualdade de gênero e a inclusão. Em segundo lugar, a diversidade nas ciências é crucial para o desenvolvimento de pesquisas robustas e multifacetadas. A exclusão ou limitação das mulheres que são mães no campo científico, mesmo que de forma indireta, resulta em significativa perda de perspectivas valiosas e únicas, o que pode restringir o progresso e a inovação, além de perenizar um único ponto de vista: o masculino branco.

O texto aborda inicialmente o contexto histórico e social da maternidade, examinando as expectativas sociais que moldaram e moldam essa experiência ainda nos dias de hoje. São discutidas as contradições nas visões atuais sobre a maternidade e o que se espera das mulheres que são mães. Posteriormente, enfocam-se os impactos da maternidade na carreira acadêmica e discute-se a contribuição da análise interseccional na construção de abordagens mais ricas da questão. Por fim, propõem-se estratégias para mitigar os desafios, visando a maior equidade de gênero e bem-estar no ambiente acadêmico e científico. Neste texto, além de destacar os desafios enfrentados pelas

mulheres que são mães na ciência, busca-se também propor caminhos para um futuro mais justo e inclusivo no campo acadêmico.

Embora a proposta inicial deste trabalho tenha sido a realização de pesquisa de campo, a metodologia escolhida acabou por ser a análise bibliográfica qualitativa. A necessidade de toda pesquisa com seres humanos ser previamente avaliada por um comitê de ética, não haveria tempo hábil para tanto no cronograma de execução. A sugestão para o aprofundamento do tema é que se realize uma pesquisa de campo que escute a experiência de mulheres acadêmicas que foram mães.

Maternidade e papéis femininos

A maternidade se impõe de diferentes formas a todas as mulheres, mesmo às que não são mães. Ainda hoje a ideia de que existe um inerente instinto maternal é quase inquestionável, como se o caminho *natural* de toda menina para se tornar mulher tivesse necessariamente de passar pela realização da fertilidade. A maternidade está no imaginário social como um dom natural e divino a ser cumprido por todas.

Embora tenhamos testemunhado avanços significativos no âmbito social, ainda estamos imersos em um contexto permeado por discursos e normas que impõem regras e expectativas sobre os corpos e as mentes das mulheres, particularmente em questões relacionadas à reprodução. Enraizados ao longo de milênios, esses discursos servem de alicerce para o sistema de pensamento patriarcal, uma estrutura social em que o masculino predomina sobre o feminino. Embora seja complexo determinar com precisão o momento histórico em que essa distribuição de poder se tornou dominante, é possível afirmar que tal paradigma e suas ramificações na vida social são construções históricas, não inerências naturais, como mostram estudos como os de Gerda Lerner (2019).

A naturalização de fenômeno intrinsecamente social dificulta o debate crítico, remetendo-o a uma esfera pré-discursiva, na qual a análise e a conseqüente transformação tornam-se inviáveis. Justificativas que ancoram fenômenos exclusivamente em bases biológicas e anatômicas enrijecem discussões vitais, como a luta pela autonomia feminina sobre seus corpos e desejos. Além disso, conforme aponta Donna Haraway (1988), é crucial reconhecer o contexto histórico e geográfico em que determinado conhecimento é produzido. Sua teoria do “conhecimento situado” lembra que a imparcialidade é uma ilusão e que todo corpo teórico é moldado pelas perspectivas da comunidade que o cria.

Assim, ao situar o conhecimento e acolher múltiplas interpretações, podemos desenvolver uma visão crítica e reflexiva sobre a teoria, enriquecendo nosso entendimento dela.

Para uma discussão efetiva sobre o tema – que, no fim das contas, trata da divisão sexual do trabalho – é imperativo contextualizar seu desenvolvimento histórico, dando ênfase especial à parentalidade. É fundamental compreender como essas estruturas se formaram e como se perpetuam visando desmantelar os padrões patriarcais que ainda hoje influenciam profundamente a sociedade, em especial no que tange às experiências e aos desafios enfrentados por mulheres no contexto da maternidade e da carreira profissional. Esse entendimento aprofundado, além de permitir a reflexão sobre as disparidades de gênero existentes, propicia uma avaliação crítica das maneiras pelas quais a sociedade contemporânea pode reformular suas estruturas e fazê-las evoluírem para promover maior equidade. O exame da divisão sexual do trabalho sob uma lente histórica evidencia que práticas e normas que hoje consideramos *tradicionais* ou *naturais* são, de fato, resultados de processos sociais e políticos complexos, muitas vezes moldados por interesses e poderes específicos. Essa perspectiva histórica é crucial para entender como a parentalidade, e mais especificamente a maternidade, é frequentemente enredada em expectativas e obrigações que refletem e perpetuam desigualdades de gênero.

Trazer para o primeiro plano a parentalidade na discussão sobre divisão sexual do trabalho desafia a visão simplista que reduz a experiência das mulheres a meros papéis biológicos. Ao reconhecer que a maternidade, embora seja uma experiência única, é profundamente influenciada por fatores sociais e culturais, podemos começar a questionar e remodelar as normas que limitam tanto a participação das mulheres no mercado de trabalho quanto o seu bem-estar mental e emocional. Em última análise, o questionamento e a reavaliação dos papéis de gênero tradicionais não beneficiam somente as mulheres; contribuem também para tornar a sociedade mais justa e equilibrada, na qual as responsabilidades e oportunidades são compartilhadas de maneira mais igualitária entre todos os gêneros.

Contexto histórico e social da maternidade

A jornada através da história revela que a organização social patriarcal, estrutura onde o masculino se sobrepõe ao feminino, não se restringe a uma era ou cultura específica. Esta estrutura se originou muito antes da Antiguidade Clássica e persiste até hoje, adaptando-se e se manifestando de formas variadas ao longo dos tempos, conforme

contextos culturais e condições econômicas diferentes. Lerner (2019) ressalta como o patriarcado, apesar de suas transformações, continua a ser a base das relações sociais entre os sexos, demonstrando uma capacidade notável de adaptação e persistência ao longo da história.

A persistência do patriarcado como uma constante nas relações sociais é testemunho de sua natureza adaptável e, de certa forma, insidiosa. A ideia de continuidade, de ordem eterna, não apenas se manifesta dentro das estruturas familiares, mas é também perpetuada por instituições estabelecidas, como escolas, universidades, igrejas e até mesmo dentro das ciências. Esta perpetuação cria uma *desistorização* da divisão sexual do trabalho e uma falsa naturalização dos fenômenos, levando à internalização da violência, tanto física quanto simbólica, tanto por homens quanto por mulheres, contribuindo para a manutenção deste tipo de relação social, como aponta Pierre Bourdieu (2019).

Gerda Lerner destaca a importância de conhecer a história das mulheres para sua emancipação: “Para que as mulheres possam ser inteiramente dominadas, é preciso apagar sua história... saber da história é indispensável para sua emancipação” (Lerner, 2019, p. 24). Daí a relevância da perspectiva histórica e crítica. Ao recontextualizar as estruturas sociais baseadas na divisão sexual, deixamos de vê-las como naturais e imutáveis, abrindo espaço para refletir sobre elas e transformá-las.

A construção do ideal feminino e materno contemporâneo é um processo longo e complexo. Longe de ser um instinto inerente ao feminino, a maternidade, como conceito e prática, é um construto social que, uma vez internalizado, é percebido como natural. Elisabeth Badinter (1985) argumenta que essa internalização da maternidade como imposição natural implica profundas consequências para a percepção do papel da mulher na sociedade.

Na Antiguidade, apesar de algumas descrições de uma Grécia Clássica com representações femininas fortes, a realidade era que as mulheres, destituídas de poder sobre suas próprias vidas e maternidade, eram vistas como versões inferiores dos homens. Georges Duby e Michelle Perrot (1990), Thomas Laqueur (2001) e Gerda Lerner (2019) destacam que, apesar de responsáveis por tarefas domésticas e cuidados com crianças pequenas, as mulheres não eram vistas como iguais na geração da vida. Sob a tutela de homens, fossem pais ou maridos, sua existência como cidadãs estava condicionada à

submissão. O rito do casamento, ainda hoje, simboliza essa transferência de domínio da mulher de um homem para outro.

A concepção dos gregos da Antiguidade, de transmissão unilinear da vida do homem para os descendentes, sem a participação da mulher, ainda ressoa em nossa cultura, perpetuada pelo cristianismo na visão da gênese humana. Sócrates e muitos de seus contemporâneos acreditavam que apenas o homem possuía a semente, considerada a verdadeira fonte da vida no processo de reprodução. Segundo essa visão, o homem fornecia a forma e a essência vital, enquanto a mulher apenas oferecia o ambiente ou o *solo* para o desenvolvimento do embrião. Esta teoria, que também foi influenciada por Aristóteles, refletia a compreensão limitada da biologia na época. Ela sugeria que o homem tinha um papel ativo e dominante na criação da vida, enquanto a contribuição da mulher era vista como passiva. Apesar dessa ideia ter sido superada pela biologia, em termos sociais ela permanece em algum grau. A narrativa cristã da criação dos seres humanos pelo Deus-pai, à sua imagem e semelhança, reforça a ideia de que apenas o homem, detentor do potencial de geração, pode conceber outros seres humanos.

Com o desenvolvimento do Direito na Roma Antiga, o domínio do homem sobre a mulher foi institucionalizado. Um homem, fosse pai, marido ou irmão, detinha todos os direitos legais sobre a mulher. Na Roma Antiga, ser mãe, além de obrigação social, era pré-requisito para direitos à herança.

Na Idade Média, essa dinâmica não mudou significativamente, mas a expansão do cristianismo e sua adoção como religião oficial da Europa restringiram ainda mais a vida das mulheres. Anteriormente, após cumprir seu papel de dar herdeiros, as mulheres tinham certa liberdade para explorar outros interesses. Com a influência cristã, a relação entre feminilidade, sexo e mal foi solidificada, e foi imposto um novo modelo ideal de mulher, cuja sexualidade “desenfreada e diabólica” deveria ser controlada. A Virgem Maria, mãe virgem, passa a representar essa mulher. O auge desse controle e perseguição veio com a caça às bruxas, conforme descrito por Silvia Federici (2019a) e Jean-Michel Sallmann (1991). Qualquer sinal de poder, escolha de vida diferente da normativa ou individualidade era julgado como crime de bruxaria. Milhares de mulheres foram queimadas em fogueiras.

Até o final da Idade Média, na maternidade o papel da mãe restringia-se a fornecer os cuidados básicos à criança pequena, enquanto a educação ficava a cargo do pai, considerado espiritualmente superior. No início do capitalismo, surgiu a necessidade de

um acompanhamento mais próximo da reprodução e sobrevivência de novos cidadãos trabalhadores, ampliando as responsabilidades maternas.

Com o Renascimento, as mulheres ganharam novo *status*, passaram a ser responsabilizadas não apenas pelas funções de gerar, parir e alimentar, mas também por prover uma boa educação moral. Esta ampliação das responsabilidades maternas foi imposta com a ideia sedutora de valorização da mulher-mãe, a rainha do lar, que teria certo poder doméstico, e como uma das poucas formas de redenção diante de sua natureza pecaminosa.

A caça às bruxas e o discurso religioso, com o início da Idade Contemporânea, deram lugar ao discurso médico-científico, que passou a diagnosticar a sexualidade feminina. De bruxas, as mulheres foram rotuladas como degeneradas, necessitadas de tratamento ou contenção institucionalizada. A medicina do século XIX tornou-se um instrumento chave no controle da sexualidade feminina, como argumenta Silvia Nunes (2000). Na intimidade da família nuclear burguesa, as mulheres tornaram-se ainda mais reprimidas pelos espartilhos e máscaras sociais. A cisão entre o que era permitido mostrar publicamente e o que se vivia na esfera privada levou ao surgimento da histeria como um grito corporal. De diabólicas, as mulheres que de alguma forma escapavam à norma ou adoeciam passaram a loucas.

No século XVIII, com a expansão da ideologia liberal, a emergência da subjetividade privatizada e os novos ideais igualitários “Liberdade, igualdade e fraternidade”, a visão hierárquica entre os sexos tornou-se contraditória. Os pensadores iluministas foram forçados a repensar a dominação masculina e a condição cada vez mais restrita da mulher. A solução proposta por Jean-Jacques Rousseau, amplamente aceita, foi a teoria de que homens e mulheres são desenhados anatomicamente para desempenhar papéis diferentes, ambos fundamentais para o equilíbrio social. A ideia da complementaridade entre os sexos, além de resolver a incoerência entre a reclusão histórica do feminino ao espaço doméstico e os novos ideais igualitários, solidificou as diferenças, baseando-as na anatomia, conforme aponta Nunes (2000).

Da Idade Média à Modernidade a narrativa sobre as mulheres evoluiu de seres inferiores, indignos e perigosos, para seres perfeitos em sua especificidade: a maternidade. A ideia de complementaridade baseada na morfologia dos corpos estabeleceu definitivamente a função materna como destino biológico e moral feminino.

Destaque-se que apenas mulheres de classes sociais mais altas podiam realizar o ideal romântico de feminilidade delicada e doce, confinadas aos cuidados com a casa, o marido e os filhos – e serem assim consideradas boas cidadãs. O destino idealizado da maternidade era vivenciado de maneira completamente diferente conforme as condições de vida de cada mulher. As mais pobres tinham que trabalhar para sobreviver.

Até a década de 1960, a maternidade era vista como uma consequência inevitável do casamento e um destino indissociável para qualquer mulher que almejasse sucesso pessoal. A mulher ideal, até o advento da pílula anticoncepcional, era retratada como recatada e dedicada exclusivamente à família. A infância e a juventude femininas eram frequentemente direcionadas para a preparação para o casamento e a vida doméstica. Ser uma boa esposa, mãe e gestora do lar eram considerados os objetivos supremos para mulheres, especialmente da classe média (Pinsky, 2018).

A inexistência de métodos contraceptivos eficazes até então reforçava a percepção da maternidade como destino inexorável para todas as mulheres sexualmente ativas. A introdução da pílula anticoncepcional representou um marco científico e social, possibilitando maior planejamento familiar e liberdade sexual para as mulheres. A possibilidade de adiar a maternidade começou a remodelar a maneira como as mulheres percebiam e vivenciavam suas vidas, abrindo caminhos para novas formas de relacionamento social e profissional.

Entretanto, a revolução trazida pela pílula foi acompanhada de ambiguidades e controvérsias. Enquanto grupos conservadores, religiosos e moralistas viam na pílula um estímulo à promiscuidade, economistas e políticos discutiam a necessidade de controle populacional. Por outro lado, feministas celebravam a desconexão entre sexo e maternidade como um avanço para os direitos reprodutivos femininos. Contudo, muitas das discussões sobre contracepção não se centravam exclusivamente no empoderamento feminino, mas também em interesses econômicos e políticos mais amplos (Leal; Bakker, 2017).

Propagandas a favor da pílula, tanto na época de seu lançamento quanto atualmente, a promovem como um símbolo da libertação feminina, um marco da revolução feminista e transformadora das relações sociais e familiares. No entanto, é necessário questionar até que ponto um medicamento pode desencadear uma revolução ideológica capaz de superar séculos de legado social patriarcal. A pílula trouxe inegáveis

avanços, mas acreditar que ela sozinha poderia provocar uma transformação social profunda parece uma simplificação ingênua.

A liberdade de escolha oferecida pela pílula merece uma análise crítica. Nos dias atuais essa escolha muitas vezes não é percebida como tal, mas sim como um novo imperativo: controlar o próprio corpo e a fertilidade, sob pena de enfrentar consequências sociais e econômicas. Sob o manto do neoliberalismo, a ideia da pílula como facilitadora da liberdade feminina de viver como deseja esconde novas formas de dominação sobre o corpo e a experiência sexual feminina. Aspectos naturais da feminilidade, como menstruação, gravidez, parto e menopausa, são vistos como algo a ser controlado quimicamente para que as mulheres possam se inserir na lógica de mercado dominante. (Granzow, 2007).

A verdadeira autonomia parece distante. A pílula não mudou fundamentalmente as regras do jogo social e econômico; ela forneceu apenas um impulso inicial para que as mulheres começassem a competir em um campo ainda desigual. O que se observa é a manutenção do antigo dualismo entre mente e corpo, onde a mente – associada ao masculino e ao cultural – é valorizada em detrimento do corpo – vinculado ao feminino e ao natural. Para participar mais ativamente da esfera pública, as mulheres são compelidas a controlar seus corpos, mantendo assim a dicotomia de gênero. A pílula, portanto, ao invés de eliminar as barreiras de gênero, pode acabar reforçando-as, exigindo que a natureza do corpo feminino seja, de certa forma, *masculinizada* para se adequar às expectativas sociais contemporâneas.

2.2 Ambiguidade e contradição nos discursos sobre a maternidade

A inserção da pílula anticoncepcional no contexto social e a ideia de liberdade de escolha que ela promoveu vieram acompanhadas de uma complexa contradição: a necessidade de controle da reprodução para atender às demandas do sistema neoliberal. Uma gravidez não planejada passou a ser vista como um fracasso pessoal, um desvio do roteiro socialmente aceito – que inclui educação, carreira, casamento e, somente depois, filhos. Mesmo para aquelas que planejam a maternidade dentro deste roteiro, a percepção cultural muda: elas passam a ser vistas sob prisma produtivista, no qual a maternidade é frequentemente considerada obstáculo à participação plena no mundo público, intelectual e profissional.

A realidade é que o controle químico do corpo feminino, apesar de abrir caminhos no mercado de trabalho, impôs novos ideais a serem alcançados. A mulher moderna é pressionada a ser uma boa esposa, mãe, dona de casa, esteticamente atraente e agora também produtiva no trabalho. Esta exigência de superação não é apenas comparativa à dos homens, mas requer que as mulheres sejam excepcionais para provar sua capacidade.

A abertura de novos espaços no mercado de trabalho trouxe junto novas responsabilidades. Sem uma revolução ideológica que desafie o patriarcado, qualquer mudança nas regras do jogo social é insuficiente para dismantelar a dominação masculina. Assim, observamos a normalização da sobrecarga das mulheres, especialmente das mães, e ainda mais das mães em contextos periféricos.

No Brasil, quando comparadas aos homens, as mulheres dedicam quase o dobro de horas semanais aos cuidados com outras pessoas ou aos afazeres domésticos; enquanto a média feminina é de 18,1 horas, a masculina é de 10,5. A diferença de rendimentos é muito significativa, mesmo as mulheres tendo maior taxa de frequência escolar e maior escolaridade: a média salarial é de R\$ 1.764,00 para as mulheres e de R\$ 2.306,00 para homens – ou seja, os homens ganham cerca de 30% a mais que mulheres. Outro dado que chama atenção é a baixa representatividade na vida pública: apenas 10,5% dos assentos da Câmara de Deputados são ocupados por mulheres, metade da média mundial (IBGE, 2018). Esses dados demonstram que, apesar de estarmos avançando na ocupação dos espaços públicos e buscando desenvolver uma vida profissional, as mulheres ainda são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e cuidado parental.

Mulheres contemporâneas, ansiosas e deprimidas, têm expressado o desconforto causado por esse novo estilo de vida: a pressão para conciliar vida doméstica, profissional e autocuidado estético. Mães de filhos pequenos recorrem a creches, babás e outros mecanismos de apoio, muitas vezes enfrentando críticas por serem percebidas como mães ausentes ou por não buscarem independência financeira. A conta não fecha.

O acúmulo de funções impõe uma reflexão urgente sobre os discursos de parentalidade e a expectativa de que as mulheres sejam as principais responsáveis tanto pelos filhos quanto pela rotina doméstica. A demarcação de papéis de gênero – a saber, mulheres responsáveis pelos filhos e pela casa, homens responsáveis pelo sustento, abertos para a esfera pública – não é natural ou casual, pois há uma funcionalidade de servir e sustentar a organização social capitalista com base na exploração do trabalho feminino de cuidado, não remunerado (Federici, 2019b; Zanello, 2018).

Maternidade e carreira acadêmica

A complexidade se intensifica quando abordamos a intersecção da maternidade com as carreiras acadêmicas. Nas trajetórias acadêmicas, marcadas por critérios quantitativos para promoção, obtenção de bolsas de estudo e ascensão profissional, torna-se ainda mais evidente a disparidade entre homens e mulheres. Essa disparidade, amplamente discutida por Londa Schiebinger (2001), reflete uma longa história de marginalização das mulheres na ciência, onde a maternidade emerge como um ponto crítico.

A discrepância entre a crescente participação das mulheres nos níveis iniciais de educação e carreira científica e a sua sub-representação em posições de liderança e tomada de decisão é descrita como “efeito tesoura” por Roberta Areas, Ademir Santana e Márcia Barbosa (2020). Esse fenômeno é particularmente revelador da forma como as estruturas acadêmicas e as normas sociais funcionam em conjunto de forma a limitar o avanço das mulheres na ciência, especialmente após se tornarem mães.

Para Schiebinger (2001), esta situação é reflexo da longa história de marginalização das mulheres na ciência, sendo a maternidade um elemento crítico dessa dinâmica. Ao longo dos séculos, as mulheres foram sistematicamente excluídas do campo científico, enfrentando barreiras institucionais, culturais e sociais. Essa exclusão histórica não é apenas questão de acesso à educação formal, mas também reflexo das normas sociais que restringiam o envolvimento feminino em atividades intelectuais e científicas.

Roberta Areas, Márcia Cristina Santana e Ademir Barbosa (2020) e Schiebinger (2001) argumentam que a prática tradicional da ciência reflete uma perspectiva predominantemente masculina. Este viés androcêntrico e branco influencia quem pratica ciência, os tipos de pesquisa realizados e as questões consideradas de importância. Isso resulta em uma falta de diversidade que tem consequências diretas na ciência, por exemplo, na limitada e por vezes distorcida compreensão das necessidades específicas de grupos marginalizados, como mulheres mães, mais ainda se forem periféricas, negras, indígenas e LGBTQIA+.

A necessidade de conciliar responsabilidades familiares com exigências acadêmicas coloca as mulheres, especialmente as mães, em posição desvantajosa. Em um sistema que valoriza a produtividade contínua e a disponibilidade constante, as estruturas de trabalho na Academia falham em acomodar as necessidades das mulheres que são

mães, vendo a maternidade mais como um obstáculo do que como um aspecto intrínseco ao ser humano. A reprodução passa a ser um problema exclusivamente da mulher, já que é que ela que tem um útero.

Longe de ser impedimento intrínseco, a maternidade afeta desproporcionalmente a produtividade das mulheres no ambiente acadêmico devido à distribuição desigual do trabalho doméstico e parental. Isso se traduz em progressão mais lenta na carreira, oportunidades de pesquisa limitadas e, conseqüentemente, representatividade menor em posições de liderança e tomada de decisão.

Areas, Santana e Barbosa (2020) apontam a persistência do fenômeno conhecido como “teto de vidro”, uma metáfora para as barreiras invisíveis que impedem as mulheres de ascenderem a posições de liderança, particularmente na ciência. Essa realidade é ainda mais agravada quando se considera a maternidade, fator que frequentemente é visto como um obstáculo ao progresso profissional de uma mulher na Academia. A pesquisa aponta para a necessidade urgente de uma reformulação das políticas e práticas institucionais que continuam a perpetuar essas disparidades. Os autores examinam a ideia da violência simbólica no contexto acadêmico – forma de violência muitas vezes sutil e não reconhecida, que se manifesta pela imposição de normas sociais e significados que reforçam as estruturas de poder existentes e mantêm as mulheres em posições subordinadas. A violência simbólica ocorre, por exemplo, quando um fenômeno social é naturalizado, impossibilitando a sua discussão e mantendo grupos sociais em posição de subordinação em relação a outros. Este é um aspecto crucial para entender como as normas institucionais e as práticas cotidianas contribuem para a perpetuação da desigualdade de gênero na ciência e para o sofrimento psicológico.

Na Academia as mulheres que são mães enfrentam desafios específicos que impactam significativamente sua saúde mental. A combinação de responsabilidades domésticas, maternidade e demandas profissionais, em um contexto de altas expectativas e conflitos de papéis, pode potencializar o estresse, a ansiedade e os sentimentos de inadequação. Esse panorama é agravado pelo fenômeno da “discriminação da *intelligentsia*” (Areas, Santana e Barbosa, 2020), que indica a persistente exclusão das mulheres, especialmente mães, de cargos de liderança.

As mães acadêmicas frequentemente se veem em um ambiente desprovido de compreensão genuína e suporte efetivo para suas circunstâncias únicas. A maioria das instituições acadêmicas adotam políticas de trabalho padronizadas, ignorando as

necessidades específicas das mulheres que tentam equilibrar a maternidade com as exigências de suas carreiras. Esse déficit de flexibilidade e suporte pode resultar em sentimentos de isolamento e desamparo, à medida que essas mulheres se esforçam para satisfazer as expectativas profissionais sem comprometer seu papel como mães. Além disso, no contexto acadêmico a maternidade frequentemente restringe as oportunidades de *networking* e colaboração, elementos vitais para o desenvolvimento profissional.

Esta situação é exacerbada pela pressão para manter uma imagem de competência e profissionalismo inabaláveis. Muitas mulheres podem se sentir pressionadas a não expressar suas dificuldades em equilibrar maternidade e carreira acadêmica, temendo serem vistas como menos comprometidas ou capazes. Esse temor do julgamento e da estigmatização pode levar a um isolamento ainda maior, impedindo-as de buscar apoio necessário.

Interseccionalidade como metodologia de análise crítica

Para a análise crítica das condições das mulheres na ciência, incluindo as que são mães, uma boa abordagem é a *interseccionalidade*, conceito que leva em conta a multiplicidade imbricada no contexto. A jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw o utilizou pela primeira vez para evidenciar, nos tribunais, que diferentes formas de discriminação não poderiam simplesmente ser hierarquizadas ou sobrepostas, mas que se inter cruzam e produzem outras condições que precisam ser consideradas (Akotirene, 2020). Seu uso político pelo ativismo negro para interpolar o movimento feminista – que assumia primordialmente o ponto de vista de mulheres brancas – e as teorizações dele decorrentes tornaram a noção de interseccionalidade essencial para o feminismo contemporâneo.

Como instrumento metodológico de análise crítica, a interseccionalidade concebe que diferentes categorias de relações de poder não se excluem mutuamente. Ao questionar um discurso dominante (patriarcal, racista, sexista, classista, xenofóbico ou outro), aborda-o de maneira complexa, portanto sem privilegiar apenas uma categoria de análise – seja enfatizando a categoria gênero, no movimento feminista, seja a categoria classe, no movimento sindical, seja a categoria raça, nos movimentos negros. Patricia Collins e Sirma Bilge (2021) alertam que essas análises monofocais deixam pouco espaço para os complexos problemas que se apresentam nas diferentes realidades. Nenhuma estrutura de opressão é considerada mais importante ou com mais peso do que a outra. Esse método

de análise crítica nos ajuda considerar diferentes experiências para interpretar a realidade e as teorias de maneira mais complexa e rica.

A interseccionalidade é, portanto, uma forma de abordar um problema social ou objeto de estudo que proporciona instrumentalidade teórico-metodológica, ao nos fazer atentar para a inseparabilidade estrutural do *cisheteropatriarcado* capitalista e racista; ou seja, é impossível separar os diferentes eixos de opressão (Akotirene, 2020). Esta metodologia nos lembra de dialogar constantemente com os diversos contextos e as diferentes experiências do problema social ou do objeto de pesquisa, seja ele qual for. Apesar de surgir por meio das demandas das feministas negras, a interseccionalidade pode ser aplicada em qualquer análise que busque compreender um fenômeno de forma complexa, considerando diferentes formas de opressão, evitando o desvio analítico para um único eixo apenas.

Esse olhar ampliado exige que, para além da raça e da classe, se considere ainda a geopolítica. De fato, a realidade das mulheres do Sul Global, formado por países que em sua maioria foram colonizados, é muito distante, por exemplo, da mística feminina estadunidense. O olhar interseccional na construção de teorias e propostas políticas dentro do feminismo tem dado cada vez mais força às vozes de mulheres de regiões consideradas periféricas ou terceiro-mundistas; e tem se erigido como nova vertente, o feminismo decolonial, em busca da construção de saberes que, nos digam respeito, como brasileiros, desviando da imposição cultural e intelectual imperialista, sem desconsiderá-la completamente.

Ao ressaltar as diversificadas demandas de diferentes mulheres – negras, lésbicas, trans, profissionais do sexo, deficientes, imigrantes, mulheres do Sul Global etc. – a metodologia interseccional nos faz ver a impossibilidade de utilizar *mulher* como uma categoria unitária. Collins e Bilge (2021) apontam alguns conceitos centrais para uma análise interseccional, como as noções de desigualdade, relações de poder, contexto social, relacionalidade, complexidade e justiça social. Segundo essas autoras, não necessariamente todos precisam ser considerados, mas ao menos parte deles são essenciais para a análise crítica.

Utilizando as categorias descritas por Collins e Bilge (2021), como fazer a análise interseccional que de uma condição recorrente no ambiente acadêmico contemporâneo brasileiro: normas para recebimento e manutenção de bolsas de estudo em um curso de pós-graduação de uma universidade? Digamos que o curso em questão estabeleça como

critério para distribuição e manutenção de bolsas de financiamento de estudos o nível de produtividade dos discentes em termos de pontuação, de acordo com atividades realizadas no ano acadêmico – quantidade de submissões em periódicos, publicação de livros ou capítulos, realização de eventos científicos ou participação neles. De imediato constata-se que tais critérios se enquadram na lógica neoliberal produtivista, meritocrática, segundo a qual quem mais produz em termos quantitativos é publicamente reconhecido como merecedor de auxílio para pesquisa.

Uma instituição acadêmica interessada em realizar uma análise interseccional de suas normas – com a finalidade de ampliar o acesso ao trabalho de pesquisa, dar espaço e voz a grupos marginalizados e, assim, pluralizar seu ambiente e enriquecer suas produções – poderia considerar a *desigualdade*, primeiro conceito proposto pelas autoras, pois esses critérios não consideram as diferenças que atravessam os candidatos. Ao estabelecerem regras horizontais consideram que todos partem do mesmo lugar e com as mesmas condições, o que é irreal. Essa observação nos leva automaticamente para outro critério relevante da análise interseccional, o *contexto social*.

Ao desconsiderar as diferentes realidades contextuais não é possível vislumbrar que as pessoas não detêm as mesmas possibilidades de engajamento acadêmico. Mulheres que são mães, especialmente com filhos pequenos; pesquisadoras de outras regiões do país que precisam se manter na cidade; imigrantes; negras; periféricas; indivíduos deficientes ou com comorbidades vivem contextos permeados por necessidades específicas que não se apagam ao entrar na Academia. Quando as normas estabelecidas pelo programa de pós-graduação não conseguem ir além da produtividade, elas não dialogam e não estabelecem *relacionalidade* – ou seja, não examinam as interconexões entre as diferentes realidades vivenciadas por suas candidatas a bolsas de pesquisa ou bolsistas – com categorias como raça, cor, classe social, o fato de ser mãe ou não, deficiências e outros atravessamentos que interferem nas condições de trabalho das acadêmicas.

No caso apresentado, portanto, a falta de uma metodologia interseccional faz com os critérios para distribuição e manutenção de bolsas de estudo sejam simplistas, isto é, não abarquem a *complexidade* da realidade multifacetada e, por isso, não alcancem uma verdadeira *justiça social*, pois

A justiça social também é ilusória onde aparentemente as regras são aplicadas de maneira igual, mas ainda produzem resultados desiguais e

injustos: nas social-democracias e nos Estados-nação neoliberais, todos podem ter o direito de votar, mas nem todos têm igual acesso para fazê-lo. (Collins; Bilge, 2021, p. 49)

Do mesmo modo, no exemplo hipotético, o curso de pós-graduação da universidade considera as normas justas, pois são iguais para todos, sem perceber, porém, que as condições para conseguir atingi-las não o são.

Tomando a questão da maternidade, o movimento *Parents in Science* tem realizado diversas pesquisas mostrando o impacto do nascimento de filhos na carreira acadêmica, interseccionando gênero e raça. Um artigo recém-publicado pelo movimento faz ainda o cruzamento das categorias produção acadêmica, gênero e raça com o contexto da pandemia de Covid-19 (Staniscuaski *et al.*, 2021). A pesquisa mostrou que as mulheres – que, nos primeiros anos após o nascimento de um filho, já sofriam maior impacto na produtividade em comparação com os homens, que sofrem pouco ou nenhum impacto quantitativo em sua produtividade – sentiram ainda mais a repercussão do contexto pandêmico. Com as necessárias medidas sanitárias de isolamento social, trabalho remoto e fechamento de creches e escolas, as diferenças no nível de produtividade acadêmica se acentuaram, constatando-se, assim, a divisão desigual do trabalho doméstico e parental. Ou, nos termos de Silvia Federici (2019b), a exploração da mulher pelo homem em relação ao trabalho doméstico, materno e sexual. Mesmo conquistando cada vez mais espaços no mercado de trabalho, as mulheres ainda são consideradas as principais responsáveis pelo trabalho não remunerado no âmbito privado. Assim, mulheres com filhos foram as que mais tiveram queda de produtividade; ao incluir a categoria raça, observou-se que mulheres negras com filhos foram ainda mais prejudicadas. (Staniscuaski *et al.*, 2021).

O cenário apresentado contribui para o aumento do estresse e a sensação de desvalorização entre mulheres acadêmicas. A constante luta para equilibrar as demandas da maternidade com as expectativas profissionais muitas vezes resulta no sentimento que seus esforços não são adequadamente reconhecidos ou recompensados. Além disso, o estigma associado à maternidade pode levar a preconceitos conscientes ou inconscientes na tomada de decisões sobre promoções, aumentos salariais e oportunidades de desenvolvimento profissional.

A compreensão interseccional sugere, portanto, a necessidade urgente de o ambiente acadêmico desenvolver abordagens mais inclusivas e sensíveis às diversas

experiências e realidades. Para mitigar os efeitos da desigualdade de gênero e melhorar o desenvolvimento da carreira e a saúde mental das mães na ciência, é imprescindível implementar políticas e práticas institucionais que levem em conta as múltiplas identidades e responsabilidades dessas mulheres.

Existe saída?

Todo este debate é necessário para chegar a este ponto: existe saída? É possível quebrar o “teto de vidro”? Não se tem aqui qualquer pretensão de apontar soluções, mas trazer algumas ideias para debate social. O problema é complexo e exige ações articuladas por todos os lados: tanto discussões teóricas que coloquem em xeque os ideais normativos que sustentam esse sistema quanto políticas públicas que promovam mudanças práticas.

Londa Schiebinger (2001) destaca a necessidade de uma ciência verdadeiramente inclusiva e equitativa, sugerindo que a participação mais ampla de mulheres – e especialmente de mães – na ciência não apenas fomentaria a igualdade de gênero, mas ainda traria novas perspectivas e abordagens para a pesquisa científica. Para isso é necessária a reavaliação das práticas e políticas que têm mantido as mulheres à margem da ciência. Mais que isso, são necessárias mudanças na cultura científica, para que esta valorize a diversidade e a inclusão, para que as diferentes experiências de vida sejam reconhecidas e acomodadas.

Incorporar os *insights* de Schiebinger exige repensar critérios de sucesso e produtividade na Academia, considerando diversas trajetórias de carreira – muitas delas impactadas pela maternidade. Isto é algo crucial para quebrar as barreiras históricas e promover uma ciência mais representativa e equitativa.

Para iniciar a discussão sobre políticas incidentes no tema, pode-se pensar em licença-maternidade e paternidade mais flexíveis e inclusivas, permitindo que ambos os pais compartilhem as responsabilidades parentais e domésticas de maneira mais equitativa. Isso não apenas aliviaria a carga das mães, mas também contribuiria para uma mudança cultural na percepção dos papéis de gênero na família e no local de trabalho.

A oferta de recursos como creches acessíveis e de alta qualidade nas instituições acadêmicas também seria uma medida significativa. Isso reduziria o estresse relacionado ao cuidado dos filhos e permitiria que as mães se concentrassem melhor em suas responsabilidades acadêmicas e de pesquisa.

Outra abordagem importante para o cuidado com a saúde mental seria o estabelecimento de redes de apoio dentro das universidades, focadas especialmente nas necessidades de mães acadêmicas. Essas redes poderiam oferecer um espaço seguro para compartilhar experiências, estratégias de enfrentamento de dificuldades e oportunidades de colaboração, além de promover a sensibilização e a compreensão sobre os desafios específicos enfrentados por essas mulheres; a partir destas falas, seria possível pensar em práticas institucionais mais adequadas à multiplicidade de experiências de seus funcionários.

Em suma, adotar uma abordagem interseccional para as complexidades enfrentadas pelas mães na ciência requer uma mudança holística em políticas, práticas e culturas institucionais. Ao reconhecer e abordar as múltiplas formas de discriminação e desigualdade, podemos começar a criar um ambiente acadêmico mais equitativo e inclusivo, no qual todas as pessoas, independentemente de gênero, raça, classe ou responsabilidades familiares, tenham a oportunidade de prosperar e contribuir com a ciência.

Considerações finais

Este texto buscou apresentar a complexidade multifacetada dos desafios enfrentados na Academia pelas mulheres que são mães, destacando como a maternidade, premida pelas demandas da carreira científica, pode levar a desequilíbrios significativos. A análise interseccional ilumina as diversas formas de exclusão e desigualdade enfrentadas pelas mulheres e ainda possibilita a construção de caminhos para um futuro acadêmico mais justo e diverso.

É imperativo reconhecer que a persistência das desigualdades de gênero na Academia não é um problema isolado, mas reflexo de estruturas sociais e culturais mais amplas que perpetuam a desvalorização do feminino e a marginalização de mães. A pressão para as mulheres se adequarem a um modelo produtivista, que frequentemente coloca a maternidade como um obstáculo, reflete uma necessidade urgente de reavaliar as práticas institucionais e as políticas de trabalho.

As mudanças não devem restringir-se ao nível de políticas específicas, mas devem mirar também uma transformação cultural mais ampla. Isso exige a valorização do trabalho de cuidado e o reconhecimento de que a maternidade não é um fardo ou uma desvantagem, mas uma parte integral da diversidade humana que enriquece o ambiente

acadêmico. A integração de políticas de apoio, como licenças parentais inclusivas, horários de trabalho flexíveis e acesso a creches, são passos críticos nesse processo. Além disso, a criação de redes de apoio para mães acadêmicas pode oferecer um espaço vital para compartilhamento de experiências e estratégias de enfrentamento.

No entanto, estas medidas, embora necessárias, não são suficientes se não forem acompanhadas por um esforço contínuo para desafiar e dismantlar as estruturas patriarcais que subjazem às desigualdades observadas. Isso inclui um questionamento contínuo das normas de gênero, um compromisso com a equidade de gênero em todos os níveis da Academia e uma abordagem crítica e reflexiva que leva em conta as diversas experiências e necessidades de todas as mulheres, especialmente aquelas de contextos mais marginalizados.

A adoção de uma perspectiva interseccional permite uma compreensão mais profunda das múltiplas formas de opressão e discriminação que se entrecruzam na vida das mulheres acadêmicas que são mães. Este enfoque promove uma abordagem mais holística e justa para enfrentar os desafios, assegurando que as soluções adotadas sejam inclusivas e eficazes para todas as mulheres, independentemente de sua raça, classe, origem geográfica ou outras identidades cruzadas.

Em última análise, há necessidade de uma transformação profunda e contínua nas estruturas acadêmicas e sociais. Somente através de um compromisso com a igualdade de gênero, a inclusão e a justiça social, poderemos aspirar a um ambiente acadêmico em que todas as mulheres, particularmente as que são mães, possam prosperar sem enfrentar barreiras injustas ou serem forçadas a escolher entre sua carreira e sua família.

Sobre a autora

Thaís Becker de Campos, mãe da Melissa, é graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestre em Constituição do Sujeito e Historicidade pela mesma instituição. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-Rio, foi bolsista do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina, da Fundação Memorial da América Latina (CBEAL/FMAL), em 2023. Tem experiência na área de Psicologia Clínica com foco no atendimento de mulheres e mães. Como pesquisadora, atua principalmente nos temas: Saúde Mental, Psicopatologia, Maternidade, Perinatalidade e Feminismo.

Referências bibliográficas

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen Editora [atual Editora Jandaíra], 2020.

AREAS, Roberta; SANTANA, Ademir E.; BARBOSA, Márcia C. “A discriminação da intelligentsia no campo científico brasileiro”. *Revista Educação, Cultura e Sociedade*, [s. l.], v. 10, n. 3, 2020, p. 2-18. Disponível em: <https://periodicos2.unemat.br/index.php/recs/article/view/8684>. Acesso em: 19 nov. 2023.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Tradução de Maria Helena Kühner. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 17ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

COLLINS, Patricia H.; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução: Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *A história das mulheres no Ocidente: a Antiguidade*. vol. 1. Porto: Afrontamento, 1990.

FEDERICI, Silvia. *Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais*. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019a.

_____. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019b.

GRANZOW, Kara. “De-constructing ‘choice’: the social imperative and women’s use of the birth control pill”. *Culture, Health & Sexuality*, v. 9, n. 1, p. 43–54, fev. 2007.

HARAWAY, Donna. “Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective”. *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, p. 575-599, 22 set. 1988.

IBGE. *Estatística de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. [folheto s.n.]. Coordenação de População e Indicadores Sociais, Rio de Janeiro: IBGE/Brasil, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101784>.

LAQUEUR, Thomas W. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Tradução: Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEAL, Tatiane; BAKKER, Bruna. “A mulher bioquímica: invenções do feminino a partir de discursos sobre a pílula anticoncepcional”. *RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, set. 2017.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

NUNES, Silvia A. *O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

PINSKY, Carla B. “Mulheres dos Anos Dourados”. In: DEL PRIORI, Mary. (org.). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

SALLMANN, Jean-Michel. “Feiticeira”. Em: DOBY, G.; PERROT, M. (eds.). *História das Mulheres no Ocidente: do Renascimento à Idade Moderna*. Vol. 3. Porto: Afrontamento, 1991. p. 517–533.

SANTOS MACHADO, Leticia *et al.* “Parent in Science: the impact of parenthood on the scientific career in Brazil”. In: 2019 IEEE/ACM 2nd International Workshop on Gender Equality in Software Engineering (GE). *Anais eletrônicos [...]*. Montreal: IEEE/ACM, 2019. Disponível em: https://www.parentinscience.com/files/ugd/0b341b_f53ac6eee19f454193a3ae5ef84682f4.pdf.

SCHIENBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?*. Tradução: Raul Fiker. Bauru: EDUSC, 2001.

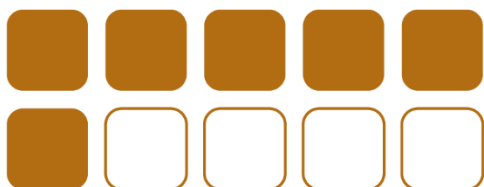
STANISCUASKI, Fernanda *et al.* “Gender, Race and Parenthood Impact Academic Productivity During the COVID-19 Pandemic: From Survey to Action”. *Frontiers in Psychology* [online], v. 12, 11 mai. 2021. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/psychology/articles/10.3389/fpsyg.2021.663252/full>

ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris, 2018.

Cap.

06

**“Margarida era mil, era milhão”:
feminismo rural em Abya Yala**



Dayane Nascimento Sobreira

“Margarida era mil, era milhão”: feminismo rural em Abya Yala

Dayane Nascimento Sobreira

A Marcha das Margaridas, considerada hoje a maior ação estratégica protagonizada por mulheres na América Latina, se realiza a cada quatro anos em Brasília, capital federal. Inspirada em Margarida Maria Alves, paraibana de Alagoa Grande, ancora-se na luta de mulheres de origens diversas que compartilham uma identidade comum: são *Margaridas*, mulheres que se apresentam como herdeiras diretas da sindicalista assassinada em 1983.

Margarida Alves, mulher de ascendência afro-indígena nascida em 1933, no Sítio Jacu, e semianalfabeta, representava uma ameaça aos latifundiários do interior da Paraíba, acostumados com seus mandos e desmandos, violência, controle e quase escravização dos trabalhadores e trabalhadoras do corte da cana. A “lei do patrão” (Novaes, 1997) ditava as regras no estado, no contexto de ditadura civil-militar, como reverberação de uma história comandada pelas oligarquias da terra. Não sem resistência, diga-se de passagem; desde tempos remotos os povos tapuia resistiam à invasão dos Sertões.

Mulheres, essas que sempre estiveram à frente das resistências de ontem e de hoje. De acordo com a historiadora Susel Oliveira da Rosa (2015), na Paraíba a ditadura se estabeleceu diante do poder do latifúndio, cujos abusos se intensificaram a partir daí. Tentativas de silêncio que não calaram mulheres como Margarida. Líder sindical localizada entre o novo e o velho sindicalismo, segundo Ana Paula Romão Ferreira (2009), ela lutou pela melhoria das condições de trabalho de homens e mulheres trabalhadores rurais da região – “e o sonho dela se espalhou”, como cantou Zé Vicente na música *Canção pra Margarida* (1994). De Margarida floriram Margaridas, que mantêm viva a sua memória.

Imagem 1 – Margarida Maria Alves (1982)



Fonte: Frame do filme *Uma questão de terra* (1988)⁵²

A Marcha das Margaridas, e especialmente a Marcha de 2019, em perspectiva etnográfica feminista, foi estudada por mim em minha tese de doutoramento em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, na Universidade Federal da Bahia, finalizada em 2022⁵³. Aqui, junto ao Centro Brasileiro de Estudos da América Latina, a pesquisa continuou, com ênfase desta vez na 7ª edição da Marcha, realizada em 2023.

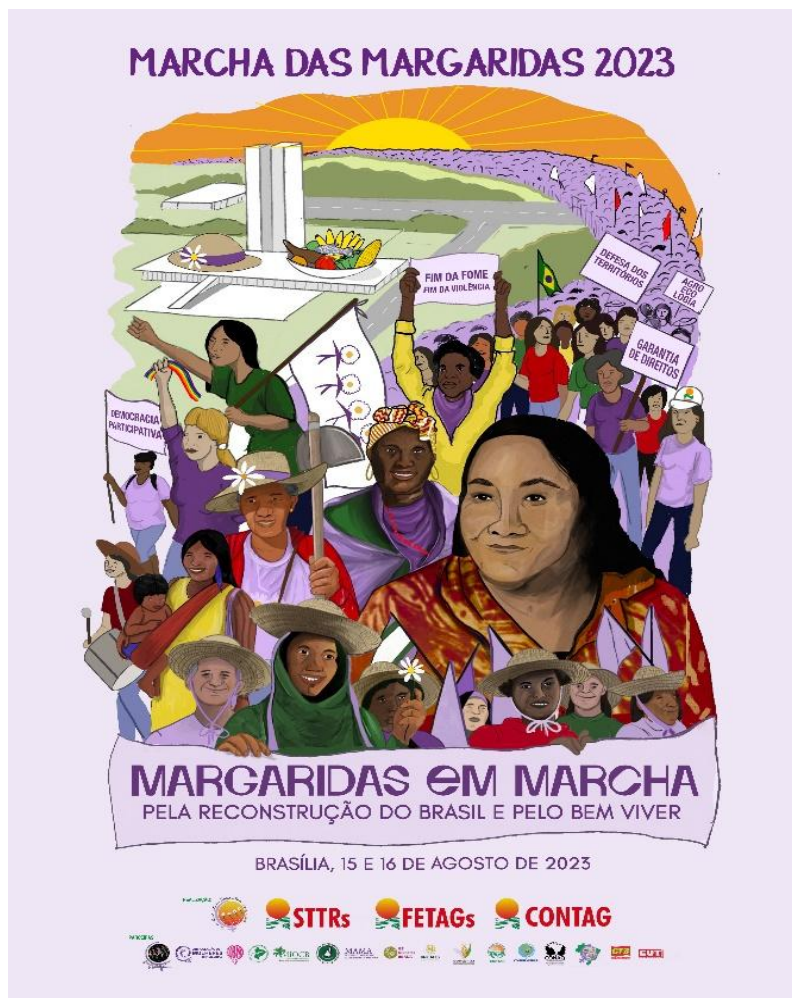
Aglutinadora de experiências do feminismo rural no país, vem agregando mais de 100 mil mulheres em Brasília nas suas últimas edições. Entende-se aqui feminismo como campo político e discursivo de ação (Álvarez, 1998), com marcas de historicidade e forte viés urbano-cêntrico no Brasil. É por isso que essas mulheres constroem um feminismo adjetivado, que reflete seu estar-sendo no mundo – e a angariação de forças, abdições e sonhos para a melhoria deste mesmo mundo. Como sonhou Margarida.

Cada edição da Marcha reflete as circunstâncias conjunturais, desde a sua emergência, em 2000, na virada do século, até hoje. Em sua 7ª edição, congregou diferentes organizações do campo progressista e retomou um diálogo histórico com o governo federal petista. “Pela reconstrução do Brasil e pelo bem viver” foi o lema dessa edição ocorrida num cenário de retomada.

⁵² O filme, lançado em 1988, traz um trecho da fala de Margarida Alves de 1982, um ano antes de seu assassinato. Dirigido por Manfredo Caldas, pode ser visto no YouTube no link: https://www.youtube.com/watch?v=QU0Na3RhcvY&t=34s&ab_channel=jornalamargem.

⁵³ O trabalho pode ser acessado em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35924>.

Imagem 2 – Cartaz da Marcha das Margaridas 2023



Fonte: Contag (2023a)

No documento de *Apresentação e Lema* da 7ª edição, a Marcha traz um panorama de seus desafios do ponto de vista social, econômico, ambiental e político, sinalizando para a urgência da reconstrução de políticas públicas interrompidas ou prejudicadas nos últimos anos (Contag, 2023c). Vale salientar que a incidência de políticas específicas é uma das suas missões.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, a Contag, especialmente sua Secretaria de Mulheres, é quem capitaneia cada uma das edições, em diálogo com organizações parceiras, que no ano de 2023 foram: Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Central das Trabalhadoras e Trabalhadores do Brasil (CTB), Confederação de Produtores Familiares Campesinos e Indígenas do Mercosul ampliado (Coprofam), Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), GT de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia, Central Única das Trabalhadoras e Trabalhadores do Brasil (CUT-Brasil), Marcha Mundial das Mulheres, União Nacional das Cooperativas

da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes Nacional), Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), Regional Latinoamericana de la Unión Internacional de Trabajadores de la Alimentación y de la Agricultura (Rel-UITA), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Movimento Articulado das Mulheres da Amazônia (MAMA), União Brasileira de Mulheres (UBM), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados e Assalariadas Rurais (Contar), Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiros e Marinheiros (Confrem Brasil).

Esse (macro)campo político da Marcha é móvel, essas organizações entram e saem da condição de parceiras, por vezes agregam outras. Uma construção que não se dá sem tensões, justificadas também pela diversidade de lugares de enunciação envolvidos.

A estruturação da Marcha envolve a existência de uma coordenação nacional, da Secretaria de Mulheres da Contag e também de suas federações estaduais, as Fetags. Essa coordenação, ampliada pela participação das organizações parceiras, conduz os processos preparatórios, bem como a realização e avaliação de cada Marcha – num procedimento sequenciado: nacional, regional, estadual e local. Na base estão associações, grupamentos comunitários e sindicatos rurais; as mulheres em suas comunidades e territórios.

O processo preparatório, no qual se começa a aprimorar os eixos políticos e a pauta de cada edição, desenvolve-se em sentido contrário: local, estadual, regional e nacional. Já no começo de cada ano inicia-se esse caminho, que é também formativo e que desemboca na realização da Marcha (entendida também como um ritual) em agosto, em alusão ao mês em que Margarida fora assassinada. O dia de sua morte, 12 de agosto, hoje é considerado em todo o país o dia de luta contra a violência no campo.

Em minha tese de doutoramento (2022), analisei a Marcha de uma perspectiva etnográfica, tendo participado do processo de preparação, realização e avaliação da sua 6ª edição. Fui a Brasília numa comitiva de cinco ônibus que saíram do estado da Paraíba em direção ao Centro-Oeste⁵⁴. Durante uma semana pesquisei, entrevistei mulheres, conheci um pouco mais de suas histórias, convivi, experienciei a solidariedade feminista,

⁵⁴ Produzi um vídeo amador com alguns momentos vividos com as Margaridas da Paraíba. Ele pode ser visto em: https://www.youtube.com/watch?v=y3ku9EpO4Ms&ab_channel=DayaneSobreira.

ri, chorei. Dormi pouco, mas vivi intensamente os quase seis dias na companhia das Margaridas da Paraíba – sendo eu também uma delas.

Algumas já conhecia de antes, da Marcha pela Vida e pela Agroecologia, ação local realizada no território do Polo Sindical da Borborema, no agreste do estado. Outras passei a conhecer ali, compartilhando experiências que eram comuns à gente. Algumas dessas mulheres com quem compartilhei tanta experiência me viam como uma *outsider*, a lembrar Norbert Elias e John Scotson (2000); afinal, eu estava ali também com uma intenção clara, enunciada para elas: fazer pesquisa – jamais de um ponto de vista pretensamente neutro. Mas o tempo todo eu era lida a partir desse lugar, inclusive pela presença de uma parafernália digital e analógica: lápis, caderno, gravador, câmera digital. Ora eu era estabelecida, ora também era *outsider*.

Marchamos – e continuamos em ação. O estar em marcha é o tempo todo reafirmado, reforçando que o movimento não se restringe a um momento pontual. O tempo da Marcha é contínuo e as suas ações, perenes. A coragem, a bravura, o não esmorecer na luta são evocados pelas mulheres sob inspiração de Margarida e aparecem em suas falas, símbolos, palavras de ordem, músicas e materiais de comunicação. “É melhor morrer na luta do que morrer de fome”, disse Margarida Maria Alves, sob ameaça de morte no começo da década de 1980, em um ato de 1º de maio na cidade de Sapé-PB. Recentemente o Serviço de Educação Popular (Sedup) de Guarabira-PB e as redes sociais da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (PB) divulgaram um vídeo restaurado com a potente fala da sindicalista⁵⁵. Vejo, ouço e me emociono, mesmo com um áudio não tão claro quanto os gravados em tempos digitais. Emoção que também aflora em cada encontro com as Margaridas de hoje.

⁵⁵ O vídeo mencionado pode ser acessado em: <https://www.instagram.com/reel/Cv2FO-SOeCf/?igshid=MzRIODBiNWFIZA>. O Serviço de Educação Popular foi criado em 1981, por iniciativa do padre Marcelo Carvalheira e da Irmã Valéria Resende, membros da Igreja Católica. Nascido na região do Brejo, município de Alagoa Grande (PB), realiza ações educativas em toda a Região Nordeste. A Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia é realizada desde 2010 pelo Movimento de Mulheres do Polo da Borborema.

Imagem 3 – Abertura do Encontro Preparatório Estadual (PB) para a 6ª Marcha das Margaridas (julho de 2019)



Fonte: A autora (2019)

A partir da realização de reuniões e encontros elaboram-se materiais pedagógicos cuja finalidade é auxiliar na condução dos processos formativos nas bases, bem como servir como referência para a discussão de cada eixo político. Entre esses materiais, que são impressos e podem ser acessados também em formato digital, destaco os *Cadernos de estudos e debates*, uma espécie de cartilha com finalidade didática. A edição de 2023 contou com 14 *Cadernos*, cada um deles destacando um (ou eventualmente mais de um) dos eixos da Marcha, a saber:

- Democracia participativa e soberania popular;
- Poder e participação política das mulheres;
- Autodeterminação dos povos, com soberania alimentar, hídrica e energética;
- Democratização do acesso à terra e garantia dos direitos territoriais e dos maretórios⁵⁶;
- Vida saudável com agroecologia e segurança alimentar e nutricional;
- Direito de acesso e uso da biodiversidade, defesa dos bens comuns e proteção da natureza com justiça ambiental e climática;
- Autonomia econômica, inclusão produtiva, trabalho e renda;
- Educação pública não sexista e antirracista e direito à educação do e no campo;
- Saúde, previdência e assistência social pública, universal e solidária;
- Universalização do acesso à internet e inclusão digital;
- Vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo;

⁵⁶ Referência aos territórios influenciados pela maré. O conceito vem sendo operado por populações pesqueiras e costeiras a fim de tornar visíveis as especificidades de suas pautas.

- Autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo e a sua sexualidade.

Imagem 4 – Capa do *Caderno 13: Educação pública não sexista e antirracista e direito à educação do e no campo*



Fonte: Contag (2023b)

A imagem da capa do Caderno (reproduzida acima) traz a ideia de movimento, de um caminhar intencional, enquanto o título ajuda a construir a interpretação completa: elas caminham em prol da educação *do e no* campo com qualidade; mais do que isso, caminham em combate ao sexismo e ao racismo, estruturas inseparáveis e que lastreiam as relações sociais no Brasil, especialmente no lócus dessas mulheres, o mundo rural – em suas dimensões não só do campo, mas também das águas e das florestas, considerando a diversidade constitutiva da categoria *Margaridas* e, claro, suas especificidades.

Deslocando-se, essas mulheres subvertem, enunciam a que vêm, o que querem, em que acreditam e o que repudiam. Em marcha, seus corpos são a própria utopia (Foucault, 2018). Constroem, juntas, estratégias de práticas comunitárias em meio ao caos e à iminência do risco (Beck, 2011). E irrompem contra lógicas dadas e contra o machismo enraizado desde longa data e desde seus seios familiares.

Muitas Margaridas me relataram suas dificuldades para ficarem uma semana fora, em viagem, longe de seus filhos, por vezes netos, animais domésticos, de criação, plantas,

hortas, serviços ligados ao cuidado. Precisam deixar tudo pronto ou bem encaminhado para evitar falatório dos maridos ou questionamento sobre sua capacidade individual de dar conta de quase tudo. Às mulheres rurais o peso do trabalho produtivo e reprodutivo parece recair com mais força.

O deslocamento apresenta-se, assim, como uma resistência feminista – nesse caso, das mulheres rurais. Mulheres que saem dos seus territórios, dos quatro cantos do Brasil, e marcham. Apesar de todas as intempéries, elas marcham. E não se cansam. Pelo contrário, ir a Brasília é um momento relatado por elas como de muita expectativa, de lazer até, para além dos compromissos com “a causa”. “Como extraordinário exercício de liberdade” (Labucci, 2013, p. 75), o caminhar | marchar é elemento constitutivo da identidade feminista das Margaridas.

Mas de que feminismo estamos falando? Maria Ignez Paulilo (2016), referência na área, pergunta: “que feminismo é esse que vem da horta?”, destacando a força das práticas agroecológicas nesse fazer-ser organizativo das mulheres rurais. Maria José da Silva (s/d), conhecida como Zezé, militante do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), em um pequeno texto, escrito com contribuições de duas assessoras do movimento, traz que o termo feminismo é comumente associado ao urbano. Diz, contudo, que dado o contexto, são as mulheres rurais que estão dentre as mais atingidas pelo patriarcado, mas o questionam – maquinando lócus fraturados, como pontua Lugones (2019). Elenca ainda que o feminismo rural tem a agroecologia como projeto político e entende a centralidade de uma economia feminista.

Estamos, pois, falando de um feminismo que denuncia especialmente o urbano-centrismo historicamente presente na luta feminista, que por vezes hierarquizou e hierarquiza o movimento e considera as mulheres populares como essencialmente receptoras de políticas, projetos, de *benesses* conquistadas legalmente por mulheres brancas e escolarizadas. Talvez isso ajude a explicar a ainda difícil assunção das mulheres rurais como feministas. O termo feminismo até hoje é carregado de uma simbologia que exclui. Mas, por outro lado, é preciso disputá-lo e essas mulheres fazem isso! E se há uma coisa que essas mulheres são é resistência (feminina ou feminista) desde sempre – ou, em termos organizativos pelo menos, após as décadas de 1970 e 1980 no Nordeste e Sul do país, quando começaram a emergir os primeiros grupos de mulheres trabalhadoras rurais. E, sim, elas se ancoravam primeiramente na classe, entendendo que precisavam ser reconhecidas como trabalhadoras num contexto de brutal exploração de sua força de

trabalho e não garantia do seu *status de gente*: por exemplo, não podiam ter documentação própria, pessoal. “Bastava” a do companheiro homem.

Esse feminismo adjetivado também elucida a busca por condições de igualdade no campo e a identificação de especificidades que auxiliam no processo de reconhecimento dos seus direitos e consequente formulação de políticas públicas que as beneficiem. Percebemos que essa postura vem sendo mais escancaradamente assumida pela Marcha das Margaridas. Ou de um modo mais enfático nas últimas edições (2023 e 2019), se comparamos com as anteriores. O que pode ser lido na *Pauta* da 7ª edição:

Nos guiamos pelos princípios de um feminismo anticapitalista, antirracista e antipatriarcal, que reflete cada uma de nossas realidades. Um feminismo construído a partir da reflexão crítica sobre o que vivenciamos como mulheres do campo, da floresta e das águas e que reconhece e valoriza o saber por nós acumulado ao longo de gerações. Um feminismo que valoriza a vida, vinculado à defesa da agroecologia, dos territórios, dos bens comuns e da soberania e autodeterminação dos povos [...]. Acreditamos que é preciso mudar o mundo para mudar a vida das mulheres e somente com transformações estruturais será possível alcançar uma sociedade do Bem Viver. Isso envolve luta, resistência e muito diálogo! (Contag, 2023d, p. 4-5).

Observamos a ênfase em situar o feminismo da Marcha também na luta contra as estruturas do capital e do racismo e a alteração dessas estruturas, apontando caminhos a uma transformação civilizatória, “para um bem conviver em comunidade e na Natureza” (Acosta, 2016, p. 25). Outrossim, essas mulheres não se percebem sozinhas no mundo, elas lutam também em prol do bem comum. Eis um feminismo que se faz em comunidade (Paredes, 2010), que questiona uma cultura acadêmica letrada e representa uma luta pluriversa em Abya Yala⁵⁷ (Gargallo, 2012).

Nesse feminismo, músicas e poesias são usadas como expressividades de mulheres rurais organizadas, elementos constituintes de “maneiras próprias” de fazerem política. São espaços de enunciação de suas falas e mesclam em sua linguagem as condições de vida, lutas, emoções, religiosidade. De acordo com Maria Dolores Mota (2006), essa forma de fazer política tem relação com metodologias educativas dos movimentos populares, ONGs e da Igreja progressista; metodologias essas que estimulam expressões populares e que se constituem como estratégias de visibilidade, de se fazer ver publicamente. Nesses espaços, é comum o uso de poesias e músicas em reuniões,

⁵⁷ Da língua do povo kuna, do Panamá, significa “terra madura”; também é sinônimo de América.

encontros, estudos, místicas, assembleias, iniciando ou finalizando trabalhos; muitas dessas poesias (geralmente em formato de versos de cordel) relatam a dicotomia sofrimento | libertação, exaltando os encontros, a força e a coragem das participantes. “Canta-se [também] para restaurar a atenção e a disposição” (Mota, 2006, p. 18). Pouco metafóricas, enunciam quase sempre a vitória ao final do arco-íris que, na vida real dessas mulheres não é tão colorido assim. Sobre isso, Mota ainda traz:

Enquanto grupo em autoria, as trabalhadoras rurais adentram o mundo público transportando seus atributos e signos de mulheres rurais que se manifestam de várias maneiras — dentre as quais [...] os poemas e as músicas, consideradas como modos de expressar a fala, produzidos e exercidos na militância enquanto rituais a partir dos quais enunciam-se (Mota, 2006, p. 2-3).

No caso das Margaridas, a memória de Margarida Alves é sempre acionada. Seja destacando sua luta, trajetória, sofrimento ou até mesmo ajudando a construir um lugar de mártir, por vezes comparada a uma *santa* ou uma *mãe* de todas elas. Vale ressaltar que em 2020 foi iniciado um processo de canonização da mártir – em andamento, até onde temos informação – pela Igreja Ortodoxa Autônoma Greco-Brasileira de Campina Grande-PB. A associação à santidade não é vã, esse processo corre e ampara-se na trajetória de fé e de luta de Margarida, que era católica fervorosa e membra da Comissão Pastoral da Terra. Na trajetória de organização dos movimentos de mulheres rurais, historicamente, fé e luta andaram e andam de mãos dadas.

Sobre essas ferramentas de expressividade das mulheres rurais em suas lutas, pouco se menciona a autoria, algumas, inclusive, são feitas por assessores(as), colaboradores, padres, como a música que mencionamos no começo deste artigo. *Ciranda para Margarida*, canto reproduzido a seguir, foge a essa regra: foi escrito por Cida de Caiana, como é mais conhecida Severina Luzia da Silva, quilombola de Caiana dos Crioulos, situado no mesmo município em que viveu Margarida: Alagoa Grande. A comunidade, um dos patrimônios culturais da Paraíba, congrega remanescentes de quilombo, descendentes de escravizados que chegaram ao local entre os séculos XVII e XIX. Reconhecido como um dos treze legítimos quilombos brasileiros pela Fundação Palmares, sua rica tradição cultural é conduzida por mulheres cirandeiras e cantadoras de coco como Cida, que já presidiu associação da comunidade, e Dona Edite do Coco⁵⁸.
Cirandemos:

⁵⁸ Mestra Dona Edite foi entrevistada no Podcast Paraibanas, do qual faço parte. Confira o episódio em: <https://open.spotify.com/episode/5cHm1V2bdlrASUEgkGTTw3>.

Ô cirandeiro, cirandeiro ô,
A pedra do seu anel brilha mais do que o sol

Das Margaridas nascidas ao pé da serra
Uma ficou sempre viva na lembrança dessa terra
De flor do campo ela virou flor mulher
No brejo paraibano cantou luta, sangue e fé

Flor Margarida aprende que da semente
Nasceu o pão de cada dia na vida de sua gente
Mas a semente necessita ser plantada
E sem terra sua gente será sempre escravizada

Queremos terra, pois a terra é nossa vida
Vida é o dom de Deus assim pensou Margarida
Entrou na luta companheira e camponesa
Na fileira do seu povo ela foi plantar bandeira

O opressor ria dela sem temer
Quem já viu mulher sem nome enfrentar nosso poder
Um belo dia teve uma assombração
Margarida era mil, era mil, era um milhão

Os oprimidos tinham agora liderança
Pra lutar dentro da lei contra a força e a arrogância
Mas quando a lei favorece o opressor
A força da Margarida vai mostrar o seu valor

Mas Margarida não mudou sua maneira
Não calou a sua voz nem largou sua bandeira
Com sangue vivo ela assinou seu nome
Preferiu morrer na luta a ter que morrer de fome

O opressor ficou todo aterentado
Contra a mulher desse tipo vou ter que lutar arrandado
E logo, logo contratou um pistoleiro
Que pra enfrentar o povo ele é frouxo e trambiqueiro

Ô cirandeiro, cirandeiro ô,
A pedra do seu anel brilha mais do que o sol (bis)

Ela tombou mas não largou a sua voz
Não largou sua bandeira, não calou a sua voz
Eles pensavam, nós matamos Margarida
Mas estavam enganados foi ela que deu a vida

O sangue dela na terra virou semente
Fez de cada irmão de luta Margarida novamente

E para o Céu ela voou como uma ave
Rogo a Deus por todos nós Santa Margarida Alves
(*Apud* Silva, 2015, p. 14)

Relendo *Cirandeiro*, ciranda do cancioneiro popular⁵⁹, que foi recolhida e popularizada por Edu Lobo e José Carlos Capinam na década de 1960, Cida de Caiana coloca Margarida no centro de sua roda entoada, emocionando a partir do mote: “brilha mais do que o sol”, relatando a trajetória de luta, sangue e fé, cuja semente brotou e virou “um milhão”. Tombou na luta e foi dada quase como numa imolação. Da terra, em que pisam e vivem suas sementes, as Margaridas, subiu ao céu e virou santa, a olhar para nós.

Essa alusão também está presente em outros materiais e discursos, como nos versos de *O povo exige justiça*, escrito pela violeira Minervina Leite em 1984, um ano após o fatídico crime:

Escrevi estes versinhos
resoluta e decidida
inspirei-me numa dor
que me deixou abatida
na saudade consagrada
ao nome de MARGARIDA

Pois esta líder querida
fez o bem ao povo seu
heroína corajosa
somente a morte a venceu
o seu espírito subiu
seu sangue a terra bebeu

Lutou enquanto viveu
por morte subiu pra Glória
seu rosto ficou gravado
no arquivo da memória
seu nome vai escrito
nas páginas da nossa história
(Leite, 1984, s. p.)

Novamente observamos a construção da mártir amalgamada numa aura santa, que “subiu pra glória” e teve seu nome marcado na nossa história. No ano de 2023, o nome de Margarida Alves entrou no *Livro de heróis e heroínas da Pátria* (Projeto de Lei nº

⁵⁹ No YouTube encontram-se muitas versões dessa ciranda, cantadas por Edu Lobo, Maria Betânia, Luiz Gonzaga e Mestre Anderson Miguel, a citar alguns.

63/2018, Câmara dos Deputados)⁶⁰. Sua luta floresceu e celebra uma memória histórica da resistência de mulheres desde o Brejo paraibano. Luta que passou pelo sindicalismo rural, pela constituição dos primeiros grupos de mulheres trabalhadoras e reverbera na Marcha, grande guarda-chuva aglutinador de experiências de um feminismo rural no Brasil, considerada a maior ação de mulheres na América Latina.

As Margaridas carregam hoje em suas bagagens um histórico de lutas que vem agregando novas pautas desde os anos 2000, preocupações que denunciam também a estrutura do machismo, do racismo, da heterossexualidade compulsória e ciscentrada, bem como os (des)caminhos que o capital tem trilhado para a vida em comunidade a partir de territórios – e maretórios.

Essas mulheres – do campo, das águas e das florestas – mobilizam e cobram posturas dos setores públicos diante de suas demandas. E já foram muitas as conquistas: criação do Programa Nacional de Apoio e Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Mulher); inclusão da abordagem de gênero na Política Nacional de Assistência Técnica Rural (Ater), com a constituição da Ater para Mulheres; instituição de Comissão de Enfrentamento à Violência no Campo, criação do Programa Nacional de Cidadania e Bem Viver e do Programa Quintais Produtivos, para citar algumas.

Elas se expressam por meio de suas pautas e corpos em movimento, mas também por canções, poesias, versos carregados de quem são e de suas lutas, jamais individuais. As Margaridas cuidam do coletivo e da vida em comunidade, lutam pela melhoria destes. Elas se colocam indo ao encontro de uma estrutura que historicamente as impediu de *falar*. Elas falam também através de seus símbolos, como o chapéu de palha, talvez o mais significativo deles, marca dessa ação-movimento.

Planejada e efetivada para além do momento ritual da Marcha das Margaridas, essa ação-movimento conta com um aparato organizativo de preparação, realização e avaliação, como fruto da ação de uma comissão ampliada e atuação das organizações

⁶⁰ Confira o processo em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/133570?_gl=1*1unwbz1*_ga*NzUzNTA0NzQ1LjE3MDE4ODY3NjA.*_ga_CW3ZH25XMK*MTcwMTg4Njc2MC4xLjEuMTcwMTg4Njc2Ny4wLjAuMA.

parceiras. Dessa sistemática fazem parte os *Cadernos para estudos e debates*, como já se mencionou.

Com seus chapéus de palha na cabeça e flores ornando suas camisas de cor lilás, essas mulheres têm no deslocamento um elemento constitutivo de suas identidades feministas. Marchando se reconhecem herdeiras diretas de Margarida Alves, a quem reverenciam e honram essa força ancestral que foi vítima da truculência do poder do latifúndio. Elas seguem em marcha, demarcando seus lugares no espaço público, com seus símbolos, músicas, expressividades e emoção. De fato, e de direito, Margarida está viva, virou semente.

Sobre a autora

Dayane Nascimento Sobreira é doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, formada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).. Fez mestrado em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com especialização em Educação do Campo. Graduiu-se em História na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e em Ciências Sociais na Universidade Cidade de São Paulo (UNICID). É pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Em 2023, foi bolsista do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina da Fundação Memorial da América Latina (CBEAL/FMAL). Atuou como professora substituta na UEPB e na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Atualmente coordena o GT sobre Gênero, Interseccionalidades e Feminismos da Associação Nacional de História – Seção Paraíba (ANPUH-PB). É membra dos grupos de pesquisa ProjeTAH – história das mulheres, gênero, imagens e sertões (CNPq/UFPB) e História Social da Democracia (CNPq/UFCG). Pesquisa a história do movimento feminista no Brasil com ênfase no feminismo rural. Tem interesse em temas que versam sobre história do feminismo, história das mulheres na Paraíba, movimentos de mulheres rurais, movimentos sociais do campo, educação do campo, história agrária e ensino de História.

Referências bibliográficas

ACOSTA, Alberto. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Libertária; Elefante, 2016.

ÁLVAREZ, Sonia E. “Feminismos latino-americanos”. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 1-21, 1998.

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2011.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. *Cartaz da 7ª Marcha das Margaridas: pela reconstrução do Brasil e pelo bem viver!* Brasília, 2023a. Disponível em: <https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=marcha2023>. Acesso em: 5 dez. 2023.

_____. *Caderno 13 – Educação pública não sexista e antirracista e direito à educação do campo*. Brasília, 2023b. Disponível em: <https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=materias&idartigo=MTE0>. Acesso em: 5 dez. 2023.

_____. *Caderno 01 – Apresentação e lema da 7ª Marcha das Margaridas: pela reconstrução do Brasil e pelo bem viver!* Brasília, 2023c. Disponível em: <https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=materias&idartigo=NzM=>. Acesso em: 5 dez. 2023.

_____. *Pauta da 7ª Marcha das Margaridas: pela reconstrução do Brasil e pelo bem viver!* Brasília, 2023d. Disponível em: <https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=materias&idartigo=MTUw>. Acesso em: 5 dez. 2023.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. *A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves: entre o novo e o velho sindicalismo rural*. 2009. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico: as heterotopias*. São Paulo: Edições n-1, 2013.

GARGALLO, Francesca. *Feminismos desde Abya Yala: ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América*. Bogotá: Ediciones desde Abajo, 2012.

LABUCCI, Adriano. *Caminhar, uma revolução*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LEITE, Minervina. “O povo exige justiça”. In: LEITE, Minervina Soares; Medeiros, Francisco Sebastião de. *Hino Violeiro*. João Pessoa: CENTRUGRAF, 1984. CPT/Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/0Byo7P47EvrO9UTICceJLNy1JRDA>. Acesso em: 1 ago. 2019.

LUGONES, María. “Rumo a um feminismo decolonial”. In: Hollanda, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. (p. 357-377).

MOTA, Maria Dolores de Brito. “Músicas e poesias: expressividades de mulheres trabalhadoras rurais na narração de uma história de si”. Congresso Internacional sobre Pesquisa (Auto)Biográfica, 2, Universidade do Estado da Bahia, 2006. *Anais...* Disponível em: https://www.academia.edu/27511925/M%C3%BAsicas_e_Poesias_expressividades_de_mulheres_trabalhadoras_rurais_na_narra%C3%A7%C3%A3o_de_uma_hist%C3%B3ria_de_si. Acesso em: 9 set. 2019.

NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

PAREDES, Julieta. *Hilando fino: desde el feminismo comunitario*. La Paz: Comunidad Mujeres Creando Comunidad, 2010.

PAULILO, Maria Ignez. “Que feminismo é esse que nasce da horta?”. *Política & Sociedade* – Revista de Sociologia Política, Florianópolis, v. 15, p. 269-316, 2016.

ROSA, Susel Oliveira da. “Mulheres versus ditadura, latifúndio e misoginia na Paraíba”. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 20, n. 39, p. 309-324, 2015.

SILVA, Severina Luzia da. “Ciranda para Margarida”. In: CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. *Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade*. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/f2241fichas_contag_175x21_2.pdf. Acesso em: 5 dez. 2023.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. “Olha Brasília está florida, estão chegando as decididas”: *Experiências de um feminismo rural no Brasil a partir da Marcha das Margaridas*. 2022. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

VICENTE, Zé; FONTELES, Babi. *Canção pra Margarida*. São Paulo: Gravadora Paulinas COMEP, 1994. (3:12min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nWAYOulFroM>. Acesso em: 5 dez. 2023.

Cap.

07

As autoras amazônidas: gênero, raça, classe e a produção científica comunitária



Alanna Souto Cardoso Tupinambá

Autoras amazônidas: gênero, raça, classe e produção científica comunitária

Alanna Souto Cardoso Tupinambá

O Instituto de Pesquisa Projeto Cartografando Saberes (IPPCS)⁶¹ é um coletivo que reúne mulheres cientistas e educadoras racializadas das periferias urbanas, de quilombos e dos povos da Amazônia⁶². O Instituto é uma associação sem fins lucrativos, que trata da produção do conhecimento comunitário sob a gestão de mulheres educadoras e ativistas, em um mandato reeleito em setembro de 2022. O IPPCS existe desde 25 de agosto de 2020, quando uma assembleia extraordinária aprovou sua criação. Oficialmente, foi legalizado em 8 de março de 2021.

A associação se dedica a apoiar, desenvolver e promover projetos educativos de cultura e arte, história, memória e patrimônio cultural, desenvolvimento social e direitos, em especial os comprometidos com a visibilidade dos povos e comunidades tradicionais, dos sujeitos à margem e marginalizados, no combate ao racismo, ao machismo e à LGBTfobia. Entre esses projetos, desenvolveu a pesquisa “As autoras amazônidas: gênero, raça, classe e produção científica comunitária – A experiência do IPPCS”, transformada em publicação. Trata-se de uma obra disposta a partir de sessões temáticas étnico-raciais que resultaram em textos do gênero ensaio, seja no âmbito científico, literário seja de tradições orais. Inicialmente mobilizada e organizada por esse coletivo (sob o selo Nossas vozes), entretanto, só conseguiu ir adiante e virar publicação pelo

⁶¹ O Instituto de Pesquisa Projeto Cartografando Saberes (IPPCS) é uma associação de caráter jurídico sem fins lucrativos que reúne pesquisadoras e pesquisadores, educadores e educadoras comunitárias, ativistas das periferias urbanas e dos territórios tradicionais dos povos da Amazônia e do campo negro. Ocupo o cargo de coordenadora-geral/presidente, conforme composição estatutária da diretoria executiva do IPPCS, reeleita para o segundo mandato. Mais informações em: <https://www.institutocartografandosaberes.com/>.

⁶² Uso a expressão *povos da Amazônia* segundo a perspectiva da convenção 169 da OIT, de junho de 1989, cujo critério fundamental é a autodefinição ou identificação. O termo *povo* termina por generalizar e desconsiderar a diversidade e as especificidades de comunidades indígenas e outros povos tradicionais que se demarcam a partir de territorialidades específicas, culturas discrepantes, questões linguísticas, racialidades e etnicidades - indígenas, ribeirinhos, quilombolas, seringueiros, dentre outros. Essas comunidades ocuparam terras e defenderam suas permanências mesmo na contramão das espoliações de terras, das grandes *plantations* coloniais aos grandes empreendimentos da era desenvolvimentista dos anos de 1970 em que se acirraram ainda mais as disputas e conflitos de terras, em especial, no Estado do Pará (Almeida, 2008, p.48-50).

esforço da Profa. Dra. Alanna Souto Cardoso (do povo Tupinambá, de Mairi⁶³, Belém do Pará) e da geógrafa quilombola Jully Miranda (de Tartarugueiro, Ponta de Pedras, Marajó). Elas são, portanto, as organizadoras do livro, que conta com a curadoria da Profa. Dra. Rosa Acevedo Marin (do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará – NAEA/UFPA)⁶⁴.

Muitas das escritoras desse livro estão organizadas em torno da gestão das linhas de ações do IPPCS. São elas:

- as quilombolas Jully Miranda (de Tartarugueiro, Marajó), Maria Madalena de Oliveira dos Santos e Marly Oliveira dos Santos (ambas do quilombo Gurupá, de Cachoeira do Arary);
- a indígena em contexto urbano de Santarém, Andreia Castro de Deus, do povo Kumaruara;
- a indígena em contexto urbano de Mairi, Belém do Pará, Alanna Souto Cardoso, do povo Tupinambá;
- a educadora negra do coletivo Mocambo-Ananindeua, Pará, Edenilza Siqueira Borges.

Essas autoras estão articuladas na gestão de linhas de ação de trabalhos científicos, de saberes e educação comunitária, encabeçada predominantemente por mulheres cientistas no âmbito das proposições de projetos e ações articuladas junto aos pesquisadores(as) e educadores(as) comunitários de seus territórios.

O objetivo principal deste texto se dá em duas direções: primeiramente, analisar a importância da iniciativa de grupos de pesquisa e a produção de conhecimento comunitário organizados por mulheres intelectuais indígenas, do campesinato ribeirinho,

⁶³ *Mairí* era o nome que os indígenas davam ao que atualmente é conhecido como Belém do Pará. [Nota do editor]

⁶⁴ Organizados por sessões, os ensaios podem ser vistos em <https://www.institutocartografandosaberes.com/das-diretrizes-a-curadoria-e-ao-comite-cientifico/>.

das pretas e afro-religiosas na Pan Amazônia⁶⁵ e em Abya Ayla⁶⁶ (América Latina); em segundo lugar, demonstrar as iniciativas recentes no Estado do Pará referentes à produção do conhecimento comunitário – mobilizado e organizado por esta autora que vos escreve, uma cientista indígena em contexto urbano, e a quilombola e geógrafa quilombola Jully Miranda. Ambas fomos as organizadoras do mencionado livro *As autoras amazônidas: gênero, raça, classe e produção científica comunitária – A experiência do IPPCS*.

História, poder e discurso: Emergência do feminismo comunitário, diversidade de vozes subalternas e análise de práticas e saberes descolonizadores

As disputas por poder colocam diversos grupos em posições de privilégios e vulnerabilidades ao longo da história, os padrões de domínio nas relações se reproduzem e, como bem observa Pierre Foucault (2005; 2008), o esgotamento dessas relações de produção culminou em uma insurreição dos “saberes sujeitados”, o que levou à “revolta dos saberes”, a crítica na perspectiva foucaultiana dos anos 1970. E o que significam os tais “saberes sujeitados”? Para Foucault (2005) é toda uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados; saberes das periferias; saberes dos trabalhadores; saberes psicanalíticos marginais; saberes das mulheres; ou seja, saberes postos abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requerida.

Essa “revolta”, avalia esse autor, significou o reaparecimento destes saberes “de baixo”, que também podem ser chamados de “saber das pessoas” – e que, de modo algum, pode ser confundido com senso comum; é sim um saber particular, um saber local, regional, que não se faz unanimidade, e, todavia, se mobiliza pelo teor da força que demarca na sociedade que o rodeia. Logo foi pelo reaparecimento desses saberes locais das pessoas, desses saberes desqualificados, que se forneceu a crítica dos discursos.

⁶⁵ Entende-se como Pan Amazônia a organização geopolítica do espaço amazônico instituído em 1978, pelo Tratado de Cooperação Amazônica. Levando-se em consideração a abrangência dessas nações no que se refere à Bacia Amazônica ou a floresta tropical, a Pan Amazônia é composta pelos seguintes países: Brasil, Bolívia, Colômbia, Peru, Equador, Venezuela, Guiana e Suriname. No Brasil, a Amazônia Legal foi delimitada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará e Maranhão (porção a oeste do Meridiano 44°), conforme regulamento atualizado pela Lei Complementar 124/2007, art. 2°.

⁶⁶ Por Abya Yala entende-se, como bem lembra Porto-Gonçalves (2009), o nome originário retomado pelos povos indígenas colombianos para se referir às terras que foram chamadas de América pelos Ibéricos e Anglo-saxões. Na língua do povo Kuna significa *Terra madura*, *Terra Viva* ou *Terra em florescimento*.

Afinal, os saberes das pessoas, que são saberes sem senso comum, de certo modo, foram deixados encobertos, quando não explicitamente mantidos sob tutela pelas hierarquias dos conhecimentos e das ciências. Foi nesse sentido que se deu a mudança pela crítica. De todo modo, demonstra Foucault (2005), tanto o saber erudito quanto os chamados “saberes desqualificados”, isto é, sujeitados ou sepultados, tratam do saber histórico das lutas.

É no contexto da “insurreição de saberes” apontada por Foucault (2005), no âmbito da produção do conhecimento europeu, que também se organiza a contraposição dos povos dos continentes que sofreram a invasão da colonização ibérica e do imperialismo. Surgiram os escritos e projetos de grupos chamados pós-colonialistas, em função da mobilização de conhecimentos, saberes e política demarcada durante o processo de libertação de seus países. Isso ocorre sobretudo por intelectuais da África e Ásia, como os caribenhos Franz Fanon (1961) e Aimé Césaire (1978); o palestino Edward Said (1990) e o indiano Homi Bhabha (1998), que dialogaram criticamente a partir das influências dos debates postos na conjuntura da “insurreição de saberes” de Foucault. Praticamente nesse mesmo período, idos de 1970, surge o grupo sul-asiático Estudos Subalternos (*Subaltern Studies*), liderado por Ramachandra Guha, que dirigiu toda uma produção crítica a respeito da historiografia colonial da Índia feita por ocidentais europeus, mas também fez a crítica da historiografia eurocêntrica nacionalista indiana, bem como da historiografia marxista ortodoxa (Ballestrin, 2013).

O termo subalterno utilizado pelo grupo *Subaltern Studies*, como bem observa Verónica Gago (2020), é extremamente amplo, estratégico e unificador em relação aos momentos e crises pelos quais passam os trabalhadores e trabalhadoras, para além da perspectiva de classe. Diz Gago (2020) que a palavra “subalterno” é legitimamente situacional, pois foi usada por Antonio Gramsci para superar a censura, em especial de um certo marxismo monista. Passando a chamar o “proletariado” de subalterno, ultrapassa a estrita análise de classe, quando alcança também os grupos ou classes desagregados ou episódicos. Esses grupos sociais tendem a ter o seu processo unificador interrompido pelas ações destrutivas da classe dominante (Gago, 2020, p. 200-201; Ballestrin, 2013). Tal perspectiva no âmbito do *Subaltern Studies* foi importantíssima para demonstrar o quanto as ciências humanas se faziam colonizadoras e homogeneizadoras em relação ao fazer científico, cultural e histórico nos países que não fazem parte do quadro hegemônico ocidental.

O decolonialismo surge no momento posterior às produções do grupo Estudos Subalternos e sua articulação com os latino-americanos. Contudo, houve divergências de direção de parte dos expoentes do grupo de pesquisadores da América Latina no final dos anos de 1990: Aníbal Quijano e Walter D. Mignolo, fundadores do grupo de Modernidade e colonialidade (M/C). Estes passam a encabeçar críticas referentes a posicionamentos sobre a história da América Latina e a produção científica em Abya Yala, que deveriam se pautar pelas suas próprias experiências de lutas históricas (classe e gênero) e não meramente pela reprodução do grupo Estudos Subalternos na América Latina (Ballestrin, 2013). Em 1998 há uma cisão por parte dos pesquisadores latino-americanos que já demarcavam suas produções teóricas próprias, como Henrique Dussel (Filosofia e Teologia da Libertação), Quijano (Teoria da Dependência) e Immanuel Wallerstein (Teoria do Sistema-Mundo). O principal fator de cisão fundamentava-se no fato de o grupo do Estudos Subalternos não se movimentar com real independência em relação à Europa quando mantinha Foucault e Gramsci como principais norteadores de seu pensamento.

No âmbito da autocrítica do Grupo do Estudos Subalternos a publicação da obra *Pode o subalterno falar?*, por Gayatri Chakravorty Spivak (2010), faz a crítica à perspectiva foucaultiana ao refletir que o intelectual europeu, em sua insurreição dos saberes sujeitados, muitas vezes toma a voz do sujeito subalternizado ao se manifestar por ele, seja o operário, seja a mulher subalterna, que fica ainda mais alijada do processo. Tanto quanto o poder de silenciar exercido pelo investigador quando não refere o sujeito subalternizado ou, quando o faz, faz sempre no âmbito da relação “informante nativo”. A crítica de Spivak (2010) aos intelectuais é também autocrítica, dada sua filiação ao grupo dos Estudos Subalternos referente ao chamado “terceiro mundo”, e atinge o discurso ocidental – no qual a mulher fica ainda mais silenciada e os grupos comunitários da Ásia, África e América Latina não conseguem se encaixar, por não corresponderem ao reflexo da formação mercantil-industrial que atravessou as classes sociais na Europa.

O movimento do feminismo comunitário pega impulso nas investigações da historiadora *chola* Aymara Silvia Rivera Cusicanqui (2010), que se interliga na crítica do colonialismo interno e a geo-neo-colonização das vozes dos sujeitos indígenas. Isso ocorre sobretudo nos anos de 1980, com a fundação da oficina Taller de Historia Oral Andina (THOA), que mobiliza intelectuais nativos de diversas áreas em busca de demarcar projetos de retomadas do passado dos povos indígenas e camponeses do

presente, incluindo o papel destacado da mulher *chola* e seu protagonismo enquanto mulher indígena (re)existente da dinâmica cultural Aymara no espaço-tempo. Na mesma direção vai a crítica ao grupo Modernidade/Colonialidade, por avaliar que acabam por cristalizar indígenas e afrodescendentes (com os quais acreditam dialogar) como seus objetos de estudo, além de hierarquizar a geopolítica de conhecimento, por acabarem domesticando e se contradizendo ao encapsular as mentes das intelectualidades do Sul.

Para haver um discurso descolonizador deve haver uma práxis colonizadora, diz Cusicanqui (2021). Sob a luz do ativismo científico dessa intelectual *chola* Aymara se demarca o campo do feminismo comunitário, tendo como destaque as reflexões de Lorena Cabnal (2010), Julieta Paredes e Adriana Gúzman (2014). Abre-se um campo teórico metodológico para circunscrever o protagonismo da mulher indígena e camponesa, historicamente marcada e alijada pelo discurso heteropatriarcal e cristão entronizado em muitas de suas comunidades.

Nesta direção também se articulam com a compreensão da *interseccionalidade* enquanto ferramenta analítica, propagada inicialmente pelas feministas negras dos Estados Unidos, que depois se articula com outras frentes de feminismos racializados em Abya Ayla, cuja

“[...] prática descreve o principal entendimento da interseccionalidade, a saber, que, em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social.” (Collins; Bilge, 2020, p.17).

A *interseccionalidade* se configura como ferramenta metodológica não somente dentro das questões teóricas feministas negras das universidades, mas também enquanto instrumento para uma sororidade de alcance em múltiplos contextos, como as educadoras comunitárias mobilizadas em seus coletivos, a citar no âmbito da América Latina. No sentido mais genérico do entendimento definido pelas autoras que popularizaram o método, Patricia Collins e Sirma Bilge (2020), a práxis entre círculos acadêmicos, de direitos humanos, na educação, entre ativistas e planejadores comunitários de políticas públicas.

Produção do conhecimento comunitário na Pan Amazônia e Abya Yala

Chamo de produção do conhecimento comunitário a mobilização de cientistas e educadoras comunitárias – negras, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, por meio de coletivos e organizações próprias – com a finalidade de publicarem resultados e análises ensaísticas a respeito de suas trajetórias, projetos e formação, sobretudo, mobilizadas a partir de suas organizações coletivas, assim produzindo outras epistemologias e práticas sociais. Ou ainda trabalhos sobre temas voltados para o debate ao racismo e ao gênero, a memória, direitos e políticas públicas.

Para um mapeamento que melhor visibilize algumas das principais iniciativas de cientistas mulheres dos povos da Amazônia e de Abya Yala é importante situarmos algumas ações científicas coletivas do protagonismo da mulher cientista no âmbito da história e gênero na Bolívia, no México, na Amazônia e outras regiões do Brasil. E a Pan Amazônia tem grandes referências na produção desse conhecimento científico, em especial a Bolívia em que a grande precursora do debate no auge dos anos de 1970 é a historiadora Silvia Rivera Cusicanqui que, por meio de suas oficinas de história oral, organiza um grupo de estudos e de trabalhos que mapeiam a retomada de uma reescrita indígena. Os projetos do Taller de História Oral (THOA) se desenvolvem com o intento de pôr em prática as exigências de recuperação histórica dos movimentos indígenas. Nesse trabalho, ela também vai fortalecer o papel da mulher indígena *chola*, ainda mais marginalizada dos processos de reconhecimento de sua identidade (Cusicanqui, 1987; 2021).

O Brasil tem indicadores bem alarmantes sobre a etnicidade e a racialidade dos cientistas, conforme como mostra a pesquisa “Desigualdades raciais na ciência brasileira”, do Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ações Afirmativas (GEMAA). O levantamento de 2020, referente ao quadro de docentes de mestrado e doutorado no país no recorte raça e gênero, aponta que brancos são em torno de 60,9 % dos cientistas brasileiros, enquanto homens pretos, pardos ou indígenas representam cerca de 4,9 % dos cientistas no país e amarelos representam 1,2 %. À medida que o recorte avalia a participação do recorte de mulheres cientistas e suas raças nas pós-graduações, a situação

fica ainda mais excludente: o grupo de mulheres pretas, pardas ou indígenas é subrepresentado, com apenas cerca 2,5 % dos cientistas brasileiros (GEMMAA, 2023)⁶⁷.

As mulheres negras, quilombolas, indígenas e ribeirinhas da Amazônia e do Brasil buscam acessar os direitos sociais que são constitucionais, de modos muito diferenciados. Para essas mulheres o incentivo ao mundo da ciência é um grande desafio. Tal barreira precisa ser derrubada na formulação de políticas públicas com diretrizes interseccionais, tendo em vista que não existe a *mulher universal brasileira*. As mulheres são diversas e com necessidades emergenciais; e no âmbito da educação e da pesquisa e precisam ser incentivadas a investir nas suas potencialidades (Nascimento, 2022).

É importante observar ainda a extrema dificuldade ou inacessibilidade dessas cientistas racializadas e de territorialidades específicas que estão nas pós-graduações – e mesmo das que já possuem títulos de mestrado e doutorado – à publicação de trabalhos em revistas de indexação Qualis CAPES. Assim como a extrema dificuldade ou inacessibilidade das mulheres indígenas, negras ou pardas às bolsas de pesquisa.

Na Bolívia, desde as produções comunitárias de intelectuais camponeses indígenas dos anos de 1970 e 1980, destaca-se a produção comunitária liderada pela intelectual *chola* Aymara, a historiadora Silvia Cusicanqui. Na produção de feminismo comunitário mais recente, a partir de mulheres Aymara, Quechua e Guarani da Bolívia, os mais conhecidos e que proliferaram no país são os grupos liderados inicialmente por Julieta Paredes e Adriana Gúzman por meio das reflexões ativas e produtivas que têm se espalhado pelo Sul Global (Paredes; Gúzman, 2014) .

Lorena Cabnal (2012), integrante da Asociación de Mujeres Indígenas de Santa María de Xalapán (Amismaxaj) da Guatemala, aponta que a proposta do feminismo comunitário tem se articulado com outros coletivos de mulheres indígenas – a citar o caso das Aymara bolivianas do movimento Mujeres Creando Comunidad, que surge na década de 1990 – que se reúnem não somente para fazer política, mas também para produzir conhecimento científico desde suas comunidades, em diálogo com os homens e a porção LGBTQI+ dos povos andinos e dos antigos Mexica. E assim demarcam epistemologias e outras formas filosóficas em torno de um mundo mais igualitário em termos de raça,

⁶⁷ Ver um resumo do estudo em: <https://gemaa.iesp.uerj.br/infografico/desigualdades-raciais-na-ciencia-brasileira/>.

gênero, sexualidade e produção científica mais inclusiva, com base no âmbito da produção acadêmica.

Lorena Cabnal (2012) faz um preâmbulo importante sobre os coletivos que se demarcam como feminismos comunitários nos quais uma epistemologia movimenta e desloca as análises do pensamento das mulheres indígenas. Um reexame que abarca desde a luta contra violência patriarcal (que se reproduz em muitas famílias destes povos desde antes da chegada do invasor ibérico), e sobretudo o posicionamento em defesa do território e do corpo-território, por meio de suas tradições; nessas análises busca-se uma retomada do espaço-tempo dos povos indígenas que não obedece à perspectiva linear e sim circular, característica de suas visões cosmogônica originárias. Visões e práticas que propicia notável êxito no manejo do espaço, por uma relação particular com *La Pacha* (espaço-tempo) que se manifesta cosmogonicamente ou espiritualmente pelo culto à Pachamama (mama, geradora de vida). Ainda seguindo a linha circular território-terra e território-corpo, a referida intelectual indígena questiona como

[...] é possível pensar outras economias sem pensar o machismo, o racismo, o patriarcado, o colonialismo, o neoliberalismo, a globalização? É possível pensar em outras economias sem pensar nos corpos que até hoje estão sendo escravizados? (Cabnal, 2018)

Tal questionamento se alinha às análises engajadas na demarcação de corpos e pensamentos (muitas vezes, violentados ou geocolonizados) consolidados na produção acadêmica das grandes corporações ou nos ricos grupos de pesquisa das universidades, hegemonicamente caracterizados por corpos e pensamentos de homens brancos, pelo cânone de registro masculino e branco que nem sempre consegue lidar com questões centrais dos feminismos comunitários – que circulam, inclusive, em fóruns, atividades e debates científicos.

A forma de falar e de se expressar fora dos padrões e protocolos convencionais causam desencontro de entendimento na linha corporal e hegemônica de pensamento. Afinal, corpos femininos geralmente não são referência para a comunicação dos ritos normalísticos de um congresso, mas são significativos para os ritos de comunicação e de reflexões das intelectuais negras, indígenas, ribeirinhas, quilombolas, dentre outras intelectuais dos povos da Amazônia que adentram o campo científico das universidades com seus corpos e formas de expressar. Não à toa, “[...] Muitas mulheres autoras têm sido criticadas no trabalho de campo, apresentações, salas de aula, por estarem longe do padrão

acadêmico masculino, racionalista, de corpo estruturado e quieto” (Bezerra *et al.*, 2018, p 76).

Em termos de produção de conhecimento científico comunitário, as produções resultantes de iniciativas coletivas de acadêmicas advindas dos povos indígenas e de comunidades tradicionais – digo aquelas que, no Brasil e na Amazônia Legal, se aproximam de uma produção acadêmica comunitária organizada, em que revisitam antigos cânones por meio de novas referências e de suas próprias leituras intrínsecas, de suas memórias coletivas com pertencimentos comunitários e das periferias das urbes – são miradas e muitas vezes atingidas, eliminadas de determinados processos públicos, a citar concursos na universidade. Esse tipo de produção passa a gerar incômodo para um determinado padrão de formação de conhecimento historicamente monopolizado por grupos hegemônicos das universidades.

No campo da produção comunitária de iniciativa coletiva por autoras que militam e se engajam na produção de ciência por meio de formas metodológicas interdisciplinares desde suas comunidades e no fortalecimento de publicações, cabe destacar duas obras organizadas em formato de ensaios coletivos, escritos por grupos de autoras quilombolas e indígenas. São elas: *Mulheres quilombolas – territórios de existências negras femininas*, livro publicado em 2021, sob o selo Sueli Carneiro (coordenado por Djamilia Ribeiro), e *Vivências diversas – Uma coletânea de indígenas mulheres*, livro publicado em 2020 na coleção Diálogos da Diáspora. *Mulheres quilombolas* foi organizado por Selma dos Santos Dealdina, do coletivo de mulheres da Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), quilombola do Angelim III, território do Sapê do Norte, Espírito Santo; *Vivências diversas* é uma coletânea de artigos de um grupo de autoras indígenas, organizado por Braulina Baniwa, Jozileia Kaingang e Lucinha Tremembé

A obra organizada por Selma Dealdina (2021) mobilizou um coletivo de 18 mulheres quilombolas para publicação de seus diversificados ensaios em forma de narrativas científicas, filosóficas e literárias nas quais as quilombolas demarcam suas perspectivas cosmogônicas, linguísticas, históricas (de lutas por demarcações e outras instrumentalizações jurídicas), poéticas. Se põem pondo oficialmente no mundo que pouco se abre para a pluralidade de escritas empíricas e autorais que acaba por circunscrever também o entendimento da produção de conhecimento científico e literário.

Já a obra organizada por Brulina Baniwa, Jozileia Kaingang e Lucinha Tremembé (2020) é outro trabalho brilhante que reuniu 10 mulheres indígenas, todas com formação acadêmica, muitas das quais em situação de contexto urbano, que tratam de suas experiências científicas, profissionais e comunitárias em diálogo crítico com antigos cânones e afirmando posições também dialógicas com os referenciais decoloniais que marcam suas (r)existências dentro e fora da academia. Fazem isso com maestria técnica e acadêmica, muito bem apropriada por elas, concomitante a seus saberes tradicionais, às suas memórias indígenas e seus corpos-territórios. Embora algumas delas estivessem, por assim dizer, desterritorializadas do solo pátrio (dentro ou fora de seus territórios ancestrais), elas iniciaram um processo de retomada de afirmação étnica e reconhecimento de suas memórias indígenas. Esse é o caso, por exemplo, da assistente social, e doutoranda na época da publicação do livro, Dandara da Conceição Feitosa, filha natural de pai indígena e adotada por um casal de negros que – por meio de suas andanças acadêmicas e comunitárias – trilha o caminho de volta às terras originárias de seu povo em Porto Velho.

No Estado do Pará, no tempo em que escrevo este artigo, está em andamento a organização coletiva da obra *As autoras amazônidas: gênero, raça, classe e produção científica comunitária – A experiência do Instituto de Pesquisa Projeto Cartografando Saberes (IPPCS)*. A publicação faz parte do primeiro momento do projeto Mapas da Produção⁶⁸, aprovado pela Lei de Incentivo à Cultura do Estado do Pará, a Lei Semear da Fundação Cultural do Par', no qual se vai demarcar espacialmente a produção de conhecimento comunitário – das narrativas das mulheres racializadas e de territorialidades específicas, abrindo caminho para um espaço de produção coletiva e publicação por meio do Instituto de Pesquisa do Projeto Cartografando Saberes. O segundo momento do projeto diz respeito às ações formativas de produção do patrimônio histórico-cultural e socioambiental, por meio da aplicação de planos de trabalho construídos junto com os educadores e educadoras comunitárias das seguintes regiões: Baixada ribeirinha | Tucunduba; povos das ilhas da Região Metropolitana de Belém; Marajó; Baixo Amazonas; Baixo Tapajós e Xingu.

A obra *Autoras amazônidas* está espacial e étnico-racialmente organizada em sessões, dispostas por territórios e regiões, cada uma com sua banca, formada por

⁶⁸ Os projetos podem ser consultados em: <https://www.institutocartografandosaberes.com/projetos-aprovados-por-leis-de-incentivos/>.

professoras doutoras das universidades públicas convidadas, constituindo o comitê científico de cada sessão:

Mulheres Indígenas e a Descolonização da mestiçagem

Nesta sessão, as mulheres indígenas assumem o protagonismo, destacando sua militância, luta por direitos e conhecimento tradicional. Explora-se uma cartografia histórica alternativa das mulheres cabanas indígenas e ribeirinhas, incluindo as mulheres caboclas ribeirinhas das periferias, com memórias marcadas por histórias fragmentadas. A investigação é abordada sob novos contextos políticos, criticando o essencialismo e a imposição colonial. A retomada das (re)existências étnicas e racialidades das mulheres nesses contextos é discutida.

Rediscutindo a Mestiçagem e as Identidades Étnico-Raciais dos Povos do Amazônia

Autora: **PROFA. DRA. ALANNA SOUTO CARDOSO** (Açuá, Tupacambá, Roraima) e **WENDY OLIVEIRA DE SOUZA** (Pará)

Notas sobre o Ensino da Etnomatemática aos Alunos do 9º Ano da Escola Municipal São Francisco da Aldeia Indígena Cavada - Território Etnoeducacional Mundurucu.

Autoras: **ANDRÉIA CASTRO DE SOUZA** (Roraima) e **SANTANEM BASSO TAPIJOS** (Pará)

A Governabilidade Cabana das Mulheres Indígenas Ribeirinhas - Etnicidade, Raça e Classe.

PROFA. DRA. ALANNA SOUTO CARDOSO (Açuá, Tupacambá) e ANDRÉIA CASTRO DE SOUZA (Pará)

Banco da Sessão 3:

- Profa. Dra. Rosa Acevedo Marin
- Profa. Dra. Leila Mourão
- Profa. Dra. Ivanilde Apoluceno
- Profa. Venize Rodrigues.

Mulheres pretas e questões afros religiosas:

Ensaio que destaca as mulheres negras e feministas comunitárias que dialogam com a religiosidade afro em seus diversos trabalhos de produção acadêmica comunitária e nas periferias. Seja na literatura ou por meio da educação popular em várias frentes, tanto na periferia quanto nos coletivos que dirigem e participam.

Diásporas Afroindígenas: o experiência amazônica de emersão da entidade espiritual cabocla em comunidades de matriz africana.

Autoras: **PRISCILA COSTA & PROF. DRA. ALANNA SOUTO CARDOSO** (Açuá, Tupacambá) - **Autora do Pará, Belem do Mato.**

PODE A MULHER NEGRA ENSINAR PORTUGUÊS DA PERIFERIA? LETRAMENTOS, DISCURSOS E RESISTÊNCIAS DE UMA PROFESSORA DA AMAZÔNIA PARAENSE, I.

LE MARCHÉ ENFANTIN DE BELLE É TOUJOURS VERTUEUX (O MARCHÉ INFANTIL DE BELLE É TOUJOURS VERTUEUX) - **AUTORA: TÂNIA FERNANDA COLLABONDI**

NEGRA SOU, NEGRAS SOMOS: APONTAMENTOS SOBRE SER PARTE DO QUE SE PESQUISA EM ANTROPOLOGIA.

AUTORA: **TÂNIA LUCIA PINHEIRO** (Belem do Pará)

Banca da Sessão 2: Profa. Ivanilde Apoluceno; Profa. Dra. Rosa Acevedo Marin e Prof. Dra. Maria Luzia Miranda Alvares.

Mulheres Quilombolas

Aqui, as mulheres negras quilombolas são as protagonistas por meio das pesquisas realizadas por outras mulheres amazônicas, onde suas histórias se entrelaçam com suas produções acadêmicas.

Preconceito Linguístico: O Ensino da Língua Portuguesa e as Tradições Orais.

Autoras: **Anaís Batista dos Santos e Mary Oliveira dos Santos.**

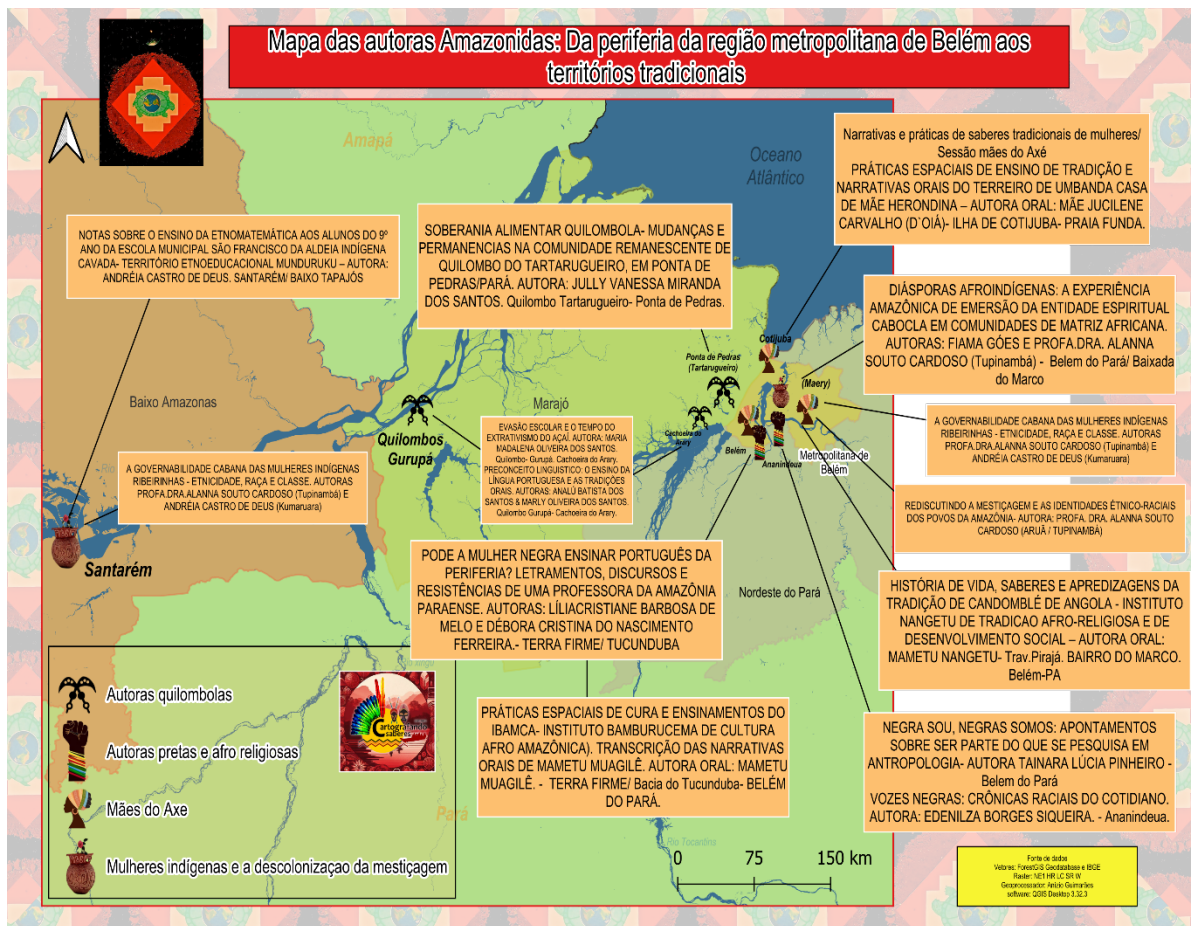
Evansão Escolar e o Tempo do Extrativismo do Açúcar

Autora: **Maria Madalena Oliveira dos Santos** / Local: Quilombo Gurupá, Cachoeira do Arary

Soberania Alimentar Quilombola - Mudanças e Permanências na Comunidade Remanescente de Quilombo do Tartarugueiro, em Ponta de Pedras/Pará.

Autora: **Jully Vanessa Miranda dos Santos** / Local: Quilombo Tartarugueiro, Ponta de Pedras.

Banco da Sessão 2: Profa. Ivanilde Apoluceno; Profa. Dra. Rosa Acevedo Marin e profa. Dra. Maria Luzia Miranda Alvares.



Aqui adentramos o processo de mobilização e organização espacial da produção do conhecimento comunitário, que encontra diversas fragilidades para reunir suas autoras, advindas de contextos vulneráveis desde seus territórios em disputas históricas por grupos dominantes desde a invasão ibérica. A partir do *mapa* de produção acima percebe-se todo um engajamento de narrativas fora do “metrocentrismo”, fora do escopo da teoria social produzida pela metrópole, que não incorpora o colonialismo como um processo social significativo conforme analisa Inara do Nascimento Tavares (2020), indígena Santerém-Mawé, Amazonas, mestre em antropologia social. Uma teoria que não parte das experiências sociais daqueles que foram colonizados ou ainda estão imersos em uma situação neocolonial. E é fundamental questionar o processo colonial enquanto peso significativo na constituição da teoria social e assim reposicionar a produção do conhecimento (Tavares, 2020, p. 21).

Trata-se de uma produção a contrapelo, que “escovar” outras epistemologias, outras origens, gêneros, raças e classes na produção do conhecimento, para sua publicação em livros, cartilhas, artes – e até mesmo adentrar as revistas Qualis. Como afirma Michel

Lowy (2011), por meio de Walter Benjamin (1981) e no rastro original de outra realidade histórica, o momento de demolição da história universal sem nenhuma identificação com o vencedor se dá partir da elaboração de uma “história que deve ser escovada a contrapelo”, tendo em vista que passa a ser abandonada a história da cultura que sempre parte sempre das grandes estruturas, sendo integrada à história da luta de classes (Lowy, 2011, p. 21). Trata-se aqui de uma outra produção histórica, demarcada por mulheres cientistas pretas, afro-religiosas, quilombolas, ribeirinhas e indígenas.

Considerações finais

Este ensaio tem intuito de valorizar e demonstrar iniciativas desafiadoras e experiências do que tenho chamado de produção comunitária, referentes a elaboração e publicação de novas epistemologias, que marcam novas referências dentro e fora da academia, advindas de autorias dos povos de Abya Yala. Seja pelas iniciativas mais antigas de autorias coletivas desde Bolívia e México, centradas nas experiências do feminismo comunitário das novas gerações em diálogo com a *interseccionalidade*, prática bem colocada e popularizada pelo feminismo negro norte-americano, seja pelas produções coletivas de narrativas científicas e literárias mais recentes no Brasil e na Amazônia, que mobilizam e visibilizam iniciativas de publicações próprias e autônomas de autoras quilombolas e indígenas.

Com essas experiências de fazer científico a partir de coletivos de mulheres cientistas originárias dos povos ou das periferias, busco demonstrar os esforços da produção coletiva do livro *As autoras amazônidas: gênero, raça, classe e produção científica comunitária – A experiência do instituto de pesquisa projeto cartografando saberes (IPPCS)*, sob minha coordenação geral. No atual momento a coletânea de ensaios está em análise pela curadoria geral, sob a mirada apurada da Profa. Dra. Rosa Acevedo Marin, assim como em avaliação construtiva e lapidativa pelo comitê científico, formado pesquisadoras pioneiras nos estudos e protagonismo das mulheres na ciência e na produção de saberes, em especial levando em consideração o recorte raça, gênero e classe⁶⁹.

É importante que toda intelectual subalterna advinda dos povos da Amazônia e das periferias reflita e aja com práxis descolonizadoras e autônomas em suas produções,

⁶⁹ Informações mais detalhadas sobre a organização dos trabalhos para a publicação podem ser lidas em: <https://www.institutocartografandosaberes.com/das-diretrizes-a-curadoria-e-ao-comite-cientifico/>.

como propõem com Spivak (2020) e Cusicanqui (2021); que, nos diálogos com universidades e outros órgãos do poder público, não submetam as autorias coletivas a jogos de poder que imobilizam e fraturam suas articulações unificadas – em que pese a diversidade de suas memórias, discursos, necessidades e práticas espaciais. É urgente não reproduzir políticas identitárias em *branding* com a dinâmica de apropriação do sistema capital que continua subjugando mulheres racializadas e as mantendo em seus lugares subalternizados de trabalho. É honesto e sério o compromisso pedagógico de pensar estratégias para outras formas de economia na produção do conhecimento, que fortaleçam a produção de mulheres cientistas racializadas à margem das grandes estruturas e evitem cair em pseudo-aberturas de espaços para a fala e a escrita comunitária, o que acaba muitas vezes se transformando em verdadeiro pesadelo, quando no ato de abrir fala não resulta em uma transformação de si mesmo, mas em espaço que silencia e blinda qualquer possibilidade de críticas (Spivak, 2020).

Uma teoria-práxis social descolonizadora é um processo em andamento, mas sua comunicação e elaboração mais organizada ainda está por ser construída. Nesse momento o que se vê é que o processo ainda está engatinhando e muitas vezes disperso. Não está evidente o formato que esse discurso vai assumir e com que vai se posicionar na atual era das comunicações digitais e da alta densidade global. Logo, avalia Cusicanqui (2021), em termos conceituais as ações em redes científicas horizontais, ou no teatro, ou na arte latino-americana é muito mais sensível do que a academia universitária ou paraestatal, diante das realidades e vivências complexas em múltiplas faces do espaço social em que estamos inseridos. Além do mais vemos o surgimento de novos referenciais de produção de teoria | prática social: espaços à margem e de fronteiras, mas que entram em sincronia no tempo-espaço e proliferam. Iniciativas das periferias, lutas contra a impunidade e por direitos coletivos, plataforma em torno de intelectuais e educadoras comunitárias desde as comunidades e territórios de matrizes diversas, africanas, indígenas, ribeirinhas ou das baixadas das cidades. Estes aspectos diversificam e, de fato, se abrem para iniciativas práticas em defesa do patrimônio comunitário e socioambiental articulado com a educação popular patrimonial, o que também constitui espaços ideais para a “pesquisa ação”, além de serem de grande utilidade e serventia para as próprias comunidades e entidades de base.

Sobre a autora

Alanna Souto Cardoso (Tupinambá) preside o Instituto de Pesquisa Projeto Cartografando Saberes (IPPCS), bem como coordena o Fórum Parawara, de indígenas em contexto urbano, ribeirinho e rural, cargo para o qual foi eleita; presta consultoria nas áreas de Estado e Políticas Públicas, Planejamento e Gestão Pública, Elaboração de Projetos Sociais e Culturais e Educação e Ensino. Na academia, formou-se em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA), fez o mestrado em História Social da Amazônia pela mesma instituição e doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA-UFPA). Atualmente, faz pós-doutoramento estratégico no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Pará (UEPA). Foi bolsista do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina (CBEAL), da Fundação Memorial da América Latina, no ano de 2023. Tem experiência na área de pesquisa histórica e antropológica, com ênfase em história da família, demografia histórica e cartografia histórica descolonial dos povos da Amazônia (Povo indígenas, comunidades tradicionais e grupos de periferias urbanas).

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo W. B. *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos: terras tradicionalmente ocupadas*. 2. ed. [recurso eletrônico] Manaus: PGSCA–UFAM, 2008. [Coleção Tradição e ordenamento jurídico, v. 2]. Disponível em: https://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2017/07/Alfredo-Wagner-B-de-Almeida_Terras-Tradicionalmente-Ocupadas.pdf.

BALLESTRIN, Luciana. “América Latina e o giro decolonial”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11. Brasília, maio - agosto de 2013, p. 89-117.

BANIWA, Braulina; KAINANG, Jozileia; TREMEMBÉ, Lucinha (orgs.). *Vivências diversas – Uma coletânea de indígenas mulheres*. Coleção Diálogos da Diáspora, v. 6. São Paulo: Hucitec. 2020

BENJAMIN, Walter (1981). “Anmerkungen der Herausgeber”. In: *Gesammelte Schriften 1-3*, Frankfurt amMain: Suhrkamp, 1991

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. Brasília: Senado Federal, 2004. (Edições do Senado Federal, 30). Disponível em: https://www.academia.edu/41633880/BOURDIEU_Pierre_O_Poder_Simb%C3%B3lico.

BRANCO, L.; BEZERRA, C. D. S.; FLORES, E.; BEZERRA, T. J. R.; REIS, I. M.; BÖSCHEMEIER, A. G. E.; CABANILLAS, N. “A escrita feminina nos ‘clássicos’ antropológicos do Sul: Uma reflexão anticânone”. *Epistemologias do Sul – Pensamento Social e Político em/para/desde América Latina, Caribe, África e Ásia*, Foz do Iguazu (PR), v. 2, n. 1, 2018, p. 66-100.

CABNAL, Lorena. “Acercamiento a la construccion de la propuesta de pensamiento epistemico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala”. In: *Momento de paro. Tiempo de rebellion. Miradas feministas para reinventar la lucha*. Montevideu: Minervas Ediciones, 2010. p. 116–134. Disponível em: <https://porunavidavivible.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/09/feminismos-comunitario-lorena-cabnal.pdf>.

_____. “Defender o território-terra e não defender o território-corpo das mulheres é uma incoerência política”. In: MOURA, Iara; PRAÇA, Marina (orgs.). *Outras economias: alternativas ao capitalismo e ao atual modelo de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), 2018. Disponível em: https://biblioteca.pacs.org.br/wp-content/uploads/2018/12/Outras-EconomiasPACS_WEB.pdf.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Editora Sá da Costa, 1978.

COLLINS, Patricia H.; BILGE, Sirma (orgs.). *Interseccionalidade* [recurso eletrônico] Trad. Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. Disponível em: http://www.ser.puc-rio.br/2_COLLINS.pdf.

CUSICANQUI, Silvia R. *Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores*. N-1 Edições. 2021.

DEALDINA, Selma S. (org). *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2005.

GAGO, Verónica. *A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo*. Tradução Igor Peres. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

HOBBSAWM, Eric J. “A história de baixo para cima”. In: HOBBSAWM, E. *Sobre História*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 216-231.

MALHEIROS, M. “A construção de feminismos contra-hegemônicos na Bolívia: contribuições dos movimentos Mujeres Creando e Feminismo Comunitário”. *Insurgência – Revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, v. 9, n. 1, 2023, p. 407-428. DOI: 10.26512/revistainsurgencia.v9i1.45422. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/45422>. Acesso em: 28 out. 2023.

NASCIMENTO, Elaine F. “Inseridas na ciência nós mudamos o mundo: mulheres e meninas na ciência já!”. In: FERREIRA, Cristina A. F.; MACHADO, Cristiani V. (orgs.). *Dossiê temático: mulheres e meninas na ciência*. Rio de Janeiro: Fiocruz – SUS – MS, 2022. Disponível em: <https://portolivre.fiocruz.br/dossi%C3%AA-tem%C3%A1tico-mulheres-e-meninas-na-ci%C3%Aancia>.

PAREDES, Julieta; GUZMÁN, Adriana. *El tejido de la rebeldía ¿Qué es el feminismo comunitario?* La Paz: Comunidad Mujeres Creando Comunidad, 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. *América e Abya Yala entre tensões e territorialidades. Desenvolvimento e meio ambiente*, Curitiba, v. 20, 2009. p. 25-30.

LOWY, Michael. “A contrapelo”. A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). *Lutas Sociais*, São Paulo, n.25/26, 2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011. p.20-28. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/Vol.2526/michael-lowy.pdf>.

SPIVAK, Gayatri C. *Crítica da razão pós-colonial: por uma história do tempo presente fugidio*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia. 2022.

Cap.

08

**Espaços de resistência e rejeição das vias
institucionais: movimentos feministas
autônomos na Bolívia**



Denise Cristina de Melo

Espaços de resistência e rejeição das vias institucionais: movimentos feministas autônomos na Bolívia

Denise Cristina de Melo

Os silêncios, os espaços vazios, a linguagem em si mesma, com a extirpação do feminino e as formas de discurso nos dizem tanto quanto seu conteúdo, quando aprendemos a enxergar o que foi deixado de fora, a ouvir o que não foi pronunciado, a estudar os modelos estabelecidos de ciência e erudição com um olhar marginal.

Adrienne Rich

Minha passagem pela Bolívia foi marcada por duas impressões profundas: o pronunciado machismo que experimentei ao viajar sozinha, emanando tanto de homens quanto de mulheres, em contraste com os inúmeros grafites feministas que salpicavam muros e paredes. Grafites produzidos, em sua maioria, pelo coletivo e cooperativa feminista Mujeres Creando (MC), que surgiu na cidade de La Paz em 1992, e desenvolveu uma linguagem própria para denunciar o que a antropóloga argentina Rita Segato chama de “as novas formas de guerra”, em múltiplas táticas de autodefesa. Com percalços, contradições e rupturas, elas resistem às margens do mundo.

Longe de deslegitimar a luta das feministas por direitos, inclusão ou ascensão social, este trabalho visa, ao contrário, legitimar o esforço daquelas que, insatisfeitas com a estrutura social atual, optam por recusá-la diariamente. A atividade política de María Galindo, figura irreverente nos movimentos sociais bolivianos, sua perspicácia ao comunicar assuntos complexos e a coragem de denunciar a conecta, de forma intuitiva, às mulheres normalmente esquecidas, às trabalhadoras autônomas e racializadas. A autenticidade e notável abrangência de Mujeres Creando na Bolívia e no mundo, sua importância na construção e desenvolvimento de novos feminismos decoloniais, inspiraram este trabalho, que visa compreender a história desse coletivo, assim como os acontecimentos que o precederam

A revisão bibliográfica foi conduzida a partir da plataforma Google Acadêmico, pesquisando os termos “despatriarcalização”, “Feminismo Comunitário”, “Feminismo Comunitário Antipatriarcal”, “María Galindo”, “Julieta Paredes”, “Adriana Guzmán” e “Rita Segato”. Adicionalmente, obtive informações relevantes de María

Galindo, tanto em programação radiofônica como em entrevistas e programas de televisão; quando da exibição de seu filme *Revolución puta* na cidade de São Paulo, em 1/12/2023, foi possível dialogar com a autora acerca de temas como *performance*, arte, misoginia, tráfico de pessoas e prostituição.

Narrativas sobre movimentos feministas autônomos na Bolívia

As organizações autônomas e rurais têm enorme peso na história boliviana. Antes de sua dominação pelos Inca, anterior à colonização europeia, os povos Aymara e Coya viviam em pequenas agrupações denominadas *ayllus*, que abrigavam aproximadamente 100 pessoas – algumas delas nascidas em outras regiões, mas com algum antepassado comum entre os habitantes locais. Nesse modelo de organização, todos trabalhavam e as posições hierárquicas eram moderadas, sendo ocupados pelos mais velhos.

Com a chegada dos europeus, os Aymara foram escravizados, proibidos de falar o próprio idioma e de praticar atividades culturais e espirituais próprias. Deixaram de trabalhar para si e passaram a servir a famílias de fazendeiros latifundiários. As rebeliões de 1910 a 1930 no Altiplano foram lideradas por *comunarios*, homens indígenas que ocupavam posição política de destaque em sua comunidade. A socióloga boliviana Silvia Cusicanqui fala em um “ciclo rebelde de 1910-1930”, não porque houvesse relação direta entre os *comunarios* participantes dos levantes desse período, mas porque havia elementos ideológicos políticos e organizativos comuns a todos eles (Cusicanqui, 2010).

Rebeliões de alcance regional relativamente amplo, como a de Pacajes em 1914, Caquiaviri em 1918 ou Achacachi em 1920, resultaram de uma cadeia de ações rebeldes que testemunham um lento e novo processo de organização e agitação, que se estendeu para além do Altiplano (Cusicanqui, 2010).

Em 1921, em Jesús de Machaca o corretor Luis Estrada ordenou que dois *comunarios* fossem abandonados numa cela até a morte, como castigo por instigação. Foi o estopim para a insurreição que, liderada por Faustino Llanqui e Blas Ajaco, assassinou Luis Estrada e toda sua família. Em resposta, o governo boliviano enviou a Jesús de Machaca 1.400 soldados que destruíram centenas de casas e assassinaram 119 Aymara, entre os quais mulheres e crianças. O território permaneceu desabitado por décadas. Em

1923, a cidade de La Paz viveu o máximo esplendor dos ideais revolucionários que chegavam com os migrantes comunistas e anarquistas da Europa. Diversos meios gráficos expressavam a indignação da classe trabalhadora; estudos, greves e manifestações eram organizadas em espaços como o Centro Cultural Obrero e o Centro Obrero Libertario.

Em 1926 foi fundada a Federación Obrera Local, composta por uma maioria anarquista, com sedes em La Paz e Cochabamba, unificando organizações para tratar da precária situação vivenciada pelos trabalhadores mineiros, pedreiros, pintores, artesãos e carpinteiros (Cusicanqui; Lehn, 1988).

Federación Obrera Femenina – FOF (1927-1966)

A Federación Obrera Femenina – FOF foi construída em 1927, por *cholas* – sindicalistas, trabalhadoras domésticas, costureiras, vendedoras ambulantes, feirantes –, com a perspectiva de ação direta e auto-organização. Grande parte delas era companheiras dos membros da Federación Obrera Libertária – FOL. O ápice do prestígio da mulher na Bolívia daquela época era ser dona de casa ou professora. No entanto, é notório que algumas das mulheres bem-sucedidas viraram as costas para as mulheres indígenas, talvez apenas para preservar seus pequenos privilégios.

As *cholas* reconheceram e nomearam o machismo, o racismo e o classismo que enfrentavam diariamente. Em uníssonos, essas vozes começam a ganhar força: em 1931, surge o Sindicato Feminino de Ofícios Vários; em seguida, o Sindicato de Floristas e o Sindicato de Lecheras, representando comerciantes de mercados e vendedores ambulantes (Cusicanqui; Lehn, 1988).

Nesse período, foram oficializadas as primeiras demandas por creches, divórcio absoluto, inclusão da trabalhadora doméstica na legislação social e substituição do termo “doméstica” por “trabalhadora do lar”. Essa preocupação reflete a importância que os anarquistas bolivianos atribuíam às pequenas revoluções e a formulação de uma nova linguagem, uma vez que a palavra *doméstica* deriva do latim *domesticus*, relacionado ao que pertence à casa. O uso do substantivo e do adjetivo “trabalhadora” tinha o simples propósito de humanizar as mulheres. Um século depois, essa batalha continua sendo relevante.

Nas reuniões da FOF, além de se organizarem por melhorias legislativas, manifestações e greves, as mulheres estudavam, debatiam sobre amor livre e respeito

mútuo nas relações cotidianas. Agressões físicas ou verbais entre camaradas eram estritamente proibidas e prezava-se pelo respeito à dirigente escolhida (Cusicanqui; Lehn, 1988). Gradualmente, associações e sindicatos femininos uniram-se à FOF.

O Sindicato de Culinarias, liderado por Catalina Mendoza, Petrolina Infantes, Nicolasa Ibañes e Tomasita Paton, obteve êxito em três batalhas significativas contra a prefeitura de La Paz. Em 1935, intensas manifestações de rua e uma petição à Câmara dos Deputados conseguiram revogar uma lei municipal que proibia a entrada de cholas portando bolsas ou cestas de palha nos transportes públicos; a justificativa era evitar infecções – e o eventual rasgo na meia de alguma senhora da alta sociedade, causado pela palha da cesta. No mesmo ano, o Sindicato conseguiu impedir a implementação de um cartão de saúde que seria exigido das trabalhadoras domésticas para que pudessem exercer suas atividades nas residências. O cartão seria obtido mediante um exame em que a mulher teria que se submeter completamente nua para ser *revisada* por um *fiscal de higiene* (Dibbits *et al.*, 1989). Em 1941, com uma petição à Câmara dos Deputados, as “*culinarias*” conquistaram as primeiras creches gratuitas de La Paz.

Os agentes policiais as ameaçavam dizendo: Petronila Infantes e Catalina Mendoza serão presas por instigação! As outras, que estavam escutando, temiam que isso de fato acontecesse, corriam para nos avisar: – Companheiras, tenham cuidado, deixem de falar, dizem que vão te levar para a delegacia! – E o que podemos fazer se nos levarem?... Já quantas vezes nos levaram, todas as que quiseram... – Assim respondemos (Cusicanqui; Lehn, 1988, p. 160. Tradução da autora).

Em 1932 a descoberta de petróleo no sopé andino iniciou uma disputa acirrada. Depois de perder acesso ao mar no final da Guerra do Pacífico⁷⁰, era essencial para a Bolívia ter controle sobre a região do Chaco Boreal como única possibilidade de acesso ao mar, pelo Rio Paraguai, na Bacia do Prata. O Chaco era objeto de disputa desde a independência do Paraguai e da Bolívia. Com a notícia da descoberta de petróleo, o litígio transformou-se na Guerra do Chaco, considerada a mais sangrenta do século XX na América Latina. A Bolívia perdeu 75% do Chaco Boreal e 60.000 soldados, muitos deles indígenas de regiões desérticas que sequer falavam espanhol, outros, artesãos e trabalhadores das minas. Alguns integrantes da FOL também partiram nessa guerra.

Figura 1

⁷⁰ Conflito do Chile contra Bolívia e Peru no período de 1879 a 1884, que até hoje desgasta as relações entre esses países. Ao final da guerra, o Chile conquistou todo o território de Antofagasta (onde já tinha instalado um grande número de empresas de extração de salitre e guano; a Bolívia perdeu o acesso ao Oceano Pacífico). [Nota do editor]



Fonte: Foto de reunião das Culinarias em 1937:
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Sindicato_de_Culinarias.jpg

Após a Guerra do Chaco há um giro na posição ocupada pelos indígenas bolivianos: com o deslocamento massivo, o contato com a população urbana e com os *criollos* (filhos da miscigenação de espanhóis com indígenas), surge uma consciência nacional, que os faz passar de *índios* a *camponeses*. É o germe da Revolução que se consolidará em 1952. Galindo discorre sobre os efeitos dessa mestiçagem romantizada que se institui com a Nova Constituição e com a constituição do Estado Plurinacional.

Houve mescla, sim, mas sempre tatuada de humilhação e menosprezo. O originário originalista é filho de uma humilhação não resolvida e aparece em duas subcategorias: o originário que vem do mundo branco reivindica a recuperação do originário com fanatismo, com romantismo, com dogmatismo e, mais que nada, com arrogância. São os originalistas que dão lições de *pachacuti* de *suma kamaña* sem ter a mínima experiência vital direta da vida em uma comunidade rural. Por outro lado, está o originário da vertente morena que não chega a falar nem espanhol nem aimara, que se sente frustrado, usado e mal representado pelo senhor de poncho. Reivindica autenticidade e maior conhecimento do misterioso mundo indígena, mas, na verdade, o que está reivindicado é tão somente mais espaço (Galindo, 2013. Tradução da autora).

O fim dos ataques foi oficialmente estabelecido com a assinatura do Tratado de Paz em Buenos Aires, em 1935, conforme documentado por Aguirre em 1989. Durante a Guerra do Chaco, a Frente de Organizações da Liberdade (FOL) se dissolveu, apenas para ressurgir em 1936 sob a liderança de Petrolina Infantes, Catalina Mendoza e Rosa Calderón. Estima-se que, até meados da década de 1940, a FOL englobava aproximadamente 5 mil mulheres a ela vinculadas.

Quando os soldados caírem aos primeiros tiros e caírem as primeiras vítimas, sem saber por que se matam, tanto os governos paraguaio como o boliviano, também a burguesia paraguaia, como a burguesia boliviana, erguerão suas

taças de champanhe para servir um brinde à guerra, ao triunfo de cada um deles (Cusicanqui; Lehn, 1988, p. 194. Tradução da autora).

Em 1939, o Sindicato de Floreiras, dirigido por Catalina Mendoza, solicita à prefeitura que seja criado um mercado para a venda de flores que, até então, eram vendidas apenas sob encomenda. O Mercado de Flores de la Merced foi inaugurado no mesmo ano, na praça Obispo Bosque, em frente a uma capela. A abertura se fez no dia de São José, com muita dança e música entoadas pelo conjunto folclórico formado pelas sindicalistas. No entanto, ao padre da capela pareceu de mau grado tal agitação na praça e elas logo foram realocadas em um terreno em Figueroa, um bairro da periferia em La Paz (Cusicanqui; Lehn, 1988).

A chegada de indústrias e manufaturas, no começo dos anos 1940, gerou uma acentuada crise no setor artesanal. As ideias nacionalistas e socialistas ganharam adesão, especialmente pelos homens trabalhadores das regiões urbanas. Parte da FOL decidiu que era momento de unificar-se à Federación Obrera Sindical (FOS), de tendência socialista. As mulheres anarquistas se opuseram a essa união, tal como foram contrárias à luta pelo direito ao voto em 1952. Nos anos 1950, fundou-se o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), a Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolívia (FSTMB) e a Central Obrera Boliviana (COB).

Com a revolução de 1952, o MRN assumiu a república e iniciou uma série de reformas de caráter socialista, como a reforma agrária, o estabelecimento do voto universal (indígenas e mulheres puderam votar, mas não se candidatar), a Lei de Nacionalização das Minas e o investimento na educação rural. Trabalhadores das minas foram nomeados ministros e as organizações sociais aos poucos se adaptaram às ordens governamentais. Houve confusão, sobretudo nas regiões mais distantes de La Paz, com relação ao significado das palavras *socialismo* e *nacionalismo*, e o MRN escolheu quem representava um ou outro.

Graças a isso, convenceram os Estados Unidos de que eram apenas nacionalistas, receberam alimentos e ajuda financeira da potência americana, ação que teve suma importância para suprir a fome causada pela escassez de alimentos, resultado dos efeitos imediatos da reforma agrária. Com as reformas estatais, muitos anarquistas da FOL se alinharam aos supostos socialistas que compuseram o governo do MRN. Sindicatos femininos da FOF continuaram suas atividades até 1964, quando foram extintos pelo golpe de estado de René Barrientos.

Mujeres Creando e a Virgen de los Deseos

As movimentações de mulheres ressurgem na Bolívia desde 1985, com a chegada das ONGs e o Ajuste Estrutural imposto pelo Banco Mundial. A perspectiva de gênero serviu para incorporar as mulheres como endividadas irreversíveis, sob o título ilusório de “microempresárias” (Galindo, 2013). Em março de 1992, a Bolívia viveu o ponto mais alto das novas dinâmicas neoliberais, sob a presidência do cochabambino Jaime Paz Zamora. As reformas estruturais privatizaram recursos estatais e descentralizaram a economia, servindo para integrar o país às dinâmicas globais.

Ambas psicólogas, Julieta Paredes e Maria Galindo, já haviam desenvolvido experiências de casas comunitárias em La Paz, sendo responsáveis pela criação de La Despensa de la Abuela, onde cultivavam alimentos para vender no bairro de Las Delicias. Em 1992, ano da formação do coletivo, Paredes-Galindo fundaram o centro cultural feminista Café Carcajada.

A casa Virgen de los Deseos foi criada como um refúgio seguro para mulheres, onde até hoje ocorrem encontros e debates de gênero, raça e classe. O objetivo, que segue vigente, é redirecionar a prática política para um fazer criativo, recusar a ideia de um feminismo universal e resistir às falsas mudanças realizadas por vias institucionais ou políticas públicas.

Dessas reuniões surgiram as ideias fundamentais para o livro *Y ¿si fuésemos una, espejo de la otra? Por un feminismo no racista* (1992). Escrito em linguagem acessível, mas embasado teoricamente, o livro busca desenvolver uma narrativa feminista única que resgata memórias originais e autobiográficas, fundamentadas em uma epistemologia de rua. Desde sua criação até os dias atuais, as práticas artísticas – como a organização de clubes de leitura, *performances* musicais e teatrais, exibição de filmes, aulas de dança, teatro, música, festas temáticas – são a fonte de financiamento desse espaço de luta. A arte também diz presente nas paredes da casa, como se pode ver na Figura 2.

Figura 2 – Fachada da casa Virgen de Los Deseos



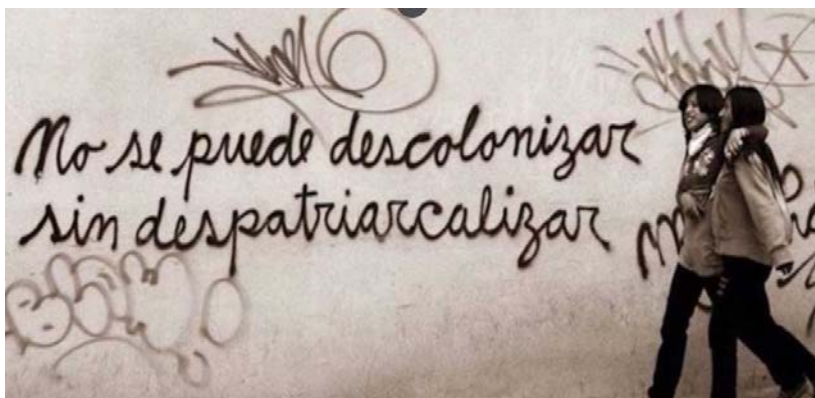
Fonte: Mujeres Creando. mujerescreando.org/

Com o intuito de fomentar a identificação por meio do debate cotidiano e do uso da poética, o coletivo emergiu pelas ruas de La Paz, Bolívia, em 1993, com as chamadas *grafitadas* – fusão entre *graffiti* e as *pintadas*, estilo de grafite utilizado por agrupamentos de esquerda de La Paz durante os anos 1980. Mujeres Creando rejeita a escrita em formas quadradas, característica das pinturas políticas tradicionais, por vê-las como reflexo de estruturas autoritárias. Por outro lado, incorpora poesia às manifestações.

Essas intervenções artísticas consistem em expressões visuais, geralmente grafitagens, que transmitem lembretes de resistência destinados ao cotidiano feminino. Ilustrar muros como forma de protesto ou propaganda é uma prática tradicional boliviana desde o século XX, mantida tanto na ditadura como na democracia (García-Pabón, 2003).

A prática da grafitagem como forma de expressão e conscientização continuou ao longo dos anos, e se mantém relevante até os dias de hoje. Essa abordagem artística não apenas serve como meio de resistência, mas também como maneira de estabelecer uma conexão visual e emocional com as mulheres, buscando gerar uma identificação poderosa nas paisagens urbanas e na consciência pública. María Galindo, uma das figuras proeminentes do coletivo, tornou-se conhecida por sua distintiva caligrafia, reconhecível na Figura 3.

Figura 3 - Não se pode descolonizar sem despatriarcalizar!



Fonte: Mujeres Creando (<https://mujerescreando.org/>)

Além dos encontros para criação artística, hoje a Virgen de los Deseos brinda as mulheres com um serviço de assistência jurídica, que fornece suporte às que vivem situações de violência ou têm dívidas bancárias; além disso, oferece serviço médico próprio, alojamento para mulheres em situação de risco ou prostituição e uma creche chamada *Mi mamá trabaja*. Tem também biblioteca, livraria, espaço para venda de publicações marginais e sala de vídeos onde se projetam filmes independentes, com temáticas de gênero, raça e sexualidade (Ramírez, 2017).

Mujeres Creando lançou nove curtas-metragens, todos dirigidos por María Galindo: *La puta* (2003), *Amazonas: mujeres indomables* (2009), *América* (2010), *Virgen Barbie* (2010), *Violencia machista y poder político* (2015), *El desertor* (2015), *No nos maten por una silla* (2020), *De reina de España a chola globalizada* (2020) e *Revolución puta* (2023). Não raro, os filmes são gravados pelas ruas da cidade de La Paz.

As obras e ações do coletivo sempre trazem críticas à Igreja Católica, como na representação da Virgen Barbie: branca e loura, mulher santificada que decide abdicar de seu lugar no altar, enquanto proclama uma oração.

Figura 4 - Cena de *Virgen Barbie*, produção de María Galindo, 2010



Fonte: Mujeres Creando

Dentre as obras de destaque está o documentário *Las exiladas del neoliberalismo*, lançado em 2006. Nessa produção, um compilado dos relatos de diversas migrantes bolivianas que, sem perspectivas de manter uma vida digna em seu próprio país, buscam refúgio na Europa. Esse movimento não é resultado de escolhas, mas sim da falta de alternativas viáveis. Um exemplo é Miguelina, boliviana exilada ilegalmente na Itália que enfrenta o desemprego e busca quitar as dívidas de microcréditos contraídas por sua mãe idosa, que já não pode trabalhar.

O termo “migração” é, para Galindo, um eufemismo cruel, pois serve para encobrir a realidade; na verdade, trata-se de expulsão, exílio forçado. A alta taxa de desemprego obriga as mulheres a abandonarem a Bolívia pois já não podem subsistir. O documentário aborda ainda narrativas de mulheres bolivianas que realizam trabalhos precários por salários ínfimos na indústria têxtil brasileira. Em países de capitalismo central, no entanto, elas costumam realizar trabalhos de cuidado. A precarização dessa categoria é também o que permite à mulher branca de classe média enxergar-se como emancipada, relegando o cuidado à mão-de-obra barata, à mulher latino-americana.

Há uma série de terminologias que foram usadas para desmontar os horizontes de luta, desvencilhar relações de poder, adormecer a raiva, adoçar as situações históricas, simplificando ao máximo cada um desses lugares sociais, para

terminar falando de discriminação, inclusão, igualdade, empoderamento e autoestima (Galindo, 2013, p. 39. Tradução da autora.).

Revolución puta (2023), ao longo de seus 50 minutos, exhibe os frutos de duas décadas de trabalho em formato de documentário. Misturando entrevistas e *performances* visuais, o filme aborda os estigmas enfrentados por mulheres incluídas no trabalho sexual (como é denominado pelas autoras) e, indiretamente, apresenta uma transição em algumas definições adotadas pelo coletivo.

Em 2013, María Galindo e Sonia Sánchez colaboraram na criação do livro intitulado *Ninguna mujer nace para puta*. Sonia é uma escritora e ativista argentina, natural da província do Chaco, que sobreviveu ao tráfico humano e à prostituição. A obra se desenvolve em um extenso diálogo entre duas mulheres sem nome, referidas como “lésbica” e “prostituta”, e expõe as experiências degradantes enfrentadas por mulheres latino-americanas em situação de prostituição, sobretudo na Bolívia e na Argentina.

Frequentemente considerada a profissão mais antiga do mundo, os primeiros registros históricos da chamada *prostituição* estão entrelaçados com o desenvolvimento da institucionalização da família patriarcal. A historiadora Gerda Lerner (2019) apresenta as observações do médico alemão Iwan Bloch, psiquiatra estudioso do tema: “A prostituição surge entre povos primitivos sempre que as relações sexuais livres são restringidas ou limitadas. Não é nada mais que simplesmente um substituto para uma nova expressão de promiscuidade primitiva”.

Lerner concorda com essa perspectiva, no entanto, destaca que tal explicação não aborda de que maneira as condições de prostituição surgem e se institucionalizam em sociedades específicas. Além disso, a autora destaca a falta de consideração do aspecto comercial da prostituição, ao tratá-la como uma simples variante de um acordo sexual entre duas partes que consentem mutuamente. Para Lerner, distintas formas de servidão sexual em diferentes regiões e contextos sociais foram consideradas como prostituição, o que é um erro histórico.

Ao investigar a origem da escravidão, a historiadora inferiu que tal prática somente poderia se desenvolver em ambientes que apresentassem condições específicas. Era necessário existir excedentes de alimentos, meios para reprimir prisioneiros resistentes e uma clara distinção, tanto visual quanto conceitual, entre escravos e seus proprietários. Lévi-Strauss identificou a “troca de mulheres” como o primeiro tipo de comércio no qual as mulheres eram tratadas como mercadoria. Ele descreveu esse

processo como a “reificação” e a comercialização das mulheres. Lerner, por outro lado, afirma que não eram as mulheres em si que se transformavam em mercadoria, mas sim sua sexualidade e sua capacidade reprodutiva:

O desenvolvimento da agricultura no Período Neolítico fomentou a “troca de mulheres” intertribal não apenas como um meio de evitar os incessantes conflitos travados pelas alianças de consolidação do casamento, mas também porque sociedades com mais mulheres poderiam produzir mais filhos. Ao contrário das necessidades econômicas das sociedades de caçadores-coletores, agricultores poderiam usar o trabalho de crianças para aumentar a produção e acumular excedentes. “Homens como grupo” tinham direitos sobre as mulheres que as “mulheres como grupo” não tinham sobre os homens. As próprias mulheres tornaram-se um recurso adquirido por homens tanto quanto as terras adquiridas por eles. Mulheres eram trocadas ou compradas em casamentos para benefício de suas famílias. Depois, elas foram dominadas ou compradas para a escravidão, quando seus serviços sexuais eram parte de sua mão de obra e seus filhos eram propriedade de seus senhores. Em toda sociedade conhecida, as mulheres das tribos conquistadas eram escravizadas primeiro, enquanto os homens eram mortos. Somente depois que os homens aprenderam como escravizar as mulheres dos grupos que podiam ser definidos como estranhos é que eles aprenderam a escravizar os homens desses grupos e, em seguida, grupos subordinados de suas próprias sociedades. (Lerner, 2019, p. 261-262).

Atualmente, Sonia Sanchez mantém sua oposição ao emprego do termo “trabalho sexual”, posição também compartilhada por Galindo anteriormente. MC passou a oferecer assistência jurídica com o objetivo de permitir que mulheres envolvidas na prostituição se unissem de forma cooperativa na criação de um espaço de trabalho sem a presença de cafetões. Essa abordagem visa ser uma medida paliativa diante da violência cotidiana, destacando-se a violência policial.

Observa-se que a atuação de Mujeres Creando adquire uma abordagem paliativa, visando diminuir as humilhações mais degradantes enfrentadas pelas mulheres. Nesse processo, a organização parece afastar-se do posicionamento radical costumeiramente adotado. A partir do documentário, essas mulheres pedem que “a vergonha mude de dono”, e um ponto relevante a ressaltar é a crítica ao cartão de saúde, medida pública que já havia sido criada pela prefeitura de La Paz em 1935 e revogada graças à luta das mulheres sindicalizadas.

Com a promulgação da Constituição Política do Estado Plurinacional da Bolívia, no dia 7 de fevereiro de 2009, iniciou-se um projeto de reestruturação de todo o Estado, e sob o princípio da constitucionalidade, o que não está proibido é considerado

legalizado. As chamadas “trabalhadoras sexuais” estão presentes na nova Constituição boliviana, mas não na parte jurídica, apenas na área da saúde, como aponta o estudo organizado pela Red de Trabajadoras Sexuales de Latinoamérica y el Caribe (RedTraSex), em 2017.

O artigo 19 da Lei sobre HIV 3729 menciona a existência do chamado trabalho sexual, e apresenta medidas específicas de atenção à saúde dessas trabalhadoras do sexo. O art. 34 da Lei 263 Integral contra o Tráfico de Pessoas, concede à polícia permissão para verificar propriedades particulares dos imóveis onde se ofertam serviços sexuais, caso existam denúncias pelo delito de Tráfico de Pessoas ou outros delitos semelhantes.

O cartão de saúde aparece no decreto supremo número 0451 do Ministério de Saúde e Esportes, nos art. 27, 40 e 41: criou-se como medida obrigatória um cartão sanitário, documento único e válido para o exercício do trabalho sexual. As personagens revelam a indignidade de se submeterem à inspeção semanal de seus órgãos sexuais para manter a validade do cartão.

Além disso, o documentário expõe a presença policial constante, que, em várias situações, extorque dinheiro dessas mulheres, ameaçando-as com multas e detenções. Em 2007, o movimento fundou a *Rádio Deseo*, que apresenta programação diária das 7:00 às 00:00. Destaca-se a abertura realizada por María Galindo no programa *La Loca Mañana*, no qual ela costumeiramente realiza análises de conjuntura, entrevista mulheres trabalhadoras e até denuncia casos de feminicídios não resolvidos.

A rádio conquistou uma ampla adesão na cidade de La Paz e em El Alto. É notório ressaltar que atualmente MC possui um restaurante, *Los Deseos de la Virgen*, em Santa Cruz de la Sierra, com práticas originais com relação a divisão do trabalho. Todas essas atividades permitem o sustento da casa e de seus moradores (Ramírez, 2017).

Los Deseos de la Virgen

O restaurante está localizado na cidade de Santa Cruz de la Sierra e conta com a presença de Emiliana Quispe que, apesar de ser a primeira mulher *chola* a se tornar chef formada na *Escuela Hotelera Internacional de La Paz*, se denomina uma “anti-chef”. A existência do coletivo é por si só uma luta por redefinições, uma “ruptura epistêmica com

o feminismo eurocidental, na busca de nomearmos a partir de nossos próprios corpos”, nas palavras de Galindo.

A dinâmica de organização, tanto com relação à divisão econômica como das atividades produtivas, busca distanciar-se dos modelos característicos do sistema capitalista, sem patrão, mais-valia, sobrecargas ou desrespeito.

Todas as funções e atividades da casa têm a mesma relevância, e quem as executa tem plena consciência de que o trabalho manual é tão importante quanto o trabalho intelectual e criativo. Todos eles têm um caráter político. Rocío comenta sobre as relações que existem dentro da casa e a horizontalidade entre as formas de trabalhar: A gente compartilha muito aqui. A criatividade e o manual, como entrar na cozinha. Posso limpar uma mesa, como posso servi-lo. A criatividade pode andar de mãos dadas com o político, de mãos dadas com essas três fusões. (...) E as idades, porque, vamos lá, eu tenho uma companheira de 23 anos, como tenho outras de 60 anos. Esse engajamento, digamos, de respeito um pelo outro é muito interessante entre nós (...) Mas quando a gente quer, digamos assim, (dizer) ‘tem que ir na cozinha, ou tem que atender alguém...’ ah não, eu não faço isso’. Mas partimos desse ponto de vista, que posso te ajudar, como posso fazer política, como posso fazer algo criativo (Rocío, 30.7.2015). Nos diálogos cotidianos da casa, percebe-se uma linguagem cheia de confiança e proximidade que os identifica. Uma palavra que se mistura no cotidiano, e que se repete constantemente: “Como vai você, ‘mulher’?” (Bascur, 2015, p. 75).

O movimento se dividiu em 2002, com a saída de uma das fundadoras, Julieta Paredes, que fundou o *Mujeres Creando Comunidad* em 2004, abrindo portas para o que se nomeou Feminismo Comunitário. As atividades de *Mujeres Creando* seguem sob coordenação de María Galindo. Um evento paralelo às ações do coletivo foi uma entrevista concedida por María ao jornal *La Razón* em 1994, na qual ela se declarou lésbica pela primeira vez.

Embora a orientação sexual de Galindo não fosse um segredo, a partir desse momento, tornou-se um símbolo em sua luta. No Dia do Orgulho Gay de 1996, junto a Julieta Paredes, participou de uma entrevista na Rádio Fides, em La Paz. No decorrer da entrevista, estabeleceu-se diálogo com a audiência, a qual apresentou questionamentos por meio telefônico. Predominantemente, as indagações versavam sobre a abordagem do direito à liberdade, insinuações acerca da natureza humana das ativistas, e críticas à maneira como estas exerciam seu direito à liberdade.

Apesar dos inúmeros ataques, a entrevista perdurou ao longo de toda a manhã. Em uma edição subsequente intitulada *Por que la memoria 19*, Galindo compartilhou que deixou a rádio carregando as lágrimas da impotência e da solidão. A discussão sobre a lesbianidade, naquele ano, envolveu diversos setores, incluindo organizações de esquerda

que procuravam compreender o significado da homofobia, um termo que ainda não era amplamente utilizado socialmente.

María destaca que, durante esse período, ela se viu tentando expressar-se utilizando suas próprias terminologias, o que parecia ser como ensinar um idioma diferente. Assumir-se lésbica não reduziu a heterogeneidade, popularidade e senso de identificação da população com o coletivo, que é um espelho para muitos tipos de mulheres insatisfeitas com as injustiças sociais: “jovens, idosas, lésbicas, heteros que procuram romper com a lógica patriarcal das instituições.” (Malheiros; Galindo, 2016, p. 14).

De Mujeres Creando Comunidad ao feminismo comunitário antipatriarcal

Julieta Paredes, uma das co-fundadoras de Mujeres Creando, expressou sua discordância com o grupo devido à crescente popularidade do coletivo na Europa e à realização de performances em museus. Em uma entrevista, Paredes criticou o anarquismo por ter um sentido pouco orgânico, destacando um purismo acima de tudo. Em contrapartida, ela defendeu a ideia de que as organizações sociais devem ter interesses concretos.

Essa divergência levou, em 2006, à mudança de denominação para Feministas Comunitárias, com a condição da mulher aimará-quechua tornando-se central, assim como a reformulação do conceito de "*chacha-warmi*". Através do feminismo comunitário, representado por Paredes e Guzmán, ambas mulheres Aimarás, busca-se reconectar com a história dos povos originários, reivindicando a abundância desse modo de vida e convivência.

Essa busca não se trata de romantização da identidade, mas do direito de praticar, se educar e reeducar na própria história. O feminismo comunitário, abordado na obra de Julieta Paredes *Hilando Fino* (2008), surgiu durante a Guerra do Gás de 2003, não é considerado pela autora como um movimento social, mas sim como uma perspectiva compartilhada que enfatiza a importância do território, a conquista da soberania alimentar, a defesa da água como fonte de vida e a proteção da terra e da vida dos povos originários em face da megamineração de lítio e cobre.

A ênfase no autogoverno emerge como um dos princípios fundamentais dessa abordagem comunitária. Adriana Guzmán (2014) revisita a história de Domtila Chungara, uma mulher mineira e sindicalista indígena, abordando-a sob a perspectiva feminista, juntamente com a história de Bartolina Sisa.

Figura 5 - Feminismo Comunitário Antipatriarcal



Fonte: Revista Colibri.

Adriana, educadora e comunicadora social, propõe uma reeducação relacional como parte integrante dessa prática. Isso implica em não acumular riquezas, buscando viver de maneira digna com o essencial, garantindo saúde, alimentação e educação de qualidade dentro da comunidade. Ademais, a autora pleiteia a restauração da autonomia corporal como um elemento crucial na edificação do prazer, convocando as mulheres a desvincularem-se da construção patriarcal do erotismo e a construir seus próprios orgasmos como uma forma de luta.

Quanto à cosmovisão aymara-quechua, Paredes busca subverter a concepção convencional de *chacha-warmi*, que simboliza homem e mulher, respectivamente. Ela ressalta que não se trata simplesmente de uma alternativa entre um feminismo da igualdade ou da diferença, mas sim de uma interpretação das próprias relações, construída por meio da atenta escuta das narrativas compartilhadas por mulheres indígenas na região hoje denominada Bolívia.

Na mesma obra, Paredes denominou a fusão entre o patriarcado europeu e o patriarcado pré-colonial como "entroncamento patriarcal". A presença de um patriarcado prévio à colonização europeia também foi explorada por Lorena Cabnal, co-fundadora do Movimento Feminista Comunitário-Territorial da Guatemala, que o chamou de

"convergência patriarcal". A antropóloga argentina Rita Segato, por sua vez, o referiu como "Patriarcado de baixa intensidade".

Isso significa reconhecer que as relações injustas entre homens e mulheres aqui no nosso país também ocorreram antes da colônia e não são apenas um legado colonial. Há também o patriarcado e o machismo boliviano, indígena e popular. Descolonizar o gênero, neste sentido, significa recuperar a memória das lutas das nossas tataravós contra um patriarcado que foi estabelecido antes da invasão colonial (Paredes, 2008, p. 6).

Despatriarcalização e tecnocracia de gênero

No âmbito teórico, María Galindo elaborou conceitos inspirados no anarcofeminismo, os quais, embora intrinsecamente vinculados à realidade boliviana, transcendem fronteiras. A escritora adotou um lema que está presente em alguns muros da Bolívia: "No se puede descolonizar sin despatriarcalizar". Essa frase foi escolhida como título de um livro lançado pela autora em 2013 que conta com um prefácio de Silvia Federici. Na obra, Galindo elabora uma teoria sobre a despatriarcalização e sustenta que o neoliberalismo predominante na década de 1990 promoveu a exaltação da noção de liberdade individual, o que foi extremamente prejudicial às mulheres em situação de vulnerabilidade econômica.

O coletivo passa a alertar e denunciar a institucionalização do feminismo latino-americano através de ONGs. O círculo profissional que está servindo o modelo neoliberal, aliado às elites governamentais, por vezes com vínculos de parentesco, influencia essas elites para conseguir espaços públicos visando o lucro (Galindo, 2006).

María Galindo nomeou como "tecnocracia de gênero" a instituição de técnicas precisas visando o lucro sobre mulheres em situação precária, o que para a autora vai além do feminismo institucional conhecido na Europa. *Mujeres Creando* acusa iniciativas não governamentais de promoverem relações de dependência envolvendo mulheres em dinâmicas mercantilistas e incentivando o uso de microcréditos oferecidos por iniciativas comerciais, condenando-as a dívidas infinitas (Galindo, 2006).

**“Frente ao poder, não se empodere.
Frente ao poder, se rebele!”**

Trecho do discurso apresentado por María Galindo no Encontro Internacional Feminista, realizado em fevereiro de 2023, em Madrid

Diante de tantas derrotas dos movimentos sociais para o neoliberalismo consolidado, resta identificar a necessidade de gerar um discurso, uma forma de linguagem que dribble o código da violência expressiva. Existem formas possíveis de autodefesa? Antes, os movimentos sociais que eram protagonistas decisivos na linguagem e nas formas de protesto se encontravam desarmados frente a esse novo código, que os ultrapassava em recurso, capacidade operativa e velocidade de resposta. Criava-se um modelo de desenvolvimento da "exceção", que supunha a possibilidade de sucesso e bem-estar social através de esforços individuais (Segato, 2016). Neste contexto, não restam hesitações quanto à direção a ser seguida: a proposta consiste em entrelaçar diversas lutas, unir esforços e alcançar uma comunicação efetiva.

O enfoque recai sobre a reflexão acerca da necessidade e da segurança na construção de um espaço social próprio, no qual o feminismo não seja apenas uma reunião quinzenal ou um grupo de leitura, embora esses sejam elementos fundamentais para a sociabilidade e o exercício de pensamento crítico, mas há que constituir algo maior, abrangente como um espaço de vida (Galindo, 2015).

O feminismo, nesse sentido, não se limita a eventos esporádicos; ao contrário, deve servir como alicerce fundamental para uma agenda que transcenda o individual, abraçando um projeto amplo de transformação social. A historiadora feminista Gerda Lerner desenvolveu em *A criação do patriarcado* (2019), a tese de que o patriarcado reflete tanto a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre mulheres e crianças na família, quanto a extensão dessa dominância na sociedade em geral.

Isso significa que o patriarcado é muito mais profundo do que pensar em mulheres totalmente impotentes ou privadas de direitos ou recursos. Assim, uma das tarefas mais árduas na história das mulheres é reconhecer o patriarcado em suas múltiplas formas, mudanças, adaptações e variações estruturais frente a pressão e demandas das mulheres. A luta pela emancipação das mulheres antecede a luta pelos direitos das mulheres.

A luta por direitos busca, com caráter reformista, dar às mulheres acesso às oportunidades que os homens já usufruem nas instituições. Mas a emancipação, para

Lerner, surge como um nível de consciência, a estrutura inicial de uma mudança radical. Portanto, é um projeto de longo prazo, que apenas se alcançará quando a atividade e a consciência emancipatória estiverem evidentes.

Esse conceito dialoga com o que María Galindo chamou de “feminismo intuitivo”, conceito abordado no livro da autora intitulado *Feminismo Bastardo* (2021). Em entrevista de María Galindo a Palabra Pública, da Universidad de Chile, ela define: “O feminismo intuitivo não é uma instrução ideológica ou a leitura de um artigo acadêmico, senão a decisão existencial e uma leitura direta da própria existência. Ao reivindicar o lugar de bastarda, abandona-se a romantização da mestiçagem e reconhece-se a origem violenta das amarras coloniais. É um convite a enfrentar as contradições da pele e da história, por mais doloroso que seja”.

Aquí no nosso continente, o grande tecido social de serviços baratos que geram bem-estar nas cidades, como os quiosques onde se come, por muito pouco, almoços completos, a capacidade de restaurar, costurar, requentar, reparar e reaproveitar tudo; É um tecido impulsionado e sustentado pela grande criatividade das mulheres que começaram a fazer tudo para sobreviver sem que o Estado lhes desse, nem elas esperassem: emprego, segurança social, creche, ou qualquer serviço. Essa massa de mulheres criou um tecido social fora do Estado que sustenta a vida urbana em diversas cidades do continente (Galindo, 2013, p. 33).

María Galindo é uma formadora de opiniões, cuja voz ressoa entre jovens de todos os gêneros, bem como entre mães, pais, avós e tias. Mesmo entre as mulheres religiosas, sua coragem em invadir escritórios para denunciar injustiças é admirável. Apesar de frequentes acusações de loucura, María é escutada porque o público, por vezes envergonhado e temeroso, reconhece que estão do mesmo lado.

Considerações finais

O propósito primordial deste estudo foi investigar a epistemologia das experiências feministas de base na Bolívia, com ênfase no papel crucial desempenhado pelo coletivo Mujeres Creando na construção de resistências autônomas. A análise aprofundada da práxis artística e sociopolítica desse coletivo, juntamente com suas extensões em cooperativas de trabalho e serviços jurídicos, permitiu a compreensão abrangente tanto da potencialidade material quanto simbólica dessas organizações de mulheres no país.

Resgatando a primeira obra literária de María Galindo, o que nos falta, em primeiro momento, é ver-se refletida, e ser também espelho. E se fossemos uma, o espelho uma da outra? Essa proposta não se limita apenas a buscar compreensão e reconhecimento de outras pessoas, mas também a oferecer esse mesmo espaço de validação e identificação. Diante do individualismo exacerbado, a imponência das corporações (fundada e mantida pelo ódio às mulheres) molda sonhos, sufoca o desejo e distorce as palavras.

As trocas parecem diminutas diante do domínio das ONGs, dos partidos políticos e da mídia controlada pela indústria cultural. Desenvolver habilidades em uma linguagem comum, facilitando a comunicação com as pessoas ao nosso redor, é crucial para dar início a mudanças substanciais. É preciso buscar referências, sondando e reconhecendo aquilo que é compartilhado. O mundo atual não se apresenta como uma escolha viável, assim como o paradigma de feminismo proposto não constitui uma opção adequada.

Explorar intuitivamente novas possibilidades de um mundo diferente. *¡Juntas y hermanadas!*

Sobre a autora

Denise de Melo é bolsista do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina, da Fundação Memorial da América Latina. Natural de Matão, interior de São Paulo, é graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista de Araraquara-SP. É militante feminista autônoma, mulher negra, lésbica, cantora e ceramista.

Referências bibliográficas

- AGUIRRE, René A. *Guerra y conflictos sociales. El caso rural boliviano durante la campaña del Chaco*. La Paz: Revista Edobol. (1987)
- BASCUR, Valentina. *Queremos todo el paraíso: La experiencia de despatriarcalización en Bolivia*. 2015. 91 págs. Trabajo de Conclusión de Curso, Ciencia Política y Sociología - Sociedad, Estado, y Política en América Latina. Universidad Federal de Integración Latinoamericana. 2015.
- CUSICANQUI, Rivera Silvia; LEHM, Zulema. *Los artesanos libertarios y la ética del trabajo*. La Paz: Editorial y Imprenta “Gamma”, 1988.
- CUSICANQUI, Rivera Silvia; *Oprimidos pero no vencidos*. La Paz: La Mirada Salvaje, 2010.
- DÍAZ, Gustavo. Argentina. 2017. Disponível em: « [Sindicato de Culinarias: mujeres en la lucha del pueblo boliviano | La tinta](#)». Acesso em: 06/10/23.
- DIBBITS, Ineke; PEREDO, Elizabeth; VOLGGER, Ruth; WADSWORTH, Ana Cecilia. *Polleras libertarias: Federación obrera femenina, 1927-1964* (1986). La Paz: Tahipamu, Taller de Historia y Participación de la Mujer, 1986.
- GALINDO, María: España. 2023. Disponível em: «[María Galindo en el Encuentro Internacional Feminista - YouTube](#)». Acesso em: 07/11/23.
- GALINDO, María. *No se puede descolonizar sin despatriarcalizar: teoría y propuesta de la despatriarcalización*. La Paz: Mujeres Creando, 2013.
- GALINDO, María. “La revolución feminista se llama Despatriarcalización”. In: CURIEL, Ochy; GALINDO, María. *Descolonización y despatriarcalización de y desde los feminismos de Abya Yala*. Série Feminista Siempre. España: Agencia Catalaña de Cooperación al Desenvolupament, 2015.
- GALINDO, María e PAREDES, Julieta. *Y si fuésemos una, espejo de la otra?: por un feminismo no racista*. Santa Cruz de la Sierra: Talleres Ediciones Graficas, 1992.
- GUZMÁN, Adriana. *Descolonizar la memoria y los feminismos*. Publicado por La Paz: Tejido de la Rebeldía. 2014.
- GARCÍA-PABÓN, Leonardo. *Sensibilidades Callejeras: El Trabajo Estético y Político de ‘Mujeres Creando.’* Revista de Crítica Literaria Latino-americana, vol. 29, no. 58, 2003, pp. 239-54.
- JARA, Ramírez Angela Viviana. Monografía: *Mujeres Creando: Una propuesta desde el activismo político y feminista a través del arte*. Universidad Distrital Francisco José de Caldas Facultad de Artes ASAB. Colombia. 2017.
- LERNER, Gerda. *A Criação do Patriarcado - História da Opressão das Mulheres pelos Homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.

MALHEIROS, Mariana. *A construção de feminismos contra-hegemônicos na Bolívia: contribuições dos movimentos Mujeres Creando e Feminismo Comunitário*. InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais, v.9, n.1, jan./jun. 2023, Brasília, p. 407-428. Acesso: 28/06/23.

MARTÍN, Nicole. Revista Colibri. Argentina. 2020. Disponível em: ¡Ni Una Menos, sin racismo nos queremos! - Entrevista a Adriana Guzmán | Revista Colibri. Acesso em: 14/10/23.

MORALES, B. Barbara. Chile. 2023. Disponível em: «María Galindo: «El feminismo deja de incomodar cuando se vuelve un patrimonio elegante de pequeñas élites» – PALABRA PÚBLICA (uchile.cl)». Acesso em: 02/12/23.

ONAEM: Bolívia. 2017. Disponível em: «https://issuu.com/redtrasex/docs/informe_nacional_bolivia». Acesso em: 04/11/23.

PAREDES, Julieta Carvajal. *Hilando Fino. Desde el Feminismo Comunitario*. La Paz: LIFS, 2008.

SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

Cap.

09

Tempo em desaceleração: narrativas fílmicas anticoloniais no cinema de realizadoras latino-americanas



Manuela Andrade

Tempo em desaceleração: narrativas fílmicas anticoloniais no cinema de realizadoras latino-americanas

Manuela Andrade

O tempo, em suas múltiplas dimensões e implicações no cinema produzido por mulheres, diretoras ou roteiristas ligadas às causas indígenas, é o objeto deste trabalho. Sob a ótica da temporalidade analiso as seguintes produções: *Luz nos trópicos* (2020), da colombiano-brasileira Paula Gaitán, *Rama Pankararu* (2022), roteirizado por Bia Pankararu (e dirigido por Pedro Sodré), *Mala Junta* (2016), da mapuche Claudia Huaquimilla, *Tio Yim* (2019), da zapoteca Luna Marán, e *El verano de los peces voladores* (2013), da chilena Marcela Said. Para poder imergir nas proposições de tempo invocadas por esses filmes, primeiramente é necessária uma pontuação sobre a ideia de temporalidade, que simboliza o respectivo inverso da concepção das cosmologias ancestrais convocadas pelas obras. Ao contextualizar esse ponto de partida e delimitar o que estaria fora, o que seria rejeitado por estas formas de perceber a temporalidade, mais uma vez vem à tona o ocidentalismo como viés superestimado a ser superado.

Diante da ineficiência (para ironizar essa palavra sintonizada ao desenvolvimentismo capitalista) histórica do cientificismo ocidental para lidar com problemas como o caos climático, por exemplo, é impossível que os guardiões da modernidade continuem defendendo a cisão entre natureza e cultura, entre humanos e não-humanos. Diante da constatação de que o próprio projeto político-científico ocidental humano levou a civilização a tal estado de escassez, não é mais possível continuar observando a natureza a distância, com um binóculo: imaculada, ilesa e hipoteticamente salva, sob a alcunha de meio-ambiente, numa redoma de vidro. Uma situação que leva o antropólogo e filósofo da ciência Bruno Latour a indagar provocativamente: “Jamais fomos modernos?”. Taxar tudo o que é antigo como ultrapassado e velho, de forma binária e excludente, descambou no protagonismo das máquinas de moer gente e árvores como vencedoras no palco da história.

A modernidade assume tantos sentidos quantos forem seus pensadores ou jornalistas. Ainda assim, de uma forma ou de outra, todas as definições apontam para a passagem do tempo. No discurso e nas práticas, quando são usadas as palavras *moderno*,

modernização e modernidade, por contraste, define-se a existência de um passado arcaico e estável. Além disso, essas palavras são sempre usadas em meio a polêmicas, a brigas em que haveria ganhadores (os modernos) e perdedores (os antigos). *Moderno*, portanto, é duas vezes assimétrico: assinala uma ruptura na passagem regular do tempo; e assinala um combate no qual há vencedores e vencidos. (Latour, 1994, p. 15)

Quando a modernidade, base estrutural emblemática do saber ocidental, parece perecer, como reorganizar esse discurso? Como rearticular as palavras e reorganizar o baralho? Latour afirma que há, de fato, uma crise instaurada quanto a esta ditadura da narrativa do tempo: “Se hoje há tantos contemporâneos que hesitam em empregar este adjetivo [...], é porque nos sentimos menos seguros ao manter esta dupla assimetria, não podemos mais assinalar a flecha irreversível do tempo nem atribuir um prêmio aos vencedores”. (Latour, 1994, p. 15). Assim, o primeiro ato desse destrono da ditadura do tempo parece ser desempossar os vencedores, tirá-los dos pedestais.

Aliada ao pensamento de Latour, a pesquisadora Isabelle Stengers também se ancora na crítica à narrativa dominante ocidental, ao observar o fazer científico extremamente intrincado com a política desde os primórdios. Stengers tira a ciência | narrativa ocidental do pedestal e a encara como exercício de articulação estratégico de ideias e visões de mundo. Para ela o campo das *Social Studies in Science* e a chamada antropologia das ciências contestaria a separação entre ciências e sociedade, pois esses pesquisadores visam estudar a ciência como um projeto social como outro qualquer. Para Stengers, palavras como objetividade, realidade, racionalidade, verdade e progresso deveriam ser colocadas sempre em cheque, diante da pretensão binária da qual emergiram, usando um julgamento autoritário e falho para explicar o mundo. Stengers “nos remete à noção de produção de novos espaços, novos acontecimentos, novas explicações, não imutáveis, não universais nem subservientes” (Massoni; Moreira, 2015, p.112).

Tatiana Roque, em seu livro *O dia em que voltamos de Marte*, explora a concepção do conhecimento na época do racionalismo. Ela afirma que mesmo na chamada Era da Razão, do Iluminismo, havia ainda pesquisadores muito vinculados ao cristianismo, fazendo com que ciência e religião permanecessem imbricadas. Em um dos capítulos do livro, Tatiana conta uma anedota sobre Newton: ao ser questionado por outro físico acerca de uma fragilidade da Lei da Gravidade, ele justificou sua tese afirmando

que o principal responsável por garantir a ordem na órbita dos planetas seria Deus. Vale lembrar que as leis de Newton só seriam comprovadas por cálculos nos anos seguintes. Essa anedota deixa nítidas as inconsistências do racionalismo associado à ciência e da própria linha do tempo ocidental.

Em entrevista com Ailton Krenak, no projeto do Ciclo Selvagem de 2023, Viveiros de Castro defende que vivemos um tempo em que, por necessidade, ciência e mitologia parecem voltar a dar as mãos; e a Academia passa a observar a cosmopolítica indígena com respeito. Viveiros diz que é preciso ouvir os povos indígenas para entender como garantir uma sobrevivência humana no planeta, ouvir os encantados, os deuses indígenas. Afinal, o que fez Newton, no auge do Iluminismo, ao defender sua teoria de um julgamento? Usou o Deus branco. Na verdade, o pacto para abrir caminhos de diálogo entre ciência e cosmologias não ficou restrito ao período medieval pré-racionalismo. Ao que parece, na época de Newton só não era permitido manifestar crenças diversas às do cristianismo.

O que o racionalismo tem a ver com o tempo do relógio, com o tempo da bomba-relógio do ocidente e com a cosmologia dos povos indígenas nas obras cinematográficas que analiso? A questão é que o tempo do relógio criado pelos humanos foi que ditou a forma de gerir o mundo ocidental e contaminou toda a Terra com a aceleração capitalista. A questão é que o tempo outro, o tempo da natureza, simplesmente não teve espaço diante da concepção racional ocidental, que findou no consumo desmedido das florestas numa caixinha Tetra Pak⁷¹. O tempo de regeneração de solos ou de rios é lento, é outro: o tempo não-humano fala outras línguas, ainda pouco ouvidas pelo homem-cidade, pelo “homem racional”.

Outro marco histórico ocidental, desta vez nas artes, o Modernismo sedimentou-se no Brasil como movimento que visava a ideia de unidade nacional, que pregava o multiculturalismo, numa apaziguante imagem do que seria o país. A estes artistas modernos pespegou-se a ideia de terem colaborado para o imaginário brasileiro de um país que “caminha para frente” rumo à legitimação da “diversidade” de povos que aqui habitam. O problema é que nesse quadro, por vezes, foram obliteradas e reproduzidas

⁷¹ Tetra Pak é a marca da maior fornecedora mundial de embalagens cartonadas para produtos alimentares em forma líquida, sem necessidade de refrigeração. Ela também fabrica equipamentos usados no envase de outros tipos de alimentos e no seu processamento. No Brasil, o nome da empresa é usado de forma genérica, para designar as embalagens de papel revestidas por plástico. [Nota do editor]

violências históricas.

Na dramaturgia *Makunaimã: o mito através do tempo* (2021)⁷², ilustrada pelo falecido artista indígena do povo Makuxi, Jaider Esbell, existe um exercício de crítica elaborada a *Macunaíma*, de Mário de Andrade (1928), celebrado livro do Modernismo. A obra proporciona um encontro fictício entre uma curadora, uma antropóloga, um indígena Makuxi, um Wapixana e um Tauperang, um filósofo, um especialista em literatura, dentro outros, para debater a obra de Mário de Andrade na contemporaneidade. O livro visa fazer uma revisão do mito de Makunaimã, inspiração para a escrita da obra de Andrade, com a presença de povos indígenas e de diversos acadêmicos, no intuito de bater de frente com as problemáticas desse clássico do Modernismo. O mais inusitado da obra é que o próprio Mário de Andrade aparece no evento como um fantasma e adentra o debate.

Mário:

Você é índio, mas não apenas. É também nordestino. Suas histórias estavam misturadas quando eu as conheci. Assim como eu, que sou preto, como diz nosso amigo filósofo. Mas, olhe para mim. Eu pareço preto? Quão preto? Há como medir o quanto de preto há em mim? Não seria meu espelhamento disso que incomoda?

Não seria meu livro um espelho?

Laerte:

Sim. Incomoda porque não era para ter sido assim. O fato consumado não justifica. O mais importante para você entender, Mário, é que eu não sou índio: sou Wapichana. A palavra índio é uma das generalizações que o Brasil produziu para ocultar seus crimes. O que quer que seja que o Brasil fez do meu povo não me torna um índio. Sou Wapichana. (Taurepang *et al*, 2019, p.42)

Nesse encontro-fantasma sobre a famosa obra de Mário de Andrade, o público (ou o leitor) é provocado quanto à concepção estereotipada do seu anti-herói e quanto à narrativa que mescla histórias de povos indígenas diferentes sem qualquer distinção. Neste livro-dramaturgia, finalmente ouvem-se as vozes indígenas que inspiraram Mário – e elas estão vivas, não moram no passado; têm inclusive títulos acadêmicos para discutir com as mesmas ferramentas usadas pela branquitude.

⁷² “O conceito de autoria adotado para este livro é aquele que, de acordo com Paul Zumthor em *A letra e a voz* (Companhia das Letras, 1993), predominou na Idade Média, quando as histórias eram narradas por diversos contadores na tradição oral e eventualmente, num esforço coletivo feito em oficinas de copistas, uma versão dessa história era transcrita e escrita para ingressar o universo literário. Todas as histórias e ideias contidas neste livro foram contadas ao longo do evento “Makunaimã: o mito através do tempo”, ocorrido nas quatro casas da organização social Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua, e à Literatura em agosto de 2018. A dramaturgia foi escrita e, posteriormente, todos puderam ler o texto e fazer sugestões. Os direitos autorais do livro são dedicados aos narradores indígenas Taurepang, Macuxi e Wapichana. [Nota do editor]

Ao refletir sobre o tipo de identidade engendrada pelo Modernismo, em que não havia espaço para a voz dos habitantes primeiros, mais uma vez surge a questão: que tipo de caminhar para frente é esse: ocidental, concebido e calcado na exclusão, na cristalização de estereótipos? Essa alavanca ocidental de hipervalorização do novo parece trazer, com certas nuances do Modernismo, mais uma tratoração das ciências de povos indígenas inteiros, em muito semelhante ao tipo de violência cometida no início da invasão das terras de Pindorama. A mesma inquietação quanto à exclusão de artistas indígenas na arte contemporânea legitimada também está presente em trabalhos como o do artista plástico Denilson Baniwa que ficou conhecido pela *performance* de protesto “Pajé-onça hackeando”, na 33ª Bienal de São Paulo, em 2019.

Contar anedotas como a de Newton ou ressignificar, sob outro prisma étnico, clássicos da literatura como *Macunaíma*, de Mario de Andrade, tornam mais perceptível a decadência de certas palavras-cânones inventadas, como *progresso* e *razão*. Os marcos históricos da linha temporal dos supostos vencedores ocidentais já carregam consigo tamanha inconsistência quanto suas ambições primeiras; ou, por outro lado, talvez não consigam disfarçar as intenções tão bem e por tanto tempo ocultas: as desculpas parecem não dar conta, envelheceram mal.

Uma vez contextualizado o *tempo ocidental*, espectro ao qual vou me referir a partir daqui, é vez de dialogar com outras elaborações temporais alternativas à ditadura estabelecida que surgem nesta pesquisa. A ideia de tempo será desenvolvida para abarcar a maneira pela qual os filmes concebem a experiência temporal: tanto ao explorar uma *percepção não-linear da temporalidade*, em trabalhos que mesclam passado e presente nas cenas, bem como ao externar nas imagens um ritmo diferente, que pode destoar da concepção moderna e acelerada do tempo.

Não-linearidade em *Luz nos trópicos*

O filme *Luz nos trópicos*, de Paula Gaitán, explora de maneira intensa o recurso da não-linearidade temporal. O fio condutor da história não é o tempo contínuo e linear, em que o passado é seguido pelo presente e pelo futuro na montagem das cenas. O filme opera com três eixos dramáticos: um deles trata dos invasores europeus que chegam ao Brasil, em busca de reconhecimento do território; outro dá luz ao presente, mesclando a narrativa da vida contemporânea de um descendente Kuikuro na cidade e sua imersão na

aldeia do povo indígena de origem; no outro ainda, os personagens do passado adentram o presente, a exemplo de quando o invasor europeu visita o povo Kuikuro. Esses três blocos se misturam ao longo do filme e a narrativa parece provocar uma mixagem entre essas temporalidades, instigando o espectador a entender as distintas temporalidades de maneira paralela. Ao passo que passeia pelo rio da memória de Gaitán, o espectador observa, de um lado, os invasores zonzos e perdidos no primeiro encontro com o território, em meados de 1500; do outro, depara com o descendente Kuikuro nos anos 2000, tentando conectar-se com suas origens. A militante feminista aymara Julieta Paredes chama a atenção para o paralelismo temporal presente desde o início da invasão da América Latina:

Es la angustia de Europa Occidental de jamás haber entendido que fue lo que les pasó, cuando Colón, por casualidad, ojo, ¡por casualidad!, llega a estos territorios y se encuentra con otro mundo en un mismo planeta, otro mundo coexistiendo y viviendo en otro tiempo paralelo. Nunca entendieron, las y los europeos, que no son los únicos en el mundo. (Paredes, 2020, p. 45)

A aldeia Kuikuro retratada no filme preserva sua estrutura original e os indígenas que ali habitam mantêm sua língua e suas tradições. Apesar de certa crítica à visão nostálgica de povos indígenas na contemporaneidade, como alheios às influências da aculturação (como já ocorreu em relação a obras de Sebastião Salgado, por exemplo), Gaitán parece escolher essa etnia – a mais isolada – para tornar mais explícito o propósito narrativo de revelar que o tempo passou de modo diferente para esse povo. Enquanto o filme enquadra metrópoles surgidas da herança dos invasores europeus, o povo Kuikuro continua tendo tudo de que precisa no seio de sua aldeia. Os Kuikuro não sofreram a contaminação devastadora do progresso, da razão científica ocidental. Portanto, a reprodução de certa imagem *pura* dos povos indígenas não parece fruto de um romantismo da diretora; nem ela pretende reforçar um retrato estereotipado dos Kuikuro – presos ao passado, impossibilitados de uma vida não aldeada ou de influências tecnológicas da civilização, como o uso de celular, por exemplo. Esse instrumento narrativo estratégico parece ser usado para a construção de um argumento.

Em *Luz nos trópicos*, a diretora parece tecer certo tipo de reverência ao bloco dramático dos Kuikuro: quando o personagem chega à aldeia, como se chegasse a seu seio familiar, é o momento do longa-metragem em que se vê encontro, acolhimento. Nos dois outros eixos dramáticos os personagens parecem vagar por entre dúvidas e incertezas. A bússola de Paula Gaitán parece apontar para o presente–passado dos

Kuikuro como uma rota de fuga e de encontro.

Passado e presente fundidos

Os três filmes pesquisados apresentam rituais que fundem passado e presente em uma só cena ou sequência. Nesses rituais marca presença a força dos encantados imemoriais. É relevante ressaltar que algumas dessas imagens de rituais não exibem apenas reproduções ficcionalizadas. Em *Rama Pankararu*, por exemplo, classificado como filme de ficção, vemos cenas documentais da Corrida do Imbu⁷³. O ritual não foi produzido: o encontro dos Pankararu ocorreria no período das filmagens e eles autorizaram seu registro audiovisual. Para Leda Martins, os rituais não reverenciam o passado; ao encená-los esses povos os trazem para o presente:

Contrapondo-se à imaginada primazia da escrita e do discurso verbal, Roach afirma que a *performance* revela aquilo que, muitas vezes, os textos silenciam. Neste viés as *performances* rituais, cerimônias e festejos, por exemplo, são férteis ambientes de memória dos vastos repertórios de reservas mnemônicas, ações cinéticas, padrões, técnicas e procedimentos culturais recriados, restituídos e expressos no e pelo corpo. Nessa perspectiva o ato performático ritual não apenas nos remete ao universo semântico e simbólico da dupla repetição de uma ação re-apresentada, mas constitui, em si mesma, a própria ação. (Martins, 2022, p. 47)

Rituais como a Corrida do Imbu são momentos de sintonia máxima do povo Pankararu com os encantados, seres de luz cuja carne humana já faleceu e hoje habitam o lugar sob outra forma. No filme, portanto, a cena do ritual não é apenas homenagem ou invocação de pessoas queridas que se foram; é a certeza da presença desses seres entre os Pankararu, é outra lógica de estar junto. Ao trazer rituais como esse para os filmes, a relação passado–presente, tão valorizada pelos povos indígenas, materializa-se na tela.

Desaceleração e lentidão

Todos os filmes analisados nesta pesquisa caracterizam-se pela desaceleração e pela lentidão, presentes na concepção tanto da estrutura conceitual como das sequências

⁷³ A Corrida do Imbu se desenvolve ao longo de vários dias, em diversas fases, com música ritual, cantos, coreografias e danças, realizadas em terreiros vinculados aos encantados (ou *praiás*). Parte importante da Corrida do Imbu são as refeições oferecidas aos encantados e a todos os participantes, estabelecendo um circuito de trocas entre o mundo visível e o invisível. [Nota do editor]

fílmicas. Por serem narrativas que se desenvolvem em áreas rurais e de floresta, o tempo da natureza parece auxiliar a cadência mais vagarosa da movimentação dos personagens no espaço. Um exemplo é o momento em que a personagem Bia Pankararu convida a jornalista Paula para observar a terra indígena do alto da serra e, lá chegando, ficar em silêncio por alguns instantes diante da paisagem sertaneja, para observar o rio ao longe e as aldeias que teimam em permanecer ali. Outro exemplo, em *Mala junta*, é o encontro casual de jovens amigos à sombra de uma árvore; a desaceleração convocada pela atmosfera que os rodeia sela sua amizade.

O filme *Tio Yim* (2019), da zapoteca Luna Marán, também é tecido por uma lenta e prazerosa espera até que o quebra-cabeça familiar da cineasta passe a se encaixar. Já em *El verano de los peces voladores* (2013), da chilena Marcela Said, o tempo de apenas um veraneio dilata-se no corpo e na sensibilidade da personagem Manena, fazendo-a assumir sua inadequação ao contexto familiar marcado pelo neocolonialismo. Em *Luz nos trópicos*, de Paula Gaitán, as quatro horas de projeção convidam a uma longa viagem de canoa, sem pressa, pelos confins da memória colonial e originária dos mais de 500 anos do que se chama Brasil.

Como esses elementos dialogam com o propósito da pesquisa? A não-linearidade, a mistura entre passado e presente e a desaceleração não são apenas modos de nortear as narrativas fílmicas; são modos de desenhar os mundos que enfocam. Por sobre essa pausa se pressupõe tudo que pode nascer e abundar junto a ela. Olhar para o horizonte em *Rama Pankararu* é atravessar séculos, até a assinatura da carta que consagrou a posse da terra para aquele povo; muito além disso, é sentir na paisagem e nas rodas de *praiás*⁷⁴ a presença dos anciãos hoje encantados, mas que um dia honraram aquele solo. Olhar a paisagem não como terra a ser comprada aos olhos capitalistas, mas como lugar a ser cuidado, preservado. Ali, se depender das lideranças Pankararu o tempo do progresso ocidental não terá vez.

Ainda sobre pausas, lentidão e desaceleração: rememoro um encontro de agroecologia xukuru que tive o prazer de acompanhar. Na chegada ao local, repleto de agricultores Xukuru de diversas aldeias e alguns professores de universidades federais

⁷⁴ *Praiá* é a veste ritual usada nas práticas religiosas e rituais em que são invocados os encantados. Nesses rituais, os que usam as vestes representando essas entidades espirituais são chamados de *praiás*. Feita de palha de croá. A veste tem duas partes: a máscara ou casaco e a saia. Seu objetivo é preservar a identidade do indígena, que ao vesti-la, seguindo os preceitos religiosos, se torna o próprio encantado. [Nota do editor]

que ali estavam para contribuir, tive acesso à programação. Após as falas de abertura, dona Zenilda, ex-companheira do falecido cacique Xikão, cantou um *toante*⁷⁵, que introduziu uma roda de *toré*. O toré não estava previsto na lista de atividades do dia, mas se prolongou por muito tempo.

Nas falas que se seguiram ao toré fui me dando conta de que a pressa, o cumprimento estrito da tabela de atividades, fiel ao tempo do relógio, ali não fazia sentido para ninguém. O toré tivera o poder de parar o tempo, de criar um túnel de acesso ao passado e ao saber ancestral, tão valioso quanto as discussões do dia. Em minha memória ficaram as letras dos toantes, que complementaram os demais pontos da programação, as trocas de sementes, a potência da visita de um ornitólogo que falou sobre as aves do território e sobre como elas poderiam contribuir ou atrapalhar o plantio. Tudo estava interligado.

A maneira como a matéria tempo é desenvolvida nos filmes em análise tem também o poder de subverter lógicas ocidentais de relação com a temporalidade; e, como o *toré*, tem o poder de conferir o devido valor a formas de percepção outras, esmaecidas pela ditadura do tempo ocidental.

Desaceleração e cinema lento

O filme de Paula Gaitán navega nas águas em que se misturam passado e presente e segue o curso do rio, costurando uma determinada leitura do tempo. O tempo de espera que as cenas longas convocam parece provocar um mergulho no agora com maior intensidade, alargando os sentidos e vindo a se conectar com o “quase agora” dos Kuikuro, o não-futuro do presente–passado.

No livro *A floresta é o nome do mundo*, ficção científica de Ursula K. Le Guin (2020), alguns seres iluminados detêm a capacidade especial de sonhar acordados. Esses seres-personagens do planeta Athse, pertencem a uma espécie que mistura humanos e natureza, coberta por folhagens e com sinergia fora do comum com os elementos da floresta. A habilidade de sonhar sem precisar dormir desses personagens é um poder

⁷⁵ Os *toantes* são cantos com funções importantes nos rituais indígenas. Há toantes específicos para cada situação, dia e hora. O *toante* é cantado por apenas um cantador ou cantadora. Entre os rituais que esse anuncia e envolve está o *toré*, ritual que reúne música, dança, fé e brincadeiras, envolvendo toda a comunidade em momentos importantes. [Nota do editor]

similar ao dos xamãs, videntes e encantados dos povos indígenas, capazes de enxergar além do que se vê. Em consonância ao enredo de Le Guin, também a narrativa fundacional Kuikuro depende da plena atenção ao presente (semelhante a sonhar acordado) para se constituir:

A narrativa *Tahununu*, contada pelo falecido Agatispa, traz a possível localização de origem dos povos Karib alto-xinguanos, antes de terem se deslocado da lagoa Tahununu para o leste do rio Culuene. Boa parte da narrativa pode ser considerada um mito, o da origem sobrenatural da lagoa de Tahununu. Um homem ao ir para a roça de mandioca sempre passava por uma grande árvore que fazia um forte barulho parecido com água; o narrador afirma que a árvore era *inhüngü tunga üngü tsekegü ekugu* ('a casa dele, a casa da água, muito grande mesmo'). Um dia, muito curioso, o homem foi lá ver e percebeu que havia muitos peixes ao tirar a pedra que tampava a entrada da árvore. Assim, sem querer ele liberou os peixes e a água cobriu toda a aldeia e formou a lagoa de Tahununu. (Rabello, 2013, p. 70)

O olhar alargado sobre o presente exige atenção especial, intensa sobre o agora: o tempo do silêncio, para que se escute o barulho da água; o tempo da curiosidade. para chegar perto do que se divisa; o tempo de olhar cuidadosamente para o que há ao redor, as árvores e suas especificidades. É óbvio que o olhar dos xamãs para as maravilhas de suas descobertas é distinto; mas Gaitán emprega esforços estéticos na desaceleração temporal, de modo a convocar atenção do espectador à magia do presente e leva-lo a um prolongado estado de vigília sonhadora.

Tudo é lento e contemplativo no longo caminho trilhado pelo personagem, o descendente dos Kuikuro, desde seu trajeto no barco até sua chegada à aldeia. Uma das sequências mostra todo o processo de preparo do beiju. Momentos de silêncio no encontro entre personagens atestam também um tipo de calma e de cumplicidade. São sinais, ao longo da montagem e da fotografia, de que não há pressa. O grande acontecimento é acompanhar aquela rotina e se deixar encantar pelos pormenores.



Aos poucos, o público é gradativamente levado a observar a metamorfose do personagem, que corta o cabelo e é pintado com as grafias corporais dos Kuikuro. A

lentidão e a espera revelam algo de novo, compartilhado com o espectador, fazendo dele cúmplice da busca de si pelo descendente indígena e do elo entre o jovem e sua avó. Nada é automático, tudo é repleto de reflexão.

Ao tratar sobre o uso da lentidão na cinematografia, Lúcia Nagib (2015) chama a atenção para as sutis mudanças que propostas estéticas desse tipo propiciam, para os movimentos dessas imagens lentas e as transformações que podem testemunhar. A calma e a atenção que o personagem do mito fundacional dos Kuikuro dedicava ao presente é também a almejada por Gaitán, ao retratar o olhar do personagem diante daquele mundo que passa a conhecer, a nação de seus avós. A cadência nas imagens indica que sua busca por parentesco não se dá por via sanguínea e cartesiana, mas pela abertura sensível à magia daquelas pessoas e daquela paisagem. A sequência do rotineiro preparo do beiju, por exemplo, ganha significado especial quando se constata que a mandioca, uma das bases da alimentação da aldeia, conecta-se aos peixes na cosmologia e narrativa fundacional dos Kuikuro:

Vários elementos são notáveis nesse mito kuikuro. Inicialmente, sem dúvida ele explica a existência do lago Tahununu, bem como a origem de diversos peixes grandes e importantes, e o porquê de serem encontrados em abundância neste lago. O peixe desempenha um papel primordial na subsistência kuikuro, suprindo praticamente toda a proteína necessária em sua dieta. Além disso, o peixe ocupa uma posição proeminente também em sua mitologia. Assim, por exemplo, conta-se que a mandioca, sua principal cultura, cresceu originariamente no fundo de um rio, sendo propriedade de um peixe que a cultivava. Foi desse peixe que os Kuikuro finalmente obtiveram a mandioca e dela se apropriaram. O peixe, como tantas outras personagens míticas kuikuro, é um *itseke*. E, para os Kuikuro, muitas das coisas, boas ou más, que aconteceram a eles no passado são obra desses espíritos, que fazem parte do mundo que os rodeia até os dias de hoje. (Carneiro, *apud* Rabello, 2013, p.71)

Os planos longos do filme de Gaitán, como o do preparo do beiju ou as cenas do barco pelo rio, podem proporcionar o acesso do espectador à sensação da duração real do tempo, segundo Matilda Mroz. Para ela, esta sensação ativaria uma resposta corpórea àquelas imagens perante a temporalidade, intensificando a presença do espectador: por exemplo, os planos longos da viagem de barco, observando o rio, convidam o público a adentrar essa experiência com maior intensidade, mais atenção aos pormenores e, conseqüentemente, maior cuidado para enxergar o que permanece imóvel e o que se movimenta, se metamorfoseia.

Os planos longos estão especialmente associados a uma ‘habitação’ da duração real do tempo, na qual a sensação corporal da temporalidade é priorizada em detrimento da sua codificação narrativa disjuntiva. Tanto para Bazin como para Deleuze, segundo Beasley-Murray, ‘a especificidade do cinema reside no seu

desdobramento da imagem no tempo real que se torna o tempo vivido do pensamento e do corpo”⁷⁶. (Mroz, 2012, p. 93. Tradução nossa)

Com os planos longos de Gaitán, aquilo que o corpo do espectador pode vir a sentir sensorialmente o aproximaria da paisagem e conseqüentemente dos entes humanos e não-humanos que a ocupam. Uma abertura para o mundo sensorial que convida o público a uma imersão no presente–passado Kuikuro.



Rituais, ritmos imagéticos e paralelismo temporal

Como analogia para a leitura da temporalidade no cinema, o filósofo Henri Bergson se utiliza da música para falar das notas se mesclando umas nas outras ao compor uma canção. Para ele, a duração no cinema é composta por uma profusão de ritmos, ou estados de consciência, que se misturam, dando origem à leitura da imagem:

Para Bergson, a duração é composta de ritmos variados que se interpenetram no tempo, em vez de se sucederem no espaço. Bergson frequentemente empregava uma analogia musical para explicar a duração. Em *Time and Free Will*, por exemplo, ele discutiu a interpenetração em relação às “notas de uma música, fundindo-se, por assim dizer, umas nas outras”. Neste livro defendo que os conceitos que envolvem a duração podem ser úteis para a análise cinematográfica. Em certo sentido, é claro, o tempo cinematográfico está sujeito à medição: um filme, projetado na velocidade apropriada, dura um período de tempo mensurável. Uma cena ou tomada pode durar segundos ou minutos. Esse tipo de tempo é calculável. Se, no entanto, os estados de consciência e de afeto estão num processo contínuo de fusão e interpenetração, como as notas de uma melodia, se a duração é composta de ritmos variados, então também podemos ver a passagem do tempo no filme como uma composição de processos interpenetrantes e uma multiplicidade de ritmos⁷⁷.

⁷⁶ Trecho original: “Long-takes are especially associated with an ‘inhabitation’ of the real duration of time, in which the bodily sensation of temporality is prioritised over its disjunctive narrative coding. For both Bazin and Deleuze, according to Beasley-Murray, ‘the specificity of cinema remains its unfolding of the image in the real time that becomes the lived time of thought and the body’”.

⁷⁷ Trecho original: “For Bergson, duration is made up of variegated rhythms which inter- penetrate in time rather than succeeding one another in space. Bergson frequently employed a musical analogy to explain duration. In *Time and Free Will*, for example, he discussed interpenetration in relation to ‘the notes of a tune, melting, so to speak, into one another’. In this book I argue that concepts surrounding duration can be useful for film analysis. In some sense, of course, cinematic time is subject to measure: a film, projected at the appropriate rate, lasts a measurable amount of time. A scene or a shot may last seconds or minutes. This

(Mroz, 2012, p. 3)

Essa variedade rítmica estaria presente em qualquer imagem fílmica aos olhos de Bergson. No entanto, o intuito aqui é destacar como as cenas rituais, especificamente, são ricas para observar a multiplicidade de camadas sensoriais presentes nessas sequências.

Em *Rama Pankararu*, a cena que precede o Cansação, ritual que faz parte da Corrida do Imbu se inicia com uma conversa em que Paula pergunta a Bia sobre sua experiência no rito. O tom de emoção de Bia ao narrar a experiência é evidente. É neste momento do filme que ela fala sobre “se sentir pertencente àquele lugar e ele lhe pertencer”. É noite e a cena é cortada por um plano geral de externa da aldeia. Esta cena abre uma sequência repleta de fantasmagoria. O som do maracá ao fundo parece convocar o espectador para o lado de fora da casa. Em uma segunda imagem, uma senhora sentada na calçada toca o instrumento. Tudo permanece escuro e apenas esta senhora está iluminada, como num palco em que o holofote de luz se dirige ao personagem principal. É a única cena do longa em que um personagem do filme que não tem conexão direta ou relação com Bia aparece sozinho. Tal arranjo narrativo traz uma camada de mistério e, ao mesmo tempo, uma convocação à imersão no espaço coletivo da aldeia, uma vez que um efeito de eco parece revelar outras vozes, enquanto o som do maracá aos poucos passa a ser acompanhado por outros instrumentos tocados no ritual. A senhora parece tocar diretamente para o público e convocá-lo a se deixar afetar pelo ritmo, antecipando algo que vem adiante, como um presságio.



Na cena seguinte vemos Bia com roupa de dormir, atordoada, caminhando por uma estrada de terra que corta a mata. Ela olha para os lados e para trás, meio perdida. É quando se nota que pode se tratar de um sonho, pois a imagem ganha uma correção de cor perolada. As cenas dessa caminhada de Bia são montadas junto às imagens dos *praiás*

kind of time is calculable. If, however, states of consciousness and affect are in a continual process of fusion and interpenetration, like the notes of a melody, if duration is made up of variegated rhythms, then we can also see the passing of time in film as made up interpenetrating processes and a multiplicity of rhythms.”

em um ritual que se subteme ser o do Cansanção⁷⁸.

A quantidade de *ritmos* dessas imagens – o som do maracá em eco, a construção de uma atmosfera fantasmagórica, o tom onírico que propositalmente faz confundir sonho e realidade – carrega consigo implicitamente o receio de Bia em participar de um ritual tão importante e a grande responsabilidade por se conectar com os ancestrais, na culminância daquele valioso símbolo ritualístico do seu povo.

A Corrida do Imbu é o ritual Pankararu mais importante do ano e se inicia quando o primeiro imbu maduro é localizado. Organiza-se então o Flechamento do Imbu, ritual que costuma ocorrer entre os meses de outubro e dezembro⁷⁹. O resultado da disputa entre humanos e encantados no Flechamento indica se haverá colheita boa ao longo do ano seguinte. O ritual está diretamente ligado ao período de frutificação da árvore do imbuzeiro, que historicamente tem grande relevância para a subsistência sertaneja. Imbu em tupi antigo significa “fruta que dá água” e a narrativa fundacional Pankararu está vinculada ao fruto:

“A gênese dos encantados remonta a um tempo mítico. Havia alguns homens brincando em um terreiro. Período de muita seca, predominava uma vegetação sedenta de água e praticamente sem vida. A escassez era tanta que até o fumo para encher o cachimbo estava em falta. No decorrer da dança o capitão da frente dirigiu-se ao cantador e pediu fumo. Este disse que talvez sua mulher tivesse um pouco. Com o cachimbo pela metade de fumo, ela negou o pedido por estarem em pleno período de seca. Terminando o ponto do terreiro, como castigo por ter negado compartilhar o fumo, o cantador se transformaria em imbuzeiro que deveria frutificar o ano todo. E a mulher, dona do cachimbo principal, deveria se metamorfosear em raposa alimentando-se apenas dos imbus derramados dessa árvore. Então oito participantes da brincadeira partiram para a Cachoeira da Itaparica, localizada no São Francisco. Havia uma peneira que os transportou para o fundo das águas. Levaram também um menino como acompanhante. Este ficou três dias dentro da cachoeira, tempo que o mandaram retornar para contar a história. Contou então sobre o mundo de fartura onde cantavam, dançavam, fumavam e comiam. Era um reinado onde tinha tudo. Esses homens tornaram-se entidades vivas, denominadas encantados. São responsáveis pela proteção da aldeia e dos Pankararu”. [versão editada sobre o surgimento dos encantados, narrada por José Auto dos Santos, março, 1999] (Matta, 2005, p. 75)

A cosmologia Pankararu é reencenada anualmente na Corrida do Imbu. Esse rito

⁷⁸ Prática tradicional em que os indígenas celebram e renovam os laços comunitários, além de reverenciar seus ancestrais e fortalecer a conexão com a natureza. Cantos, danças, oferendas e rituais de cura praticados no Cansanção são uma das formas de comunhão espiritual e cultural para a comunidade Pankararu. [Nota do editor]

⁷⁹ Os *praiás* (indígenas que representam os encantados na cerimônia que abre a Corrida do Imbu) devem flechar os imbus para depois disputarem um cabo de força: homens contra homens e homens contra *praiás*. Deste cabo de guerra depende a sorte da colheita do ano. [Nota do editor]

marca o início da fase de abundância e proporciona trocas entre humanos e não-humanos, pois o prato da imbuzada é partilhado entre todos. Nele, os encantados reforçam a hierarquia do grupo, sendo os responsáveis pelo fechamento da Corrida através do mestre-guia que os representa. E exigem respeito: o mestre-guia não faz sua aparição pública no final do rito se perceber que não há respeito por sua presença. A Corrida do Imbu é, portanto, um mergulho anual e intenso nas origens dos Pankararu. Toda a magia que envolve essa experiência é transposta para a tela em *Rama Pakararu* e a multiplicidade de ritmos sensoriais das imagens tenta traduzir a complexidade temporal assimilada por Bia. Complexidade, pois a duração daquele ritual não prescinde de uma viagem no tempo em que estão presentes ancestrais, encantados e não-humanos. Uma viagem à data primeira do mergulho dos encantados na Cachoeira de Itaparica.

O sonho que antecede a ida de Bia ao Cansanção para se integrar à experiência real de vivenciar aquele processo não é fortuito. O que seria adentrar o terreno dos encantados senão sonhar acordada? A viagem no tempo da ficção científica é realizada todos os anos pelos Pankararu, ao conviverem presencial e ritualmente com os *praiás* – entidades sem rosto identificado que os conectam a um tempo outro, que os fazem sonhar despertados com os ancestrais, que já não estão mais ali em carne e osso.

Em dado momento da narrativa da ficção *Floresta é o nome do mundo*, de Le Guin (2020), os personagens athseanos ensinam a um dos humanos, que até então viam como aliado, que a palavra sonho possui o mesmo significado da palavra raiz. O que é a Corrida do Imbu senão um grande sonho desperto com as raízes daquela nação indígena sertaneja? O diálogo que proponho com o livro de Le Guin, uma ficção especulativa, é uma forma de refletir sobre as duas perspectivas narrativas, o que me permite atentar, com fascínio, para sua gigantesca diferença. Quando a magia – ou a viagem no tempo – é uma espécie de dado de realidade rotineiro na experiência de povos indígenas, a noção de fantasia, essencial na ficção especulativa, fica embaraçada: para os Pankararu a matéria tempo é essencialmente ancestral.

Sobre romper fronteiras temporais lineares

Na cena de abertura de *Luz nos trópicos* uma imagem de tom avermelhado toma todo o quadro. Aves ligeiras voam em um céu vermelho etéreo e riscam as nuvens numa coreografia desordenada. É sintomático observar que o animal que protagoniza o quadro

de abertura do filme seja não-humano. Um sinal inicial ponto que concerne especificamente ao tema em discussão: a possibilidade de viajar sem enxergar fronteiras, própria da natureza das aves. Ao longo do filme, essa possibilidade será alargada pela diretora Gaitán para a capacidade de viajar por temporalidades distintas.

No mesmo ângulo em que se veem aves sobrevoando as árvores de uma floresta enquadram-se imagens mais urbanas, pontes e uma cidade ao fundo. A câmera mira o céu, vezes apenas enxerga as nuvens, vacila e hesita, meio desnorteada – a máquina na mão deixa a imagem tremida. O movimento parece forjar um ponto de vista de quem procura por algo por entre as nuvens, algo que aparenta estar descolado da atmosfera fria dos prédios envidraçados da cidade que se vê ao longe. O som do bater de asas sobressai à orquestra da trilha sonora; por vezes é tão alto e grave que os pássaros parecem estar próximos do espectador, tentando dizer algo. Para onde vão? De onde vieram?

Na última cena dessa sequência avermelhada vê-se o descendente Kuikuro, que olha para a paisagem urbana ao longe. Após um corte, já com a imagem em coloração realista, ele está na mesma locação, de olhos fechados, como se meditasse. Em voz *off*, entra narração sobre a origem do homem na Terra de acordo com a cosmologia Kuikuro:

E houve a Aurora, Mawutzinim criou o mundo. As nuvens desenharam recados e a noite se tornou dia. Mawutzinim disse que os seres seriam eternos. Criou o homem e a mulher. Disse que os peixes brotariam das pedras e se tornariam água, rios e riachos. Se tornariam mar, vento, tempestade, ar. E assim se passariam doze luas e Mawutzinim determinou que seu filho voltasse à terra prometida, lá onde os homens são eternos. Eis a história do mundo. (*Luz nos trópicos*, Direção: Paula Gaitán, 2020)

As aves parecem as eternas mensageiras desse tempo outro da narrativa. O ar por onde voam é o mesmo do tempo dos ancestrais. As partículas invisíveis suspensas pelo vento e a embalar a dança dos pássaros fazem parte de uma dança contínua e cíclica do tempo e rememoram os que vieram antes. Uma dança da qual participam as realizadoras dos filmes citados neste texto – elas engendram o desaparecimento de fronteiras temporais ao criarem imagens que lançam os espectadores nas intermitências do presente | passado | futuro.

Sobre a autora

Manuela Bezerra Gouveia de Andrade é formada em jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco e fez o mestrado em Culturas Midiáticas Audiovisuais na Universidade Federal da Paraíba. Atualmente, cursa o doutorado no Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual (PPGCINE), da Universidade Federal Fluminense. Em 2023 foi bolsista do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina, da Fundação Memorial da América Latina. Além de pesquisadora acadêmica, Manuela Andrade é escritora e cineasta. Lançou os livros eletrônicos *Distribuição do cinema pernambucano: um estudo contemporâneo (2013 a 2017)*, em parceria com Enock Carvalho, e *Territórios: cinema e fabulações no Nordeste do Brasil*, com Anti Ribeiro, Carol Almeida e Mariana Souza. Dirigiu o curta-metragem documental *Fantasia de índio* (com o qual participou da 21ª Mostra de Cinema de Tiradentes e do X Janela Internacional de Cinema do Recife, entre outros festivais nacionais e internacionais) e o curta-metragem de ficção *Colômbia*, selecionado para o 27º Festival Mix Brasil, além de trabalhar no desenvolvimento da série de documentários *Vizinhos ancestrais*, em parceria com Bia Pankararu. Como curadora, atuou na concepção da Mostra Absurda, do Festival de Cinema de Triunfo, Pernambuco.

Referências bibliográficas

- DE LUCA, Tiago; BARRADAS JORGE, Nuno. (eds.). *Slow Cinema*. Edinburgo: Edinburgh University Press, 2015.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *O espírito da floresta*. 1ª ed. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia da Letras, 2023.
- LATOURE, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LE GUIN, Úrsula K. *Floresta é o nome do mundo*. Tradução: Heci R. Candiani. SP: Editora Morro Branco, 2020.
- MARTINS, Leda Maria. *Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela*, Rio de Janeiro, Editora Cobogó, 2021.
- MASSONI, Neusa, MOREIRA, Marco. “A visão epistemológica de Isabelle Stengers”. *Ensino, Saúde e Ambiente – Revista do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências da Natureza, Universidade Federal Fluminense*. v. 8, n. 2, p. 111-141, ago. 2015.
- MATTA, Priscila. *Dois lados da mesma corrente: uma etnografia da Corrida do Imbu e da penitência entre os Pankararu*. 2005. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo. 2005.
- MROZ, Matilda. *Temporality and Film Analysis*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2012.
- NAGIB, Lúcia. The Politics of Slowness and the Traps of Modernity. In: DE LUCA, T; BARRADAS JORGE, N. (org.). *Slow cinema*. Edinburgo: Edinburgh University Press, 2015.
- PAREDES, Julieta. *Para descolonizar el feminismo*. Bolívia: Feminismo Comunitario de Abya Ayala, 2020.
- RABELLO, Aline Varela. *Marcadores de modalidade epistêmica nas narrativas históricas Kuikuro*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Linguística. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- ROQUE, Tatiana. *O dia em que voltamos de Marte: uma história da ciência e do poder com pistas para um novo presente*. São Paulo: Planeta, 2021.
- TAUREPANG et al. *Makunaimã: o mito através do tempo*. São Paulo: Elefante, 2019.

Cap.

10

Aracy Amaral e a América Latina - uma revisão crítica da doação ao e à biblioteca MAC-USP



Rachel Vallego

Aracy Amaral e a América Latina – uma revisão crítica da doação ao acervo e à biblioteca MAC-USP

Rachel Vallego

Um traço fundamental da personalidade profissional de Aracy Amaral (1930) é a curiosidade, o desejo e disponibilidade para continuar se atualizando sobre o mundo que a cerca. Sua formação em jornalismo indica-nos o meio encontrado para expressar e compartilhar suas descobertas: a escrita. De artigos de jornal à publicação de livros que se tornaram referência para a história da arte brasileira, Aracy ajudou a construir um campo de estudos antes marcadamente masculino, e o fez principalmente por meio da pesquisa sobre outra mulher, a artista Tarsila do Amaral. Suas primeiras publicações foram a dissertação de mestrado, *Artes plásticas na Semana de 22*, seguido pela publicação de *Blaise Cendrars no Brasil e os modernistas*, ambos em 1970, e *Tarsila do Amaral, sua obra e seu tempo*, publicada em 1975, fruto de sua tese de doutorado defendida em 1973. Essas publicações são marcos da historiografia da arte brasileira.



Aracy Amaral em 2022.
Foto: Denise Andrade

Ao se debruçar na pesquisa sobre Tarsila do Amaral, Aracy recuperou a memória da artista que havia ficado relegada ao tempo, e iluminou a genialidade individual da pintora, mas também desafiou ativamente as construções historiográficas que perpetuavam a marginalização do trabalho das mulheres na arte. Sua abordagem crítica não se limitou à análise estilística das obras de Tarsila, mas se estendeu à contextualização sociocultural, proporcionando uma compreensão mais profunda das complexidades e desafios enfrentados pelas mulheres no universo artístico. Aracy, assim, não apenas preencheu uma lacuna na história da arte brasileira, mas também lançou as bases para uma abordagem mais equitativa e inclusiva, redefinindo a narrativa artística sob uma ótica feminista.

Aracy Amaral desempenhou um papel pioneiro também ao tornar-se a primeira pesquisadora a defender uma tese em história da arte no Brasil, marcando uma conquista notável e duradoura. Não que não houvesse escritos anteriores, como livros ou artigos, mas até aquele momento, todos os professores de história da arte haviam feito suas formações no exterior, em universidades estrangeiras. Assim, podemos dizer que Aracy Amaral inaugura o campo da historiografia da arte na universidade brasileira. Logo após sua defesa na Universidade de São Paulo, se vêem outras mulheres seguirem seus passos – por exemplo, Annateresa Fabris defende mestrado em 1977 sobre Portinari, Lisbeth Rebolo Gonçalves, mestrado em 1978 sobre Aldo Bonadei, Ana Maria Belluzzo mestrado em 1979 sobre Votolino, e Vera d’Horta Beccari, mestrado em 1979 sobre Lasar Segall, também na USP.

É importante observar que a formação em nível universitário de cursos dedicados às artes plásticas é bastante tardia no Brasil, sendo que o primeiro Bacharelado em Artes passou a ser oferecido em 1969 na Escola de Comunicação e Artes da USP. Em 1972 foram incluídos os níveis de mestrado e doutorado, no qual se insere a pesquisa realizada por Aracy Amaral sob orientação de Walter Zanini. Em seguida, Aracy torna-se professora por um curto período na própria ECA, e depois, a convite de Flávio Mota, migra para a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/USP). Lá lecionou disciplinas voltadas para a história da arte e iniciou a pesquisa “Hispanidade no Brasil”, na qual realizou um levantamento comparativo das casas de fazenda do interior de São Paulo com as *haciendas*, viajando pela Argentina, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela. Publicado em 1981, Aracy defende a confluência da arquitetura colonial entre esses territórios.

Aracy Amaral sempre foi uma mulher muito dinâmica e, durante suas viagens, estabeleceu contatos com críticos de arte nos países por que passou. Assim construiu uma rede de amizades e trocas intelectuais que marcariam sua atuação como crítica de arte, também refletida nas aquisições de livros que formaram sua biblioteca, alvo desta análise.

É necessário ainda observar outros dois marcos importantes na trajetória de Aracy Amaral: o período em que esteve na direção da Pinacoteca do Estado de São Paulo, entre 1975 e 1979, e do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC-USP), de 1982 a 1986. Nesse ínterim, Aracy teve breve participação na Bienal de Arte Latino-Americana, em sua primeira edição em 1978, como crítica de arte convidada; e seria a organizadora da segunda edição, programada para 1980, que não ocorreu.

Durante a década de 1970 houve muita discussão a respeito da terminologia *arte latino-americana* e, segundo Aracy nos relata, era de seu interesse nomear a contribuição dos países que compõem a América Latina no cenário das discussões internacionais⁸⁰. A seu ver, seria muito mais valioso construir uma conexão do Brasil com países vizinhos da América Latina, do que a manutenção da posição historicamente subalterna em relação à Europa e Estados Unidos. Sua abordagem visionária foi marcada pela intenção decidida de desvincular-se das hierarquias culturais estabelecidas, desafiando a percepção de inferioridade imposta historicamente à produção artística da América Latina. Ao invés de aceitar passivamente a subalternidade cultural, Aracy buscou construir conexões sólidas entre o Brasil e outros países latino-americanos, reconhecendo a riqueza e a diversidade intrínsecas à produção cultural da região. Essa busca por conexões transcendeu as fronteiras geográficas, implicando uma postura decolonial que confrontava ativamente as narrativas hegemônicas e o eurocentrismo que há muito permeavam a compreensão da arte e cultura.

Ao construir relações com artistas, instituições, museus, curadores e críticos de arte, Aracy se posicionou como uma liderança nacional e internacional, que levaria ao convite para a organização da 16^o Bienal Internacional de São Paulo, e ao evento que a precederia, a 2^o Bienal Latino-Americana. Como a primeira edição havia recebido inúmeras críticas, Aracy decidiu convidar críticos e personalidades de todo o continente para uma votação democrática sobre se deveria ou não haver uma segunda Bienal Latino-Americana. Contudo, sua proposta foi vencida, e diante do desinteresse da maioria por

⁸⁰ Entrevista à autora em 4 de novembro de 2023.

um evento que valorizasse a região, Aracy decide entregar o cargo, que posteriormente seria oferecido a Walter Zanini.

Conforme o pesquisador Tálisson de Melo Souza (2021) desenvolve em sua tese de doutorado, a Fundação Bienal de São Paulo passava por inúmeros desequilíbrios desde o boicote à X Bienal, passando por problemas financeiros e uma profunda crise de legitimidade como evento representativo do calendário artístico internacional. Isso tudo, somado às questões de políticas das ditaduras que assolavam a América-Latina, enfraqueceu a viabilidade tanto teórica quanto prática de uma Bienal exclusiva dos países latino-americanos. Contudo, uma visão internacionalista prevaleceu. A proposta de Zanini dissolveu as representações nacionais, criando uma diluição das leituras regionalistas para um diálogo estético e formal focado nas obras e nos artistas.

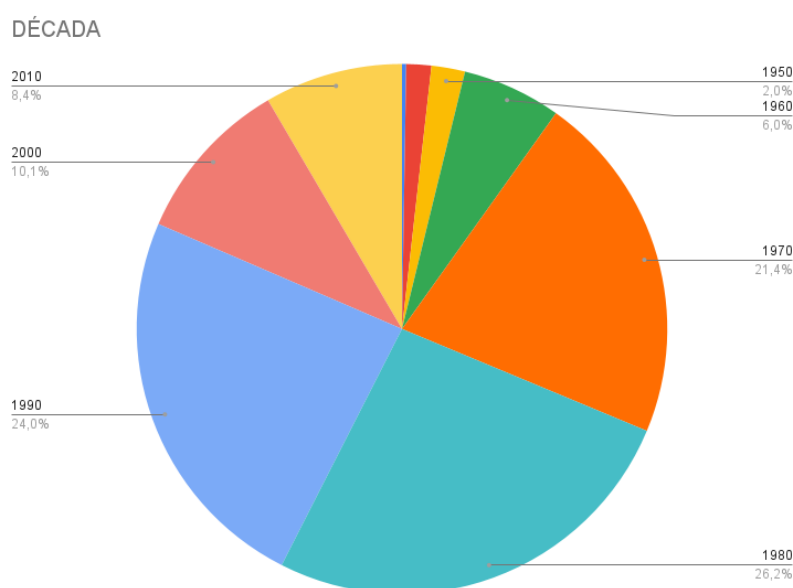
Ainda que o projeto de Aracy Amaral não tenha vingado, sua proposta era uma afirmação da importância de quebrar com as tradições eurocêntricas e oferecer um espaço significativo para as expressões culturais latino-americanas. Ao propor uma Bienal que priorizasse a expressão e o reconhecimento das diversas vozes artísticas da região, Aracy estava, de fato, defendendo a necessidade de um diálogo mais equitativo e inclusivo no cenário artístico global.

Isso também não impediu que Aracy desse continuidade a suas pesquisas e contatos internacionais, evidenciados pelas inúmeras participações em congressos internacionais, publicações em revistas e também na sua atividade como diretora do MAC- USP. Durante sua gestão o MAC realizou cerca de duas exposições por ano com temática latino-americana. Nesse contexto, cabe ainda mencionar o papel fundamental de Aracy em projetos como a catalogação de Documentos Críticos da Arte Latino-Americana e Latina para o International Center for the Arts of the Americas, do Museu de Belas Artes de Houston (ICAA MFAH) e como a elaboração do *Catálogo Raisonné de Tarsila do Amaral* em 2007.

Ao desafiar a noção de que a autenticidade e o valor cultural residiam exclusivamente nos centros tradicionalmente dominantes, Aracy Amaral tornou-se uma voz influente na promoção de uma visão mais ampla e equitativa da riqueza cultural latino-americana. Sua atuação reflete não apenas a rejeição da subalternidade, mas a afirmação vigorosa da validade e da importância intrínseca à produção cultural da América Latina no cenário global.

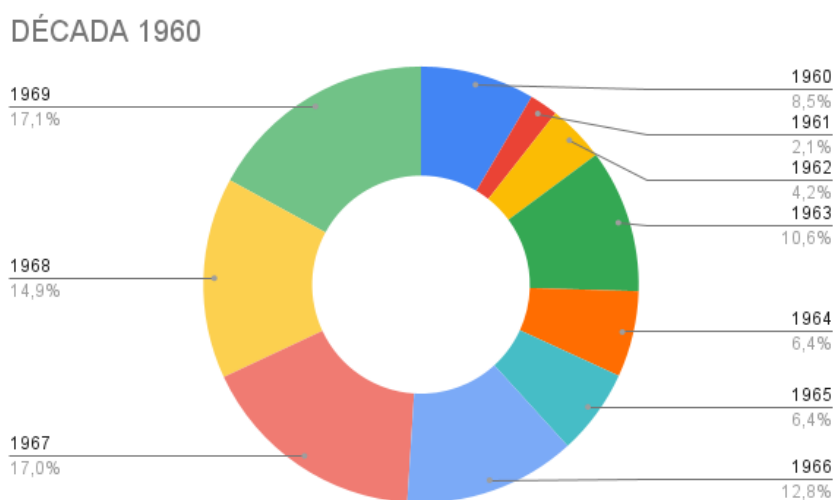
A biblioteca Aracy Amaral no MAC-USP

Ao longo dos anos, Aracy reuniu uma quantidade considerável de materiais, livros, catálogos, revistas, publicações de todo tipo que ganhou em suas viagens, que se transformaram na doação de 786 itens para a biblioteca do MAC-USP, efetivada em 2022. Os materiais passaram por processo de catalogação, higienização e armazenamento, compondo a Biblioteca Aracy Amaral. Durante a pesquisa foram surgindo alguns dados que permitem uma análise quantitativa da coleção. O livro mais antigo é de 1937, *Anales del Instituto de Investigaciones Estéticas*, editado pela Universidade Autônoma do México (Unam), exemplar de uma coleção com edições até 1988; e o livro com data mais recente é 2020. Assim, nota-se que Aracy nunca parou de pesquisar e expandir seu acervo. Deve-se ressaltar, contudo, a concentração de títulos publicados entre as décadas de 1970-1990, totalizando 552 obras. Na década de 1970 temos 166 livros, 1980 com 202 livros, e 1990 com 184 livros.



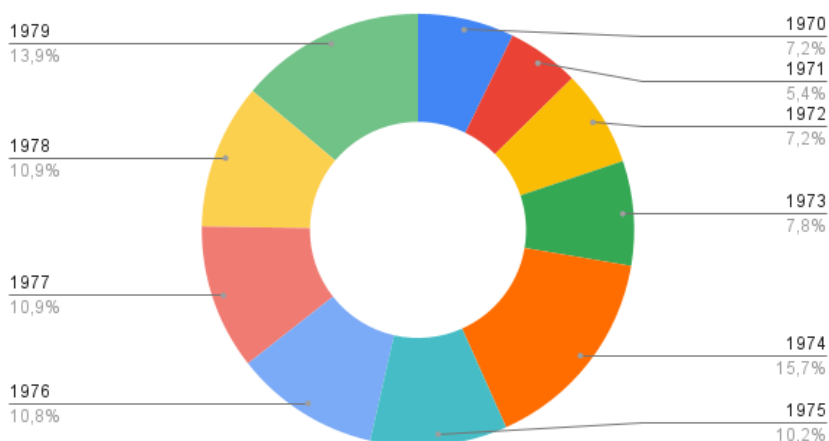
Ainda que nem sempre seja possível verificar quando os livros foram efetivamente adquiridos por Aracy Amaral, uma vez que apenas em alguns há a anotação da data na folha de rosto, podemos fazer algumas inferências com base nos períodos de atuação e nos projetos em andamento realizados por Aracy nesses anos. A pequena quantidade de títulos das décadas de 1930 (2), 1940 (12) e 1950 (16) foi constituída principalmente por títulos que provavelmente embasaram a pesquisa para seu livro A

hispanidade em São Paulo. É o caso de *Los jesuitas en Córdoba*, de Joaquín Gracia, 1940, *Bibliotecas argentinas durante la dominación hispánica*, de Guillermo Fúrlong Cárdiff, 1944, por exemplo. Desse período Aracy também destacou dois títulos: de Jorge Romero Brest, *Qué es el arte abstracto*, de 1953, e de Germán Arciniegas, *Entre la libertad y el miedo*, de 1952. Enquanto o texto de Brest é uma obra de estética, Arciniegas foi um historiador que debateu especialmente a política latino-americana, naquele momento já submetida a diversos governos ditatoriais.



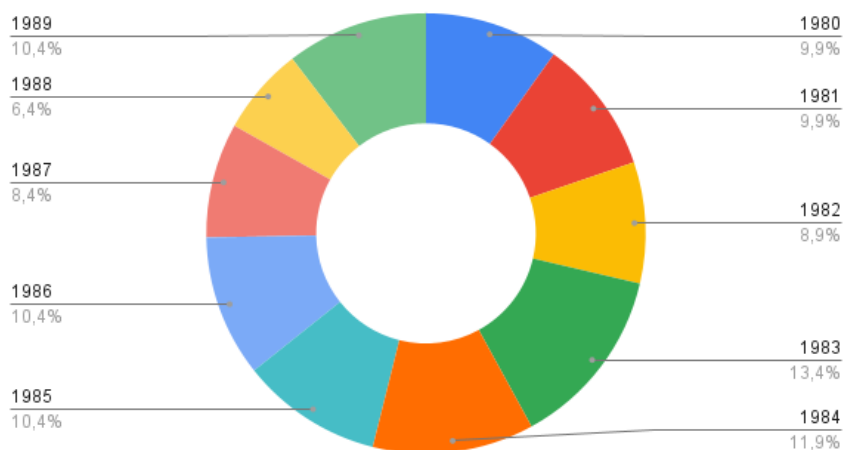
Na década de 1960 há apenas 47 títulos, dentre os quais Aracy destacou *Arte, estética, ideal*, obra em três volumes do pintor uruguaio Pedro Figari. Nesse precioso ensaio estético e filosófico, o autor define a estrutura do trabalho: na primeira parte, enfoca a Arte que “estuda os arbítrios e formas de ação do homem, na segunda parte, a Estética, suas formas de relacionamento com a realidade, e na terceira parte o Ideal, a individualidade humana em si e como entidade capaz de melhorar suas formas de ação” (Figari, 1960, Vol, I, p. VII). Dois títulos dessa década também foram peças fundamentais para a pesquisa da hispanidade: de Yves Bottineau, *Baroque ibérique: Espagne, Portugal, Amérique Latine*, e de Guillermo Fúrlong Cárdiff, *Historia social y cultural del Río de la Plata, 1536-1810*, ambos publicados em 1969.

DÉCADA 1970



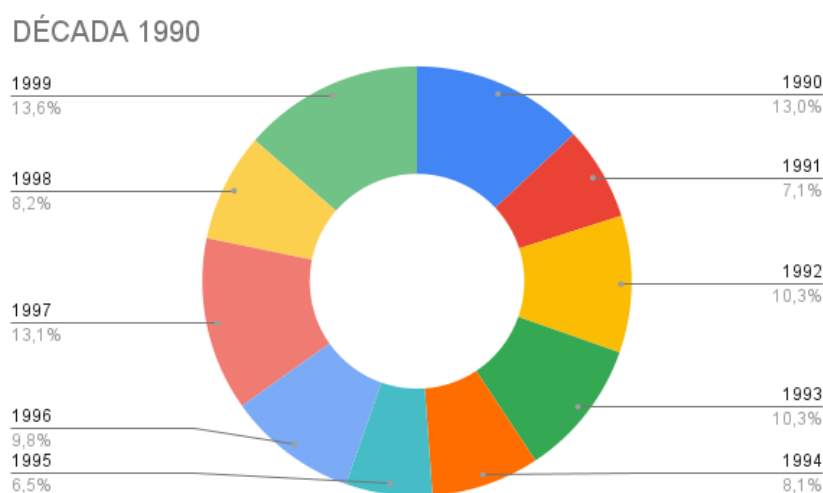
Em relação à década de 1970, os anos com mais livros publicados são 1974, com 26 títulos, e 1979, com 23 títulos. Aracy destacou a obra *América Latina en sus artes*, de Damián Bayón, publicada em 1974, como uma de suas referências de pesquisa da época. Na folha de rosto uma anotação indica que ela ganhou o livro de presente do autor durante seminário em Austin, em novembro de 1975. O livro, organizado em três partes – a primeira, A arte latino-americana no mundo de hoje; a segunda, Raíces, assimilações e conflitos; e a terceira, Arte e sociedade⁸¹ –, é o segundo da série da Unesco intitulada “América Latina en su cultura”, seguindo o primeiro, *América latina en su literatura*.

DÉCADA 1980



⁸¹ Em tradução livre da autora.

Em relação à década de 1980, 1983 é o ano que acumula mais títulos, sendo 27 no total. Aracy chamou atenção para o livro *El mito del arte y el mito del pueblo*, de Tício Escobar, publicado em 1987, em que o autor discute o conceito de arte popular, problematizando-o. O crítico de arte paraguaio era à época também diretor do Museo del Barro. Na década de 1990 pontuou o livro *El ojo que mira – artistas de los noventa*, de Victoria Verlichak. Publicado em 1998, a obra livro apresenta um panorama dos artistas argentinos.



Essa sucinta apresentação de títulos da Biblioteca Aracy Amaral no acervo do MAC-USP visa oferecer um pequeno vislumbre sobre a coleção. Não seria possível eleger qual o livro mais importante ou significativo de cada década, nem seria essa nossa pretensão. Considerando a Classificação Decimal Dewey (CDD), utilizada pela biblioteca para catalogação dos livros, há uma predominância – já esperada – de livros na série 709, dedicada à história da arte (182 títulos), e na série 759, dedicada à pintura (137 títulos). Novamente, esses números pretendem apenas demonstrar áreas de interesse recorrentes na trajetória de Aracy Amaral, mas pudemos identificar ao menos 76 outras áreas de interesse que aparecem, mesmo que com um único título.

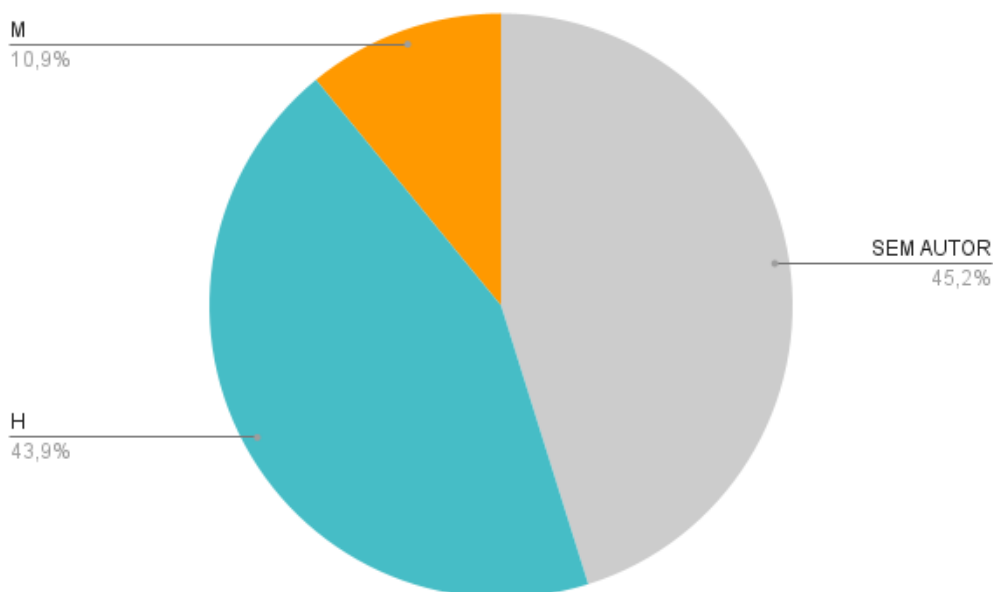
Outro dado interessante que pode ser extraído dessa análise quantitativa foi identificar os autores que estão presentes na maior quantidade de livros desse acervo. Jorge Glusberg aparece com 20 títulos; contudo, ao mostrar esse dado a Aracy Amaral, ela pontuou que Glusberg era um grande promotor de si mesmo e sempre fazia questão de presentear seus livros. Ainda que seja o autor com maior quantidade de títulos, ele não

pode ser apontado como o mais significativo para os interesses das pesquisas de Aracy Amaral. Tício Escobar aparece na sequência, com 14 livros, Damián Bayón com 12, Marta Traba com 10, Juan Acha e Mirko Lauer com 8 cada, Guillermo Fúrlong Cárdiff com 7, Néstor García Canclini e Jorge Romero Brest com 6 cada.

Ao observar os autores mais recorrentes, Aracy relatou que alguns sim foram pessoas com quem teve bastante proximidade intelectual, como Marta Traba, Damián Bayón e Juan Acha. Foram muito mais do que autores presentes em sua biblioteca pois, ao buscar parcerias intelectuais com esses críticos, Aracy fomentou um intercâmbio vital de ideias, bem como construiu pontes entre diferentes perspectivas críticas e estéticas da arte latino-americana. Além de expandir o alcance de suas investigações, esse diálogo intercultural pode ser lido no contexto decolonial, pois Aracy não apenas desafiou fronteiras geográficas, mas também transcendeu barreiras intelectuais, rompendo com as estruturas de poder centradas nos círculos culturais ocidentais dominantes.

O pesquisador Eustáquio Ornelas Cota Jr. (2022), em tese recentemente defendida, aborda as relações entre Marta Traba e Aracy Amaral, interessadas ambas na afirmação de um campo artístico por meio de um viés crítico de aproximação cultural entre os países latino-americanos. As duas críticas “refletiram sobre as artes e culturas da América Latina de modo conectado aos variados contextos históricos, urbanos e regionais, tais como a aproximação dos países latino-americanos, as questões das identidades e alteridades, a Guerra Fria e o impacto da cultura norte-americana.” (COTA JR., 2022, p. 17). Ainda que o tom e o engajamento possam variar, ambas questionavam os modelos de submissão ao eixo Europa–Estados Unidos. Para Aracy Amaral era de especial interesse escrever uma história da arte a partir de nossa posição, fato que se perdeu com a predominância da visão internacionalista. No ensaio “O regional e o universal na arte: por que o temor pelo latino-americanismo?”, Aracy comenta que enquanto “o excitante ‘clima’ latino-americano proporciona, com todas as suas incoerências, a possibilidade de existência simultânea de ‘fazer artístico’ diversos”, na Europa existe apenas “o erudito, pseudo-erudito, e ponto final” (Amaral, 1983, p. 294).

É interessante observar inclusive que após o falecimento precoce de Marta Traba em 1983, o estado de São Paulo decide homenageá-la, batizando uma das galerias do Memorial da América Latina com seu nome.



Ao analisarmos a biblioteca em relação ao gênero, encontramos 86 títulos publicados por mulheres, o que corresponde a apenas 10,9% do total desse acervo. Contudo há necessidade de uma ressalva, pois encontramos 355 livros sem autoria definida. Nesse grupo encontram-se livros, catálogos, brochuras ou pequenos livretos em que nem sempre há um autor explícito. Dos 270 autores claramente identificados, apenas 45 são mulheres. Este dado, embora em conformidade com expectativas preexistentes, instiga reflexões sobre as complexidades inerentes à atribuição de autoria em contextos diversos. A representação feminina na biblioteca de Aracy Amaral, embora numericamente modesta, sugere a necessidade de uma análise mais profunda das dinâmicas de autoria e reconhecimento no cenário cultural que a historiadora da arte tão incansavelmente explorou. Ainda que os números reflitam desigualdades, eles abrem portas para um diálogo mais amplo sobre as vozes femininas na produção cultural, desafiando-nos a considerar não apenas a quantidade, mas a qualidade e o impacto das contribuições femininas na trajetória artística latino-americana.

Conclusão

O legado de Aracy Amaral transcende as páginas dos livros que compõem sua biblioteca. Sua trajetória é marcada por uma incessante busca pelo conhecimento e uma corajosa atitude crítica diante das narrativas estabelecidas. Desde os primeiros passos na

historiografia da arte brasileira, ao resgatar a memória de Tarsila do Amaral e desafiar construções historiográficas que marginalizavam as mulheres na arte até sua ousada proposta de uma Bienal Latino-Americana, Aracy destacou-se como figura visionária, comprometida com a equidade e a diversidade cultural.

Ao tornar-se a primeira pesquisadora a defender uma tese em história da arte no Brasil, Aracy não apenas abriu caminhos para outras mulheres na Academia, mas contribuiu significativamente para uma historiografia mais inclusiva e abrangente. Seu papel como diretora da Pinacoteca do Estado de São Paulo e do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo acentuou o impacto de sua atuação na cena cultural brasileira, e suas incursões na Bienal de Arte Latino-Americana e em projetos internacionais consolidaram sua posição como líder que buscava conectar, em vez de dividir, as expressões culturais da região.

A análise de sua biblioteca revela não apenas a amplitude de seus interesses, mas também a rede de colaborações internacionais que construiu ao longo de sua carreira. Seus contatos com críticos de arte como Marta Traba, Juan Acha e Damián Bayón não se limitaram a trocas de livros; foram laços intelectuais que se refletiram em sua atuação como crítica, curadora e promotora de uma visão latino-americana mais ampla e autônoma.

A decisão de Aracy Amaral de desafiar as normas eurocêntricas e propor uma Bienal Latino-Americana pode não ter se concretizado, mas isso não diminui a importância de sua iniciativa. Sua visão de uma expressão artística autêntica e reconhecida na América Latina, dissociada das hierarquias culturais impostas historicamente, permanece como um chamado à reflexão sobre a representatividade na arte.

A análise quantitativa de sua biblioteca, com a concentração de títulos nas décadas de 1970-1990, reflete não apenas a época em que Aracy atuou de forma mais ativa, mas também sua dedicação contínua à pesquisa e à expansão de seu acervo. Ao identificar os autores mais recorrentes, percebemos que sua coleção vai além de um conjunto de livros; é um testemunho das relações interculturais que ela fomentou ao longo de sua carreira.

No exame específico sobre o gênero na biblioteca, os números revelam desigualdades, mas também abrem espaço para discussões mais amplas sobre as vozes femininas na produção cultural. Aracy, ao desbravar terrenos historicamente dominados

por homens, deixou um legado que transcende a mera quantidade de livros; ela lançou as bases para uma narrativa mais justa e inclusiva, desafiando paradigmas e construindo pontes entre culturas e gêneros.

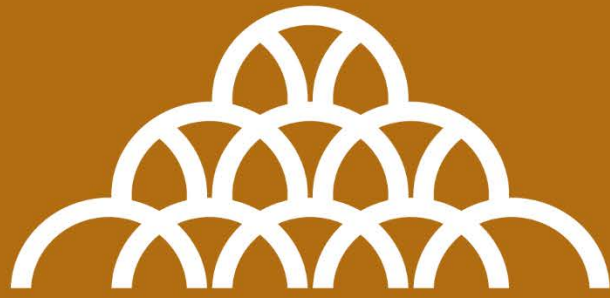
Em resumo, Aracy Amaral não é apenas uma historiadora da arte e crítica; ela é uma visionária que desafiou fronteiras, construiu pontes intelectuais e deixou um legado que continua a inspirar aqueles que buscam uma compreensão mais profunda e igualitária da arte latino-americana. Sua biblioteca, agora parte do acervo do MAC-USP, não é apenas um repositório de livros; é um testemunho vivo de uma vida dedicada à exploração intelectual e à promoção da diversidade cultural.

Sobre a autora

Rachel Vallego formou-se em Artes Plásticas pela Universidade de Brasília, onde também fez mestrado em Artes. Em 2023 foi bolsista do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina, da Fundação Memorial da América Latina. Na Universidade de São Paulo, obteve o título de doutora em Estética e História da Arte. Tem experiência nas áreas de curadoria, pesquisa, produção de textos, coordenação editorial e montagem de exposições. Atualmente, é curadora do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo.

Referências bibliográficas

- ACHA, Juan. *Arte y sociedad Latinoamérica. El producto artístico y su estructura*. México: Fondo de Cultura Económica, 1981.
- AMARAL, Aracy A., *Arte e meio artístico: entre a feijoada e o x-burger*. São Paulo: Nobel, 1983.
- _____. *Textos do Trópico de Capricórnio – Artigos e ensaios (1980-2005)*. Vol. 2: Circuitos de Arte na América Latina e no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2006.
- BAYÓN, Damián (org.). *El artista latinoamericano y su identidad*. Caracas: Monte Avila Editores, 1977.
- COTA JR, Eustáquio Ornelas. *Um diálogo sobre arte latino-americana. Ensaio crítico de Aracy Amaral e Marta Traba*. 2022. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2022.
- FIGARI, Pedro. *Arte, estética, ideal*. Vol. I. Montevideo: Biblioteca Artigas, 1960, p. VII.
- FREIRE, Maria Cristina M. (org.). *Terra incógnita: conceitualismos da América Latina no acervo do MAC USP*. São Paulo: Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, 2015.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. “Uma introdução ao conceito de identidade”. In: BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio Barbosa; GARCIA, Tânia da Costa. (org.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa, Cultura e Políticas nas Américas*. Volume I. Assis: FCL-Assis/Unesp Publicações, 2009. p. 66-71.
- QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANGER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.
- SANTOS, Fabiana Fernandes Paiva dos. *Em busca da América Latina e suas arquiteturas: contextos, proposições e tensões nas exposições do MoMA (1955 e 2015)*. 2019. Dissertação de mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP). São Paulo, 2019.
- SOUZA, Tálisson Mello de. *Transações e transições da arte contemporânea: mediação e geopolítica nas Bienais de São Paulo (1978-83)*. 2021. Tese de doutorado. Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021.
- TORRES GARCÍA, Joaquín. *La Escuela del Sur*. Lección 30 – 1935. Universalismo Constructivo. Buenos Aires: Poseidón, 1944, p. 213-219.



MEMORIAL

CULTSP

Secretaria da
Cultura, Economia e Indústria Criativas



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO